CARLOS FICO
MARIETA DE MORAES FERREIRA
MARIA PAULA ARAUJO
SAMANTHA VIZ QUADRAT | organizadores

Ditadura e *Democracia*
na América Latina

BALANÇO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

Ditadura e *Democracia*

na América Latina

BALANÇO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

CARLOS FICO
MARIETA DE MORAES FERREIRA
MARIA PAULA ARAUJO
SAMANTHA VIZ QUADRAT | organizadores

Ditadura e *Democracia*
na América Latina

BALANÇO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

ISBN — 978-85-225-0667-5

Direitos desta edição reservados à
EDITORA FGV
Rua Jornalista Orlando Dantas, 37
22231-010 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil
Tels.: 0800-21-7777 — 21-2559-4427
Fax: 21-2559-4430
e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br
web site: www.fgv.br/editora

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

O projeto Fronteiras da Memória: História e Memória das Ditaduras Militares no Brasil e na Argentina integra o Programa Capes/SECyT

1ª edição — 2008

Preparação de Originais: Claudia Gama

Edição dos Textos em Espanhol: Óscar Curros Moure

Editoração Eletrônica: Maristela Almeida

Revisão: Aleidis de Beltran e Mauro Pinto de Faria

Capa: Adriana Moreno

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Mario Henrique Simonsen / FGV

Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas / Organizadores Carlos Fico...[et al.]. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2008.
396 p.

Apoio UFRJ, CNPq, Fundação Universitária José Bonifácio.

1. América Latina – Política e governo. 2. Ditadura e ditadores — América Latina. 3. Democracia – América Latina. I. Fico, Carlos. II. Fundação Getulio Vargas.

CDD – 320.98

Sumário

Apresentação

Este livro representa um esforço conjunto feito pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e pelo Núcleo de Estudios sobre Memorias do Instituto de Desarrollo Económico y Social (Ides) de Buenos Aires, no sentido de contribuir para a discussão contemporânea sobre a história política recente da América Latina – num momento em que uma das questões centrais para quase todos os países da região é a consolidação democrática.

Em 2005 a democracia no Brasil completou 20 anos. No Uruguai, 1985 também marcou o fim da ditadura militar. Na Argentina, a ditadura terminou em 1983. A longa ditadura de Stroessner, no Paraguai, se encerrou em 1989 e a de Pinochet, no Chile, em 1990. Após anos de regimes militares, de diferentes experiências de enfrentamento, de resistência e de oposição e de diversos processos de redemocratização, muitos países da América Latina podem, hoje, fazer o balanço de suas experiências democráticas e apontar dilemas e perspectivas futuras.

Este livro contém artigos escritos por pesquisadores de vários países da América Latina que se encontraram, em novembro de 2006, no Rio de Janeiro, num seminário internacional promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. O objetivo do seminário era reunir pesquisadores de diferentes disciplinas – mas sobretudo no campo da história, da sociologia, da ciência política e da antropologia – de diferentes países latino-americanos, para

fazer uma reflexão sobre a história e a memória do período recente de nosso continente.

Ditadura e democracia fazem parte da história do continente latino-americano. Compreender como esses dois fenômenos se têm cruzado é fundamental para entender o processo democrático em curso nos diversos países. E, principalmente, para detectar as perspectivas e potencialidades dessas democracias em construção (ou reconstrução), bem como seus problemas, limites e impasses. Hoje os países da América do Sul procuram constituir uma unidade política e econômica que os ajude a enfrentar e vencer deficiências estruturais. Analisar a história desses países numa abordagem comparativa é parte fundamental e integrante desse processo. O estudo da América Latina no século XX – marcada por golpes militares e por regimes ditatoriais, pela questão agrária, pelo problema indígena, pela explosão demográfica e urbana, pela precariedade da observância dos direitos humanos, pelas enormes desigualdades sociais – traz à tona o gigantesco desafio de construção de democracias plenas e inclusivas e tem-se constituído, nos últimos anos, num campo de reflexões interdisciplinares de grande importância no contexto internacional.

O seminário realizado no Rio de Janeiro teve por objetivo contribuir para este campo com palestras e debates que versavam sobre a história política recente do continente. E este livro, editado em conjunto pelo PPGHIS/UFRJ e pelo Núcleo de Estudios sobre Memorias/Ides, procura sistematizar o debate travado no seminário. Os textos aqui publicados não são simples reproduções das comunicações apresentadas. Solicitamos aos participantes do seminário que escrevessem trabalhos acadêmicos a partir de suas comunicações. O resultado está sendo aqui apresentado ao público de pesquisadores, professores e alunos interessados na história política contemporânea da América Latina.

Os temas abordados são variados, transitam por vários campos e representam diferentes estágios de pesquisas realizadas em diferentes países. Optamos por manter os textos em sua língua original – português ou espanhol –, acreditando que a maioria dos leitores interessados nesse tema pode ler e compreender as duas línguas.

Este livro é, também, o primeiro produto de uma parceria intelectual estabelecida entre pesquisadores brasileiros e argentinos, através de um convênio de cooperação internacional financiado pela Capes e pela SECyT (agências de fomento à pesquisa dos dois países). Esse convênio, que visa incrementar o debate e as redes de intercâmbio entre pesquisadores, estabeleceu-se em torno

de um projeto comum de pesquisa sobre a história e a memória das ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Dele fazem parte a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense, o Instituto de Desarrollo Económico y Social e a Universidad Nacional General Sarmiento

O seminário, o convênio e este livro representam esforços no sentido de avançarmos na construção de um campo comum de debate teórico, político e acadêmico sobre a América Latina. Debate para o qual convidamos os leitores deste livro a participar.

Elizabeth Jelin
Maria Paula Araujo

Introducción

Este libro representa un esfuerzo conjunto realizado por el Programa de Post Graduación en Historia Social de la Universidad Federal de Río de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) y por el Núcleo de Estudios sobre Memorias del Instituto de Desarrollo Económico y Social (Ides) de Buenos Aires. Su objetivo es contribuir a la discusión sobre la historia política reciente de América Latina, en un momento en el que una de las cuestiones centrales para casi todos los países de la región es la consolidación democrática.

En 2005 la democracia en Brasil cumplió 20 años. En Uruguay, 1985 fue también el marco final del gobierno autoritario. En la Argentina, a ditadura militar terminó en 1983. La larga dictadura de Stroessner, en Paraguay, acabó en 1989 y la de Pinochet, en Chile, en 1990. Tras años de autoritarismo, de experiencias de enfrentamiento, de resistencia, de oposición y de diferentes procesos de transición, muchos países latinoamericanos pueden, hoy, hacer el balance de sus experiencias democráticas y señalar dilemas y perspectivas futuras.

Dictadura y democracia son parte de la historia de Latinoamérica. Comprender de qué manera estos dos fenómenos se han cruzado es fundamental para entender el proceso político actual. Principalmente, para detectar las perspectivas y potencialidades de estas democracias en construcción (o en reconstrucción), así como sus problemas, límites e interrupciones. Hoy, los países de América del Sur intentan establecer una unidad política y económica que los ayude a enfrentar y vencer deficiencias estructurales. Analizar la historia de estos Estados mediante un abordaje comparativo es inherente a este proceso.

El estudio de América Latina en el siglo XX – período histórico caracterizado por golpes militares y regímenes dictatoriales, por la cuestión agraria, por el problema indígena, por la explosión demográfica y urbana, por la precariedad en la observancia de los derechos humanos, por las desigualdades sociales, etc. – pone de manifiesto el gigantesco desafío de construcción de democracias plenas e inclusivas. Este campo de investigación interdisciplinaria ha adquirido gran relevancia internacional en los últimos años.

Esta obra contiene aportaciones al tema de investigadores provenientes de varios países de América Latina, que se encontraron, en noviembre de 2006, en Río de Janeiro, en un seminario internacional promovido por el Programa de Post Graduación en Historia Social de la UFRJ. El objetivo del evento era reunir a especialistas de diferentes disciplinas – sobre todo, de los campos de historia, sociología, ciencias políticas y antropología –, para reflexionar sobre la historia y la memoria del período contemporáneo de nuestra región.

El volumen, publicado conjuntamente por el PPGHIS/UFRJ y el Núcleo de Estudios sobre Memorias del Ides, intenta sistematizar el debate generado en aquel seminario. Los textos aquí publicados no son simples reproducciones de los trabajos presentados, sino artículos académicos escritos por los autores a partir de sus exposiciones originales. El resultado es presentado, aquí, a un público compuesto por investigadores, profesores y alumnos interesados en la historia política contemporánea de América Latina.

Los temas abordados son diversos, transitan por varias áreas y representan diferentes etapas de investigaciones realizadas en varios países. Hemos elegido mantener los textos en su idioma original – portugués o español – porque creemos que la mayoría de los lectores interesados en este tema puede entender ambas lenguas.

Esta obra es también el primer producto de una asociación intelectual establecida entre investigadores brasileños y argentinos a través de un convenio de cooperación internacional financiado por Capes y SECyT (agencias de fomento a la investigación de ambos países). El acuerdo, que intenta incrementar el debate y las redes de intercambio, se ha establecido en torno a un proyecto común de investigación sobre la historia y la memoria de las dictaduras militares en Brasil y en Argentina. Forman parte del mismo la Universidad Federal de Río de Janeiro, la Universidad Federal Fluminense, el Instituto de Desarrollo Económico y Social y la Universidad Nacional General Sarmiento.

El seminario, el presente libro y el convenio representan esfuerzos para el avance en la construcción de un campo común de discusión teórica, política y académica sobre América Latina. Un debate al que invitamos a los lectores de este libro.

Elizabeth Jelin
Maria Paula Araujo

Parte I

Os acervos da ditadura

1 O direito à informação nos arquivos brasileiros

*Célia Maria Leite Costa**

Este artigo versa sobre o direito à informação nos arquivos brasileiros ou, mais especificamente, sobre a forma como esse direito vem sendo contemplado pela legislação brasileira de arquivos, na última década. Serão analisados os decretos que regulam o acesso à informação hoje no país, destacando-se os dispositivos que dificultam ou obstaculizam o exercício do direito à informação. Antes, porém, tendo em vista a inclusão do direito à informação no rol dos direitos humanos e visando a um melhor embasamento da questão, faz-se necessário fornecer algumas informações sobre a trajetória desses direitos, começando pela sua definição.

O "direito à informação" integra a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Assembléia Geral das Nações Unidas, assinada por diversos países em 1948, inclusive o Brasil. Diz a Declaração no seu art. 19: "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".[1] O direito à informação, portanto, significa poder exprimir-se livremente, bem como receber informações e poder torná-las públicas, sem restrições. Implica tornar público, transparente e visível, algo antes desconhecido, obscuro ou secreto. Nes-

* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, Brasil.

[1] Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2003.

se sentido, ele é considerado fundamental ao exercício das liberdades públicas e ao desenvolvimento das democracias no mundo.

A discussão sobre os direitos humanos tal como os entendemos hoje data do século XX, mas as raízes das preocupações com questões relacionadas a esses direitos remontam a muitos séculos atrás. Historicamente, duas manifestações, ainda na Idade Média, são reputadas importantes na constituição dos direitos humanos: a Declaração das Cortes de Leão, em 1188, na península Ibérica, e a Magna Carta, na Inglaterra, em 1215. Os dois documentos são registros que revelam a rebeldia de setores da sociedade feudal contra o poder concentrador que começa a se esboçar nesse período. Na medida em que representam e valorizam o direito à liberdade, um dos princípios orientadores do moderno conceito de direitos humanos, esses dois documentos são considerados por alguns autores o embrião desses direitos.[2]

É só a partir do final do século XVIII, no entanto, que o conceito moderno de direitos humanos começa a se delinear com maior clareza. Na época moderna, dois outros documentos marcaram profundamente a trajetória dos direitos humanos: a Declaração da Virgínia, em 1766, durante o processo de independência dos Estados Unidos da América, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por ocasião da Revolução Francesa, em 1789. Em ambos os casos, já se encontrava expresso o direito à informação, mas a universalidade desse direito só se concretizará com a Declaração dos Direitos Humanos, assinada por diversos países em 10 de dezembro de 1948, por ocasião da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), depois da II Guerra Mundial.

Apesar de se situar na esfera pública, o uso do direito à informação pode ter repercussões no domínio do privado. Assim, ao mesmo tempo que diz respeito às liberdades públicas e inclui o direito à pesquisa, à memória, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e ao próprio exercício da cidadania, o uso de informação relacionada à vida privada das pessoas pode atingir o direito à privacidade, outro direito igualmente importante que integra o que conhecemos como “direitos de personalidade”. Trata-se de um conjunto de direitos considerados intransmissíveis e irrenunciáveis que abrangem o direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e ao nome, à liberdade de ir e vir, à inviolabilidade do domicílio, aos direitos autorais etc.

[2] Comparato, 2003:45.

O conceito contemporâneo de privado teve sua origem na idéia de indivíduo que se forma lentamente a partir da Renascença, atingindo seu ápice com os românticos, no século XVIII. Data daí o início das preocupações com a privacidade, a intimidade, a singularidade etc. Nesse mesmo período, a discussão sobre o espaço público, antes totalmente voltada para os temas políticos, aproximou-se, cada vez mais, da esfera do social, abrangendo inicialmente os interesses de grupos, classes, partidos, associações, e alcançando, no século XIX, a dimensão nacional. Esses espaços – o público e o privado – geraram, ao longo da história, direitos dicotômicos no que diz respeito à informação, com limites tênues e que interferiram inclusive na questão do acesso às informações contidas em documentos de arquivos.[3]

Do século XV ao século XVIII, tendo em vista o uso dos arquivos exclusivamente pelo Estado, pode-se observar a predominância de uma excessiva preocupação com o sigilo. A Revolução Francesa redimensionou o uso e a importância dos arquivos, colocando-os, também, a serviço do cidadão e da nação. O surgimento dos Estados nacionais, proporcionando o desenvolvimento da idéia de patrimônio e o aparecimento da história como disciplina, fez crescer, no século XIX, as pressões dos historiadores no sentido de exigir a abertura dos arquivos à consulta pública. Aos poucos, os arquivos nacionais europeus foram liberando seus documentos aos pesquisadores, com base, quase sempre, em dispositivos constitucionais dos novos Estados. E o acesso aos documentos de arquivos tornou-se uma realidade.

O direito à informação, hoje universal, é um direito legítimo de todo cidadão. Mas a legitimidade desse direito não impede que ele sofra restrições de dois outros direitos, geralmente presentes nas constituições dos Estados e que representam os domínios do privado e do público, com seus frágeis limites. De um lado, o direito à intimidade, como um desdobramento do direito à vida privada; do outro, o segredo de Estado, como elemento muitas vezes indispensável à segurança nacional e à garantia de paz nas relações internacionais.

A intimidade, segundo Hannah Arendt, diz respeito às emoções, aos sentimentos; portanto, diz respeito à esfera mais restrita da vida privada, que a ninguém é permitido penetrar sem autorização, sem consentimento. A intimidade é subjetiva; não tem padrão objetivo. Nesse sentido, ela constitui um limite ao direito à informação, na medida em que a vida íntima das pessoas não

[3] Sobre a questão do público e do privado, ver Arendt, 1981.

interessa à coletividade, não devendo, por conseqüência, constituir-se em objeto de pesquisa. Não se pode esquecer, contudo, que o direito à informação é de interesse público e nesse sentido se sobrepõe ao direito à intimidade, que é individual.[4]

Para efeito de exercício, tome-se, por exemplo, um documento de uma polícia política contendo a descrição pormenorizada de torturas infligidas a uma pessoa. Certamente esse documento, mesmo sendo público do ponto de vista da sua produção, enquadra-se no campo do privado e sua divulgação pode violar o direito à intimidade da pessoa envolvida, na medida em que mobiliza suas emoções e seus sentimentos mais íntimos. No entanto, a divulgação desse documento constitui a denúncia de uma prática da tortura, nociva à sociedade, tornando-se de interesse público. Além do aspecto de denúncia, o documento em questão pode ser uma importante fonte para pesquisas realizadas sobre práticas repressivas em regimes autoritários. Observa-se, nesse caso, a presença de direitos importantes, mas dicotômicos, como já foi frisado. Como solucionar o impasse? Em princípio, o interesse público deve sobrepor-se aos interesses individuais. A primazia do interesse coletivo, no entanto, não significa necessariamente desrespeito à vida íntima das pessoas. Há que se encontrar caminhos para solucionar o conflito, respeitando todos os direitos.

O segundo limite ao direito à informação diz respeito ao segredo de Estado e relaciona-se às questões de segurança nacional, soberania do território, relações internacionais etc. A tendência atual nos países do mundo democrático é minimizar o segredo de Estado, liberando as informações sobre as ações dos governos ao público em geral. Em algumas situações, no entanto, o sigilo de Estado é necessário à própria manutenção da democracia e, sobretudo, à soberania nacional.

Ao longo de sua história, o Estado brasileiro tem pautado sua atuação pelo sigilo das informações. No Império, só o imperador e pessoas de sua inteira confiança tinham acesso aos arquivos. Durante a República até o advento da Lei de Arquivos, em 1991, o acesso aos documentos era regulamentado por normas institucionais, ou seja, cada instituição tinha sua norma ou regulamento, deixando a critério dos responsáveis pelos arquivos a tarefa de liberá-los ou não ao público.

---

[4] Hannah Arendt, apud Costa, 1998.

Apesar de não possuir uma legislação regulamentando o direito à informação, o Estado brasileiro sempre foi pródigo em decretos sobre sigilo, dos tempos da Colônia aos dias atuais. Vários decretos regulamentaram a questão do segredo de Estado no Brasil, sendo o Decreto nº 77.770, também chamado "decreto Geisel", o mais conhecido dos nossos tempos. O direito à informação no Brasil, contudo, aparece pela primeira vez na legislação na Constituição de 1988, nos arts. 5º e 216. O art. 5º do Capítulo I, do Título II – Dos direitos e garantias fundamentais –, cria a figura jurídica do *habeas data,* que consiste no direito do cidadão de ter acesso às informações sobre sua pessoa, existentes nos órgãos da administração pública. Diz o artigo: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, (...) ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas". O art. 216, por sua vez, assegura o direito à informação em documentos de arquivo. Esse artigo, que será reiterado pela Lei de Arquivos, diz exatamente o seguinte: "Cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a sua consulta a quantos dela necessitem".

Em 1997, uma lei cujo projeto havia sido apresentado no Senado em 1989, logo após a Constituição, foi sancionada com o nº 9.507. Essa lei regulamentou o *habeas data*, previsto na Constituição, mas foi sancionada com muitos vetos, apresentando no final um caráter puramente regulador. Ou seja, restringiu-se a regulamentar o dispositivo constitucional, não contemplando outros aspectos relacionados ao direito à informação, como, por exemplo, a questão do sigilo e os prazos de abertura dos arquivos. Dessa forma, perdeu-se a oportunidade de sancionar uma lei de informações, a exemplo do que fizeram outros países nas últimas décadas do século XX.

A Lei de Arquivos (Lei nº 8.159) foi sanciona pelo presidente da República em 8 de janeiro de 1991, exatamente 200 anos depois da primeira Lei de Arquivos, a francesa. Ela reafirma, no seu art. 4º, o direito de acesso à informação previsto no art. 5º da Constituição de 1988, assegurando aos cidadãos um direito que, na maioria dos países, é objeto de lei específica – as leis de informação. O art. 5º da Lei de Arquivos, ratificado no art. 22, complementa o anterior, franqueando à consulta pública não só a informação, mas o próprio documento de arquivo. A garantia de acesso ao documento é importante, posto que o su-

porte material assegura a integridade da informação. Nesse sentido, a lei brasileira de arquivos, assim como a própria Constituição de 1988, são textos modernos e democráticos, na medida em que permitem o acesso aos documentos ainda em tramitação na administração pública, ao contrário de outras leis que limitam o acesso aos documentos ostensivos dos arquivos permanentes.[5]

Além dos arts. 4º e 5º, a lei dedica um capítulo inteiro ao acesso e sigilo (Capítulo 5). O art. 22, já referido e que inicia esse capítulo, garante o acesso pleno aos documentos públicos, evidenciando o espírito democrático do texto e deixando antever que o sigilo deve ser tratado como exceção. Os limites ou obstáculos ao direito à informação, ou seja, a questão da privacidade e o segredo de Estado, também estão contemplados no art. 23 da lei, que prevê inclusive prazos máximos de liberação à consulta de 100 anos, para o primeiro caso, e 30 anos para o segundo. A lei também prevê que a questão do acesso aos documentos deve ser regulamentada por decreto.

A regulamentação do Capítulo V da lei, referente especificamente ao acesso e sigilo em documentos de arquivos, também aconteceu em 1997 e resultou no Decreto nº 2.134, assinado pelo presidente da República, em 24 de fevereiro. Esse decreto, conhecido como decreto de acesso, foi fruto do trabalho de uma comissão de especialistas, incluindo juristas, arquivistas, historiadores etc. O decreto de acesso previa quatro categorias de sigilo, com seus respectivos prazos de retenção – reservado (cinco anos), confidencial (10 anos), secreto (20 anos) e ultra-secreto (30 anos) –, estabelecendo que cada um desses prazos só poderia ser renovado uma única vez. Além disso, definiu os critérios que deveriam nortear as classificações de sigilo e as autoridades com competência para estabelecê-las.

Um ponto que merece destaque no decreto de acesso diz respeito à criação das comissões permanentes de acesso, que tinham como principal tarefa a liberação periódica dos documentos cujos prazos de sigilo houvessem sido extintos. Essas comissões deveriam ser constituídas em todos os órgãos da administração pública, nos três poderes, em âmbito municipal, estadual e federal. Eram responsáveis não só pela desclassificação (ou liberação dos documentos) como pela indicação de reclassificação, quando se julgasse necessário prorrogar o prazo de sigilo, o que só podia acontecer uma única vez. Cabia-lhes também a

[5] Costa, 2003.

análise de pedidos encaminhados por pesquisadores, solicitando autorização para liberação à consulta de documentos ainda submetidos ao sigilo.

Ao final da década de 1990, como se pode observar, o Brasil possuía um aparato legal absolutamente compatível com o exercício da democracia no país. Apesar da pouca divulgação do decreto, as comissões de acesso haviam sido implantadas e começavam a funcionar em diversas instituições. Em dezembro de 2002, contudo, três dias antes de deixar o governo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso surpreendeu a sociedade brasileira com o Decreto nº 4.553. Esse decreto revogou a legislação anterior e ampliou drasticamente os prazos de abertura à consulta pública dos documentos considerados sigilosos, com um agravante: no caso dos documentos ultra-secretos, o prazo foi estendido para 50 anos, com a possibilidade de renovação por tempo indeterminado, ou seja, o sigilo eterno.

O Decreto nº 4.553/02 não só ampliou os prazos de liberação dos documentos à consulta pública, como multiplicou as possibilidades de sigilo, na medida em que aumentou o número de autoridades com competência para atribuí-lo. Além disso, restringiu a competência para aplicá-lo ao Executivo federal, deixando os outros poderes (Legislativo e Judiciário), os estados e os municípios sem instrumento legal sobre o assunto. Outro aspecto não contemplado pelo decreto diz respeito às questões relativas à privacidade do cidadão, objeto de um capítulo inteiro na legislação anterior. As comissões de acesso, instrumento que assegurava uma prática democrática da pesquisa nas instituições detentoras de acervo, foram desmobilizadas.

O decreto FHC, como ficou conhecido, cerceou a liberdade de informação, prejudicou a pesquisa histórica e a recuperação da memória do país. Suas dimensões antidemocrática e inconstitucional foram denunciadas inúmeras vezes por pesquisadores, arquivistas, jornalistas e juristas. A *inconstitucionalidade* da medida devia-se ao fato de conter um dispositivo que contrariava uma lei sobre a mesma matéria. Ou seja, a Lei de Arquivos estabelece 30 anos como prazo máximo de sigilo para os documentos que ameaçam a segurança do Estado, enquanto o Decreto nº 4.553/02 ampliou esse prazo para 50 anos, com direito à renovação por tempo indeterminado, ultrapassando, portanto, os limites da lei.

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) alertou o governo sobre a inconstitucionalidade da medida e a comunidade acadêmica denunciou exaustivamente os equívocos do novo decreto. Mas só em outubro de 2004, quando foram divulgadas pela imprensa fotos que seriam de Vladimir Herzog, jornalista

assassinado pela ditadura em 1975, foram tomadas algumas medidas pelo governo federal no sentido de apaziguar a opinião pública.

Além de desencadear o debate público, a publicação das fotos reforçou as reivindicações de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas no período da guerrilha do Araguaia, ocorrida no início da década de 1970, durante o regime militar (1964-85). Há muito tempo o acesso a esses documentos já vinha sendo reivindicado pelas famílias dos mortos e desaparecidos durante a guerrilha. Nesse sentido, inclusive, uma comissão havia sido formada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, da qual participavam representantes do governo e dos familiares dos mortos.

Em decorrência do debate ocorrido nessa ocasião, foi editada em dezembro de 2004 uma medida provisória (MP nº 228), criando a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. Trata-se de uma comissão interministerial, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, constituída com o objetivo de analisar, sempre que necessário, a documentação classificada como ultra-secreta, visando a sua liberação ao público ou a permanência do sigilo. No mesmo dia foi também publicado o Decreto nº 5.301, regulamentando a composição e o funcionamento da referida comissão, e alterando alguns dispositivos do Decreto nº 4.553/02, de forma a solucionar o impasse criado pela inconstitucionalidade desse decreto, sem contudo revogá-lo. Dito de outra forma, ao restaurar os prazos anteriores de liberação de documentos à consulta pública, o novo decreto deu uma aparente solução para o problema do acesso à informação. No entanto, a não-revogação do decreto FHC e a criação da comissão de averiguação, com plenos poderes de renovar *quantas vezes* julgar conveniente o sigilo ultra-secreto, revelam que o direito à informação continua cerceado no país.

A votação e aprovação pelo Congresso da MP nº 228 e a sua transformação, em maio de 2005, na Lei nº 11.111, por sua vez, consolidaram a situação. Não se trata mais de um decreto que se contrapõe a uma lei, mas de outra lei que legisla sobre o mesmo tema. Do ponto de vista legal, a nova lei elimina o aspecto da inconstitucionalidade do decreto anterior, apesar de se contrapor à Lei de Arquivos que determina a possibilidade de renovação dos prazos de sigilo uma única vez. O acesso a informações arquivísticas continua limitado e permanecem os empecilhos à pesquisa.

O direito à informação, atualmente, na legislação brasileira é objeto de um emaranhado de leis e decretos e continua cerceado. Além da Constituição

Federal e da Lei de Arquivos, que possuem dispositivos gerais sobre o assunto, dois decretos (4.553/02 e 5.301/04) e uma lei (nº 11.111/05), como foi visto, regulamentam de forma insatisfatória o acesso à informação em documentos de arquivos. Faltam dispositivos que assegurem a transparência dos atos do governo e o exercício da democracia no país. A exemplo do que ocorre no aparato legal da maioria dos países democráticos, o Brasil necessita de uma lei de informação e de uma lei de proteção à privacidade. A criação da Comissão de Averiguação e Análise de Documentos Sigilosos, consolidada pela Lei nº 11.111/05, constitui mais um entrave à democratização da informação e à eficácia da gestão do Estado brasileiro. É preciso criar as condições para elaboração dessas duas leis, de forma a dotar o país de dispositivos legais que favoreçam a consolidação da democracia, o respeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania.

O Conarq, órgão colegiado vinculado à Casa Civil da Presidência da República e responsável pela definição e implementação da política nacional de arquivos, encaminhou ao governo uma minuta de decreto, tentando corrigir alguns equívocos da legislação atual, enquanto se aguarda a elaboração de uma lei de informação. Por outro lado, existem alguns projetos de lei circulando na Câmara dos Deputados igualmente equivocados em diversos aspectos. No âmbito da sociedade civil, o Fórum de Direito a Informações Públicas, do qual fazem parte diversas associações, sobretudo vinculadas à imprensa, pressionam o governo no sentido de dotar o país de uma legislação que garanta o direito pleno à informação e à transparência administrativa.

Em face do quadro apresentado, torna-se necessária e urgente a revisão da legislação atual que regulamenta o acesso à informação, para que se possa melhor servir ao cidadão e à administração pública, assegurando ao mesmo tempo a liberdade de pesquisa e a memória do país.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense/Salamandra/Edusp, 1981.

ARQUIVO NACIONAL/CONARQ. *Legislação arquivística, 2006*. Disponível em: <www.arquivonacional/conarq.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* interesse público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

______. Acesso aos documentos nos arquivos brasileiros: retomando a questão. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 2, n. 2, p.19-25, jul./dez. 2003.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 6. ed. Salvador: Coordenadoria Ecumênica de Serviços, out. 2003.

2 Los “archivos del horror” del Paraguay: los papeles que resignificaron la memoria del stronismo

*Alfredo Boccia Pa**

Introducción

Los llamados “archivos del horror” de Asunción (Paraguay) constituyen el acervo documental más voluminoso de los años de la represión en Sudamérica que haya salido a la luz pública. Su inesperada aparición, a casi cuatro años del fin de la dictadura de Alfredo Stroessner, produjo efectos inmediatos y previsibles, que se tradujeron en una inédita conmoción mediática y en el avivamiento de los paralizados juicios sobre los derechos humanos.

Pero quizás las consecuencias más importantes de su descubrimiento sólo se percibieran años después, al dirigir la mirada hacia atrás y constatar los cambios que se habían producido en el imaginario colectivo sobre la memoria de los tiempos de Stroessner. Falta aún un estudio más profundo sobre las derivaciones a largo plazo del hallazgo, así como sobre los silencios e indiferencias con los que respondió una parte de la sociedad paraguaya ante la aparición abrupta de verdades incómodas y no buscadas. En cualquier caso, lo que no está en duda es que esos archivos se transformaron en un hito paradigmático en el emprendimiento de elaborar y reconstruir una memoria de la dictadura.

Este relato intenta contextualizar las circunstancias que precedieron al hallazgo de estos papeles prohibidos, así como informar el volumen y características de lo que contenían y las consecuencias que el descubrimiento tuvo para los distintos actores involucrados.

* *Última Hora*, Paraguay.

El stronismo en su contexto histórico

Como todos los países de la región, el Paraguay atravesó en las décadas pasadas un periodo de dictadura militar de derecha, representado por el gobierno del general Alfredo Stroessner. Si bien el caso paraguayo comparte muchas similitudes con la experiencia vivida en los países vecinos, tiene singularidades propias, cuyo conocimiento es esencial para explicar el por qué de ciertos fenómenos políticos y sociales ocurridos en este país.

Una primera característica es que el golpe militar que dio el poder al general Stroessner ocurrió en mayo de 1954; es decir, muchos años antes que en los demás países se produjeran los quiebres de sus respectivos procesos cívicos institucionales. Además, el golpe de Estado que lo destituyó ocurrió en febrero de 1989, cuando toda la región, excepto Chile, avanzaba en sus respectivas transiciones democráticas. Se trata, pues, de una dictadura de larguísima duración: 35 años de gobierno unipersonal y omnímodo, lo equivalente a siete periodos presidenciales normales.

Ello nos lleva a la segunda particularidad de esta dictadura: no puede considerarse en rigor como una interrupción abrupta, sino temporal, de la vigencia de las libertades públicas y de las instituciones republicanas, tal como ocurrió en Uruguay y Chile, por ejemplo. La dictadura de Stroessner simplemente sucedió a otros regímenes autoritarios que la precedieron. La historia del Paraguay es la relación de una larga lista de gobiernos autoritarios y militaristas, con escasas islas de periodos democráticos. Esta falta de capacitación cívica de la sociedad paraguaya explica, su vez, muchas de las dificultades por las que pasó la transición post Stroessner y la democracia de baja calidad que dio como fruto.

Una tercera característica del gobierno de Stroessner es que, pese a tratarse de una dictadura militar enmarcada, como lo estarían todas las otras del Cono Sur, en la Doctrina de Seguridad Nacional y con similares métodos represivos, mantuvo un escrúpulo casi obsesivo por aparentar conservar todas las formalidades de una democracia. Esa fachada institucional incluía convocar puntualmente a fraudulentas elecciones, mantener a todos los poderes del Estado funcionando domesticadamente y contar, incluso, con una dócil – pero funcional – oposición parlamentaria. El propio Stroessner, aunque militar y dueño de todos los poderes, siempre fue el candidato y gobernó con el apoyo de un partido político tradicional: el Partido Colorado.

Stroessner transitó una época que era adecuada a su modelo: los años de la Guerra Fría. Se convirtió en el campeón del anticomunismo y agitaría ese fantasma como justificación de las múltiples violaciones a los derechos humanos, así como de la manutención del sempiterno estado de sitio y de la cercenadura de las libertades públicas. Durante su gobierno, miles de paraguayos fueron apresados y torturados por motivos políticos; el exilio, fundamentalmente a la Argentina, fue masivo. La cifra de desaparecidos y muertos por la represión oscila entre 200 y 300, según diversos informes.[1]

La pacificación del país, la estabilidad económica y la contención de la subversión comunista eran los pilares de la propaganda del régimen que, hay que decirlo, era apoyado por varios sectores de la población.

La estructura represiva estaba centrada en la Policía de la capital y contaba con una compleja trama de informantes, delatores y uniformados que mantenían perfectamente vigiladas todas las actividades públicas o privadas que desarrollaba la población. El centro neurálgico de la represión política era el Departamento de Investigaciones, situado en el micro centro asunceno.

Paraguay, aislado geográficamente y pequeño económicamente, transitó este periodo ante la indiferencia de la conciencia internacional, cuya atención estaba volcada hacia la violencia mucho más notoria que, a mediados de los setenta, estaba ocurriendo en países vecinos.

Recién a mediados de la década de los ochenta, cuando comenzaron los procesos de transición democrática en la región, Stroessner empezó a quedarse solo. El Paraguay se había convertido para entonces en una isla rodeada de tierra gobernada por un tirano saurio, al decir de la oposición. Sin embargo, no fueron tan sólo la presión ciudadana u opositora la que precipitó su fin, sino una división en su propio partido y los altos niveles de corrupción a los que había llegado el país.

Finalmente, el 3 de febrero de 1989, su consuegro, el general Andrés Rodríguez, uno de los hombres fuertes del régimen, encabeza un golpe de Estado que lo saca del poder e inicia un inédito periodo de apertura política y libertades públicas irrestrictas. El general fue asilado en Brasilia, pero la transición paraguaya continuó, comandada por las figuras principales que habían apoyado al dictador.

---

[1] Blanch et al., 1991.

La transición estuvo marcada por una situación que no tiene muchos ejemplos en la historia mundial. Una larga dictadura es derrocada, pero la estructura política que sustentaba al dictador no cae. El Partido Colorado se modernizó como pudo y enfrentó contradicciones e incoherencias; pero siguió ganando elecciones, ahora con las reglas de la democracia. Una democracia que tan sólo agravó dos lacras: los problemas sociales y la corrupción.

Gobiernos colorados con figuras que hasta recientemente habían demostrado lealtad al derrocado dictador no hacían presagiar mucho interés en investigar el pasado. Estarían reencontrándose con sus propios crímenes. Y así sucedió por varios años. En realidad, la transición no había creado un nuevo régimen y no podía, por lo tanto, responder a las demandas sociales de conocer la verdad sobre lo sucedido en el pasado reciente.

Sólo muchos años después fue posible crear una Comisión de Verdad y Justicia, que aún continúa sus trabajos para desentrañar las violaciones de los derechos humanos cometidas durante aquellos años. Ello, a pesar de que el Paraguay era, desde 1992, el único país sudamericano que había recuperado, casi en su integridad, los documentos policiales de los años de plomo.[2]

La transición a la democracia comenzó con cambios vertiginosos. Elecciones libres, nueva Constitución Nacional, vigencia plena de libertades públicas y la creación de nuevas figuras jurídicas indicaban que el país comenzaba con optimismo una nueva etapa. Las víctimas de la violencia stronista o sus familiares iniciaron querellas judiciales contra los que habían sido jefes de la represión.

Pero esos juicios quedaban estancados ante la falta de pruebas y la argumentación policial de que los supuestos desaparecidos nunca habían estado presos en dependencias estatales. Hasta diciembre de 1992, la figura de Alfredo Stroessner representaba un pasado que había que olvidar. Y no mucho más que eso. Sus crímenes eran negados, se reclamaban pruebas imposibles de aportar y se minimizaban los abusos cometidos. Era sólo un apacible anciano que no había sabido irse a tiempo y desconocía lo que hacían sus colaboradores.

Aquello hubiera continuado igual si no fuera porque en la calurosa mañana del 22 de diciembre de 1992 – casi cuatro años después de la caída de Stroessner– la historia le haría un guiño a los emprendedores de la memoria y a los defensores de los derechos humanos.

---

[2] Cuya, 1996.

Los archivos salen al encuentro de la historia

Ese día, un rumor empezó a tomar cuerpo en las radios de Asunción. Los archivos completos de la dictadura habrían sido encontrados en una oscura dependencia policial ubicada en Lambaré, ciudad vecina a la capital. En poco tiempo decenas de curiosos y toda la prensa se agolpaban a las puertas del lugar, donde presenciaron un espectáculo inédito. Un juez, el doctor José Agustín Fernández, investido de su autoridad y rodeado de una nube de fotógrafos y camarógrafos, fuerza su ingreso al cuartel y ordena la apertura de la puerta de una de las dependencias del edificio.

El juez había recibido la noche antes una denuncia del ex preso político Martín Almada. Éste refería que la esposa de un policía le había informado confidencialmente que los archivos del Departamento de Investigaciones habían sido escondidos en esa dependencia policial. Almada había presentado en septiembre de ese año en la secretaría del juez Fernández una solicitud de *habeas data*. El magistrado requirió a la Policía el prontuario del Abogado Almada. La respuesta del jefe de Policía fue que era imposible acceder al pedido, pues la institución desconocía el paradero de su archivo. Aducía que, en los acontecimientos que siguieron al golpe de Estado de 1989, el mismo había desaparecido.[3]

Como una muestra de que las cosas haban cambiado en el Paraguay, los oficiales de guardia permitieron el ingreso del juez. Ya allí, Fernández dio participación al magistrado de turno Luis María Benítez Riera. El juez ordenó que un cerrajero abriera la puerta de una habitación y, ante los incrédulos ojos de los presentes, apareció una desordenada montaña de toneladas de papeles, libros y carpetas.

Ya en ese primer momento resultó evidente que la documentación allí encontrada era de extraordinario valor. En las horas siguientes fueron encontradas las fichas policiales – con la foto, huellas digitales y firma – de desaparecidos que la Policía negaba haber detenido nunca. En las cercanías del depósito donde estaba dicho archivo fueron desenterradas una gran cantidad de cédulas de identidad y pasaportes de ex detenidos del gobierno anterior. La repercusión en la prensa nacional e internacional fue impresionante. Durante las siguientes

[3] Blanch et al., 1991.

semanas, las seis u ocho primeras páginas de todos los diarios de Asunción no traían más que reproducciones de documentos encontrados.

Los archivos cuyo paradero la Policía decía desconocer habían sido utilizados por la misma hasta diciembre de 1991, como lo prueban los registros de los documentos más recientes encontrados en su interior. A diferencia de la mayoría de los gobiernos dictatoriales, que dedicaron sus últimos días en el poder a quemar sus archivos de seguridad, la Policía paraguaya, con la presunción de que podrían volver a ser útiles en un futuro próximo, decidió no desprenderse de su preciada colección de documentos.

Los hallazgos fueron demostrando una trama de control, seguimiento y vigilancia asustadoramente detallada sobre todos los aspectos de la actividad ciudadana (reuniones, manifestaciones, paneles, publicaciones, asambleas estudiantiles o gremiales, homilías de las misas, listas de asociados a entidades empresariales, control de compradores de mimeógrafos o máquinas fotocopiadoras). Nada escapaba al ojo desconfiado y atento del aparato de seguridad. La planificación y desarrollo de las acciones represivas también quedaron documentados de manera exhaustiva.

La parte oculta de 40 años de historia paraguaya se hacía pública de modo abrupto. El stronismo se desnudaba, mostrando su imagen más indefendible. Aquellos rumores sórdidos imposibles de probar adquirían, gracias a esta catarata inesperada de documentos, el carácter de evidencias irrefutables. Escritas, además, por los propios autores de los crímenes, seguros de su absoluta impunidad.[4]

El descubrimiento de los archivos coincidía con un periodo de gran tensión política en el Paraguay. Se vivían los días finales de las elecciones internas del gobernante Partido Colorado, en las que se debía elegir al representante para las elecciones presidenciales del año siguiente. Se enfrentaban el candidato del general Rodríguez, el ingeniero Juan Carlos Wasmosy, y el ex presidente de la Corte Suprema de Justicia de Stroessner, el doctor Luis María Argaña. Dada la vinculación de este último con la dictadura, la prensa especuló que la decisión de sacar a la luz los archivos que demostraban la peor faceta del stronismo podría ser una estrategia electoral del oficialismo. Hay quienes afirmen que los documentos fueron previamente "filtrados" para eliminar las evidencias de la

[4] Jelin, 2002.

participación de militares aún en actividad en casos delictivos. En cualquier caso, ninguna de estas presunciones ha sido probada.

El desorden de esos primeros días hizo que se denunciara la desaparición de algunos documentos, llevados por periodistas, curiosos o personas extrañas. Con todo, la fuga de documentos había sido ínfima, pero ese caudal de papeles debía ser preservado. Ésa fue la primera preocupación de las organizaciones sociales que convivían con un stronismo aún demasiado cercano y amenazante.

Desde el momento del hallazgo la participación ciudadana fue fundamental. Los documentos fueron trasladados por una larga cadena humana hasta camiones, que llevaron los desordenados libros y carpetas hasta la secretaría de un juzgado en el Palacio de Justicia. El traslado se completó en unas 12 horas. En el interior del edificio público se estableció durante varios días una vigilia de voluntarios, ante el temor de que aquel tesoro documental pudiera ser destruido. Los archivos encontraron su lugar definitivo en el octavo piso del Palacio de Justicia. Fue una decisión acertada, pues los documentos estuvieron protegidos y en la propia casa de la Justicia paraguaya.

Dos días después del hallazgo de los archivos, otro juez ordenó el allanamiento de un emblemático edifico de la represión: la Dirección Técnica del Ministerio del Interior. Se trataba de un sector policial especializado en la represión al comunismo, cuyo director era Antonio Campos Alum, un referente conocido de la Liga Mundial Anticomunista. Notablemente, en su propio escritorio fueron encontrados los documentos personales de Derlis Villagra, uno de los desaparecidos de la dictadura. La documentación allí incautada se incorporó a los "archivos del horror" en enero de 1993. Con el paso del tiempo, otros allanamientos judiciales incorporaron a ese acervo otros archivos, como los del Departamento Judicial de la Policía, los de la Comisaría Tercera de Asunción y los de la Delegación de Gobierno de Caaguazú.

El resguardo de esos papeles, su clasificación y, a la vez, su apertura al público en general, fueron algunas de las pocas cosas de la que los paraguayos podemos sentirnos plenamente orgullosos durante esta transición democrática. El proceso de clasificación fue iniciado a comienzos del año siguiente, gracias a la colaboración de dos organizaciones no gubernamentales (el Centro de Documentación y Estudios y el Comité de Iglesias Para Ayudas de Emergencia), que ofrecieron recursos humanos especializados en documentación y archivo. En un clima de gran desconfianza se fueron sumando, con el paso del tiempo, la propia Corte Suprema de Justicia, organismos internacionales y otras estructuras

del Poder Judicial. La salida encontrada fue la creación del llamado Centro de Documentación y Archivo en la propia sede del Palacio de Justicia, de acceso libre y que, hoy en día, ha logrado microfilmar, digitalizar y proteger la documentación.[5]

Constituido el Centro de Documentación y Archivo, un proyecto de cooperación entre la Corte Suprema de Justicia, la Fiscalía General del Estado y la Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos (Usaid) logró concretar el objetivo de convertir dicha entidad en un organismo en condiciones de proteger, sistematizar, investigar y difundir las informaciones contenidas en los archivos.

Es importante resaltar el alto grado de eficacia que tenía el sistema de archivo de datos de la Policía paraguaya: Luego de varios intentos de prueba y error para clasificar los libros y contenedores encontrados, los documentalistas encargados del ordenamiento de los mismos optaron por adaptarse a las pautas utilizadas por sus antiguos dueños. Este sistema, una vez comprendido, se reveló extraordinariamente sencillo y eficaz. A partir del nombre de un sospechoso, era posible encontrar manualmente y en escasos minutos su ficha anterior, su foto, su declaración indagatoria y los resúmenes de inteligencia del caso que motivó su detención previa. Muchos meses después de su descubrimiento, los "archivos del horror" – nombre popularizado por la prensa – habían dejado de ser una polvorienta y respetable montaña de papeles para tomar la forma de una biblioteca.[6]

¿Qué contienen estos archivos?

Están integrados, en su mayor parte, por material producido por la Policía. Además de un importante sector ocupado por documentos administrativos generados por la burocracia interna policial, la parte importante de esos papeles radica en los informes, fichas, estudios de inteligencia, listas de presos, libros internos vinculados a la represión social y política y estudios de evaluación archivados por los jefes del Departamento de Investigaciones a lo largo de más de 40 años. Sin duda, la contribución más trascendente para este archivo fue la

---

[5] Cipae, 1999.

[6] Boccia et al., 2006.

obsesión del sempiterno jefe Pastor Coronel por archivarlo todo, de forma meticulosa y, en los casos en que fuese posible, por duplicado.

Además de eso, los archivos tienen una sección de materiales confiscados por la Policía en allanamientos: cartas personales, literatura política, fotos, panfletos, libros, recortes de periódicos, etc. En ningún otro lugar del Paraguay hay colecciones tan completas – y, a veces, tan bien encuadernadas – de los periódicos universitarios, pasquines opositores y revistas de la Iglesia, culturales y comunitarias potencialmente disidentes al gobierno.

El Centro de Documentación y Archivo contiene aproximadamente 700 mil folios distribuidos en:

- 600 libros encuadernados y clasificados con un sistema de números y letras (alfanumérico). Las letras identificativas tenían su propio significado y dan una idea del amplio espectro de las organizaciones y sectores que eran vigiladas por los agentes de la represión:

  A: Entrada y salida de presos
  D: Notas al jefe de Investigaciones
  E: Informes confidenciales
  F: Informes de vigilancia domiciliaria de opositores
  H: Disposiciones administrativas
  J: Notas de servicio del personal
  L: Declaraciones indagatorias de los prisioneros
  N: Lista de recluidos en cuarteles
  P: Control de partidos políticos
  Q: Control de centros estudiantiles
  S: Publicaciones periódicas
  W: Informes sobre grupos subversivos
  Z: Control de sindicatos

- 115 libros de Novedades de Guardia de la Dirección de Política y Afines, de la Dirección de Vigilancia y Delitos y del domicilio del jefe del Departamento de Investigaciones, Pastor Coronel. Los libros de Novedades incluyen los informes diarios de la guardia del Departamento de Investigaciones y presentan descripciones de los sucesos ocurridos co-

tidianamente en la dependencia. Los libros de Entrada y Salida de detenidos tienen un índice alfabético, lo que facilita la búsqueda.

- 181 archivadores y 204 contenedores de cartón en los que están agrupados informes y documentos de origen muy diverso.
- 574 carpetas con informaciones sobre partidos políticos, sindicatos, mapas, vigilancia a personas y entidades, etc.
- 8.369 fichas de detenidos del Departamento de Investigaciones, Sección Técnica y Departamento Judicial. También existen fichas con los datos de personas que no habían sido detenidas pero que, por algún motivo, eran sospechosas para la Policía. En ellas figuran informaciones sobre la persona que eran actualizadas periódicamente, en lo relativo a domicilio, actividad laboral y salidas del país. Una vez detenido el sospechoso, había bastante trabajo adelantado.
- 1.888 cédulas de identidad y pasaportes (la mayora de ellos encontrados bajo tierra en el mismo local donde se hallaron los archivos).
- Alrededor de 3 mil fotografías de detenidos, actos políticos, acontecimientos sociales y álbumes de fotos familiares incautados en allanamientos.
- Con los libros incautados a los detenidos fue posible crear una biblioteca de 1.500 volúmenes, que se encuentra en el CDA. Figuran textos políticos de izquierda, de historia y sociología; pero también de trigonometría y ciencias naturales.
- 543 casetes con grabaciones de reuniones y paneles políticos, conferencias, homilías, discursos y programas radiales.
- Documentos anteriores a 1954 (año de la asunción al poder de Alfredo Stroessner) que fueron agrupados bajo el nombre de “archivo prestronista” y que cubren, con distintas fuentes documentales, las décadas de 1930 y 1940. Son 28 libros con registros de nombres, prontuarios policiales, listas de dirigentes obreros, entradas policiales, etc.; y cerca de 4 mil fichas-registro.[7]

[7] Boccia et al., 2006; Jelin, 2002.

La variedad de temas contenidos en estos folios es enorme. Hay informes sobre los asistentes a fiestas familiares; los números de placa de los autos que estacionaban en las inmediaciones de una reunión; controles detallados de quienes entraban y salían del país por los puestos fronterizos; listas de “agentes confidenciales”; e incluso la lista de los invitados a bodas de familias opositoras o al velorio de un dirigente de la disidencia.

La ansiedad ciudadana y periodística por conocer tanto tiempo de historias ocultas relegó a un plano muy secundario el debate sobre el resguardo de la documentación privada. Mucha de la información que constaba en dichos documentos había sido obtenida de forma ilegal, bajo tortura u otros tipos de coacciones; por otra parte, había mentiras e inventos de la propia Policía. ¿Hasta qué punto era aceptable publicar datos que podrían ser falsos y podrían dañar el honor de una persona? Finalmente, buena parte de lo allí encontrado no era otra cosa que “trofeos” robados por la propia Policía en secuestros y allanamientos ilegales. Nunca hubo una normativa al respecto, lo cual originó algunas situaciones conflictivas que, sin embargo, nunca tuvieron demasiada relevancia pública.[8]

Los muertos por tortura y los desaparecidos

Las investigaciones judiciales sobre las decenas de presos políticos desaparecidos luego de su presumible asesinato en dependencias policiales tropezaban hasta entonces con dos obstáculos insalvables: la ausencia de evidencias sobre su captura por la Policía y la escasa voluntad de los jueces de encarcelar a personajes cuyo poder era real hasta muy poco tiempo atrás. Con la documentación aportada por estos archivos, los argumentos de los abogados defensores de los torturadores y de sus mandantes se derrumbaron como un castillo de naipes. Resultaba imposible negar pruebas que tenían el sello oficial de la represión. Hasta el más timorato de los magistrados judiciales debió rendirse ante la evidencia de que era imposible no actuar.

Uno de los casos emblemáticos de esos días fue el de Mario Schaerer Prono, un dirigente del movimiento clandestino denominado Organización Político Militar (OPM) que fue detenido en abril de 1976 en un enfrentamiento

---

[8] Silva Catela, 2002a, 2002c; Leite, 1998.

policial. Si bien numerosos testigos aseguraban que había entrado vivo y caminando al Departamento de Investigaciones, la Policía afirmaba que había sido muerto en la balacera que precedió a su captura. El hallazgo de su ficha, con su foto y sus antecedentes, demostró que los familiares estaban en lo cierto cuando acusaban a la Policía de haberlo torturado hasta morir.[9]

Otros miembros de esta organización, de extracción campesina, también encontraron la muerte en ése y otros cuarteles policiales del interior del país. Un informe de un comisario de una ciudad del departamento de Misiones dirigido a sus superiores de la capital, bajo el tétrico título de "Empaquetados", elevaba la nómina de los ocho "terroristas" ejecutados. Dos jóvenes campesinos muertos durante una de las típicas formas de tortura paraguaya, la inmersión en la "pileta" figuraban en los informes policiales con certificados de defunción en los que se atribuía su fallecimiento a "edema agudo de pulmón", una afección propia de ancianos y cardiópatas.[10]

Los hermanos Benjamín y Carlos Ramírez Villalba, así como Amílcar Oviedo y Carlos Mancuello, habían formado parte de un grupo que intentó fallidamente atentar contra Stroessner. Fueron detenidos en 1974 y llevados al Departamento de Investigaciones. Fueron varios los detenidos que, luego de recuperar su libertad, relataron haberlos visto con signos brutales de tortura. En 1976 desaparecieron. La Policía negaba haberlos tenido presos. Con los archivos fue posible reconstruir con precisión este caso y determinar que fueron asesinados el 21 de septiembre de ese año. El libro de novedades de guardia consignaba que ese día los prisioneros se "fugaron". Sus cuerpos nunca fueron encontrados.[11] En el año 2006 la Corte Interamericana de Justicia condenó al Estado paraguayo a indemnizar a los familiares de estos desaparecidos y a otras medidas de reparación.

Tantos fueron los casos dilucidados a partir de esos papeles que la lerda Justicia paraguaya pudo darse el lujo de hacer algo que no ocurrió muy rápido en los países vecinos: juzgar y condenar a los torturadores. Los que hacían el trabajo sucio en el Departamento de Investigaciones sufrieron penas de 20 y 25 años de cárcel.

---

[9] Boccia, 1997.

[10] Boccia, 1997; Boccia et al., 2006.

[11] Boccia, 1997.

Tanto el jefe de Policía, el general Francisco Alcibíades Brítez Borges, como el jefe del Departamento de Investigaciones, Pastor Coronel, fallecerían años después en prisión. Otros policías de rango intermedio fueron recuperando su libertad por compurgamiento de pena o por acceder a medidas de prisión domiciliaria. A la cárcel no llegaron los jefes militares, obviamente al tanto y cómplices de los abusos, pues éstos aún detentaban en aquellos años un poder considerable.

Los largos vuelos del Cóndor

La existencia de un vasto pacto de cooperación represiva entre las dictaduras militares del Cono Sur en la segunda mitad de la década del 70 había sido denunciada por varios sobrevivientes de la represión militar. Era difícil, sin embargo, separar los hechos reales de la ficción. Y el tema hubiera continuado en un territorio de penumbra si los "archivos del horror" no hubieran aportado pruebas concluyentes del accionar de ese peculiar esquema de terror interestatal.[12]

Allí se encontraron las invitaciones para la reunión inaugural de Operativo Cóndor – Santiago de Chile, noviembre de 1976 –, la idea original del jefe de la Dina chilena, Manuel Contreras; las actividades desarrolladas por las delegaciones participantes; y hasta los códigos secretos de comunicación que serían utilizados. A partir de esas constataciones, investigadores de todo el mundo recurrieron a dichos archivos para intentar completar el rompecabezas, confirmar sus teorías y documentar sus publicaciones.

Se encuentran también en los archivos las historias secretas de muchas víctimas de dicho operativo. Uno de los principales enemigos públicos de Alfredo Stroessner era el médico Agustín Goiburú, dirigente de una fracción disidente del Partido Colorado que había sido secuestrado en aguas del río Paraná y apresado en una comisaría de Asunción. Goiburú logró fugarse por un túnel y, en conocimiento de que Stroessner intentaría capturarlo de nuevo, se radicó en la ciudad argentina de Entre Ríos (provincia de Paraná, Argentina). Sin embargo, en febrero de 1977, un comando conjunto de agentes paraguayos y argentinos actuando al impulso del Operativo Cóndor lo secuestró en su consultorio y lo

---

[12] Sannemann, 1994.

convirtió en un desaparecido más. También por este caso, perfectamente documentado en los archivos de la Policía paraguaya, la Corte Interamericana de Justicia condenó al Estado paraguayo a pagar millonarias indemnizaciones a sus familiares.

En los archivos se demuestran, además: el intercambio de prisioneros argentinos, uruguayos y chilenos que habían sido detenidos en el Paraguay; la presencia de interrogadores de esos países en el Departamento de Investigaciones; los viajes de oficiales de Policía paraguayos para interrogar a compatriotas presos en Argentina antes de que fuesen desaparecidos; y el fluido intercambio de informaciones sobre las actividades de los grupos subversivos. Cuando el juez español Baltasar Garzón, en el marco del juicio al que era sometido el ex dictador chileno Augusto Pinochet, requirió a la Justicia del Paraguay el envío de los documentos obrantes en esos archivos sobre el Operativo Cóndor, varios centenares de folios le fueron enviados.[13]

La importancia de los archivos

Un primer e irrefutable valor de este archivo es, pues, su aporte **jurídico**. Los procesos judiciales, como se ha dicho, se destrabaron y numerosos represores terminaron presos. Otros, como el ex ministro del Interior Sabino Montanaro, debieron buscar refugio en Honduras y nunca más volvieron al país. Tampoco lo hizo el dictador Alfredo Stroessner, refugiado en Brasilia pero con el ignominioso rótulo de prófugo de la Justicia paraguaya hasta su fallecimiento, en 2006. En el ámbito internacional, los "archivos del horror" sirvieron como soporte documental a numerosos juicios realizados contra represores argentinos y chilenos por su participación en la desaparición de personas en el contexto del Operativo Cóndor.[14]

Por otra parte, para centenas de paraguayos que habían sido víctimas de la represión stronista, estos archivos se constituyeron en una posibilidad real de documentar su detención y los daños derivados de la misma. La nueva figura jurídica del *habeas data* adquiría una utilidad concreta en los juicios de reparación e indemnización a dichas personas. La Comisión de Verdad y Justicia que, en el

[13] Blixen, 1994; Boccia et al., 2002; Sannemann, 1994.

[14] Anguita, 2001.

momento de escribir este trabajo, aún desarrolla sus investigaciones tiene en los "archivos del horror" una fuente documental de gran valor para contrastar los testimonios que recoge de las víctimas.[15]

Tampoco puede subestimarse su valor **histórico.** Se encuentra allí casi medio siglo de historia oculta del Paraguay. Aquella parte de la verdad que no integra el discurso oficial y que habitualmente nunca sale a la luz. Tratándose del poder detentado por un mismo partido – y durante 35 años gobernado omnímodamente por una sola persona – aparecen aquí y allí visiones de la coyuntura y justificaciones ideológicas de un periodo de la historia regional aún poco estudiado. Las relaciones de poder; la sujeción a la Doctrina de Seguridad Nacional; el nivel de conocimiento e influencia de las administraciones norteamericanas; los diferentes grados de resistencia o connivencia de los partidos opositores; y el asfixiante control que sufría la población en general sobre todas sus actividades..., todo ello puede ser mejor comprendido a través de numerosos informes y análisis de quienes tenían a su cargo la seguridad del Estado.[16]

Hay también un valor **político** irrefutable. Y es que, después de la aparición de estos archivos, la visión de la sociedad – y, sobre todo, de las nuevas generaciones – sobre lo que fue el stronismo cambió radicalmente. Las violaciones de los derechos humanos ya no podían ser negadas, ni Stroessner recordado como un anciano apacible que desconocía lo que hacían sus colaboradores. La mirada inconsciente de los paraguayos sobre el régimen de Stroessner hubiera sido mucho más benigna si no hubieran existido las pruebas que dejó este archivo. A la sociedad paraguaya, incluso a aquella parte que se mantuvo indiferente y pasiva ante las arbitrariedades, se le descorría el velo de la mentira.[17]

Del mismo modo, la justificación de las luchas de las víctimas de la represión hubiera sido distinta. La decadencia del pensamiento stronista, hasta convertirse hoy en una facción minoritaria del Partido Colorado, tiene que ver con el progreso de una cierta institucionalidad democrática; pero también con el temor que despierta una vuelta al pasado de violencia que la dictadura repre-

[15] Cipae, 1999; Cuya, 1996; Silva Catela, 2002a.

[16] González Quintana, 1998; Mendonça, 1996.

[17] González Vera, 2002.

senta. Los "archivos del horror" han tenido mucho que ver con el fortalecimiento de esta conciencia.

Desde el punto de vista **documental,** los archivos se constituyeron en un acervo indispensable para las investigaciones que se abocaron al estudio, entre otros temas, del Operativo Cóndor. En los años recientes han sido publicados numerosos libros de autores de varias partes del mundo sobre este operativo.[18] En mayor o menor grado, todos ellos han debido recurrir a estas fuentes documentales. En ningún otro país de la región se ha encontrado un material tan compacto y completo sobre los años de represión. Lamentablemente, los investigadores paraguayos han subutilizado el archivo, dejando que numerosas vetas y temas inexplorados de nuestro pasado reciente sigan esperando a un historiador curioso y paciente que las revele al público. En ese sentido, el archivo ofrece nuevas vías para nuevos ciclos de producciones.[19]

Por último, aunque no menos importante, debe destacarse el valor **simbólico** de los archivos. Ellos se convirtieron en un símbolo en sí mismo. En Paraguay, la palabra memoria está indefectiblemente ligada a estos archivos. La imagen de esos documentos pasando de mano en mano el día de su hallazgo, así como la de los libros policiales ordenados en los anaqueles del Centro de Documentación y Archivo, se convirtió en el ícono de una época en la que se rompía con el pasado y se empezaba a caminar hacia la democracia.[20]

Una ley promulgada en 1998 declaró el archivo "patrimonio nacional y cultural" del país y, recientemente, el 22 de diciembre – día del descubrimiento de los archivos – fue declarado "día de la dignidad nacional". Ese Centro es un lugar de visita de estudiantes secundarios y universitarios, paso obligado para visitantes extranjeros con alguna vinculación con los derechos humanos y fuente de inspiración para otras iniciativas de la memoria. Una de ellas es la que logró convertir la sede de la temible Sección Técnica del Ministerio del Interior en el hoy denominado Museo de las Memorias.

Las autoridades gubernamentales de la transición han guardado distancia y mirado con indiferencia al "archivo del horror", pero la persistencia de

---

[18] Blixen, 1994; Boccia et al., 2002; Sannemann, 1994.

[19] Jelin, 2002; Mendonça et al., 1996.

[20] Silva Catela e Jelin, 2002; Silva Catela, 2002b.

organizaciones ciudadanas y de numerosos emprendedores de la memoria ha permitido preservarlo. Y eso no es poca cosa en un país con larga historia de amnesia colectiva.

Bibliografía

ALMADA, Martín. El descubrimiento de los archivos secretos de la Policía política de Paraguay. Operativo Cóndor. Impacto sobre la Justicia universal. In: CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE DERECHOS HUMANOS Y EL PRINCIPIO DE JUSTICIA UNIVERSAL. 1. *Anales*... Madrid, 1 de marzo de 2000.

ANGUITA, Eduardo. *Sano Juicio. Baltasar Garzón, algunos sobrevivientes y la lucha contra la impunidad de Latinoamérica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

BLANCH, José M. et al. *El precio de la paz*. Asunción: Ediciones Cepag (Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch), 1991.

BLIXEN, Samuel. *El vientre del Cóndor. Del Archivo del Terror al caso Berríos*. Montevideo: Ediciones de Brecha, 1994.

BOCCIA PAZ, Alfredo. *La década inconclusa. Historia real de la OPM*. Asunción: Editorial El Lector, 1997.

______; GONZÁLEZ, Myriam; PALAU, Rosa. *Es mi informe. Los archivos secretos de la Policía de Stroessner*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios/Servilibro, 2006.

______; LÓPEZ, Miguel; PECCI; Antonio; JIMÉNEZ, Gloria. *En los sótanos de los generales. Los documentos ocultos del Operativo Cóndor*. Asunción: Expolibro/Servilibro, 2002.

Comité de Iglesias Para Ayudas de Emergencia (Cipae). *Testimonio contra el olvido. Reseña de la infamia y el terror*. Asunción: Cipae, 1999.

CUYA, Esteban. Las Comisiones de la Verdad en América Latina. Ko'äga Roñe'ëta, 1996. In: www.derechos.org/koaga/iii/l/cuya.html.

______; JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión:* documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Archives of the security services of former repressive regimes. *Janus*, n. 2, p. 7-23, 1998.

GONZÁLEZ VERA, Myriam. Los archivos del terror del Paraguay. La historia oculta de la represión. In: ______;JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión:* documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

LEITE, Celia Costa. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 11, n. 21, 1998.

MENDONÇA, Eliana et al. *Os arquivos das polícias políticas. Reflexos da nossa história contemporânia*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

SANNEMANN, Gladys M. de. *Paraguay y la Operación Cóndor en los Archivos del Terror*. Asunción: Edición de la autora, 1994.

SILVA CATELA, Ludmila da. Territorios de memoria política. Los archivos de la represión en Brasil. In: _____; JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión:* documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002a.

______. El mundo de los archivos. In: _______; JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión:* documentos, memoria y verdad. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002b.

______. De la expropiación a la verdad: dilemas entre la democratización de la información y el resguardo de la vida privada en los archivos de la represión en Brasil. In: GODOY, Cristina (Ed.). *Historiografía y memoria colectiva. Tiempos y territorios.* Madrid: Miño y Dávila, 2002c.

Apéndice fotográfico

Los documentos secretos de la Policía política de Stroessner aparecen por sorpresa en diciembre de 1992 en un poco conocido cuartel de la ciudad de Lambaré, vecina a Asunción.

Los jueces Benítez Riera y José A. Fernández rodeados por los documentos del "Archivo del horror", incautados el 22 de diciembre de 1992.

Los documentos pasan de mano en mano de curiosos, víctimas de la dictadura y periodistas hasta el enorme camión que trasladaría los documentos a la sede judicial. El traslado duró 12 horas. La presencia ciudadana fue fundamental para la preservación del archivo.

Los archivos recién descubiertos fueron trasladados el mismo día a una secretaría del Poder Judicial. El desorden era evidente.

Álbum de fotos de militantes del Partido Comunista Paraguayo apresados en la década de 1970.

Reunión del opositor Acuerdo Nacional interrumpida por la Policía. Los números en la foto facilitaban la identificación de los activistas para el resto de los agentes policiales.

SALIDA DE PRESOS 00053F 0229 205

Imprenta Nacional

DOMICILIO	CAUSA	PROCEDENCIA	FECHA DE SALIDA Año	Mes	Día	Hora	OBSERVACIONES
Colonia Repatriación							
Gral Genes y S. Long			1976	Abril	8		
Sucre e/E. Miranda y Denis Roa			1976	Abril	6		
Rca Argentina Nº 2392			1976	Abril	8		
Gral Santos 1933			1976	Abril	8		
Zorrilla de San Martín y Obispo Maiz.			1976	Obre	21		6-IX-76 al Penal de Emboscada
Perú e Baldo del Guaira 690			1976	Abril	8		
Clorinda (Rca de Bs As (RA) San Antonio Pueblo Blanca-Mannela) Cap. Grinn y Castanona			1976	Abril	28		
Barrequillo (San Lorenzo) Weisman 1540 Lozón Rca Bs As			1976	Junio	23		21-11-78 Red. domiciliaria
Caballero c/5ª Pydas.-			1976	Mayo	20		3-V-76 al Dpto Jud. y luego a la 1ª.—
R.I. 1 e/ 2 de Mayo y Nicanor Torales.-			1976	Mayo	20		
Alberdi e 7ª y 8ª misterio Capri			1976	Mayo	20		3-V-76 al Dpto Jud. luego a la 1ª
Quesada y 23 (Rca de Bs As) y en la Colonia 20 de Junio Borja			1976	Mayo	20		
Salta 1640 (Resistencia RA) y en Guarambaré)			1976	Mayo	7		
San Antonio (Cñia Aborayaty)			1977	Marzo	11		6-IX-76 al Penal de Emboscada
Avda Japón y 24 Pydas.-			1976	Mayo	25		
Roque González (Cnia. Simbrón)			1976	Agosto	13		9-6-76 Pasó a Judicial
Manuel Domínguez 1233 y Cap. Figari			1976	Julio	6		
Perú y Nicaragua			1976	Mayo	17		
Col. Fátima (Sta. Rosa-Mnes)			1978	abril	20		9-6-76 Pasó a Judicial, luego a Emboscada
Valle Ybate (Lambaré)			1976	Mayo	24		Pdo al Dpto Judicial 6-VII-76
24 e/5ª y 6ª (Sajonia)			1978	Febrero	28		6-IX-76 al Penal de Emboscada
24 e/ 5a. y 6a.			1976	Nbre	25		2-6-76 Pasó a Judicial, luego a Emboscada
Guatemala y Plaza - en Pto. Pablo			1976	Abril	23		
Benítez Vera y Quesada			1976	Mayo	12		
Mcal de Portugal 1591 (Bº Sajonia)			1976	Mayo	7		

Página de uno de los libros de "Entrada y salida de presos", convertidos en evidencias incontrastables de la presencia de algunos desaparecidos en el Departamento de Investigaciones.

DPTO. DE INVESTIGACIONES
Direc. de Política y Afines
Sección Técnica

DATOS PERSONALES

FICHA 3044
Fecha 5 Abril 1976

00092F 2138

De MARIO SCHAERER PRONO Apodo:
Hijo de MARIO SCHAERER y de CELIA PRONO DE SCHAERER
Seudónimo Lugar y fecha de nac. 5 Octubre 1952 Fomosa
Edad 23 Est. Civil casad Profesión educacionista Domicilio Sucre e/Emeterio Miranda y Denis Roa
Ideología Política APOLITICO
Nacionalidad argentino Entró al país en el año 1953

DATOS DE IDENTIFICACION

Céd. de Identidad Prio.
Raza blanca Talla 1.68 Cuerpo mediano Cutis blanco Cabello vastaño
Barba afetidad Bigote afetida Frente vertical Cejas arquedas Ojos color marron
Párpados normal Nariz Dor. recto Base levantada Boca mediana Labios normal Mentón recto
Orejas meeiana Lóbulos separada SEÑAS PARTICULARES:

NOMBRE DE PARIENTES

GUILLERMINA KANONIKOFF esposa
MARIA DEL CARMEN Hna.
FERNANDO Hno.
CELESTE Hna.

Foto Foto

Mano Derecha: PULGAR INDICE MEDIO ANULAR MEÑIQUE
Mano Izquierda: PULGAR INDICE MEDIO ANULAR MEÑIQUE

Ficha del activista de la Organización Político Militar, Mario Scherer Prono muerto por tortura en el Departamento de Investigaciones en 1976. Hasta antes de la aparición de este documento, la Policía alegaba que había fallecido en un enfrentamiento callejero.

00143F 1129
00017F 1318 REFERENCIAS
DETENIDA: el 29 de marzo de 1.977. Ingresó al País en la segunda quincena de enero de 1.977. Fué detenida en compañía de su concubino ALEJANDRO JOSE LOGOLUSO, quién poseia documento falso a nombre de GUILLERMO OSCAR STAGNI y otros extremistas Uruguayos y Argentinos, alojados en la Pensión de Fulgenvio R. Moreno Nº 884, llegados de la Argentina con propósitos de obtener documentos Paraguayos. Se conoció con su concubino en la ciudad de Mar del Plata y llegados al Paraguay en la Pensión indicada se conoció con José Nell (Montoneros), quién trató a la prontuariada y a su concubino reemplazrlos en las negociaciones de obtener ducumentos paraguyos "Falsos" a Argentinos políticos salidos de su país, mientras dure la visita al Paraguay del P Presidente Argentino VIDELA, por cuestiones de seguridad. Pertenece a la Juventud Peronista.-
Imprenta Nacional

De órden Superior, el 16 de Mayo de 1.977, viajó a Buenos Aires R.A. en compañía de Gustavo Edison Inzaurralde, José Nell, Alejandro Logoluso y Nelson Rodolfo Santana Scotto, quedando los mismos a disposición de las Autoridades Argentinas.- - - - - - - - - - - - - - - - -

PULGAR INDICE MEDIO ANULAR MEÑIQUE
Serie
Mano Izquierda

Ficha de la argentina Dora Marta Landi, apresada por la Policía paraguaya en Asunción en 1977 y entregada posteriormente a militares argentinos, quienes, en el marco del Operativo Cóndor, la trasladaron con otros presos a su país y la desaparecieron.

El Centro de Documentación y Archivo empieza a adquirir su aspecto actual luego del ordenamiento y clasificación de los documentos descubiertos en diciembre de 1992.

El Centro de Documentación y Archivo, ubicado en el octavo piso del Palacio de Justicia. Es de acceso público y se ha convertido en un monumento a la memoria y en espacio de búsqueda e investigación sobre el pasado reciente.

Parte II

Golpes e ditaduras na América Latina

3 O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA

*Carlos Fico**

Com o término da II Guerra Mundial, a relativa importância estratégica que o Brasil tivera para os Estados Unidos na época do conflito começou a diminuir – algo que, na verdade, iniciou-se ainda durante a guerra, depois do sucesso da invasão do norte da África pelas forças anglo-americanas, em 1942, já que o perigo de invasão do território brasileiro, depois disso, diminuiu bastante. Até então, foi muito importante para os EUA a possibilidade de usar bases aéreas e outras instalações no Nordeste brasileiro, o que vinha acontecendo intensivamente desde março, quando um acordo entre os dois países foi feito, superando as restrições que existiam entre alguns militares brasileiros quanto à presença de soldados estrangeiros uniformizados em território nacional, bem como ao direito de aviões americanos decolarem e pousarem no Brasil sem aviso prévio. Mesmo depois de novembro, entretanto, as bases militares norte-americanas no Nordeste continuaram importantes, em apoio às rotas do Atlântico Sul e do Oriente Médio, além da África.

Da parte dos Estados Unidos, não havia a expectativa de participação de tropas brasileiras no conflito, de modo que a surpreendente solicitação de Getúlio Vargas implicou certos cuidados relativos à escolha do local (cogitou-se inicialmente do norte da África) e logísticos (seria preciso equipar a Força Expedicionária Brasileira). A manobra teve grande efeito simbólico, ampliando as expectativas brasileiras de granjear uma "posição especial" nos assuntos inter-

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

nacionais após a guerra. Seja como for, a participação brasileira na guerra foi importante para que os Estados Unidos pudessem afirmar sua liderança no continente, especialmente diante da opção de neutralidade da Argentina.[1] No que se refere ao Brasil, a guerra também rendeu bons frutos ao governo americano na medida em que, a partir de então, tornou os Estados Unidos o principal fornecedor de armas e criou, entre os militares brasileiros, uma atmosfera predominante de simpatia em relação ao país-líder do Ocidente. O general Castello Branco, por exemplo, que seria o primeiro presidente da ditadura militar, estabeleceu fortes laços de amizade nos campos de batalha italianos com o militar norte-americano Vernon A. Walters. Essa relação de confiança seria fundamental para que Walters, então como adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, obtivesse informações privilegiadas dos militares na época do golpe de 1964.

Não se dirá que, depois da guerra, todo o governo norte-americano, em uníssono, considerasse desimportante o estabelecimento de relações privilegiadas com o Brasil, ou que não visualizasse expressivas potencialidades econômicas aqui, mas a avaliação sobre a desimportância estratégico-militar da América Latina consolidou-se desde os anos 1950. No caso brasileiro, após o término da II Guerra Mundial, o governo Dutra (1946-51) entendia-se merecedor de algum tipo de favorecimento dos Estados Unidos, já que o Brasil se havia revelado um aliado ativo no esforço de guerra. A vinda das missões técnicas norte-americanas Taub e Cooke, ainda em 1942 e 1943, estimulou as esperanças do Brasil, já que elas destacaram a necessidade de apoio aos esforços de industrialização do país. Após a guerra, porém, as atenções e os dólares dos Estados Unidos voltaram-se para a Europa, através do Plano Marshall,[2] pois a situação de ruína do Velho Continente era incompatível com o estabelecimento de uma economia internacional fundada no livre-comércio, na conversibilidade das moedas, na abertura dos mercados e, não menos importante, na liderança norte-americana.

No campo militar, em meados dos anos 1950, era patente para o governo americano que a venda de armas para os países latino-americanos, além do for-

---

[1] Moura, 2000; Fontaine, 1974:23.

[2] O Programa de Recuperação Europeu, proposto pelo secretário de Estado George Marshall, em 1947, financiou a reconstrução da Europa através de ajuda econômica dos Estados Unidos, entre 1948 e 1951, no valor de US$13 bilhões.

necimento de equipamentos e treinamento (o chamado "programa de ajuda militar"), tinha alcance algo restrito e, ao invés de um significado propriamente militar, tais vendas apenas "ajudavam os Estados Unidos a cultivar relações diplomáticas com os ditadores militares que dominavam a América Latina" na época.[3] O programa era uma herança da II Guerra Mundial e, no caso latino-americano, objetivava manter a dependência da região em relação aos Estados Unidos: em troca do fornecimento de armamentos, a América Latina deveria comprometer-se com a defesa do continente contra ataques extracontinentais. A idéia principal era excluir antigos fornecedores europeus (inclusive a Alemanha e a Itália). Resistências anteriores dos parlamentares norte-americanos – já que a ajuda obviamente implicava custos financeiros – foram sendo vencidas depois do ataque da Coréia do Norte (comunista) à Coréia do Sul, em 1950, que surpreendeu os Estados Unidos e iniciou a Guerra da Coréia (1950-53), motivadora de uma crescente preocupação anticomunista que conferiu à guerra fria ares de necessidade (ao menos da perspectiva da opinião pública norte-americana). Mas sempre foi flagrante que "fornecer tanques a Honduras ou ao Equador provavelmente não impediria que a URSS lançasse um ataque nuclear". Tanto o presidente republicano, Dwight D. Eisenhower (1953-61), quanto o futuro presidente pelo Partido Democrático, John F. Kennedy, concordavam, nos anos 1950, que o programa, em termos militares, não tinha grande importância.[4]

Essa perspectiva prevaleceria até aproximadamente 1958, quando uma tumultuada visita do vice-presidente Richard Nixon (na gestão de Eisenhower) à América do Sul e o início da luta de Fidel Castro contra Fulgencio Batista, em Cuba, começaram a chamar a atenção do governo norte-americano para a América Latina. Episódio que não se deve desconsiderar foi o lançamento da Operação Pan-Americana, pelo presidente Juscelino Kubitschek, também em 1958. Segundo Thomas C. Mann, que seria o principal conselheiro para a América Latina do futuro presidente Lyndon B. Johnson, a proposta de JK gerou uma mudança significativa na medida em que acabou por cristalizar a convicção dos países latino-americanos de que um forte programa de ajuda era necessário.[5]

---

[3] Rabe, 1999:126.

[4] Bundy, 1998:6.

[5] Mann, 1974:21-22.

A “desastrosa viagem à América do Sul” de Nixon,[6] em 1958, foi um episódio desimportante em si, mas levou o governo norte-americano a refletir sobre a sua relação com a América Latina, sobretudo no que se referia à assistência econômica, até então bem pequena. Aproveitando a posse de Arturo Frondizi na presidência da Argentina, em maio de 1958, o Departamento de Estado planejou a visita do vice-presidente de Eisenhower também a outros sete países latino-americanos. Em algumas capitais, como Lima e Caracas, Nixon foi bastante hostilizado, enfrentando situações constrangedoras em seus deslocamentos e manifestações estudantis contrárias à sua presença.[7] Na capital da Venezuela, ele foi “cercado pela multidão, vaiado, apedrejado e quase morto”.[8] Ficou patente, para o governo norte-americano, que a imagem dos Estados Unidos na América Latina era simplesmente péssima. A viagem ajudou a eliminar as restrições que Eisenhower fazia à criação de um banco interamericano, que começaria a operar em 1959.[9] Do mesmo modo, o Conselho de Segurança Nacional, em fevereiro de 1959, consagrou a abordagem de Roy Richard Rubottom, Jr., secretário assistente para Assuntos Interamericanos, que julgava acertado promover os interesses estadunidenses na América Latina concentrando-se nas questões sociais e econômicas. Segundo essa interpretação, a região passou a receber a atenção dos Estados Unidos não apenas do ponto de vista da manutenção de governos anticomunistas: também suas aspirações de crescimento econômico passaram a ser consideradas pelo governo norte-americano.[10]

Não foi o triunfo de Fidel Castro sobre o regime de Batista, em 1959, que levou à maior modificação adotada pelos Estados Unidos em relação à América Latina, mas sim, a implantação do regime socialista em Cuba, que se formalizou em abril de 1961, embora já fosse visível desde antes, em função de medidas como a nacionalização de propriedades norte-americanas e a rápida reorientação da venda do açúcar cubano para a URSS e a China. Eisenhower havia suspendido a importação do produto pelos Estados Unidos, em julho de 1960, em retaliação, por seu turno, ao acordo que Castro fizera com a URSS, no início do ano,

[6] Walker III, 1994:44.

[7] Walters, 1986:287 e segs.

[8] Dallek, 2007:25.

[9] Gil, 1971:217.

[10] Walker III, 1994:44.

que previa a troca de açúcar por petróleo e equipamentos.[11] Uma escalada de acusações se iniciou, pois, desde meados dos anos 1950, após a queda de Stalin, a URSS do primeiro-ministro Nikita Khruchtchev adotara uma nova estratégia de atuação, apoiando países em desenvolvimento, inclusive na América Latina, tendo em vista a expansão de seu poderio. Khruchtchev surpreendeu a todos quando declarou que qualquer agressão a Cuba poderia ser respondida militarmente pela URSS. A situação ainda mais se complicaria porque os Estados Unidos não conseguiram obter dos demais países latino-americanos uma desaprovação definitiva da política cubana já que, na reunião para tal fim convocada, em agosto de 1960, na Costa Rica, com os ministros de Relações Exteriores latino-americanos, ficou estabelecida uma condenação de quaisquer interferências extracontinentais (ou seja, as da URSS), mas também se definiu que uma intervenção dos Estados Unidos em qualquer república americana seria censurada. Até então, as populações e os governos latino-americanos viam com simpatia a revolução de Fidel Castro – algo que não desapareceria totalmente nem mesmo depois de os Estados Unidos adotarem políticas mais duras, ou até mesmo por causa disso.

O governo norte-americano optou por agir isolada e militarmente, fazendo planos para depor Castro. No final do governo de Eisenhower, as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba foram rompidas e o plano de invasão estava pronto. Tal desígnio seria levado a cabo por seu sucessor, John F. Kennedy (1961-63), em abril de 1961, apenas três meses após sua posse, e se transformaria num estrondoso fracasso, já que os invasores – exilados cubanos – foram derrotados rapidamente e o apoio militar aéreo norte-americano falhou. Até o final de 1961, os Estados Unidos decretariam a suspensão de todas as importações de Cuba, gerando, com a brutalidade da medida, mais antipatia entre os países latino-americanos. Em nova reunião de ministros das Relações Exteriores, dessa vez em Punta del Este, no Uruguai, em 1962, o Departamento de Estado conseguiu arrancar algumas vitórias – como a declaração de que Cuba era comunista e, por isso, incompatível com o sistema interamericano, além da suspensão do comércio de armas com a ilha. O tema cubano, doravante, estaria na ordem do dia da diplomacia interamericana, sobretudo após a crise de 1962, quando fotografias aéreas demonstraram que os soviéticos estavam construindo silos para mísseis ofensivos, bem como montando bombardeiros, em pleno

[11] Para uma análise sucinta desses episódios, consulte-se Gil, 1971:227 e segs.

território cubano. Kennedy declarou que qualquer ataque cubano seria considerado um ataque soviético e a difícil resolução da chamada "crise dos mísseis" por pouco impediu que a Guerra Fria se tornasse "quente". Em 1964, o governo norte-americano conseguiu fazer aprovar, entre os países latino-americanos, a recomendação de sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas com Cuba (que o Brasil dos militares implementaria obedientemente 30 dias após o golpe).[12]

Toda a questão cubana traria enormes conseqüências para a América Latina. Embora formuladores de política externa norte-americana, como o secretário de Estado Dean Rusk,[13] vissem a crise dos mísseis como um momento de virada, no sentido de que demandava o início de conversações em direção a uma distensão das relações conflitivas da Guerra Fria (que poderiam conduzir a uma hecatombe nuclear),[14] persistiria nos gabinetes governamentais norte-americanos, concomitantemente, uma postura de paranóica vigilância, traço fundamental para o desenvolvimento da nova política para a América Latina, baseada no fortalecimento dos militares da região, vistos como bastiões contra quaisquer sonhos revolucionários, e na política de ajuda econômica, sobretudo como pretexto para a construção de uma imagem mais positiva dos Estados Unidos e para a ampliação de sua capacidade de influir.

Assim, desde o final do governo de Eisenhower, em função de Cuba, mas também por conta da dramática consciência de sua má reputação na área, os Estados Unidos começaram a questionar a eficácia de sua política para a América Latina. Cuba, por exemplo, tinha recebido US$ 16 milhões de assistência militar durante os anos 1950 e mais de 500 oficiais cubanos haviam passado por treinamento militar norte-americano. Ainda assim, Fidel Castro derrotara o exército de Batista com táticas guerrilheiras.[15] Firmou-se, em decorrência, a convicção já mencionada, qual seja, a de que esse tipo de ajuda militar era inútil. No último ano da administração de Eisenhower, já se falava em tornar as

[12] Coelho, 2000:106.

[13] Rusk foi chamado para esse cargo pelo presidente John Kennedy e se manteve nele após o assassinato do presidente, durante o governo de Lyndon Johnson, permanecendo, portanto, entre 1961 e 1969.

[14] Zeiler, 2000:81.

[15] Rabe, 1999:126.

Forças Armadas latino-americanas menores, mais ágeis e, sobretudo, treinadas em técnicas de combate à guerrilha, capacitando-as também para operar no campo da segurança pública. Em outras palavras, ao invés de imprudentemente conceber tais Forças Armadas como capazes de dissuadir pretensões militares externas (afinal bastante improváveis), melhor seria – segundo tal lógica – aproveitá-las para impedir o suposto pipocar de "outras Cubas" (detectava-se, por exemplo, o surgimento de guerrilhas na Venezuela, na Guatemala e no Peru).[16] Paralelamente, conforme se firmava a interpretação de Rubottom já mencionada, consagrava-se a idéia de que os recursos investidos no aparelhamento das Forças Armadas latino-americanas deveriam ser desviados para a melhoria das condições de vida de suas populações empobrecidas – perspectiva humanitária anunciada nos discursos oficiais –, pois o pauperismo era visto como fomentador de revoluções (motivação mais efetiva que apenas se entrevia naqueles discursos).[17] Foi também nessa época, ainda no governo de Eisenhower, que se começou a falar em *civic actions*, isto é, o uso de forças militares em projetos não estritamente relacionados à segurança, como obras de engenharia, serviços públicos, transportes, comunicação, saúde, saneamento etc.[18]

Essa concepção, como se vê, não surgiu durante o governo de Kennedy,[19] mas foi este presidente que assumiu plenamente a estratégia da contra-insurgência, a partir do aconselhamento de funcionários como Walt W. Rostow, presidente do Conselho de Planejamento Político, e do conselheiro de segurança nacional, McGeorge Bundy, muito atentos às conquistas de Mao Tse-tung e Che Guevara e temerosos de que guerrilhas e guerrilheiros se espraiassem pela América Latina.

A concepção de algum modo supunha as Forças Armadas latino-americanas como gendarmes a serviço dos interesses dos Estados Unidos. Grande quantidade de militares latino-americanos seria treinada em unidades militares nos Estados Unidos ou na Escola das Américas, na Zona do Canal do Panamá.[20]

---

[16] Gil, 1971:237.

[17] Id. ibid., p. 127.

[18] Leacock, 1990:184.

[19] Walker III, 1994:55.

[20] Walker III, 1994.

Refletindo posteriormente, logo após sua saída do governo, Robert McNamara, secretário de Defesa no período 1961-68, diria que a política norte-americana de isolamento, anterior à II Guerra Mundial, tinha sido muito custosa. A adoção do princípio da defesa coletiva, em meados dos anos 1950, através do estabelecimento de dezenas de acordos militares na América Latina, havia reunido o continente contra o comunismo. Sendo a pobreza a semente da revolução violenta – concluía McNamara –, o crescimento econômico da região se impunha como um requisito de segurança que interessava aos Estados Unidos e, daí, a necessidade conjugada tanto da doutrina militar da contra-insurgência, quanto da Aliança para o Progresso.[21]

Com o lançamento da Aliança para o Progresso, em 13 de março de 1961, na presença de embaixadores de todo o continente, Kennedy passaria a galvanizar as atenções dos governos latino-americanos. Com a sua peculiar retórica, inusual entre norte-americanos, mas tão valorizada pelos latino-americanos, e sua reconhecida capacidade de usar os meios de comunicação, o discurso de lançamento da Aliança, proferido no Salão Leste da Casa Branca, usado para grandes reuniões, mencionou os personagens esperados (Bolívar, Juárez, Martí), reconheceu a antecedência do "majestoso conceito da Operação Pan-Americana", de JK, foi logo em seguida retransmitido pela Voz da América em espanhol, português e francês e fez muitas promessas:

> Se formos bem-sucedidos, se nosso empenho for arrojado o suficiente e determinado o suficiente, então o final desta década será marcado pelo início de uma nova era na experiência americana. Os padrões de vida de cada família americana estarão crescendo, a educação básica estará disponível para todos, a fome será uma experiência esquecida, a necessidade de ajuda externa maciça terá passado, muitas nações terão entrado em um período de crescimento auto-sustentável e, mesmo que ainda haja muito a fazer, cada república americana será a mestra de sua própria revolução.[22]

---

[21] McNamara, 1968:4, 6-8, 29, 31, 148, 151-152.

[22] "If we are successful, if our effort is bold enough and determined enough, then the close of this decade will mark the beginning of a new era in the American experience. The living standards of every American family will be on the rise, basic education will be available to all, hunger will be a forgotten experience, the need for massive outside help will have passed, most nations will have entered a period of self-sustaining growth, and though there will be still much to do, every American Republic will be the master of its own revolution" (Kennedy, 1961).

A despeito da grandiloqüência de Kennedy e do sucesso diplomático de seu desempenho, a Aliança para o Progresso não deixaria de ser vista pela América Latina como mais um programa de ajuda convencional, e a parceria de mão dupla desejada por seus formuladores nunca chegaria a se efetivar plenamente. Ademais, a administração da Aliança seria confiada à Agência para o Desenvolvimento Internacional (U.S. Agency for International Development – Usaid), que, no final de 1961, estava apenas começando suas atividades, pois, em setembro, o Congresso norte-americano havia reorganizado todos os programas de assistência externa até então existentes, inclusive separando os militares dos demais, e a Usaid foi estabelecida em novembro para cuidar da assistência econômica. A inexperiência norte-americana em relação à América Latina e uma administração excessivamente burocratizada – que estava longe de corresponder aos anseios transformadores dos operadores de projetos específicos – foram a causa de muitos equívocos iniciais.[23] Além disso, a contradição básica da abordagem de Kennedy dificultaria a realização da Aliança para o Progresso como um todo: por mais que muitos de seus executores se engajassem sinceramente nos projetos voltados para a melhoria das condições de vida na América Latina, a moldura ideológica imposta por seus formuladores – que a delineavam sobretudo como um instrumento de combate ao comunismo no contexto da Guerra Fria – terminava por limitá-la.

A Aliança chegou ao Brasil antes de seu lançamento na Casa Branca, ainda durante o governo de Jânio Quadros (que presidiu o país apenas entre janeiro e agosto de 1961). Em fevereiro de 1961, George McGovern, que seria o diretor do programa Comida para a Paz, Richard Goodwin, futuro secretário assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, e Arthur Schlesinger Jr., que escrevia discursos para Kennedy e seria seu assistente especial para a América Latina, visitaram a Sudene, então dirigida por Celso Furtado, para conhecer a situação do Nordeste, que preocupava por conta de reportagens que exageravam o significado das Ligas Camponesas. Celso Furtado os recebeu com boa vontade, impressionado com o perfil intelectualizado dos assessores do novo governo do Partido Democrático[24] e com a proposta da Aliança para o Progresso, que lhe pareceu ser a sonhada versão latino-americana do Plano Marshall.

[23] Gil, 1971:245.

[24] Schlesinger, por exemplo, era historiador e autor de vários livros. McGovern era PhD em história.

Essa boa impressão foi reforçada cinco meses depois, quando Furtado foi recebido pelo presidente Kennedy, na Casa Branca. Contudo, em pouco tempo, o economista brasileiro foi percebendo que havia diferenças significativas entre o grupo de intelectuais da Casa Branca, que assessorava o presidente, e as equipes executoras das diversas agências americanas. Como a Sudene pretendia implementar seus próprios projetos e o Departamento de Estado tinha outros propósitos, marcou-se uma visita de diplomatas americanos ao Nordeste a fim de avaliar os planos brasileiros e reunir dados. Antes que eles chegassem, Jânio Quadros renunciou, mas isso não impediu que a avaliação prosseguisse. Em fevereiro de 1962, a equipe norte-americana apresentou um relatório, propondo iniciativas inteiramente discrepantes das da Sudene e destinadas a causar impacto na opinião pública, como a implantação de chafarizes em algumas cidades nordestinas. Todas as benfeitorias deveriam ser identificadas visualmente com a marca Aliança para o Progresso. Um dos primeiros programas de assistência técnica oferecidos ao Nordeste foi o de modernização e reequipamento das polícias civis. Celso Furtado frustrou-se ao perceber que as iniciativas, superficiais, buscavam sobretudo manipular a opinião pública e contrapor-se ao que o governo norte-americano considerava um temível movimento camponês, as Ligas Camponesas, na verdade, "um proto-sindicalismo de reivindicações sobremodo modestas", segundo Furtado.

> Surpreendeu-me que os membros da missão (...), que certamente haviam sido amplamente assessorados por agentes da CIA,[25] não compreendessem quão contraproducente seria encher o Nordeste de tabuletas da Aliança para o Progresso, alardeando pequenas obras de fachada (...) As autoridades norte-americanas se consideravam com o direito de contrapor-se e sobrepor-se às autoridades brasileiras (...) para alcançar seu objetivo de "deter a subversão no hemisfério".[26]

Após esse início ruim, a Aliança para o Progresso entraria em um período de maior operacionalidade, que se consolidaria sobretudo após o golpe de 1964. Possivelmente por representar a mais consistente (talvez a única) instituição que, na América Latina, havia construído um grande projeto de superação da

[25] A Central Intelligence Agency (CIA, Agência Central de Inteligência) é o principal órgão de informações dos Estados Unidos.

[26] Furtado, 1997, v. 2, p. 174, 180, 184-185, 203-205, 309.

pobreza, Celso Furtado acabou sendo convidado a integrar o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (Ciap), criado pouco antes da morte de Kennedy com a pretensão de dar um perfil multilateral e alguma agilidade decisória à iniciativa, em função da frágil condução da Usaid. A principal fraqueza do comitê, porém, era decisiva: ninguém se submetia à sua autoridade.[27] Seja como for, a Aliança para o Progresso trouxe um benefício inesperado para o economista brasileiro: graças ao passaporte diplomático que recebeu devido à participação no Ciap, Celso Furtado terá sido, provavelmente, o único punido em 1964 a sair legalmente do país durante o alvoroço que se seguiu à divulgação, no dia 10 de abril, da primeira lista de personalidades que tiveram seus direitos políticos suspensos – ele era um dos ali incluídos.[28]

Kennedy tinha uma visão algo catastrófica da América Latina, a "área mais perigosa no mundo", como ele dizia, certamente em função da fracassada tentativa de invasão de Cuba e da tormentosa crise dos mísseis.[29] Portanto, suas iniciativas para a região eram um instrumento de controle da América Latina no contexto da Guerra Fria que, agora, também a afetava, e não apenas a Europa e a Ásia, como até então. Mas sua elaborada retórica democrática, de cooperação desinteressada, e seu tremendo carisma – além da presença de sua bela esposa, Jacqueline Kennedy, que fazia discursos em espanhol – garantiram-lhe uma imagem muito positiva entre os latino-americanos. Seu brutal assassinato, em novembro de 1963, teve enorme repercussão em toda a região e milhares de pessoas compareceram às embaixadas norte-americanas para assinar livros de condolências. Ele se tornou um mito e dezenas de escolas e avenidas latino-americanas foram batizadas com seu nome.[30] O legado que deixou para seu sucessor, entretanto, em termos de diretrizes para a América Latina, estaria definitivamente marcado pela mistura disparatada que tentava combinar uma abordagem assistencialista, em larga medida legitimada por certos grupos sociais norte-americanos – como alguns intelectuais e estudantes universitários –, com propósitos ideológicos rudimentares de controle da região.[31]

---

[27] Walker III, 1994:61.

[28] Furtado, 1997:304.

[29] Rabe, 1999:7.

[30] Tulchin, 1994:218.

[31] *Program analysis of Brazil*, p. 34.

Seu vice-presidente, Lyndon B. Johnson (1963-69), manteve a Aliança para o Progresso e sua moldura doutrinária antiinsurrecional.[32] Essa doutrina global, que articulava a segurança interna da região à necessidade de combater a pobreza, identificada como motivadora de regimes esquerdistas, levaria Johnson a buscar o envolvimento de líderes civis norte-americanos, especialmente empresários, na causa anticomunista: "se a 'guerra revolucionária' era uma guerra total, então os civis, como cada soldado, tinham a obrigação de cooperar".[33]

Johnson teve de começar a governar subitamente e com o auxílio da equipe de Kennedy, que foi parcialmente mantida, por estratégia ou por afinidade, pois não queria dar a impressão de abandonar as diretrizes de seu popular antecessor e, na verdade, acabou por se entender bem com alguns assessores de Kennedy.[34]

O zelo de Johnson pela América Latina seria menor do que o de Kennedy. Seu interesse pela área foi intermitente e ditado pelas crises que teve de gerenciar. A primeira delas foi a crise do Panamá, logo após sua posse, em janeiro de 1964.[35] Em seguida, viriam a crise brasileira de março de 1964 e a invasão da República Dominicana, no ano seguinte, para conter inexistentes ameaças de implantação de regimes esquerdistas.[36]

A Aliança para o Progresso parecia tolhida por uma teia de ineficácia administrativa[37] e Johnson não podia dar a impressão de que abandonaria a iniciativa de Kennedy, anunciada com tantas esperanças para a América Latina, região com a qual ele tinha alguma empatia por conta de sua juventude no Texas. Talvez por tudo isso, decidiu nomear um homem-chave que controlasse a questão, pusesse fim à desordem, tivesse carta branca para agir e fosse seu único porta-voz para assuntos latino-americanos.[38] Escolheu um especialista, o ex-embaixador no México, Thomas C. Mann.[39] Em janeiro de 1964, Johnson o

[32] Rabe, 1999:184.

[33] Leacock, 1990:184.

[34] Tulchin, 1994:220.

[35] Rabe, 1999:187.

[36] Heinrichs, 1994:18.

[37] Id. ibid., p. 21.

[38] Tulchin, 1994:227.

[39] Mann, 1974:68.

cumulou com as funções de coordenador da Aliança para o Progresso, secretário assistente para Assuntos Interamericanos e assistente especial do presidente para a América Latina.[40]

Thomas Mann permaneceria no cargo apenas até março de 1965, mas teve atuação decisiva no delineamento de uma abordagem relativamente nova da política norte-americana para a América Latina. Ele julgava que a Aliança para o Progresso era útil, mas devia funcionar apenas como indutora do desenvolvimento, e não como sua principal fonte de financiamento. Além do investimento público, seria fundamental estabelecer um ambiente amigável para o investidor privado, regra geral temeroso de que nacionalizações de empresas americanas impusessem prejuízos. Foram os poderes acumulados por Mann e seu novo enfoque para a América Latina que tornaram os antigos assessores intelectualizados de Kennedy, afastados por Johnson – como Schlesinger, Goodwin e outros –, críticos hostis do novo presidente e também de Mann, acusado de operar mudanças dramáticas na política para a região, ignorando as diretrizes do antecessor.[41]

A principal acusação contra Johnson em relação à América Latina dirigia-se ao que ficou conhecido, precisamente, como "Doutrina Mann", segundo a qual os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas e mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais.[42] A mudança proposta por Mann, embora significativa, não era de todo uma novidade, pois o próprio Kennedy assumira uma postura mais flexível em relação a ditaduras, depois de uma fase inicial na qual a ajuda econômica e militar era interrompida no caso de golpes que implantassem governos autoritários.[43] Seria mais adequado falar-se de uma mudança de ênfase do que propriamente em uma alteração profunda da política. Dentro do governo, não apenas Thomas Mann, mas outros de seus membros, inclusive antigos auxiliares de Kennedy, estavam cada vez mais convencidos da necessidade desse tipo de postura intervencionista

[40] Walker III, 1994:60.

[41] Tulchin, 1994:217, 219-221.

[42] Walker III, 1994:62.

[43] Packenham, 1976:95, 97.

por causa da estratégia – aliás estabelecida por JFK – da contra-insurgência e do decorrente crescimento do programa militar para a América Latina.[44]

Embora fosse verdade que a importância estratégica do Brasil viesse diminuindo desde a II Guerra Mundial, a problemática cubana tornou simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista justamente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a órbita de influência comunista. Esse cuidado explica a campanha de desestabilização de Goulart e o apoio ao golpe. É de fato necessário dimensionar com precisão o significado que o Brasil tinha para o governo norte-americano porque a ousadia sem precedentes da chamada Operação Brother Sam pode sugerir que o país fosse tema constante das preocupações dos Estados Unidos. Porém, além de uns poucos funcionários do governo, raros seriam os norte-americanos que soubessem qual era a capital do Brasil ou que língua se falava no país. Além disso, em termos de estratégia militar, o Brasil, como vimos, já não tinha nenhuma importância para os EUA.

Portanto, diante dessa relativa desimportância, seria difícil, em princípio, explicar por que os Estados Unidos se empenharam tanto na campanha contra Goulart e decidiram enviar às costas brasileiras uma força-tarefa naval, a Operação Brother Sam. A contradição, porém, é apenas aparente: o poderio norte-americano não poderia ser plenamente exercido mundo afora se os Estados Unidos não predominassem incontestavelmente no hemisfério e, sobretudo, em seu "quintal" latino-americano.[45] Se não era possível acabar com o regime comunista de Fidel Castro, com certeza eles não admitiriam "outra Cuba", ainda que baseados em avaliações quiméricas e tendo de recorrer a métodos brutais. Além disso, inúmeras empresas norte-americanas tinham expressivos investimentos aqui, ou planejavam ter, caso houvesse condições para tanto.

Ruth Leacock afirma que o embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, iniciou a discussão sobre um "plano de contingência" no "segundo semestre" de 1963,[46] desenhando cenários hipotéticos em estudos que usualmente assim são chamados. Como o próprio nome diz, tais planos são esforços abstratos de construção desses cenários que buscam antecipar o desdobramen-

[44] Tulchin, 1994:217.

[45] Rabe, 1999:198.

[46] Leacock, 1990:164.

to de uma dada situação a fim de estabelecer, previamente, linhas de ação alternativas, evitando que um governo (ou uma empresa, já que tais planos também são comuns no mundo dos grandes negócios) seja surpreendido. Portanto, os planos de contingência devem ser constantemente atualizados, de acordo com o surgimento de novos dados, sendo comum terem sido produzidas várias versões antes da irrupção do evento que eles pretendem antecipar e, de algum modo, conduzir segundo os interesses de quem os patrocina.

O embaixador Lincoln Gordon, em depoimentos recentes, admitiu que um plano desse tipo foi feito para o Brasil e alguns autores já o haviam mencionado, com base na referência que se faz a ele nas ordens de expedição da Operação Brother Sam. Na verdade, há na literatura certa confusão entre a Operação Brother Sam e o plano de contingência que a previu, até porque os documentos sobre a operação, divulgados por Parker e que podem ser vistos no livro de Corrêa,[47] mencionam providências como o "carregamento de munição para o plano de contingência 2-61 do USCINCSO", isto é, o plano de contingência nº 2-61 sob a responsabilidade da chefia de Estado-Maior do Comando dos Estados Unidos para a região Sul. Por isso, Gaspari diz que "o *Plano de Contingência 2-61* ganhou o codinome de *Operação Brother Sam*".[48] Na verdade, porém, o plano era mais amplo do que a força-tarefa naval. A confusão decorre do fato de que o plano, em si, nunca havia sido visto. Encontrei esse documento em 2004 e, em 2006, divulguei-o na imprensa brasileira.[49] Analisando-o, é possível perceber que o plano contém várias informações relevantes.

Lincoln Gordon nunca entrou em detalhes sobre tal plano e, quando pôde, usou expressões dúbias. Na sua longa jornada de justificações e negativas, ele disse, em 2001, que "nos últimos dias de março de 1964" Washington fez "planos de emergência para fornecer armas ligeiras e munições",[50] mas tudo isso já estava definido desde 1963, como se verá. No capítulo suplementar da edição brasileira de seu livro, Gordon usa a expressão "plano de contingência".[51] Não é fácil para ninguém ver com simpatia o embaixador de uma potên-

---

[47] Corrêa, 1977:42.

[48] Gaspari, 2002:99.

[49] O *Fantástico*, da Rede Globo, divulgou o documento em 19 de novembro de 2006. Sérgio Dávila publicou sua tradução na *Folha Online*, em 14 de julho 2007.

[50] Gordon et al., 2002:109

[51] Id. ibid., p. 354.

cia estrangeira que tenha pretensões intervencionistas em relação ao país que o acolhe, mas não se deve demonizar a figura de Gordon, nem é propósito desta comunicação elencar as confissões que, paulatinamente, ele foi fazendo, conforme os documentos vinham à luz e o desnudavam.[52] No contexto da Guerra Fria, o embaixador viu-se numa posição em que podia atuar conforme suas convicções de *cold warrior* e o fez decididamente, supondo servir da melhor maneira possível o seu país, pondo-se à frente de uma peripécia que lhe rendeu certa notoriedade (o presidente Lyndon Johnson o nomearia para o cargo de secretário assistente para Assuntos Interamericanos, ao deixar a embaixada no Brasil), sentindo a volúpia do poder ao lhe ser atribuído o encargo de decidir sobre tarefas que expressavam o incontestável domínio da superpotência. Tentou "cavalgar o tigre", segundo o provérbio chinês que seus companheiros, Roberto Campos e Vernon Walters, gostavam de mencionar para referir-se a Goulart, que teria tentado "cavalgar o tigre da esquerda".[53] De fato, ele não foi muito feliz, não apenas da perspectiva óbvia do Brasil, mas também da norte-americana, já que seu período à frente da embaixada passaria a ser caracterizado, por seus sucessores e pelo Departamento de Estado, como uma fase de excessiva identificação com a ditadura brasileira, da qual o governo dos Estados Unidos buscou dissociar-se, em alguma medida, sobretudo após o AI-2 (retomaremos o assunto oportunamente). Seja como for, as negativas e explicações parciais de Gordon são fáceis de entender: o chocante seria que um embaixador revelasse livremente segredos de Estado comprometedores. Mas, embora não haja o propósito de "desmentir" Gordon, é preciso reparar que o plano de contingência não foi feito às pressas, às vésperas do golpe, nem seria cabível que assim fosse, pelas características essenciais desse tipo de precaução. Tampouco previa apenas algum apoio logístico, como sempre se alegou, incluindo também a entrega de armas e a realização de exercícios navais nas costas brasileiras, caso houvesse necessidade de intimidar possíveis forças legalistas.

A versão que encontrei foi datilografada em 11 de dezembro de 1963 e, portanto, pode-se asseverar que o plano foi iniciado ainda na gestão de John Kennedy (morto em novembro).[54] Trata-se de uma cópia encaminhada a

---

[52] Gaspari, 2002:102; Green, 2006.

[53] Campos, 2004, v. 1, p. 547; Walters, 1986:342; Bell, 1972:89.

[54] *A contingency plan for Brazil*.

McGeorge Bundy, conselheiro de segurança nacional do presidente Johnson. Haveria uma reunião no dia 8 de janeiro do ano seguinte com Thomas Mann e Ralph Dungan, assistente especial do presidente, para discutir o plano, que foi elaborado sobretudo pelo embaixador Lincoln Gordon.

Ciente da gravidade do que ali se propunha, o documento, de início, negava aquilo que de fato era: embora a "contingência" a que se referia dissesse respeito a "qualquer tentativa importante de mudar significativamente, por violência ou de outro modo, o caráter do regime que governa o Brasil", o plano não deveria ser entendido como uma previsão da derrubada de Goulart ou como o estabelecimento de uma tal política pelo governo americano.[55]

O texto partia de algumas pressuposições básicas, elencava quatro cenários possíveis e, finalmente, quatro linhas de ação correspondentes. Os pressuspostos estabeleciam que, embora um golpe direitista não devesse ser estimulado (até porque poderia ser usado por Goulart como peça acusatória contra os Estados Unidos), a embaixada estabeleceria contatos secretos com os grupos de conspiradores brasileiros para manter-se informada e exercer influência, ou seja, agiria clandestinamente. Tais grupos provavelmente teriam escrúpulos de pedir ajuda aos Estados Unidos, a não ser que estivessem convencidos de uma ameaça externa vinda da URSS ou de Cuba ou, pelo menos, de que houvesse risco de o Brasil tornar-se comunista. Finalmente, o plano presumia que os militares brasileiros eram a única força nacional capaz de alterar o regime.[56]

Não é difícil detectar a estratégia retórica do plano. Como é comum nesse tipo de documento, embora se trate de elencar diversas possibilidades de diagnóstico e linhas de ação, que o caracterizariam como um "documento aberto", na verdade ele era a defesa de um ponto de vista estabelecido, de uma opção já escolhida por seu autor, o que se revela, por exemplo, na listagem de alternativas improbabilíssimas (como a intervenção soviética no Brasil) que, por serem descartáveis, induziam à escolha da restante (hipótese de o país tornar-se comunista).

O mesmo se verifica nos cenários possíveis que foram desenhados. O primeiro considerava a possibilidade de uma "revolta de extrema esquerda con-

---

[55] *A contingency plan for Brazil*, p. 1.

[56] Ibid., p. 2.

tra o regime de Goulart", com apoio de um reduzido segmento das Forças Armadas. O segundo (e desejado) supunha a possibilidade de uma "resistência organizada, aberta, de forças democráticas de bom tamanho, com considerável apoio militar, contra uma tentativa de Goulart de obter poder autoritário", identificada por um gesto como a intervenção em um estado, o fechamento do Congresso ou qualquer outra ação indiscutivelmente antidemocrática ou inconstitucional. A terceira hipótese supunha um golpe militar que implantasse uma liderança nacional "mais efetiva", motivado por um descontentamento acumulado com o "caos" econômico e político, não por um episódio específico. Finalmente, o quarto cenário descrevia a possibilidade de uma tomada gradual do poder por "ultranacionalistas de extrema esquerda", com ou sem a participação de Goulart, acompanhada de uma "neutralização ou fracionamento" das Forças Armadas.[57]

Gordon e os demais autores do documento descartavam a primeira hipótese, que "poderia ser séria, mas provavelmente não ameaçadora para o regime". A segunda e a terceira são praticamente a mesma coisa, havendo a diferença do motivo (um episódio marcante ou um acúmulo de tensões). Os autores aproveitam a definição do segundo cenário para introduzir a tese verdadeiramente defendida por Gordon, segundo a qual Goulart implantaria uma "ditadura de tipo peronista" e, depois, acabaria dominado pelos comunistas em função dos acordos que seria obrigado a fazer com a extrema esquerda. Dado o absurdo do primeiro e do quarto cenários e a similitude entre o segundo e o terceiro, Gordon, na verdade, não oferecia alternativas ao seu governo, apenas descrevia sua única avaliação, aquela que seria considerada efetivamente, até porque, em caso de dúvida, seria ele a pessoa chamada para dirimi-la (quem mais, senão o próprio embaixador no Brasil, para esclarecer o que lá se passava?).[58]

O documento nem se detinha muito na descrição dos planos de ação relacionados ao primeiro, terceiro e quarto cenários.[59] No que se refere ao primeiro, seus autores aproveitaram para admitir que ele era o cenário menos provável e, sobre a atitude a ser tomada pelos Estados Unidos nessa hipótese remota, remetiam às considerações feitas sobre o segundo cenário. Também trataram

[57] *A contingency plan for Brazi*l, p. 3-4.

[58] Em suas memórias, Kissinger menciona a tradição da burocracia de, ao apresentar opções, situar a preferida entre duas absurdas (Kissinger, 1979:43).

rapidamente da improvável tomada gradual do poder por ultranacionalistas de extrema esquerda (o quarto cenário), afirmando apenas que tal coisa devia ser impedida, sem definir propriamente qualquer linha de ação.

As efetivas linhas de ação sugeridas estavam referidas ao segundo e terceiro cenários e compunham, curiosamente, aquilo que efetivamente se deu, três meses depois. Não há surpresa com a adoção das diretrizes pelo governo norte-americano,[60] mas surpreende a coincidência entre as diretrizes definidas no plano de dezembro de 1963 e aquilo que os conspiradores brasileiros fizeram no final de março de 1964. Trata-se de um indício eloqüente de que os brasileiros que derrubaram Goulart observaram algumas das sugestões estabelecidas em 1963 no plano de contingência norte-americano. Um aspecto, sobretudo, chama a atenção nesse sentido. No caso do golpe e da irrupção de um conflito entre eventuais forças legalistas e os revoltosos, o plano afirmava a desejabilidade da formação de um governo alternativo pelas "forças democráticas" (isto é, pelos golpistas) para que fosse possível reconhecê-lo e, assim, descartar Goulart. Seria preciso que tal governo alternativo do Brasil estivesse controlando alguma região significativa do país e clamasse por legitimação internacional, caracterizando uma situação de insurgência ou beligerância que, tradicionalmente, no universo diplomático, permite o reconhecimento da legitimidade do novo governo em detrimento do anterior: "se uma parte significativa do território nacional fosse controlada pelas forças democráticas, a formação de um governo provisório alternativo para solicitar ajuda seria altamente desejável".[61] Aliás, é bastante estranho que sugestões aos conspiradores brasileiros – dos quais dependeria a formação de um tal governo provisório – constem do plano, exceto se ele devesse ser observado também pelos conspiradores não americanos.[62]

Ora, como se sabe, Afonso Arinos de Melo Franco – que fora ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros e do governo parlamentarista de Bro-

---

[59] *A contingency plan for Brazil*, p. 4 e segs.

[60] Leacock, 1990:214.

[61] *A contingency plan for Brazil*, p. 5.

[62] Roberto Campos fala com autoridade sobre o plano, justificando-o, garantindo que ele "não envolvia tropas de desembarque" e mencionando alguns dos cenários alternativos ("autoritarismo de esquerda", "anarquia peleguista" ou "guerra civil de confrontação ideológica"). Cf. Campos, 2004, v. 1, p. 549-550.

chado da Rocha, ainda em 1963, sob a presidência de Goulart – foi nomeado secretário estadual pelo governador Magalhães Pinto, dois dias antes do golpe, precisamente com o propósito de negociar o reconhecimento do governo provisório, conforme ele próprio relata em seu segundo volume de memórias: "em fins de março, Magalhães enviou ao Rio Osvaldo Pierrucetti, em avião especial, para buscar-me. Eu seria nomeado secretário de Governo, com o fim especial de obter, no exterior, o reconhecimento do estado de beligerância, caso a revolução se transformasse em guerra civil demorada, como justificadamente receávamos."[63] Afonso Arinos prometeu voltar ao tema no terceiro volume de suas memórias mas, quando o publicou, disse que considerava desnecessário fazê-lo, silenciando.[64]

É de se notar que a recusa dos participantes em tratar do assunto provavelmente se deve ao grotesco da situação em que esses homens se envolveram, pois não ilustra a biografia de ninguém ajudar a depor o governo constitucional de seu país (ainda mais tendo servido a esse governo como ministro das Relações Exteriores) com o auxílio e segundo as diretrizes de potência estrangeira interessada. Afonso Arinos, sempre cioso de sua biografia, orgulhava-se de ter sido catedrático de direito constitucional e de, no Itamaraty, ter propugnado uma política externa "independente". Em seu benefício, podemos especular que pode ter aceito o encargo sem saber que o apoio já estava antecipadamente negociado. Soube-o depois, com certeza, e talvez por isso tenha silenciado, para evitar julgar outros envolvidos, como Magalhães Pinto. A questão suscita uma das controvérsias cruciais da história da participação dos Estados Unidos no golpe de 1964: o golpe foi cem por cento brasileiro ou contou com a orientação da superpotência (ainda que em percentagem tão baixa quanto a refutada por Lincoln Gordon)?[65] Muito provavelmente, as diretrizes norte-americanas (inclusive a idéia do "estado de beligerância") foram acertadas também com os

---

[63] Franco, 1965:244.

[64] Id., 1968:263.

[65] Em 1966, interrogado pelo Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, o embaixador disse que "o movimento que derrubou Goulart era puramente, cem por cento – não 99,44 –, mas cem por cento brasileiro. Nem a embaixada norte-americana nem eu pessoalmente tomei parte neste processo, de forma nenhuma (...) nem eu, nem outros funcionários do governo norte-americano, nem o governo dos Estados Unidos, estiveram envolvidos de qualquer forma ou maneira, ajudando, incitando ou participando."

brasileiros, numa ação conjunta, ou o episódio da nomeação de Arinos seria menos compreensível.[66]

Como se vê, o plano de contingência norte-americano não previa apenas a Operação Brother Sam, mas também estabelecia essas linhas de ação estratégica que afinal se implementariam à risca três meses depois: o controle militar temporário (através de uma junta militar, que se configurou no "Comando Supremo da Revolução"), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, e a posterior eleição de um novo presidente. Ainda do ponto de vista estratégico geral, o plano estabelecia que, no caso de algum tipo de confronto, nenhum apoio seria dado a Goulart, muito ao contrário, já que os Estados Unidos deveriam "providenciar apoio secreto ou mesmo ostensivo [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição), mas intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado" – diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria Brother Sam. Note-se que a hipótese de desembarque de tropas aparece aí nebulosamente, na expressão "intervir com forças", desde que houvesse uma interferência soviética ou cubana, improváveis se pensarmos em algum tipo de agressão externa, mas é claro que isso poderia servir como desculpa no caso de um conflito prolongado, porque alegações de algum tipo de interferência cubana, por exemplo, sempre poderiam ser usadas.

O plano prosseguia afirmando que as providências de apoio deveriam ser garantidas, o que demonstra que a tese de a Operação Brother Sam ter sido decidida às vésperas do golpe, sobretudo por causa de preocupação com o desabastecimento de combustíveis por sabotagem, é falsa. Por outro lado, o temor de que o plano fosse descoberto expressa a consciência dos seus autores da enormidade da decisão: "deve-se usar de precaução contra passos preparatórios suscetíveis de serem descobertos prematuramente e identificados como preparativos dos EUA para intervir secreta ou abertamente no Brasil".[67]

Além de demonstrar a anterioridade da postura intervencionista do governo norte-americano, o plano também é expressivo pelas estratégias que traçou para que o apoio aos golpistas tivesse alguma aparência de legitimidade. A Brother Sam foi enviada, mas se tornou desnecessária. A estratégia de monta-

---

[66] Magalhães também nomeou outros nomes de expressão nacional (Milton Campos e José Maria Alkmin).

[67] *A contingency plan for Brazil*, p. 5.

gem de um governo alternativo também foi iniciada e, igualmente, mostrou-se desnecessária. Após o sucesso do golpe, os EUA viram-se na contingência de apoiar uma ditadura militar – o que fariam por muitos anos.

Referências bibliográficas

A CONTINGENCY plan for Brazil. National Archives and Records Administration. RG59, 1964-1966. Jan. 6, 1964 [datilografado em 11 dez. 1963]. Box 1943. Secret.

BELL, Peter D. Brazilian-American relations. In: ROETT, Riordan (Ed.). *Brazil in the sixties*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972.

BUNDY, William P. *A tangled web*: the making of foreign policy in the Nixon presidency. New York: Hill and Wang, 1998.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*: memórias. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

COELHO, Pedro Motta Pinto. Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Argentina*: visões brasileiras. Brasília: Ipri/Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

DALLEK, Robert. *Nixon and Kissinger*: partners in power. New York: HarperCollins, 2007.

FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States*: toward a maturing relationship. Washington: AEI-Hoover Policy Studies, 1974.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

______. *Planalto*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 2.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Federico G. *Latin American-United States relations*. [San Diego]: Harcourt Brace Jovanovich, 1971.

GORDON, Lincoln; BATH, Sérgio; RAFAELLI, Marcelo. *A segunda chance do Brasil*: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: Senac, 2002

GREEN, James N. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO BRASIL "BRASIL-ESTADOS UNIDOS: NOVAS GERAÇÕES, NOVOS DIÁLOGOS", 2. *Anais*... Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e Brazilian Studies Association. Rio de Janeiro, 20 jun. 2006. (Texto gentilmente cedido pelo autor.)

HEINRICHS, Waldo. Lyndon B. Johnson: change and continuity. In: COHEN, Warren I.; TUCKER, Nancy Bernkopf (eds.) *Lyndon Johnson confronts the world:* American Foreign policy — 1963-1968. New York: Cambridge University Pren, 1994.

KENNEDY, John F. *Address at a White House reception for members of Congress and for the diplomatic corps of the Latin American republics*. John F. Kennedy Presidential Library and Museum, Mar. 13, 1961.

KISSINGER, Henry. *White House years*. Boston: Little Brown, 1979.

LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution*: the United States and Brazil, 1961-1969. Kent: The Kent State University Press, 1990.

MANN, Thomas. *Oral history interview with Thomas C. Mann*. By Richard D. McKinzie. Austin, Texas: Harry S. Truman Librarys. June 12, 1974.

McNAMARA, Robert. *The essence of security*: reflections in office. New York: Harper & Row, 1968.

MOURA, Gerson. O Brasil na Segunda Guerra Mundial: 1942-1945. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 2000. v. 1.

PACKENHAM, Robert A. *Liberal America and the Third World*: political development ideas in foreign aid and social science. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

PROGRAM analysis of Brazil. National Archives and Records Administration. NSC. Box H-049. [July-Nov. 1969]. Annex J, Development of Brazil's Northeast Region. p. 34.

RABE, Stephen G. *The most dangerous area in the world*: John F. Kennedy confronts communist revolution in Latin America. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1999.

TULCHIN, Joseph S. The promise of progress: U.S. relations with Latin America during the administration of Lyndon B. Johnson. In: COHEN, Warren I.; TUCKER, Nancy Bernkopf (Eds.). *Lyndon Johnson confronts the world*: American foreign policy, 1963-1968. New York: Cambridge University Press, 1994.

WALKER III, William O. Mixing the sweet with the sour: Kennedy, Johnson, and Latin America. In: KUNZ, Diane B. (Ed.). *The diplomacy of the crucial decade*: American foreign relations during the 1960s. New York: Columbia University Press, 1994.

WALTERS, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

ZEILER, Thomas W. *Dean Rusk*: defending the American mission abroad. Wilmington: Scholarly Resources, 2000.

4 O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso

*Alberto Aggio**

O período em que Salvador Allende governou o Chile configura-se como um dos momentos mais significativos da história contemporânea da América Latina. Retornar a ele pode ser um excelente exercício de reflexão em torno dos temas da democracia e da ditadura na América Latina. Tão logo se começa a rememorar o período, de pronto vêm à mente as imagens que correram o mundo ao registrarem o assalto ao Palácio La Moneda, em Santiago, onde Allende caiu morto, no dia 11 de setembro de 1973. Cenas chocantes, especialmente em se tratando de um país que cultivava, interna e externamente, a imagem de estabilidade política e solidez institucional.

O que teria acontecido para que a situação evoluísse a esse ponto? Durante décadas, chilenos e chilenistas se debruçaram sobre o episódio e escreveram páginas e páginas, tentando responder a essa pergunta. No essencial, procurou-se chamar a atenção para alguns aspectos ou variantes explicativas – todas elas relevantes – que constituem hoje alguns elementos fundamentais sobre a investigação realizada a respeito do tema. Entre eles, há sempre que se considerar o fato de que Allende foi, efetivamente, um presidente da República com apoio político minoritário do ponto de vista da representação, uma vez que havia sido eleito com apenas 36% dos votos e teve aprovada a sua posse, em segunda instância, pelo Congresso chileno; que as forças políticas chilenas, à época, se dividiam em três correntes político-ideológicas – os liberais e nacio-

* Universidade Estadual Paulista, Brasil.

nalistas, a democracia cristã e o eixo socialista-comunista –, com projetos de sociedade distintos e até antagônicos, dificultando a convivência e o equilíbrio do sistema político ao extremarem suas posições; que as reformas implementadas por Allende, aprofundando a reforma agrária, estatizando bancos e empresas – destas últimas, especialmente aquelas vinculadas à área mineradora –, evidenciaram-se como excessivamente maximalistas e o caminho adotado para realizá-las, por meio do Executivo, acabaram abrindo espaço para a ingovernabilidade; que o apoio dos EUA à oposição – democrática e não-democrática – e, por fim, ao golpe de Estado não deixa dúvidas a respeito da transcendência do que se passou no Chile no início da década de 1970.[1]

Salvador Allende venceu as eleições presidenciais de 1970 pela Unidade Popular (UP) – uma coalizão de esquerda que tinha como eixo os partidos Comunista (PC) e Socialista (PS), mais os Radicais, o Partido Social-Democrata, a Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado (Mapu) – e governou o Chile até o golpe militar de 11 de setembro de 1973, comandado pelo general Augusto Pinochet, que iria implantar uma ditadura que duraria os 17 anos seguintes.

Os três anos nos quais Allende governou o Chile foram semantizados, desde o início, por meio de uma expressão identificadora: a *experiência chilena*. Mesmo depois de selada a sua sorte, com o golpe militar, a chamada experiência chilena continuou a provocar, especialmente nos círculos de esquerda, a mesma sensação paradoxal, constituindo-se simultaneamente numa referência positiva e negativa em razão do fracasso da perspectiva que animava a chamada via chilena ao socialismo, qual seja, a idéia de que seria possível a construção do socialismo mediante a manutenção e o aprofundamento da democracia. Essa expressão identificadora indicava o reconhecimento quase integral de que aquele era um processo político inédito na história e, por essa razão, acabaria ganhando repercussão mundial, no momento de sua vigência e mesmo após o seu desfecho. No coração das perspectivas acalentadas pela cultura política da esquerda ocidental, aquela havia sido uma situação-limite, o ponto e o posto mais avançado que se havia conseguido atingir no que tange a uma possível e – esperava-se – virtuosa relação entre democracia e socialismo.

[1] Alcantara e Ruiz, 2006.

Nunca foi e ainda não é fácil reconhecer ou registrar uma avaliação consensual a respeito da experiência chilena. Por muito tempo discutiu-se mais o projeto da via chilena ao socialismo do que as dificuldades e as vicissitudes da experiência chilena. Para muitos, a via chilena ao socialismo era tão-somente uma ilusão reformista.[2] Por outro lado, mesmo entre aqueles que compartilhavam e defendiam a proposta de Allende, foram poucos os que reconheceram que ali se ensaiava uma perspectiva nova de se propor a construção do socialismo.[3] Especialmente entre os protagonistas, as avaliações posteriores tenderam a reproduzir a divisão que habitava a esquerda chilena do período Allende.[4] Imerso nesse antagonismo anacrônico, onde inutilmente se busca uma "saída" para o governo Allende, o passado permanece envolto numa bruma que não se dissipa.

Um cenário específico

A queda de Allende – e é inevitável começar pelo fim – foi o resultado de ações legais e extralegais da direita chilena, com inegável apoio externo. Elas visavam desagregar paulatinamente a legitimidade do presidente por meio de um duplo processo: ataque frontal à legalidade das ações governamentais e, simultaneamente, estímulo ao recrudescimento da polarização ideológica, objetivando a neutralização da Democracia Cristã (DC), partido que ocupava o centro do espectro político chileno. O objetivo era levar a situação a um ponto de desinstitucionalização para, em seguida, desfechar o golpe final.[5]

Essa estratégia revelou-se acertada pois obedeceu a uma análise de fundo: a legitimidade de Allende estava assentada na legitimidade da democracia chilena, espaço no qual a esquerda pôde configurar-se como força nacional e o próprio Allende pôde transformar-se em sua mais expressiva liderança política. O que o sustentava no governo era muito mais do que a esquerda e as massas mobilizadas. Existia no Chile um arcabouço constitucional longevo – se comparado a outros contextos latino-americanos – e uma vida política normalizada de aproximadamente 40 anos, que havia possibilitado uma expansão da cidada-

---

[2] Altamirano, 1979.

[3] Bitar, 1980.

[4] Aggio, 2002.

[5] Garretón e Moulian, 1983.

nia política das classes subalternas e um padrão de desenvolvimento estatal ante as questões sociais que poucos países da região possuíam.

Derrotar o governo de Allende e a Unidade Popular era, portanto, uma operação de grande envergadura. Tratava-se de uma encruzilhada histórica, percebida pela natureza da crise que precedeu ao governo da UP. Em 1970, quando Allende assumiu o governo, o país vivia uma grave crise nacional: crise do papel integrador e redistributivo do Estado; crise da economia, em virtude da longa e custosa transição a uma nova fase da industrialização substitutiva; crise do sistema político, em decorrência de um processo acentuado de ideologização e polarização que havia atingido sua maior fragmentação político-eleitoral no período governamental anterior, comandado por Eduardo Frei, presidente eleito pela DC em 1964. Esse contexto de sobreposição de crises atingia diretamente o plano simbólico e prático da ação política, podendo-se falar, portanto, de uma "crise dos consensos"[6] que haviam sustentado a democracia chilena e tudo o que ela significava em termos econômicos e de reformas sociais. Numa visão de conjunto da história política chilena do século XX, pode-se dizer que Allende foi o presidente do último governo fundado no "pacto industrialista e democratizante" que havia sido estruturado com a vitória eleitoral da Frente Popular (1938) e que passaria a viver um progressivo esgotamento a partir de meados da década de 1950.

Nesse sentido, é fundamental chamar a atenção para o significado dessa participação quase ininterrupta da esquerda chilena no interior das instituições político-estatais, desde sua incorporação ao sistema da ordem no final da década de 1930. De fato, especialmente a partir da proposição e, em seguida, da vitória e da implantação dos governos de Frente Popular,[7] construiu-se uma tradição distintiva na esquerda chilena em relação ao conjunto da América Latina. Em termos gerais, ainda que a esquerda chilena postulasse o socialismo como plataforma programática, ela se constituía numa esquerda fundamentalmente desenvolvimentista e modernizadora, concertacionista e gradualista. Foi assim pelo menos até o influxo da Revolução Cubana de 1959.

Examinando um pouco essa particularidade, é importante que se relevem alguns aspectos significativos da história política chilena durante o século XX.

[6] Tironi, 1986.

[7] Aggio, 1999.

Como já foi dito, em contraste com o restante do continente, o Chile apresentava uma histórica estabilidade política, sustentada por um sistema político e partidário representativo, pluralista e de fortes raízes históricas. No final da década de 1930, como afirmamos antes, os chilenos elegeram um governo de Frente Popular, com participação direta de socialistas e comunistas; entre 1952 e 1958, o Chile viveu algo próximo daquilo que a teoria social latino-americana chamou de populismo, com Carlos Ibáñez, e, em 1958, reviu o retorno da direita ao governo após 20 anos, com a eleição de Jorge Alessandri; em 1964, levou ao poder, de forma pioneira no continente, um democrata-cristão e, em 1970, conheceu, também pioneiramente, a vitória da esquerda.

Olhando a partir de um prisma mais geral, pode-se dizer que estabilidade e alternância política faziam com que a sociedade chilena parecesse ser capaz de viver mudanças políticas importantes na esfera governamental sem sofrer profundos abalos. Era estranho ao país o predomínio de uma única força política. Em relação à América Latina, o Chile ostentava, até então, a mais positiva história constitucional e de eleições livres, bem como o sistema partidário mais bem estruturado do continente. Constituía-se, por isso, no país latino-americano que, de forma quase integralmente simultânea, ainda que tensa e conflituosa, conseguira viver uma trajetória de reformismo social e democracia política. Esse havia sido, em linhas gerais, o caminho de "ocidentalização" do Chile.

No entanto, para alguns analistas da época,[8] ligados à esquerda, as condições político-institucionais do país contrastavam a relativa lentidão das mudanças que se operavam na esfera econômica, caracterizada como subdesenvolvida e dependente – traços comuns à maioria dos países pobres. Foi em torno da defasagem entre as dimensões político-institucionais e sociais e a esfera econômica que a UP desenhou a sua estratégia de superação dos obstáculos ao desenvolvimento nacional e social.

Na linguagem da UP, o Chile só poderia encontrar sua emancipação por meio de transformações de caráter "antiimperialistas, antioligárquicas e antimonopolistas" que abrissem caminho para a implantação do socialismo. A questão do socialismo traduzia-se, assim, como a proposta da esquerda para que a sociedade chilena pudesse superar a defasagem entre economia e política. A sua "estratégia global" tinha como propósito básico a transferência para o

[8] Pinto, 1958.

Estado dos meios de produção fundamentais, estruturando-se assim o que se denominou Área de Propriedade Social (APS) da nova economia. De acordo com o programa da UP, objetivava-se fundamentalmente: resolver os problemas imediatos das grandes maiorias; garantir emprego a todos, com remuneração adequada; libertar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro; possibilitar um crescimento econômico rápido, com o máximo desenvolvimento das forças produtivas; ampliar e diversificar as exportações, abrindo novos mercados; e promover a estabilidade monetária.[9]

Dessa forma, pode-se dizer que a superação do atraso constituiu-se, de fato, no *leitmotiv* da UP. No entanto, a tese da defasagem resultou limitada para diagnosticar o estado real da economia chilena e das relações entre Estado e sociedade, configurando-se numa séria fonte de problemas políticos durante o processo da experiência chilena. No fundo, diante dos desafios de um programa efetivo de combate ao atraso, o comportamento do governo foi permanentemente questionado pelas formas cada vez mais modernas de reprodução política e social vivenciadas pela sociedade chilena, que exigiam da sua esquerda a elaboração de um caminho singular para que o socialismo pudesse ser proposto e implementado. O atraso não poderia ser atacado sem uma "estratégia democrática" que considerasse também os caminhos para o socialismo a partir desse elemento condicionante.

Por essa razão, Allende mostrou-se, por todo tempo, preocupado em enfatizar o objetivo e o percurso que deveria ser adotado. Daí sua insistência em pregar uma via política e institucional para o socialismo. Nas palavras de Allende (1975), isso seria possível através da conquista de uma "legalidade socialista" que substituísse a "legalidade capitalista", mediante um processo de transição integralmente dependente do realismo das forças políticas. A criação socialista no Chile, de acordo com Allende, supunha uma competência político-institucional que envolvia todos os atores políticos e dependia do seu movimento, das suas opções a cada passo, especialmente e sobretudo da própria esquerda. Era essa, em essência, a sua via chilena ao socialismo.

Via chilena e via democrática ao socialismo

Em diversas oportunidades, Allende usou a expressão *via democrática* para qualificar melhor a opção que a esquerda deveria seguir no Chile. Essa expres-

---

[9] Martner, 1988.

são, para Allende, enfatizava substantivamente a forma de luta e o comportamento político que a esquerda deveria adotar no exercício do poder de Estado. Foi nesse sentido que as suas referências à via democrática acabaram por selar historicamente uma identificação entre *processo* (experiência chilena) e *projeto* (via chilena ao socialismo) que, juntos, passaram a ser vistos como uma experiência prática de aplicação daquilo que nas perspectivas teóricas da esquerda ocidental se chamava – ainda que de maneira um pouco difusa – de via democrática ao socialismo.

No entanto, a história não corrobora essa identificação. Mesmo que se tenha pautado pela utilização de procedimentos democráticos visando a implantação do socialismo, a experiência chilena apenas pode ser compreendida como uma tentativa de realização prática da via chilena, uma vez que o projeto que a embasava nem sempre fora compreendido no interior da UP como uma via democrática ao socialismo. Em nosso entendimento, a identificação entre via democrática e via chilena ao socialismo não se configurou como uma linha política clara e hegemônica nem no governo nem entre os partidos que o apoiavam. E isso pode ser compreendido examinando-se a cultura política que informava os partidos da esquerda chilena. Antes desse breve exame, contudo, é importante enfatizar que a estratégia defendida por Allende se apresentava como bastante inovadora para os dois principais partidos da esquerda chilena, o PC e o PS. Para ambos, a necessária superação do Estado burguês no processo revolucionário chileno se concluiria com o estabelecimento da ditadura do proletariado, única situação em que se poderia conceber a implantação do socialismo.

Para o PC, contudo, devido à sua estratégia de revolução por etapas, a fase de libertação nacional, na qual se inseria o governo da UP, deveria processar-se sem alteração substancial da institucionalidade vigente. Ultrapassada essa etapa, a questão da ditadura do proletariado estaria colocada. Essa estratégia deixava em aberto se as conquistas democráticas seriam consideradas referenciais para a sociedade socialista que se queria construir, ou se seriam válidas apenas para o período de transição que precedia a conquista total do poder, problematizando, aos olhos dos outros atores políticos, o projeto da via chilena concebido pelos comunistas.[10]

---

[10] Furci, 1984.

Para o PS, a resolução da questão do poder se colocava no interior do processo de transição. Os socialistas propunham um "Estado paralelo", cuja função seria destruir o Estado representativo existente. A tarefa primordial do governo de Allende seria abrir passagem à ditadura do proletariado através de um processo político ininterrupto de confrontação total. A questão da ruptura com o ordenamento jurídico-institucional seria um problema de natureza tática a ser considerado em função da acumulação de forças sociais, políticas e militares. Para os socialistas, não existia uma "via chilena ao socialismo", isto é, um processo ou uma formulação inédita que alteraria o percurso dos processos revolucionários. A particularidade chilena confirmaria, mais uma vez, as leis universais da revolução.[11]

Idênticas quanto às referências teóricas e quanto aos horizontes projetados, mas diversas quanto ao comportamento político, as posições desses dois partidos definiram profundamente o curso dos acontecimentos. Embora legitimado na tradição socialista, Allende encontrou no PC um fator de sustentação que não conseguiu obter no seu próprio partido. A contestação à sua compreensão e ao seu desenho da via chilena ao socialismo por parte da direção do PS foi permanente e aberta: desde o Congresso de La Serena, em janeiro de 1971, o Comitê Central do PS contava com uma maioria esmagadora de partidários das teses insurrecionalistas (75%), inteiramente contrárias ao caminho político defendido por Allende. Os comunistas, por sua vez, apesar do seu apoio a Allende, somente defendiam o seu projeto de forma instrumental, como uma etapa da revolução de libertação nacional, prévia à ditadura do proletariado.

A partir dessas constatações, que a pesquisa histórica torna inapelavelmente evidentes, é impossível desconsiderar que aquela esquerda concebia a via chilena apenas como um elemento de retórica, um *slogan*, um artifício de mobilização de suas bases. Na realidade, portanto, a via chilena constituiu-se apenas numa "anunciação" e não numa aplicação da via democrática para o socialismo. Pode-se concluir que nem mesmo no plano das intenções ela conseguiu aproximar-se da idéia de que a democracia era ou poderia ser "a via" do socialismo.

O discurso presidencial afirmou-se, assim, como uma estratégia própria, rejeitando tanto a "revolução por etapas" quanto o "Estado paralelo", embora

[11] Walker, 1986.

compartilhasse outras visões com os dois maiores partidos da UP. Em diversas oportunidades, Allende falou também de uma "via socialista" para a superação do atraso – e nisto ele estava bastante próximo do seu partido. Mas a ênfase na manutenção das instituições sociais e políticas, como se ressaltou antes, aproximava-o taticamente dos comunistas. Dessa forma, a sua autonomia foi se definindo através de pontos de convergência entre o PC e o PS, transformando sua liderança em elemento de equilíbrio do eixo comunista-socialista, até que a realidade ruísse sob seus pés.

Mas é possível avançar um pouco mais em torno dessa reflexão a respeito do caráter *anunciador* e *inconcluso* do projeto da via chilena concebido por Allende, no sentido de alicerçar mais ainda o nosso ponto de vista de que, de fato, se equivocam as interpretações conclusivas a respeito da experiência chilena como uma aplicação prática da via democrática ao socialismo. A nosso ver, a formulação da via democrática ao socialismo apenas permaneceu como o elemento mais inovador que se anunciava no projeto da via chilena e no comportamento político do presidente Salvador Allende ao tentar, a partir do governo, conduzir o processo naquela direção. No entanto, esse elemento projetual, mais intencional do que dirigente de uma grande política, perdeu poder de atração e eficácia no decorrer do governo, diluindo-se na imperiosa necessidade de manter unida a coalizão de esquerda como forma de sustentação política. Do ponto de vista prático, o que ocorreu foi que a via chilena ao socialismo de Allende acabou por reduzir-se a um conjunto de operações táticas ante a economia e o aparelho de Estado, conformadas na chamada "via político-institucional" formulada com mais sistematização por Joan Garcés, assessor político da presidência da República.

De toda forma, é importante deixar claro que a transição pela via socialista de que falava Allende deveria fazer-se no interior da legalidade existente, aprofundando e concretizando o conteúdo democrático e formal do Estado, e ser sustentada pela mobilização de massas. Nesse sentido, a via socialista, de acordo com Allende, não poderia ser senão uma via democrática. Allende supunha, contudo, que o processo se encaminharia para uma situação de ruptura e aí se poderia, segundo ele, transformar o Estado vigente no Chile em Estado antagônico ao capitalismo. A via socialista deveria ser capaz, nessas circunstâncias, de articular simultaneamente criação socialista e resolução do problema do poder como processos construtivos de desarticulação da dominação capitalista. Aqui ressoam ecos significativamente fortes do "socialismo de esquerda

europeu" que, à época, criticando o comunismo soviético e a direitização social-democrata dos partidos socialistas da Europa ocidental, procurava encontrar uma alternativa que vinculasse reforma e revolução.[12]

Em pugna e buscando todos os pontos de convergência possíveis com o PC e o PS, essa estratégia, ainda que inteiramente inconclusa, esteve presente no governo de Allende, sem conseguir afirmar-se como concepção dirigente e definir a UP como o ator político da via chilena ao socialismo. Ela estava, no fundo, eivada pela contradição que cortava o coração da esquerda chilena. A UP, fraturada, não executou nem desenvolveu a via chilena ao socialismo e o que nela se anunciava como uma possibilidade de caminho democrático ao socialismo.

O desafio inédito e os limites da esquerda chilena

No fundo, a questão era muito anterior às vicissitudes e aos problemas da esquerda chilena conformada em ator governante a partir de 1970. Como se disse anteriormente, esgotado o *arreglo democrático*[13] que havia possibilitado a modernização do Chile, o país iria viver, nos anos 1960, o ardor pelos *cambios radicales* que fermentariam nos segmentos progressistas uma verdadeira aversão às reformas. Quando a esquerda chegou ao governo por meio de eleições, colocou-se diante dela o desafio de elaborar e levar à prática a construção de um "novo consenso", uma vez que era necessário enfrentar realisticamente os problemas que se avolumavam para que se pudesse falar, também com realismo, em construção do socialismo.

Entretanto, o tempo não havia passado em vão. A esquerda chilena que foi ao governo com Allende em 1970 – e muito particularmente aquela que permaneceu fora dele, notadamente o Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) – era não apenas utópica mas escatológica.[14] Prisioneira de categorias e esquemas abstratos, ela se moveu naquele processo sempre através da lógica do enfrentamento de classes – contrariamente ao que pensavam Allende e uma parte importante do governo – e esteve inclinada permanentemente para a idéia

---

[12] Aggio, 2002.

[13] Tironi, 1986.

[14] Moulian, 1988.

de uma ruptura com o ordenamento político, buscando definir a chamada "questão do poder", para usarmos aqui a linguagem da época. Havia na esquerda chilena uma espécie de obsessão pelo socialismo e, por essa razão, ela estruturou sua política mais em função dele do que da democracia. Isso levou a que se mantivessem e se reproduzissem no interior da Unidade Popular os impossíveis compromissos entre o que se anunciava – a transição para o socialismo pela via da democracia – e estratégias de "duplo poder" ou "pólo revolucionário".

Nesse cenário, configuravam-se como algo ininteligível, para parcelas significativas da esquerda chilena, as tentativas de acordo entre o governo da UP e a DC para que se pudesse obter algum pacto com o centro político, o único caminho razoável e, também, a única possibilidade de se garantir a governabilidade, a continuidade do "trânsito institucional", bem como a maioria estatal para se estabilizar uma democracia em desenvolvimento. Entre maio e junho de 1972, por motivos que hoje consideramos absolutamente banais (uma vez que envolveram, entre outras coisas, a recusa dos partidos da esquerda em relação à adoção da propriedade cooperativa na nova economia, que já contava com a propriedade estatal, a mista e a privada), fracassaram as negociações entre UP e DC, num momento em que o seu êxito esteve bastante próximo.

Por meio dessa última e fracassada tentativa de encontrar um trânsito negociado, reafirma-se novamente, do ponto de vista da análise, o fato de que, ao contrário da imagem que se cristalizou sobre a experiência chilena, mais uma vez o que se revela é que ela não se configurou num exemplo histórico de implementação da chamada via democrática para o socialismo. E, como se disse anteriormente, isso ocorreu porque a esquerda chilena ficou a meio caminho no interior dessa estratégia, quando não contra ela.

Por outro lado, não há como negar que, no Chile de Allende, havia uma situação inédita. Entre a ativação de massas e a preservação da ordem democrática residia, efetivamente, o enigma da transição democrática ao socialismo que se propunha na via chilena. Entretanto, no contexto de afirmação das "alternativas globais" que se estruturaram no interior das elites políticas chilenas a partir da década de 1960, o desencadeamento pela esquerda de um processo de "anti-revolução passiva" em relação ao padrão reformista construído desde o final da década de 1930 acabou por gerar um ambiente de antagonismo e polarização precisamente num momento de emergência de massas no cenário político. Ao ser concebido e implementado como uma via socialista, isto é, como uma

"alternativa global" e antagônica, tal processo favoreceu, contra todas as intenções democráticas esposadas na via chilena, o cancelamento da ordem democrática vigente no país, contribuindo para o seu colapso.

Gostaríamos de enfatizar: a experiência chilena não se configura no atestado de que uma via democrática ao socialismo seja algo impossível na história. Muito ao contrário, ela evidenciou que essa possibilidade não pode ser perseguida pela esquerda sem a construção de consensos ou compromissos entre forças políticas de natureza distintas e sem o fortalecimento de instituições que possibilitem e viabilizem tal consenso e dêem suporte às transformações estruturais que venham a ser colocadas em curso. Com o seu fracasso, fica claro que a esquerda não pode ambicionar a direção de um processo como foi a experiência chilena a partir de uma cultura política convencional e muito dificilmente conseguirá evitar uma situação inclinada a polarizações, ainda que, discursivamente ou não, tente vocalizar as noções de reforma e revolução em simultaneidade.

Imagens e representações da experiência chilena

Com o passar do tempo, contudo, a reflexão a respeito da experiência chilena e de seu trágico desfecho foi produzindo imagens que buscaram dar conta daquele processo. Construir imagens talvez tenha sido a estratégia encontrada no sentido de se alcançar um certo distanciamento que possibilitasse produzir uma descrição sintética daquilo que, por inúmeras razões, evidenciava uma enorme dificuldade de se apanhar por completo. Como já se disse, a metáfora busca dar um corpo concreto a uma impressão difícil de exprimir. Dessa forma, com toda sua saliência e, ao mesmo tempo, a sua forte produtividade heurística, a imagem metafórica, a despeito de suas imprecisões, cumpre, assim, esse papel de síntese, procurando assegurar, por meio de um custo muito pequeno, o máximo rendimento comunicativo.

Nessa trajetória de aproximações por imagens, alguns analistas ainda se mantiveram prisioneiros da metáfora da tragédia como síntese daquele processo. Com isso, mantiveram a visão de que o processo chileno estava predeterminado ao fracasso desde o início. Nessa perspectiva, a história é vista como uma aproximação a um fim inexorável, o que impossibilita que se investiguem as intenções e estratégias, cálculos e erros, bem como o grau de responsabilidade dos atores políticos envolvidos, dimensões sem as quais não se explicariam os

três anos de governo, suas razões, suas dificuldades, seus descaminhos, seus limites.

Em 1988, num texto no qual se reivindica precisamente a liberdade de se criar imagens a partir de uma nova forma de *mirar* a experiência chilena, Tomás Moulian inflacionou intencionalmente sua avaliação, lançando mão de algumas imagens bastante convincentes. Para esse cientista social chileno, as referências ao período da Unidade Popular como "excitante e efervescente" e como "doloroso e traumatizante" evidenciavam que o período havia sido vivido, de forma simultânea, como "festa e drama". Buscava-se, assim, ultrapassar o sentimento de angústia, trauma e culpa que envolvia os protagonistas e sobreviventes daquele fracasso. Para estes, o tempo transcorrido e a rememoração mais livre poderiam dar uma visão do período a partir da sua dimensão positiva de festa, de festa popular – uma dimensão erótica ceifada pela ditadura –, sem se esquecer da sua dimensão negativa, marcada pela terrível e dramática imposição do regime ditatorial que se sucedeu ao golpe de Estado – e não deve ser casual que esse texto venha à luz depois do plebiscito de 1988, momento no qual se impôs a primeira e definitiva derrota política à ditadura.

Para Moulian, "festa e drama" eram duas caras de uma mesma moeda. A festa assumia "a forma de uma catarse vingativa, adotava o caráter de uma vingança por anos de sofrimento, silêncio e impotência"; "não era alegre, tinha a gravidade dos ritos, onde o povo se assume como juiz"; "expressão de uma pulsão escatológica" em que se acreditava ter chegado o "momento do acerto de contas", momento definidor em que o povo capturava o futuro para si, imagem condensada na idéia de "revolução triunfante". O drama, por sua vez, materializou-se na "encarniçada batalha política", na emergência de uma "situação de crise catastrófica gerada e produzida (no seu sentido forte) pelas decisões adotadas, em diferentes conjunturas do processo, pelos atores em conflito". Nessa leitura, a crise de 1973 é ainda vista como derrota da UP em função de um enfrentamento de forças em equilíbrio, evitando-se aludir ao *fracasso* de um governo conduzido pela esquerda.

Quase 10 anos depois, em 1997, Tomás Moulian retoma o turbilhão de imagens para recontar a história da UP, agora no contexto pós-ditatorial, que ele chama de "transformismo". Aqui, nesse novo contexto, o que importa é recontar a história, "assinalando o que ocorreu no sistema e no mundo da vida cotidiana em função do uso retórico do conceito e da vontade de revolução". O período Allende é aqui abordado em contraposição à anatomia do Chile atual. O

Chile de 1970-73 é um Chile romântico, com todas as conseqüências daí derivadas. Em comparação com o atual, de negociação, pragmatismo político, consumismo etc., o Chile da UP era o seu avesso. Nele, o romantismo da UP assumia um "*pathos* trágico", típico da adolescência. No interior desse campo imagético, o desfecho do processo ganharia uma descrição densa e cortante: o colapso da experiência chilena poderia ser mais bem descrito, de acordo com Moulian, como um "doloroso aborto".

A imagem do "aborto" é chocante mas incisiva e se refere à "via pacífica" em contraposição à explosão de violência cotidiana e permanente que se sobrepõe depois de 1973. É, sem dúvida, uma imagem extrema. Chega-se ao aborto por meio de um processo e de decisões que não têm nada de passivo, ainda que possam não ser de todo conscientes. Implica responsabilização e reconhecimento de práticas dos sujeitos históricos implicados. Entretanto, no essencial, visa comparar dois tempos históricos e, entre eles, um projeto que demandava sua concretude e que, por fim, não se consumou, permanecendo incógnito e desconhecido.

Hoje, mais do que antes, sabemos que entre esses dois tempos históricos – entre esses dois Chiles – não existem apenas rupturas. Como se passa, então, de uma cultura política de convivência democrática para outra onde explode a crueldade e se desvela a capacidade de viver em crueldade? Para Moulian, evitando enfrentar sua identidade contraditória, o Chile transformista equivoca-se ao criar o mito da transição modelar, da mesma forma que antes o país também se equivocou ao mistificar o "Chile democrático" antes da catástrofe de 1973. "Verniz e aparência", diz o nosso autor: "a estabilidade da democracia chilena até a década de 1960 sustentou-se mais em razão de suas imperfeições do que de suas perfeições". Como "nossas ilusões", a estabilidade chilena não se baseava – continua ele – "no enraizamento da democracia na cultura, nos valores incorporados com força quase atávica".[15]

No fundo, no início da década de 1970, as forças políticas predominantes no Chile apresentavam um enorme déficit em relação ao tema democrático. Como afirmamos antes, a esquerda chilena se mostrava obcecada pela temática do socialismo, demonstrando um crescente desamor pela democracia. O resultado foi que, no interior da Unidade Popular, todos se viam forçados a estabele-

[15] Moulian, 1999:156.

cer compromissos impossíveis entre o que se anunciava – a transição para o socialismo pela via da democracia – e as visões baseadas na noção de insurreição e de revolução. A UP não executou nem desenvolveu a via chilena ao socialismo e o que nela se anunciava como uma possibilidade de caminho democrático ao socialismo. A esquerda chilena da UP desencadeou efetivamente práticas e retóricas revolucionárias sem mobilizar os meios próprios e indispensáveis para seguir adiante. Em outros termos: não se concebia como uma revolução, mas vocalizava a revolução estridentemente, sem os meios para realizá-la; constituiu-se, enfim, numa ilusão revolucionária. A partir dessa perspectiva de análise, é possível compreender como Allende foi se tornando uma liderança *desfuncional*, uma vez que não advogava a ruptura institucional e, por outro lado, não teve capacidade de dirigir e controlar por inteiro o processo político que, por fim, redundou numa polarização catastrófica.

Num quadro como esse, a política encaminhava-se para "uma situação de guerra latente, de antagonismos sinuosos, de intensidade não-linear, mas cuja tendência era de crescimento até chegar a uma situação de agonia".[16] Agonia, essa a outra metáfora que procurará descrever sinteticamente a trajetória do governo de Allende até o seu colapso final. A metáfora da agonia tem como propósito descrever um processo contínuo e progressivo de colapso, derivado de uma situação-limite na qual o terreno de ação dos atores se transforma numa espécie de funil, onde, acossados e vendo suas oportunidades políticas se esvaírem, são inapelavelmente empurrados por uma sincopada força gravitacional para o buraco negro de sua saída, isto é, para o seu desaparecimento. Não é difícil perceber que é aqui que a imagem de fracasso se impõe, resultado da combinação da vontade obsessiva de algo impossível – realizar uma revolução sem os meios para tal – com um realismo sem fundamento teórico – a via democrática ao socialismo, nunca antes teorizada, mas apresentada como se o houvesse sido.[17]

Ao finalizarmos este breve texto, gostaríamos de, mais uma vez, enfatizar o ponto aqui apresentado: o governo de Allende não pode ser encarado como uma experiência prática da impossibilidade histórica de uma via democrática ao socialismo. De fato, ele apenas anunciou essa possibilidade, mas não a consa-

---

[16] Moulian, 1999:163.

[17] Id. ibid., p. 166.

grou porque Allende e a UP concebiam o socialismo a partir de uma cultura política convencional que predominava na esquerda latino-americana. No entanto, o desafio que emergiu no Chile era *novíssimo*, o que obrigava a esquerda chilena a conceber tanto o socialismo de outra maneira quanto um tipo novo de estratégia para se chegar a ele. O fracasso da experiência chilena foi sobretudo o fracasso de um governo de esquerda cujo projeto de transição ao socialismo não conseguiu traduzir-se numa grande criação política capaz de conquistar, pela democracia, a maioria da sociedade. Com o governo, fracassou também a esquerda chilena, já que o projeto da via chilena como uma via democrática não se tornou uma compreensão consensual em seu interior; parte da esquerda ficou contra ele e a outra parte ficou a meio caminho dele. A adesão integral de toda a esquerda não era, obviamente, a garantia do seu sucesso, mas a sua concretização certamente abriria a possibilidade de nascimento do novo como *novíssimo*. Mas o *enigma* permaneceu indecifrável.

Referências bibliográficas

AGGIO, A. *Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. São Paulo: Annablume, 1999.

______. *Democracia e socialismo*: a experiência chilena. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2002.

ALCANTARA, M.; RUIZ, L. (Eds.). *Chile, política y modernización democrática*. Barcelona: Bellaterra, 2006.

ALLENDE, S. *Discursos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

ALTAMIRANO, C. *Dialética de uma derrota*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BITAR, S. *Transição, socialismo, democracia*: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FURCI, Carmelo. *The Chilean Communist Party and the road to socialism*. London: Zed, 1984.

GARRETÓN, M. A.; MOULIAN, T. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. Santiago: Editorial Minga, 1983.

MARTNER, Gonzalo. *El gobierno del presidente Salvador Allende, 1970/1973*: una evaluación. Santiago: Pedna/LAR, 1988.

MOULIAN, T. La Unidad Popular: fiesta, drama y derrota. In: GAZMURI, J. *Chile en el umbral de los noventa*. Santiago: Planeta, 1988. p. 27-41.

______. *Chile actual, anatomía de un mito*. Santiago: LOM/Arcis, 1997.

PINTO, Anibal. *Chile, un caso de desarrollo frustrado*. Santiago: Editorial Universitaria, 1958.

TIRONI, Eugenio. *El liberalismo real*. Santiago: Sur, 1986.

WALKER, I. *Del populismo al leninismo y la inevitabilidad del conflicto*: el Partido Socialista de Chile (1933-1970). Santiago: Cieplan, 1986. n. 91.

5 La historiografía blanca sobre el pasado reciente: entre el testimonio y la historia

*Diego Sempol**

> *Mientras el Volkswagen corría hacia Chuy, mi acompañante y yo seguíamos con ansiedad la voz de la radio, esperando informativos que no aparecían. Sólo se propalaban canciones para ocultar, por unas horas más, la noticia del golpe de Estado. "Si la patria me llama, aquí estoy yo" seguían repitiendo las voces de Los Olimareños […] Con la repetición de la grabación, parecía que la patria volvía a llamar.*[1]

El pasado reciente, la violación de los derechos humanos y las causas del golpe de Estado de 1973 ingresaron definitivamente en la agenda pública y en la vida cotidiana de los uruguayos. Los medios masivos de comunicación durante todo el 2005 y 2006 presentaron en forma machacona las novedades (o su ausencia) en este área. Sin lugar a dudas, tanta cobertura periodística se explica, en parte, gracias a las investigaciones promovidas por el

---

* Centro Latinoamericano de Economía Humana, Uruguay. Diego Sempol es profesor de Historia (IPA) y realizó estudios de posgrado en historia contemporánea (Claeh). Participó en el proyecto del SSRC "Memoria Colectiva y represión" y es miembro del Núcleo de Estudios sobre Memoria (IDES, Argentina). Además se desempeña como editor de la sección Sociedad del Semanario Brecha.

[1] Pereyra, 2006:89.

gobierno del Frente Amplio, para determinar el destino final de los detenidos, desaparecidos y la aparición de Ubagesner Chaves Sosa y Fernando Miranda.

Pero también incidió en este proceso, y mucho, el ingreso del tema al sistema educativo formal. La creciente demanda de la sociedad provocó que las autoridades educativas decidieran romper el silencio institucional y abordaran el desafío de trabajar estos temas en el aula. Este abordaje marcó el inició de otra polémica, caracterizada hasta ahora por un pobre perfil académico y reiterados pedidos de destitución. El detonante en este caso fue la publicación en el semanario *Búsqueda* de una apretada síntesis de algunas líneas analíticas expresadas por el historiador Carlos Demasi[2] durante un curso sobre la dictadura, de más de ocho horas, en el colegio San José de la Providencia.

Para el senador Francisco Gallinal (Correntada Wilsonista):

> Flaco favor le hacemos a los hijos de la patria si mandamos escribir la historia a personas que la interpretan a su antojo y siguiendo móviles políticos. Como blanco y como ciudadano me siento muy agraviado.[3]

Gallinal exigió que Demasi fuera separado de su cargo por su *"concepción ideológica sesgada"* y por difundir una visión *"falsa y con contenidos políticos inaceptables"*. El diputado Daniel García Pintos (Lista 15) no se quedó atrás: *"Este señor tiene más cemento en la cara que toda la represa del Palmar. Desde hace 20 años, la izquierda se encarga de embaucar a los más jóvenes disfrazando los hechos históricos"*. Finalmente el Honorable Directorio del Partido Nacional resolvió el lunes 28 de noviembre crear una comisión de seguimiento y consideró que las valoraciones de Demasi lo "descalifican".

Desde entonces, similares reacciones ha despertado cada innovación introducida por las autoridades educativas en este terreno. Así, la aparición, en enero de 2007, de una guía para docentes, en la que se seleccionan algunos capítulos de textos ampliamente divulgados sobre el pasado reciente, volvió a producir similares acusaciones: "violación de la laicidad", "selección sesgada" y "faltan voces".

Este artículo no va abordar el contenido de estas críticas, ni las continuidades y rupturas que éstas anuncian en la relación – siempre conflictiva, en

---

[2] El docente e historiador Carlos Demasi fue seleccionado en 2006, mediante concurso público (junto a Álvaro Rico y Vania Markarian), para elaborar una guía para docentes y maestros y dar un curso para tratar los temas del pasado reciente en el aula.

[3] *El País*, 28 jun. 2006. p.12.

Uruguay – entre la educación y el poder político. Pero sí pretende estudiar un aspecto enunciado en repetidas oportunidades durante el debate: la acusación de que en las interpretaciones formuladas, o en la selección de textos propuesta, no están incluidas "todas las miradas posibles".

Argumento que, pese a su sesgo claramente ideológico y político partidario, tiene la virtud de advertir la existencia de una serie de publicaciones no muy difundidas, que pueden considerarse "blancas". Rótulo polémico y difuso, pero que en algunos casos auto asumen los propios textos o es aplicable si se toma en cuenta la relación directa y explícita que tienen sus autores con algunos líderes, la estructura y la historia del Partido Nacional.

Varias preguntas se vuelve así pertinentes: ¿Qué elementos interpretativos aportan estos trabajos?; ¿qué nuevos problemas analíticos abren a la historiografía uruguaya?; ¿cómo se los debe considerar en el marco de la producción académica sobre estos temas? Para responder a éstas y algunas otras cuestiones, se analizan aquí los textos más recientes aparecidos en éste campo de reflexión.

La selección (en última instancia, siempre arbitraria) incluye los trabajos de Diego Achard, Daniel Corbo, León Morelli, Carlos Julio Pereyra, Juan Raúl Ferreira, y Miguel Álvarez y Diego Abal.[4] Todos los textos (salvo el de Achard) fueron editados entre 2000 y 2006, por lo que constituyen los aportes más recientes y significativos sobre el pasado reciente realizados desde esa mirada partidaria.

Las tensiones entre memoria e historia

Analizar este nicho de producción pone sobre el tapete los problemas que genera trabajar nuestro pasado reciente, los límites que tiene una mirada ligada a los partidos tradicionales, que se volvió durante mucho tiempo un "sentido común" incuestionable, así como el difícil diálogo existente entre memoria, testimonios e historia.

Durante décadas se planteó en la disciplina histórica la necesidad de dejar transcurrir el tiempo antes de abordar analíticamente un período histórico relativamente reciente. La advertencia buscaba preservar la distancia

[4] Achard, 1992; Ferreira, 2000; Abal y Álvarez, 2004; Morelli, 2002; Corbo, 2006; Pereyra, 2006; Ferreira, 2000.

"imprescindible" para que tenga lugar la labor histórica, un "acallamiento de las pasiones" y dar la oportunidad al investigador de abordar algo en lo que no estuviera involucrado en forma directa, como garantía para un desempeño "imparcial" y "objetivo".

Los desafíos de trabajar el pasado reciente y la articulación con lo subjetivo han sido ampliamente abordados, dentro del campo histórico, entre otros, por Eric Hobsbawm[5] y Jacques Le Goff[6] ; y, en la sociología, por Pierre Bourdieu y su propuesta de "objetivar el sujeto objetivante",[7] que introduce la necesidad de interpelar los puntos de partida del investigador, para explicitar su lugar de enunciación y reflexionar sobre él.

Más recientemente, la socióloga argentina Elizabeth Jelin[8] analizó cómo, tradicionalmente, las formas de acercarse a la subjetividad humana constituyen objeto de fuertes debates metodológicos y teóricos, que involucran su fiabilidad y fidelidad. Dominick LaCapra[9] advierte que en la relación conflictiva existente entre historia y memoria lo que ronda en última instancia es una noción de "verdad histórica", o la "verdad de los hechos ocurridos." LaCapra señala que comúnmente se entiende por historia lo fáctico, lo "científicamente comprobado", mientras que las versiones subjetivas sin asidero verificable son consideradas sólo como memorias.

Si bien las escuelas más radicales tienden a confundir historia con memoria, Jelin aclara: "La memoria no es idéntica a la historia, sino que es una fuente crucial para la historia, aún en sus tergiversaciones, desplazamientos y negaciones, que plantean enigmas y preguntas abiertas a la investigación".[10]

Todos los autores aquí reseñados (salvo Corbo) inician sus trabajos con una suerte de "mea culpa", más que ambigua, en donde "confiesan", pero desafortunadamente nunca problematizan, la proximidad ideológica y biográfica con los hechos y personajes que van a ser analizados.

Así, Achard reconoce su trayectoria en la introducción: "No he sido neutral", afirma. Vivió en el exterior; fue integrante de la Convergencia De-

---

[5] Hobsbawm, 1998:230.

[6] Le Goff, 1991:131.

[7] Bourdieu, 2000:98.

[8] Jelin, 2002:10.

[9] LaCapra, 2001:16.

[10] Jelin, 2002:75.

mocrática; y, a su regreso al Uruguay, participó activamente en la vida política como secretario político de Wilson Ferreira Aldunate hasta su muerte.

> Esto me coloca, en algún sentido, en una posición ventajosa frente a otros investigadores que han estudiado la transición, porque muchos de los acontecimientos que ahora investigué los viví muy de cerca, y por lo tanto, puedo conocer en detalle lo sucedido. Sin embargo, esta situación tiene sus desventajas, porque conocer una parte de la verdad no es conocer toda la verdad, y en algunos casos puede llevar a conclusiones erróneas.[11]

Hasta aquí llega la advertencia (más que reflexión) del autor sobre su grado de compromiso con su objeto de estudio. No hay un análisis meditado ni se extraen consecuencias metodológicas sobre este problema que den garantías sobre los presupuestos epistémicos de su trabajo.

> El planteo de León Morelli se ubica casi en la misma línea. Comienza el volumen "Desafío al Régimen" dedicando su trabajo "A nuestro gran y querido Partido Nacional. Que en tiempos de dificultades siempre tuvo hombres, mujeres y principios que marcaron el rumbo de la Patria". Su adhesión partidaria es así brutalmente explícita y le sigue de cerca durante los cuatros tomos que escribió sobre lo que él llama "la salida".

Pero su compromiso familiar aparece apenas mencionado bajo una formulación negativa cuando busca fundamentar por qué dedica tanta atención a Wilson Ferreira Aldunate en su trabajo.

> El relato esta centrado, en forma principal, en la persona y en el accionar de Wilson Ferreira Aldunate. Naturalmente, no porque con él haya yo tenido una relación de parentesco – fue el padre de mi señora – afectiva, partidaria, de ideales, de militancia y de amistad muy estrecha. No por ello.

Carlos Julio Pereyra, por su parte, aclara al lector desde el vamos que procurará ser en su libro "lo más objetivo posible" y que va a luchar contra "la natural tendencia humana" a justificar sus actos. Esta lucha, de todas formas, advierte, no puede llevarlo, por su propia biografía, a un lugar de enunciación "neutral":

> No soy un historiador: Soy un político, y, como tal, cargado de pasiones. En las evocaciones de los trascendentes sucesos políticos de la época no cabe la

---

[11] Achard, 1992:15.

> neutralidad, porque sería fácil confundirla con cobardía. La neutralidad no es admisible cuando de lo que se trata es de la valoración y el destino de la libertad.

Su trabajo tiene, además, una clara intencionalidad política y constituye "un acto de militancia": Rescatar y difundir el rol que su partido político tuvo en la transición a la democracia, así como una forma de rendir cuentas sobre su propia actuación política durante estos años.

La situación de Juan Raúl Ferreira, por razones obvias, es apenas insinuada de forma explícita en la introducción de su libro. La filiación de este líder político es archiconocida en el Uruguay, y su relato alude a Wilson Ferreira, su padre, en forma fluida y continua. Juan Raúl aclara de todas formas: "En el plano personal debo decir que no fue fácil haber sido hijo de uno de los hombres más extraordinarios que conoció la Patria en el último siglo"[12] .

Algo similar explica Diego Abal Oliú en el momento de introducirnos a una selección de fotografías sobre Wilson:

> Vengo de un hogar donde nuestro abuelo, el Dr. Luís Oliú, nos inculcó la figura de Herrera; a pesar de eso, sólo me bastó conocer a Wilson para quedar marcado por su personalidad y su pensamiento político. A todos nos dejó su impronta desde el momento que lo conocimos y lo seguimos.[13]

Así, la proximidad, en vez de ser parte del objeto de estudio, se exhibe y enuncia muchas veces para ganar legitimidad y credibilidad. Para marcar al lector que comparte esa adhesión política y se enfrenta a una versión de los hechos que cuenta de alguna forma con el aval partidario. De todas formas, estas implicancias son administradas de formas muy diferentes según los autores, lo que permite agruparlos en función de sus diferentes pretensiones discursivas y resultados alcanzados.

Trabajos en clave histórica

Los textos de Achard y, en especial, el de Corbo constituyen, de lejos, entre todos los aquí seleccionados, los que encierran mayor rigor metodológico y

---

[12] Ferreira, 2000:11.

[13] Abal y Álvarez, 2004.

analítico. Ambos autores ubican la transición entre 1980 y 1989, logrando traspasar una visión excesivamente político institucional. Desde esa última perspectiva, la recuperación de la democracia es vista como una inflexión que silencia las continuidades arrastradas por otros temas, al menos hasta el fin de la década.

Achard justifica así su decisión: “El fin de la transición puede ubicarse en abril de 1989 con el referéndum sobre la Ley de Caducidad, dada la potencialidad de desestabilizar a la democracia que tuvo este tema”. Mientras que, para Corbo, la “dictadura transicional” sería entre 1980 y 1985 y la “transición democrática”[14] entre 1985 y 1989, momento en el que se ratifica la Ley de Caducidad.

El libro de Achard ofrece tres abordajes muy diferentes: apuntes para una interpretación de la transición, una apretada síntesis que en los hechos termina siendo la parte más elaborada del libro; unas ocho entrevistas (a seis políticos y dos militares) poco atractivas, ya que no hay casi lugar para la sorpresa y la confrontación periodística (Achard permitió a los entrevistados corregir y rectificar lo hablado durante la entrevista); y, por último, un anexo documental (con 16 textos de carácter civil y militar).

Para el autor, la transición uruguaya se explica, en buena medida, gracias a la existencia de dos corrientes en las Fuerzas Armadas: una liderada por el teniente general Gregorio Álvarez, que tenía su núcleo de seguidores en el Ejército (sector identificado como “los políticos”) y buscaba impedir un acuerdo político con la oposición, crear un partido del Proceso y lograr así el continuismo del régimen militar; y otra liderada por el teniente general Medina, la Armada y la Fuerza Aérea (rotulados como “profesionales”), que buscaba una retirada ordenada de las Fuerzas Armadas del poder.

El análisis realizado por Achard pretende reafirmar la idea de que el Partido Nacional, pese a ser el gran excluido del Club Naval, participó en forma central en el proceso de transición. Esta hipótesis, si bien seductora, porque introduce los efectos que tiene su ausencia en los márgenes y las posibilidades de negociación de sus adversarios electorales, silencia a su vez el fracaso del modelo de salida instrumentado por Wilson Ferreira Aldunate.

Achard reconoce, de todas formas, que el electorado castigó la radicalidad y que votar al Partido Nacional en la coyuntura de 1984 era correr demasiados

[14] Ambas categorías fueron tomadas de los historiadores Gerardo Caetano y José Rilla.

riesgos. Una explicación que en su oportunidad ya había realizado el propio Ferreira Aldunate. El trabajo tiene, por último, un objetivo político:

> He realizado esta investigación motivado por la idea de que los enfrentamientos que se vivieron en nuestro país fueron evitables en su mayoría, y que, consecuentemente, un conocimiento cabal de aquellos episodios nos ayudará a no repetir los errores cometidos, tanto por civiles como por militares.[15]

El proyecto se inscribe así en una propuesta política que busca asegurar la gobernabilidad postautoritaria, fortalecer la democracia y tiene un fin moral: evitar la repetición del pasado que dividió a los uruguayos.

Por su parte, Daniel Corbo revela una mayor profesionalidad en su trabajo histórico, aunque no hace explícita (salvo en la solapa del libro) sus implicancias con el objeto de estudio abordado.[16]

Su obra revela un prolijo acopio de documentación y puede inscribirse claramente en una mirada positivista, mucho más descriptiva que analítica. Se trabaja con periódicos, documentos y bibliografía actualizada para el período. A partir de esas fuentes, se busca introducir matices interpretativos.

Se rastrea en forma minuciosa cómo se fue definiendo el proyecto fundacional autoritario, el enfrentamiento entre los sueños corporativistas de Juan María Bordaberry y la intención militar de institucionalizar el estado de situación excepcional mediante la refundación del sistema, consolidando la incidencia de las Fuerzas Armadas en la democracia a través de una reforma constitucional. Esta confrontación, desde el punto de vista del autor, permite la "militarización del Estado y de la política", entanto produce un desborde de las FFAA sobre el conjunto del aparato del Estado y la colonización de la mayoría de las estructuras estatales y paraestatales por los militares, así como la fusión total o parcial entre los aparatos represivos y los otros aparatos del sistema de dominación política.

Para Corbo, el derrocamiento de Bordaberry – a diferencia de lo que plantean Juan Rial y Cristina Torres –, más que una prueba de cierta vocación democrática de las Fuerzas Armadas, marca su intención de que los partidos políticos cumplieran otro rol en la nueva institucionalidad. La estrategia adoptada

---

[15] Achard, 1992:15.

[16] Daniel Corbo es licenciado en ciencias históricas, fue presidente del Consejo de Educación Secundaria, consejero del Codicen y diputado por el Partido Nacional.

fue la depuración para “manipularlos luego (cooptación mediante) en un sentido funcional a los requerimientos del Proceso”. El error de los militares fue, agrega, “no advertir que sin actividad política no podían surgir nuevas figuras ni liderazgos de reemplazo.” Y, a diferencia de Charles Gillespie, Corbo considera que la llamada a un plebiscito no obedece a un culto a “los valores democrático-liberales”. Para este historiador, se deben distinguir:

> La retórica de las convicciones efectivas. De lo contrario, habría que admitir por buena la contradicción de que los regímenes totalitarios del Siglo XX serían, en el fondo, tributarios de valores democráticos, porque recurrieron en numerosas oportunidades a convocatorias plebiscitarias o electivas, o que el régimen chileno de Pinochet era de inspiración democrática, porque convocó a varias consultas populares para validar su régimen institucional autoritario. Lo que hace democrático, o no, una consulta popular, son las condiciones del proceso y, especialmente, los marcos de libertades y derechos individuales y políticos que reconozcan [...] dada la tradición republicana y democrática hondamente arraigada en la ciudadanía del país, esta no admitiría otro camino para validar una constitución que no fuera la del pronunciamiento en las urnas. Sin pasar por este mecanismo del voto popular no habría legitimidad posible.[17]

Se analizan en profundidad el proyecto constitucional de los militares, la campaña previa al plebiscito y, finalmente, los resultados de la votación. Probablemente, la parte más interesante de su investigación es el detallado rastreo de los primeros pasos que dan el Partido Colorado y el Partido Nacional antes del plebiscito de 1980 para reorganizar su estructura partidaria, así como los intentos del régimen de constituir interlocutores que les fueran funcionales a sus propósitos.

La descripción de las confrontaciones existentes entre el Triunvirato (integrado por Carlos Julio Pereyra, que en ese momento era el principal dirigente nacionalista en el país, Esc. Dardo Ortiz y Mario Heber) y la Comisión de los Diez (dirigida por el dr. Payssé Reyes, conformada a instancia del dr. Alberto Gallinal Heber), revela la compleja situación que enfrentaban los partidos tradicionales, al tener buena parte de sus líderes en el exilio o proscriptos.

[17] Corbo, 2006.

También muestra los desafíos y riesgos de iniciar un diálogo con el régimen dictatorial, así como las ambivalencias frente a este de una parte del Partido Nacional.

Corbo plantea que la derrota que sufrieron las Fuerzas Armadas luego del plebiscito de 1980 provocó el abandono de todo intento fundacional entre los militares, aunque los objetivos por legitimar una "democradura" subsistieron durante las negociaciones en el Parque Hotel y los acuerdos realizados en el Acuerdo del Club Naval. La intención era "calafatear el barco", mantener las apariencias de una institucionalidad tradicional; y, en el fondo, colocar todos los aspectos de la vida nacional bajo control militar.

Poco y nada se dice en este libro sobre las expresiones culturales que permitieron articular el campo de resistencia a la dictadura. Corbo aparentemente identifica en forma rígida la actividad política con lo político partidario; por ello, destina apenas unos párrafos a las expresiones culturales relacionadas con el canto popular, talleres literarios y programas radiales, que configuraron un espacio de verdadera resistencia y difusión de los reclamos de libertad. Ese elemento cultural sería *a posteriori* central en la configuración de la cultura de resistencia que marcó al Frente Amplio de la dictadura.

Corbo sí trabaja los sectores que apoyaron la reforma constitucional militar, tanto dentro del Partido Colorado (Jorge Pacheco Areco) como en el Partido Nacional (dr. Alberto Gallinal Heber), algo que otorga más rigor a su investigación. Pero el análisis del colaboracionismo no es llevado hasta sus últimas consecuencias: poco y nada se dice de la implicación de ambos partidos políticos en el golpe de Estado y en el apoyo al régimen militar. Ni sobre cómo fue procesado este problema *a posteriori* en su seno. Le alcanza a Corbo señalar que "las derrotas electorales de 1980 y la mayor aún de 1982 liquidarán definitivamente este proyecto" y permitirían el desplazamiento de las camarillas de civiles que apoyaban la dictadura.

Tampoco avanza mucho sobre aspectos que han estado en el centro de la discusión política sobre el pasado reciente. Por ejemplo, reconoce que "la subversión ya había sido derrotada militarmente en 1972", por lo que, a medida que pasaban los años, cada vez era menos creíble la "apelación a un factor defensivo frente a la subversión".

Y se detecta un cambio en la forma en que alude a la violación de los derechos humanos durante la dictadura a medida que avanza el libro: se comienza hablando de "aberrantes apremios físicos y psicológicos"; en la página 50 se

pasa a hablar de "acciones sistemáticas de tortura a detenidos en establecimientos militares, causantes de múltiples muertes y desapariciones forzosas"; y, finalmente, en la página 224, se señala que "se violaron alevosamente los DDHH".

El testimonio como problema

Vivimos una época de auge de la literatura testimonial, que en muchos casos ocupa socialmente el lugar del relato histórico, debido a la crisis de legitimidad en las que está envuelta la investigación histórica. De todas formas, las autobiografías, memorias, y narrativas de vida suelen ser utilizadas en las ciencias sociales como fuentes secundarias para el proceso de reconstrucción de los datos. Y toda una teorización reciente (los estudios sobre la memoria, inaugurados en el campo de la historia por Pierre Nora) ha buscado desentrañar los procesos de evocación que realizan los individuos, a efectos de historizar los sentidos sobre el pasado que circulan socialmente en un momento dado.

Los trabajos de Carlos Julio Pereyra, Juan Raúl Ferreira, y Diego Abal se posicionan en ese extenso terreno conocido como testimonial. Los dos primeros, a partir de la palabra y la evocación; el tercero, apelando a una fotografía testimonial, que busca retratar momentos y capturar épocas.

Pereyra aclara que escribe esas páginas para "rendir cuenta a la ciudadanía" de su actuación como político, lo que implica, con relación a los hechos, una presentación argumentativa de los episodios de la historia reciente, a mitad de camino entre la autobiografía, la justificación y el reconocimiento de los errores cometidos. De todas formas, el autor aclara que "numerosos documentos procuran respaldar" su testimonio. Esta mezcla entre recuerdos, "a veces dolorosos pero que pueden resultar aleccionantes", y documentación le permite definir su trabajo por la negativa: no es "una memoria personal"; pero "tampoco es un libro de historia en el sentido estricto del concepto. Se trata de relatos que pretenden traducir el drama que significaron para el País los doce años negros de la dictadura militar todavía tan cercana".

Las luchas ya comunes entre historia y memoria se vuelven aquí patentes en un caso local. Pereyra erosiona la noción de historia, y busca un lugar bajo su sombra, más allá de que reconoce no atenerse al "sentido estricto" del término. Finalmente, Pereyra, luego de estas ambigüedades, aclara su lugar de enunciación: "He sido testigo de los últimos 70 años de la vida del Uruguay".

Como señala Jelin, testigo es aquél que vivió una experiencia y puede, *a posteriori*, narrarla, dar testimonio. Está el testimonio en primera persona, que usa esta formulación "por haber vivido lo que se intenta narrar". Pero la noción de testigo también alude a un observador, agrega esta investigadora, aquel que "presenció un acontecimiento desde el lugar de tercero, que vio algo aunque no tuvo participación directa o envolvimiento personal en el mismo".[18] Tanto Pereyra como Ferreira se ubican con comodidad dentro del primer grupo, mientras que el fotógrafo Abal podría incluirse en el segundo.

Hay que reconocer, de todas formas, que Juan Raúl Ferreira ingresa al género testimonial en forma más directa, con menos reparos y confusiones – a diferencia de Pereyra. Afirma, así, en la introducción de su trabajo:

> Esto no es un ensayo ni una crónica política de los episodios que en aquellos años nos llevaron poco a poco al retorno democrático. Muchos y muy buenos trabajos hay a este respecto, a los que puede recurrir el lector, que no recuerde aquellas circunstancias o no haya sido contemporáneo de las mismas. [...] Compartir esas vivencias con el lector es el propósito de este libro. No tiene el mismo, ni su autor, otra aspiración que no sea esa. Evocar vivencias, dejar que vuelvan a emerger viejas emociones y vuelen los recuerdos. Contar episodios que, si bien integran el repertorio de nuestra vida cotidiana, guardan claves útiles para entender lo que se vivió en Uruguay y el resto del mundo en aquel tiempo.[19]

Para argumentar la validez de sus testimonios, ambos líderes políticos rescatan su carácter de testigos y la posibilidad de hacer su trayectoria biográfica generalizable al resto de la sociedad uruguaya. Pero Ferreira no pretende salirse del género testimonial. Su relato conserva así un tono intimista, que sondea en su identidad política y personal a partir de la experiencia del exilio.

Hay, de todas formas, intenciones político-partidarias: por un lado, busca hacer visibles sus denuncias ante organismos internacionales durante el exilio, a favor de la lucha contra la violación de los derechos humanos (planteando jugosos detalles de la acción de Convergencia Democrática), lo que le permite adquirir un perfil propio frente a la figura paterna. Y, por otro, intenta reivindicar la resistencia a la dictadura del Partido Nacional. Trabajo que no siempre le

---

[18] Jelin, 2002:80.

[19] Ferreira, 2000:8.

dio rédito: "Curiosamente, cuando se difundía la noticia en Uruguay (de lo hecho, ante organismos internacionales), parecía que todo era obra de la izquierda organizada fuera del país".[20]

Por su parte, Pereyra busca recordar para no repetir el pasado, para reivindicar al Partido Nacional como uno de los "pilares de la durísima lucha" contra la dictadura. "Nadie lo puede ignorar, pero hay muchos episodios que no se conocen o recuerdan", aclara. Su mensaje busca transmitir a las nuevas generaciones y refrescar la memoria a aquellos "olvidadizos" que niegan el papel del Partido Nacional en el proceso.

Pero, además, las autobiografías, como señala Jelin, a diferencia del testimonio que se realiza en clave dialógica, imponen una dinámica jerárquica gracias al control y el manejo que se realiza de los silencios. Silencios que, junto al acto de rememoración, están fuertemente condicionados por el presente en el que vive el testigo. Para Jelin:

> Ese pasado rememorado es activado en un presente y en función de expectativas futuras. Tanto en términos de la propia dinámica individual como de la interacción social más cercana y de los proceso más generales o macrosociales, parecería que hay momentos o coyunturas de activación de ciertas memorias y otros de silencios, o aún de olvidos.[21]

Entonces, ¿qué olvidan y silencian estos testimonios en el presente? En el caso de Ferreira, casi todos los aspectos más polémicos de la trayectoria política de su padre, como fue su sorpresivo apoyo a la Ley de Caducidad y la acción de las organizaciones de izquierda durante el exilio. Mientras que Pereyra omite hablar sobre la defensa del voto por el Sí realizada por Alberto Gallinal, las implicaciones del Consejo de los Diez (las que no son funcionales a la imagen de un Partido Nacional opositor que quiere transmitir) y justifica el apoyo que dio su sector a la Ley de Seguridad del Estado, que permitió al gobierno de Bordaberry, en 1972, violar en forma dramática los derechos humanos de cientos de militantes.

La selección fotográfica de Abal también tiene sus silencios, ya que nos muestra sólo a un Wilson sonriente, en pose, protagonista de hechos claves de la resistencia (su llegada a Montevideo, el discurso en la explanada municipal

[20] Ferreira, 2000:190. El paréntesis pertenece al autor de este artículo.

[21] Jelin, 2002:18.

recién liberado), sin que haya imágenes que funcionen en una suerte de contrapunto, que permitan arrojar miradas más cotidianas, más conflictivas, de lo que fue su compleja y densa trayectoria política.

Un relato cronológico en clave de drama

La obra de Morelli es extensa y está compuesta por cuatro tomos. En el primero, "En alta y clara voz", se trabaja el período que va desde el plebiscito de 1980 hasta el año 1982. En "Con las banderas desplegadas" se aborda el año 1983 y en los dos últimos volúmenes "Desafío al régimen" (los primeros seis meses del año 1984) y "El azul vuelve" (los segunda mitad de ese año) el jalón final de la salida democrática.

Sus libros son un repaso prolijo y extenso, casi semanal, de los episodios ocurridos en ese período cronológico. En cientos de páginas, se transcriben fragmentos (en ocasiones excesivamente extensos) de entrevistas realizadas a Wilson Ferreira Aldunate, conversaciones privadas y cartas, así como comunicados del Directorio del Partido Nacional. El trabajo no tiene preguntas analíticas. No hay problemas históricos ni metodológicos. La obra, mirada en su generalidad, resulta así un apretado resumen de prensa y correspondencia, sin mucha ilación analítica. Es verdad que se respeta el orden cronológico; pero se salta de una cosa a otra, siguiendo de cerca la temporalidad en que se dieron los episodios.

Si bien Morelli aclara que su pretensión es la de formular "un relato cronológico donde la documentación, lo que hicieron y la palabra de los protagonistas principales hacen la historia que se describe",[22] la selección de declaraciones y textos es parcial, excesivamente centrada en las figuras de Wilson Ferreira y de sus aliados políticos. Poco o nada aparecen los restantes actores de la época, que compartieron episodios claves de la historia reciente. Y, si lo hacen, sus palabras aparecen casi siempre en contrapunto o diálogo con los dichos del líder nacionalista.

También las opiniones de Morelli aparecen muy poco en el texto, para marcar y definr en algún sentido el relato. Pero cuando esto sucede los planteos van configurando una narración épica muy próxima a lo que Hayden White[23]

---

[22] Morelli, 2002:7.

[23] White, 1998.

definió como "romance", en las que hay una trama dramática de autoidentificación con un héroe que lleva adelante una lucha entre el bien y el mal, la luz y las tinieblas, y cuya muerte o derrota resulta así trascendente.

La presencia del líder, a medida que avanza la colección, se vuelve tan persistente que prácticamente puede hablarse de una suerte de "Wilsoncentrismo", en donde todo parece explicarse en función de su persona. Morelli reconoce en alguna oportunidad esta característica: "El relato esta centrado, en forma principal, en la persona y en el accionar de Wilson Ferreira Aldunate".

Y las justificaciones de esta elección aparecen una y otra vez en los distintos tomos: "El único que desde el día mismo de la instauración de la dictadura en nuestro país" luchó contra Bordaberry y el régimen dictatorial; que sufrió injustas acusaciones "por los delitos más atroces"; se le embargaron la "totalidad de sus bienes con lo que se dificultaba de sobremanera su subsistencia en el exterior", "manteniéndolo lejos de su familia y no permitiéndole ver crecer a sus nietos, porque el gobierno lo declaró como su principal enemigo." Para Morelli, éstas son "razones más que suficientes para que fuera la figura central de los cuatro libros", algo un poco paradójico, si se piensa que la situación experimentada por Wilson, tal como la formula Morelli, fue compartida por miles de uruguayos durante esos años.

Tal vez consciente de esta debilidad, vuelve una vez más sobre el asunto en la introducción del último tomo, para finalmente aclarar que su selección no amerita mayores fundamentos:

> En cuanto a la circunstancia de haber tomado como referente principal a al figura de Wilson Ferreira, creo que ello no amerita mayores explicaciones. En torno a lo que él dijo, hizo, provocó o desencadenó, en buena medida giraron todos los acontecimientos importantes que durante 10 años sucedieron en el Uruguay [...] Todo lo que de él salía, provocaba acciones y reacciones. A favor o en contra. Despertó odios y pasiones. Hoy, creo no equivocarme al decirlo, es por todos considerado como uno de los demócratas y uruguayos más relevantes del siglo XX. Conocer y analizar la actuación de Wilson Ferreira durante el período que duró el régimen de facto, creo que sea la mejor forma de visualizar lo que la dictadura fue, hizo y significó en aquel triste período que vivió nuestra Patria.[24]

[24] Morelli, 2002:40.

El relato, pese a una supuesta intención "escrupulosa" e "imparcial", confunde en lo relativo a los usos verbales y al lugar de enunciación. En reiteradas oportunidades se pasa a la primera persona del plural durante el relato, con la intención deliberada de seducir, emocionar o reforzar momentos claves de la trama.

En su relato también se introduce la categoría de "pueblo", enmarcándose en una tradición esencialista, en la que la sociedad civil aparece como un todo homogéneo, sin tensiones ni conflictos. El pueblo, así, "desea", "busca", "se frustra", "resiste", "encara", "derrota". Y su único contrapunto en la trama son los políticos. Una dicotomía que refuerza la visión tradicional de historia política y que desconoce por completo la presencia de los movimientos sociales, claves durante el período de la transición democrática.

Discursivamente, además, el autor, cada vez que necesita argumentar a favor del Partido Nacional, confunde el "pueblo uruguayo" con el "voto nacionalista" e identifica ambas voluntades como si no hubiera diferencias. Para muestra basta un botón: "De haberse seguido ese camino, los uruguayos hubiéramos adelantado cinco años en tener al presidente, entre todos los candidatos, que preferíamos".[25]

Nuevos problemas y desafíos

Los planteos formulados por este corpus testimonial e historiográfico introducen algunas novedades en la discusión sobre el pasado reciente. Aquí se abordarán sólo dos: el "desplazamiento" introducido en la formulación de la teoría de los dos demonios, y las interpretaciones que se formulan sobre el Pacto del Club Naval y la Ley de Caducidad.

La teoría de los dos demonios, planteada en Uruguay por el Partido Colorado y las Fuerzas Armadas, fue eficazmente reelaborada en los años noventa por el militar retirado Jorge Tróccoli.[26] Su versión plantea la existencia de una "guerra sucia" ("guerra de guerrillas"), en la que se enfrentan dos bandos; uno de ellos, formado por escuadrones de suboficiales y oficiales de las distintas armas militares y otro integrado por los guerrilleros:

---

[25] Morelli, 2002:232.

[26] Tróccoli, 1996.

> Ambos grupos tenían un mismo comportamiento, con valores similares y comprensibles para uno y para otro, eran grupos de comportamiento sectario, que en el fondo compartían a pesar de todo una cultura en común: la cultura del guerrero.[27]

Los dos demonios terminan enfrentándose en forma "personal" y perdiendo las referencias. "No podemos condenar lo que fuerzas en combate se hacen unas a otras; lo que sí debemos condenar es haber permitido que la guerra se desatara."[28]

Esta versión de la teoría de los dos demonios silencia los aspectos socio-económicos del período y equipara ambos bandos. Su relato monta una construcción que profundiza en la porosidad de las nociones de víctima y victimario, tiñendo a ambos bandos con las mismas características, ya que "la moral y la ética exigían ganar la guerra a como diera lugar".

El historiador Álvaro Rico, en un análisis crítico de estas justificaciones, advierte que la teoría de los dos demonios silencia la responsabilidad de los partidos políticos en la crisis institucional que generó el quiebre democrático[29] a fines de los años sesenta y principios de los setenta. Carlos Julio Pereyra toma partido ante esta explicación, realizando algunos desplazamientos interpretativos que resultan interesantes aún cuando siguen reforzando la teoría de los dos demonios.

El dirigente nacionalista habla en su libro de de dos bandos; pero el polo militar es conceptualizado como Terrorismo de Estado: "Apretados por una pinza, en la que una de sus palancas la movía el terrorismo de la guerrilla subversiva y la otra el terrorismo del Estado, los demócratas uruguayos no fuimos comprendidos por unos ni por otros"[30]. "Tupamaros y golpistas se retroalimentaron con sus desbordes y prácticas de enloquecida violencia"[31].

La lucha entre ambos, desde el punto de vista del autor, generó el ascenso autoritario:

---

[27] Tróccoli, 1996:27.

[28] Ibid., p. 32.

[29] Rico, 2006: 95.

[30] Pereyra, 2006:47.

[31] Ibid., p. 55.

> Los empujes autoritarios del gobierno y de los militares golpistas, como el extravío terrorista de los tupamaros, fueron generando el clima propicio para que la situación terminara en el golpe de Estado. A ello hay que agregar las causas provenientes del exterior: La Doctrina de la Seguridad Nacional, así como el empuje de la extrema izquierda surgida del cambio de orientación de la revolución cubana y la Conferencia de OLAS. [...] Unos y otros sólo conseguirían sumergir en un baño de sangre a este país. Así, los extremismos de uno y de otro lado golpearon a la democracia uruguaya hasta destruirla.[32]

Pero, en su interpretación, Pereyra incorpora al Partido Colorado, al pachecato y, en particular, a Bordaberry, como responsables directos del golpe de Estado. Pereyra aclara que, si bien el MLN fue derrotado en 1972, el gobierno de Bordaberry seguirá reclamando durante el resto de la legislatura medidas extraordinarias para combatir la subversión:

> Con ello el presidente hacía realidad su vocación autoritaria. Los tupamaros le sirvieron de pretexto para destruir la democracia. Bordaberry encontró la oportunidad propicia subiéndose al carro de los militares golpistas y por el camino del terror, la cárcel y la muerte, terminó por concretar sus propósitos autoritarios.

También Pereyra enfrenta – para justificarse – las acusaciones formuladas al Partido Nacional por su apoyo a la Ley de Seguridad del Estado. Reconoce que la declaración de "guerra interna" "terminó por facilitar los desmanes contra los derechos humanos"; pero, un poco más adelante, señala:

> Las formalidades jurídicas ya no zanjaban una situación de desborde autoritario. Por ello, cuando años después Wilson manifestó su arrepentimiento, al igual que nosotros, por haberla votado, el país entero sabía que con esa ley, o sin ella, la dictadura habría cometido igualmente todas las barbaridades que cometió.[33]

Durante la transición a la democracia, el Frente Amplio busca legitimar su situación dentro del sistema político, afirma el historiador y politólogo Jaime Yaffé. El autor se apropia en forma casi excluyente de la lucha contra la dictadura, para tejer en torno a este factor su nueva identidad, indiscutiblemente democrática.

[32] Pereyra, 2006:63.

[33] Ibid., p. 48.

Los cuestionamientos introducidos por algunos autores blancos vienen a interpelar esta operación política y de memoria, al rotular al Frente Amplio, entre otras cosas, de "partido pactista". Morelli habla, por ejemplo, de un "atentado antidemocrático"; del "oprobioso Pacto del Club Naval"; de "vergüenza y oprobio sobre los que convinieron, a cambio de posiciones, entrega de principios semejantes"; y del "pacto de la entrega. Página para el olvido en la historia de la lucha por la libertad del pueblo uruguayo".

Claro que su análisis sobre una supuesta actuación ética del Wilsonismo (a diferencia del desempeño eminentemente político que habrían encarnado los demás partidos) silencia que también hubo una estrategia electoral en el posicionamiento de Wilson, en la que se buscó polarizar la elección para ganar votos.

Tampoco se logra explicar – siempre en función de esta mirada ética – el giro posterior de Wilson, quien resuelve, una vez concretado el Pacto del Club Naval, que el Partido Nacional debe participar en las elecciones, porque en Uruguay nunca dio resultado convocar al voto en blanco o a la abstención. "La política es un juego muy duro y así se jugó", advierte Juan Raúl Ferreira. Pero Morelli tan sólo parece estar dispuesto a aplicar lo que es cierto para todos a los otros partidos políticos, sesgando el relato y simplificando la difícil coyuntura que estaba en juego.

El hincapié que realiza la historiografía blanca en la participación del Frente Amplio en el Pacto del Club Naval busca también cuestionar y responsabilizarlo sobre la futura situación de los derechos humanos durante el período democrático. Pereyra afirma en su libro que la Ley de Caducidad es la consecuencia lógica de estos acuerdos:

> Seguimos creyendo – en la verdad o en el error – que el Partido Nacional no debió participar en la aprobación de esa ley, ya que ella era la consecuencia de un compromiso asumido en el Pacto del Club Naval, de que los blancos no participaron, como consecuencia lógica de la injusta prisión de Wilson Ferreira. No solo con ese pacto se nos impidió el triunfo electoral, sino que el Partido tuvo que sacar la brasa ardiente de la impunidad que debió ser tarea a cumplir por el Frente Amplio, uno de los protagonistas del pacto.[34]

[34] Pereyra, 2006:250.

El tema de la violación de los derechos humanos fue negociado durante el Club Naval, denuncia Pereyra, y, para probarlo, hace alusión a una reunión realizada en el Palacio Estévez el 1 de diciembre de 1986. En ella, que participaron los comandantes en jefe de las tres Armas: el presidente Julio María Sanguinetti, Seregni, Ciganda, Ferreira Aldunate y el propio Pereyra:

> Los Comandantes plantearon que deseaban formular la declaración consistente de que, en la lucha contra la subversión, habían llegado a "perder el punto de referencia". Aseguraron que en el Club Naval había quedado acordado que no habría castigos para los hechos derivados de esa "perdida de referencia", que había conducido a hechos no deseables. Wilson y yo – por ajenos a eso compromisos – permanecimos callados, en tanto los delegados del Frente Amplio y de los demás partidos – incluidos el Dr. Sanguinetti – expresaron que no recordaban que formalmente hubiera quedado establecido algo al respecto, pero que el tema había estado "subyacente" o "sobrevolando" las conversaciones. A ello respondió tajantemente Medina: "Nadie entre todo contra nada", defendiendo la existencia del acuerdo. Lo que venimos narrando revela, sin lugar a dudas, que la impunidad nació en aquel acuerdo.[35]

Reflexiones finales

"Este país es un invento. Y por eso la historia es tan, o más importante, que la propia política", afirmó hace algunos años un político colorado devenido luego periodista. Por eso, en Uruguay, discutir sobre el pasado fue siempre especialmente conflictivo. Basta recordar como prueba los célebres debates parlamentarios (políticos antes que académicos) en los treinta para determinar cuando debía conmemorarse nuestra independencia nacional.

La vieja historiografía, con Juan Pivel Devoto a la cabeza, logró "resolver" el asunto apelando al comodín de la coparticipación y, a partir de ese momento, todas las aristas se ensamblaron en una única imagen que permitía explicar el origen de la nación y nuestra cultura política.

El largo gobierno de los partidos tradicionales permitió la consolidación de una armonía entre contenidos, prácticas educativas y relaciones de poder intrapartidarias. Cristalizó así la idea de que el Uruguay es un "país de cercanías",

[35] Pereyra, 2006:242.

que "amortigua" los conflictos, "hiperintegrado", y "maduro" políticamente; pero esta matriz explicativa no resulta muy útil para comprender los hechos previos al golpe de Estado y la violación de los derechos humanos durante la dictadura.

La primera respuesta, entonces, fue tratar de ubicar en el afuera las fuerzas del cambio. Para luego tentar una relectura de ese pasado y los sentidos que socialmente se le han asignado. Como afirma Demasi:

> La aceptación de las violencias ejercidas ilegítimamente por agentes del Estado implica necesariamente una modificación profunda en la identidad, la que involucra la renegociación y resimbolización de todo el complejo de identidades políticas que permanecen socialmente activas.[36]

La idea de que la dictadura fue una suerte de paréntesis en la historia del país dejó paso a una isión que problematiza y, al mismo tiempo, implica a buena parte de los actores y personalidades que operan en el presente. La investigación histórica y su enseñanza están íntimamente vinculadas a la práctica política y cultural de un momento dado. Ellas hacen posible algunas preguntas y cierto rumbo de la producción académica.

La llegada al poder del Frente Amplio consolidó la posibilidad de interpelar ese pasado desde un nuevo lugar. Todo parece indicar que se inicia así un período complejo y farragoso de reconstrucción del relato histórico, en donde el contrapunto entre memorias e interpretaciones históricas esta a la orden del día. Los blancos parecen, en el acierto o el error, haber comprendido esto; de ahí, la relativa avalancha editorial en la que se han embarcado en los últimos años.

Referencias bibliográficas

ABAL, Diego; ÁLVAREZ, Miguel. *En las huellas de Wilson*. Buenos Aires: Ed. de la Plaza, 2004.

ACHARD, Diego. *La transición en Uruguay*, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Cosas dichas*. Barcelona: Gedisa, 2000.

CORBO, Daniel. *El Azul vuelve*. Ed. Puerta del Sur, 2006.

[36] Demasi, 2004.

DEMASI, Carlos. Entre la rutina y la urgencia. La enseñanza de la dictadura en Uruguay. In: JELIN, E; LORENZ, F. (Comps.). *Educación y memoria. La escuela elabora el pasado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

FERREIRA, Juan Raúl. *En las huellas de Wilson*. 2000.

______; *Con la patria en la valija*. Montevideo: Linardi & Risso, 2000.

HOBSBWAM, Eric. *Sobre la historia*. Crítica España, 1998.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Nueva York: Cornell University Press, 2001.

LE GOFF, Jacques. *El orden de la memoria*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

MORELLI, León. *Desafío al régimen*. Buenos Aires: Ed. de la Plaza, 2002.

______. *El azul vuelve*. Buenos Aires: Ed. de la Plaza, 2002.

PEREYRA, Carlos Julio. *Soy testigo*. Buenos Aires: Ed. de la Plaza, 2006.

RICO, Álvaro. *Cómo nos domina la clase gobernante*. Buenos Aires: Trilce, 2006.

TRÓCCOLI, Jorge. *La ira del Leviatán. Del método de la furia a la búsqueda de la paz*. Buenos Aires: Innomedia, 1996.

WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

Parte III

Repressão e violência

6 Comemorando a "revolução" de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros*

*Celso Castro***

I

Salão Nobre do Clube Militar, Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro, noite de 31 de março de 2004.

Na comemoração dos 40 anos da "revolução democrática", não mais que 200 pessoas assistiram a um ato que reuniu basicamente militares da reserva e familiares, a grande maioria com mais de 60 anos. Uma rara exceção eram duas jovens assistentes de pesquisa que "infiltrei" – para usar uma expressão cara à doutrina da "luta anti-subversiva" – na comemoração e que me fizeram, depois, um relato do que aconteceu.[1] Eu mesmo não pude estar lá porque, naquele exato momento, participava, no Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo, de um seminário sobre o "golpe de 1964" – observem a mudança de terminologia –, com uma platéia predominantemente jovem.

---

* Uma versão anterior deste texto foi apresentada no International Symposium "The cultures of dictatorship: historical reflections on the Brazilian golpe of 1964" (Universidade de Maryland, 14 a 16-10-2004). Agradeço a Daryle Williams e Barbara Weinstein o convite, a acolhida e os comentários.

** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas.

1 Agradeço a colaboração de Marisa Schincariol de Mello, assistente de pesquisa, e de Laura Koiller Schnoor, bolsista de iniciação científica do CNPq.

A alta média de idade do Clube Militar tem sido, nas últimas décadas, motivo de grande preocupação para seus dirigentes. A participação de jovens oficiais no clube é mínima. Num encarte da *Revista do Clube Militar*, de janeiro de 2001, o então presidente do clube, general Ibiapina, reconhecia que

> até 1956, o nível de adesão [ao clube] era excelente e que, a partir de 1957, passou a descer de tal forma que vamos encontrar o absurdo de que nas sete turmas [formadas na Aman] de 1994/2000 só há 82 sócios, menos que nas sete turmas mais antigas de 1927/1934 (apesar do estrago feito pela idade), das quais ainda temos 105 sócios![2]

"A continuar assim", concluía ele, "o Clube Militar será uma instituição em extinção".[3] Diante disso, devemos ter o cuidado de não tomar as manifestações do Clube Militar como representativas daquilo que atualmente pensam genericamente "os militares".

Voltemos ao evento comemorativo dos 40 anos da "revolução democrática". Em sua fala, o presidente do Clube Militar, general Lessa, já na reserva, disse que a finalidade do painel era "recolocar a verdade dos fatos". Segundo ele, não os movia nenhum sentimento revanchista, porque a paz devia reinar e não o ódio, mesmo que a "esquerda radical" não percebesse isso.

Essa fala foi uma das menos exaltadas no evento. Seu antecessor na presidência do clube, o general Ibiapina, veterano de 1964, encerrou o seu discurso defendendo a atuação do "sistema de informações" na repressão aos "baderneiros" que "teimavam em levar a nação aos braços do marxismo-leninismo, liquidando com a liberdade e entregando-a, traiçoeiramente, às potências socialistas". Fez ainda um alerta contra "um grupo tenaz e irresponsável" que, na atualidade, "sem aceitar a derrota e/ou a anistia, insiste em fustigar as Forças Armadas, destruir as forças vivas da nação, desconhecer que o muro de Berlim ruiu e que a URSS já não existe".

A celebração do Clube Militar foi a única digna de nota ocorrida entre militares. Chamo a atenção, no entanto, para o fato de que o Clube Militar é uma associação de natureza jurídica civil, sem vínculo institucional ou legal com as Forças Armadas. Nestas, a passagem dos 40 anos de 1964 deu-se quase em branco.

---

[2] *Revista do Clube Militar*, n. 379, p. 3, jan. 2001.

[3] Ibid., p. 13.

Um artigo do então ministro da Defesa, José Viegas Filho, um diplomata de carreira, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 31, não mencionava diretamente, uma vez sequer, 1964 ou o regime militar. O ministro destacava, por outro lado, a inserção das Forças Armadas "na plenitude democrática que felizmente vivemos e que é axioma definitivo para a sociedade brasileira". Dizia também que elas "são leais à institucionalidade democrática e ao poder eleito pelo povo", estando "decisivamente comprometidas com o estado de direito, no estrito cumprimento de sua missão constitucional". Suas palavras finais eram algo mais explícitas em relação à memória histórica sobre o regime militar, embora ainda indiretas:

> Em um plano amplo, entendo ser preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre, de um lado, a conveniência para o país de não fazer sangrar feridas do passado e, de outro, a necessidade de manter viva a memória de fatos que nenhum de nós – e aqui falo também pelas Forças Armadas – deseja que se repitam. Por essa razão, é necessário que deixemos de lado ressentimentos e nos unamos, todos, na construção de um país mais justo, no qual o papel das Forças Armadas é, certamente, dos mais relevantes.[4]

Já o comandante do Exército, general Albuquerque, através do *Noticiário do Exército* do dia 31, dirigia-se acima de tudo aos "jovens soldados". O evento de 1964 – que não é nomeado no texto, nem como "revolução", nem por outro nome – é tratado como um fato histórico:

> A História é escrita, em cada tempo, pelas gerações que se sucedem. Nossos antepassados viveram, reagiram e enfrentaram, com coragem, otimismo e dignidade, as peculiaridades e os desafios próprios de suas épocas. (...) Veja o 31 de março de 64 como uma página de nossa História, com o coração livre de ressentimentos. Homenageie esse fantástico povo brasileiro, exemplo da gente pacificadora, que conquistou a convivência harmônica e busca, otimista, o bem comum. Gente que também anseia por mudanças obtidas com segurança e apoiadas no respeito ao próximo. (...) Reverencie, nesta data, a disciplina e a ordem.[5]

É grande o contraste entre a solitária e quase reservada comemoração no Clube Militar e as dezenas de seminários, eventos e cadernos especiais nos

---

[4] *Folha de S. Paulo*, 31 mar. 2004.

[5] *Noticiário do Exército*, 31 mar. 2004.

jornais que se sucederam pelo Brasil em 2004, todos basicamente críticos do "golpe de 64", da "ditadura" ou do "regime militar". Junte-se a isso o impacto editorial que teve a série de livros do jornalista Elio Gaspari sobre a ditadura militar, grande *best-seller* do ano.

II

Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), Resende, estado do Rio de Janeiro, 7-7-1987.

Então com 23 anos, eu ia à Aman pela primeira vez. Era um jovem mestrando em antropologia social no Museu Nacional que iniciava minha pesquisa sobre a socialização profissional do oficial do Exército brasileiro. Nos 10 meses seguintes, voltei à Aman diversas vezes para realizar pesquisa de campo. Tive a oportunidade de acompanhar e participar de atividades do cotidiano da academia, como aulas e manobras, e de entrevistar 43 alunos, além de alguns ex-alunos de outras épocas.

Durante essa pesquisa, evitei fazer perguntas explícitas sobre personagens, conjunturas ou acontecimentos políticos. Meus interesses de pesquisa estavam em outros temas. Além disso, tinha receio de que o tema da política prejudicasse ou mesmo inviabilizasse a pesquisa. Já na carta em que pedia autorização para permanecer na Aman, dizia que a pesquisa não tinha "vínculos políticos ou ideológicos" e que meu interesse era estudar "a formação do futuro oficial do Exército na Aman". A carta fora dirigida ao general-de-exército que então chefiava o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, ao qual estava subordinada a Aman. Não o conhecia e nunca tive qualquer contato com ele. Para minha surpresa, no entanto, a autorização, então inédita para um pesquisador brasileiro,[6] foi concedida.

No primeiro dia em que fui à Aman, o contato com os oficiais responsáveis pela área de ensino e principalmente com o comandante confirmou que o

[6] Alfred Stepan havia visitado a Aman em 1968, para obter dados sobre currículo e origem social dos cadetes, usados em seu *The military in politics: changing patterns in Brazil* (Stepan, 1971).

tema da política era, de fato, delicado. O comandante, nesse primeiro contato, disse-me explicitamente que a pesquisa era um "acontecimento inusitado", mas que, como eu havia recebido autorização de uma instância superior, ele não colocaria obstáculos. Poucos momentos antes dessa conversa, eu havia sido "preparado" por alguns oficiais da Divisão de Ensino, favoráveis à pesquisa, que comentaram ser natural uma prevenção do comandante contra a pesquisa, porque "todo mundo fala mal do Exército".[7]

Mas o que se "falava mal" do Exército? O peso do passado recente do regime militar – estávamos em 1987, apenas dois anos após a transição – ficou evidente em diversos momentos das conversas que tive com os cadetes. Um cadete do primeiro ano contou-me: "Conheci uma moça passeando na rua e, conversando comigo, ela disse: 'Vocês militares se acham donos de tudo, mas o que importa é o povo'. Aí eu disse: 'Mas eu sou do povo...'" Um cadete do terceiro ano narrou a seguinte experiência:

> Não te conto o que uma garota falou pra mim uma vez! Disse brincando, mas... Eu conheci uma garota, falei com ela que era da Academia Militar, aí depois eu contei como é que era mais ou menos o esquema, assim. Aí ela falou pra mim assim: "Mas você não vai ser carrasco, vai?" Acho que ela falou brincando, ela falou isso pelo telefone, não tive oportunidade de falar pessoalmente com ela.

Uma experiência mais trágica foi vivida por esse cadete do terceiro ano:

> A minha namorada realmente não gostava de militar, porque ela pertence a um grupo jovem, e esses grupos jovens de igreja sempre (...) contestam militar e tal. Eu namorava a menina, então de vez em quando eu ficava só ouvindo. (...) Na hora de uma missa, a oradora chegava lá em cima, ia falar alguma coisa, atingia os militares e tudo. Então era como se fosse uma reação antimilitarista, né? Falava sobre greve – "tem que fazer greve!" – e tudo. Então a minha garota era muito assim, era completamente antimilitar, embora o pai dela fosse sargento reformado... Mas era completamente contrária. Então, quando eu comecei a namorar com ela, *ela não sabia que eu era militar*, porque eu estava nas férias, estava de cabelo grande. Eu não falei que era militar não, só de brincadeira, deixei rolar o negócio. Senti que ela estava gostando de mim e tal. Aí, quando

[7] Esse episódio é narrado no capítulo 5, "Um antropólogo na caserna", do meu livro *O espírito militar* (Castro, 2004).

eu cheguei e apareci no dia seguinte de cabelo cortado, porque eu ia voltar para as aulas, ela teve um choque, perguntou: "O que você é? Tá estudando o quê?" Aí eu disse que era daqui. Aí ela teve um choque e tudo, aí passou duas semanas sem me ver. Aí depois eu fui vendo ela aos pouquinhos e fui tirando aquela imagem errada que ela tinha de militar na cabeça (...) E hoje tá tudo bem, tem um ano que estamos noivos. Então essas idéias que as pessoas aprendem lá fora são muito fortes. Eu citei o exemplo do caso da minha namorada, mas eu consegui tirar isso da cabeça dela, a falsa imagem. Porque é muito mais difícil você tirar do que colocar, isso é que é a realidade. E tanto que até o grupo dela da igreja não aceitou ela. Aí ela saiu do grupo.

Um último depoimento, de um cadete do terceiro ano:

O pessoal [civil] às vezes fala: "Ah, você tá perdendo a sua juventude..." (...) A gente sabe que muita gente não gosta, menina às vezes fala... já aconteceu, na turminha do colégio da minha namorada. Fui a uma festinha... e ela é filha de militar, e tinha outras filhas de militar ali no meio. Aí a menina, brincando, falou: "Ah, eu detesto militar", não sei o quê. E ela não sabia que eu era cadete... (...) eu gostaria muito que não houvesse essa idéia por parte do civil (...) essa idéia de rivalidade, de diferença. (...) Nessa festinha aí que a minha namorada foi, apesar de ter filho de militar, eu fiquei meio ali... não peruava nada [i.e., não me expunha, não ficava em evidência, mantinha um *low profile*], ficava quieto. Cantava com o pessoal as músicas que eu sabia, mas sem me mostrar muito, né? Ficava no meu canto.

A oposição simbólica entre "lá fora" e "aqui dentro", que aparece claramente nesses trechos de depoimentos, é constitutiva da identidade militar.[8] O curso da Aman pode ser visto como um ritual de passagem que tem por objetivo desarticular a identidade civil anterior e desenvolver nos indivíduos o "espírito militar". O fato de que o curso se desenvolve em tempo integral, em regime de internato e com poucos períodos em que o cadete pode sair da Aman contribui para que os objetivos da instituição sejam alcançados.

O componente fundamental da nova visão de mundo é uma clara distinção entre as características atribuídas ao mundo militar, o "aqui dentro", e as atribuídas ao mundo civil, ou o "lá fora". O termo pejorativo usado informalmente entre militares quando se referem aos civis – "paisanos", que tem

[8] Esse argumento é desenvolvido em *O espírito militar* (Castro, 2004), de onde também foram retirados os trechos de depoimentos anteriormente citados.

sua origem no francês *paysan* – já indica que as características negativas e positivas são atribuídas, respectivamente, aos civis e aos militares. Por exemplo, enquanto os militares seriam em geral ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a pátria, os "paisanos" seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses.

Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que, em geral, os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também melhores: uma *elite*, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos. Nessa visão, o modo de vida militar seria superior ao civil porque fundado na experiência da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. A carreira militar é representada como uma "carreira total", um mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas "têm vínculos" entre si. Essa experiência totalizadora é o núcleo da nova identidade militar, reafirmada cotidianamente através do companheirismo que se desenvolve entre os cadetes nas atividades físicas, nos alojamentos, nos exercícios militares e em outros momentos do dia-a-dia na Aman.

Todavia, um elemento que ameaçava desestruturar ou ao menos relativizar a visão ideal da carreira militar assumida pela instituição era a interação social no "mundo de fora", o mundo dos paisanos. Durante os poucos períodos de férias e licenciamentos durante os quais os cadetes deixavam a Aman, eles freqüentemente eram expostos à desconfiança, animosidade ou desprezo por parte de amplos setores da população civil. A maioria dos cadetes que entrevistei exprime com bastante clareza e desconforto a sensação de um descompasso entre eles e os jovens civis. Os casos mencionados servem como ilustração.

A forma básica do padrão de socialização profissional na Aman permanecia praticamente inalterada desde o início da década de 1930. Um fenômeno de tão longa duração é sem dúvida único entre as instituições profissionais brasileiras. Isso pôde ser percebido através da consulta de arquivos (tanto privados quanto os da instituição), da leitura de livros de memórias de antigos alunos e, principalmente, através de entrevistas com militares que foram cadetes entre as décadas de 1930 e 1950, coronéis e generais já na reserva quando os entrevistei. Durante a pesquisa, procurei fazer a esses antigos cadetes as mesmas perguntas que fiz aos cadetes que entrevistei na Aman, versando sobre assuntos cotidianos como estudo, trotes, punições, competição e companheirismo entre os alunos. Como resultado, pude perceber que experiências tão afastadas no tempo são quase imediatamente acessíveis umas às outras; a continuidade entre elas é um fato que, creio, chamaria a atenção de qualquer investigador.

No entanto, há uma diferença significativa: a experiência dessas diferentes gerações de cadetes *fora* da Aman. Sem exceção, todos os antigos cadetes

entrevistados apontaram uma forte perda de *status* e prestígio social no mundo civil contemporâneo, ao contrário do que ocorria em sua época. Histórias de como os cadetes faziam sucesso entre as garotas, de como gostavam de passear de uniforme pelas ruas e ir fardados a bailes podem conter uma distorção nostálgica, mas fazem um claro contraste com as experiências muitas vezes desagradáveis que os cadetes encontram no mundo civil presente. Essa diferença é importante. Se na época da investigação havia uma camada de generais e coronéis – chefes e comandantes militares de altos escalões – que ingressaram na Academia Militar e formaram seu "espírito militar" ainda sob a égide do prestígio da farda, existia outra camada de jovens oficiais que se iniciaram na profissão convivendo com situações de baixo prestígio da farda entre os civis.

Para explicar isso, os antigos cadetes das décadas de 1930 a 1950 apontavam às vezes para mudanças mais gerais nos valores sociais, outras vezes para um suposto declínio do nível socioeconômico dos candidatos ao oficialato do Exército. A esse respeito, é importante chamar a atenção para uma tendência histórica marcante da composição do quadro de oficiais do Exército: o crescente recrutamento entre filhos de próprios militares. Em 1941-43, 21,2% dos novos alunos eram filhos de militares; em 1962-66, o número subiu para 34,9%; em 1984/85, atingiu 51,9%; e em 2000-02, manteve-se em 45,4%. Examinados mais de perto, podemos ver que, pelo menos da década de 1970 em diante, entre 60% e 70% desses cadetes são filhos de sargentos. A questão, portanto, deixa de ser qual é o nível socioeconômico dos cadetes, e passa a ser o porquê de tamanho aumento do recrutamento endógeno.

Esses dados caracterizam um progressivo fechamento e isolamento da instituição militar em relação à sociedade civil. Some-se a isso o fato de que, como acredito, a atuação dos militares no exercício do poder entre 1964 e 1985 também contribuiu fortemente para essa perda de *status* e prestígio social entre os civis. Tomados em conjunto, esses dois fatores formam a base sociológica da crise de identidade institucional que se seguiu à experiência do regime militar.

III

Praia Vermelha, Rio de Janeiro, 27-11-1964.

O presidente da República e os principais chefes militares, além de líderes políticos e religiosos civis, reúnem-se na já tradicional comemoração dos 29

anos da vitória das forças governistas contra a revolta comunista de 1935.[9] Em 1964, como de hábito, a principal parte da celebração fora realizada no cemitério de São João Batista, onde em 1940 fora erguido um mausoléu com os restos mortais das vítimas militares legalistas. A ida à Praia Vermelha, local onde ocorreram os principais combates no Rio, resultou na inauguração de uma placa com os seguintes dizeres: "Neste local e em outros pontos do país, militares brasileiros fiéis às instituições democráticas resistiram à insurreição comunista de novembro de 1935. Em lembrança do seu sacrifício, as Forças Armadas fizeram plantar este marco, em novembro de 1964".

Desde 1936 vinha sendo repetido, todo 27 de novembro, o ritual comemorativo da vitória sobre a "Intentona Comunista" – nome geralmente atribuído ao evento e que significa intento louco, plano insensato, desvario, já incluindo, portanto, um julgamento do episódio. A importância do ritual é atestada pela presença dos presidentes da República, desde 1936.

O regime militar reforçou a comemoração. O principal elemento utilizado nos discursos passou a ser a idéia de que, em 1964, os comunistas haviam tentado uma nova investida e que esta, à semelhança de 1935, também fora impedida pela atuação vigilante das Forças Armadas. Ou seja, o mesmo inimigo de três décadas antes ainda precisava ser combatido. A associação entre 1935 e 1964 passou a ser obrigatória, fortalecendo o espírito anticomunista nas Forças Armadas.

Na comemoração da Intentona em 1964, a ordem do dia conjunta dos ministros das Forças Armadas enfatizava a continuidade da "guerra revolucionária comunista" entre 1935 e 1964. No entanto, diferentemente da ação violenta de 1935, os comunistas teriam agora utilizado uma tática de "infiltração progressiva em postos-chave, através de uma paciente doutrinação e da corrupção". Mesmo tendo sido novamente derrotado em 1964, o comunismo ainda lutaria através de uma "guerra psicológica", que visava desmoralizar o novo regime e comprometer o governo. Em vão, pois:

> O comunismo, seja qual for a forma por que se apresenta, é contrário aos legítimos interesses nacionais. Eis por que, nas situações de crise, como as de

[9] Esta seção reproduz partes de meu livro *A invenção do Exército brasileiro* (Castro, 2002), de onde foram retiradas todas as citações referentes à comemoração da vitória sobre a Intentona Comunista.

> novembro de 1935 e março de 1964, ou face à atuação nefasta de seus adeptos, o povo brasileiro encontrará sempre suas Forças Armadas unidas e vigilantes.

Em 1968, o mausoléu foi transferido do cemitério para a Praia Vermelha, onde está até hoje, aos pés da estação do bondinho do Pão de Açúcar. O objetivo da transferência, segundo a ordem do dia do ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, era "permitir uma participação mais efetiva da população, em geral, nas solenidades". Poucos dias depois dessa comemoração, em 13 de dezembro, veio o Ato Institucional nº 5, que inaugurou o período de maior repressão do regime militar e levou diversas organizações de esquerda a se engajarem definitivamente na luta armada. Nos anos seguintes, os chefes militares seguidamente traçaram paralelos entre os militares que combateram a Intentona em 1935 e aqueles que estavam morrendo no combate à "subversão".

Na década de 1980, com o país respirando novamente ares de abertura política, começou o declínio da comemoração da Intentona. Em 1981, a ordem do dia pregava ideais de democracia, liberdade e justiça social. Na saída, a comitiva presidencial encontrou um grupo de estudantes universitários protestando contra o "pacote" eleitoral. Em 1983, a surpresa e sensação da cerimônia foi a presença do governador do Rio, Leonel Brizola, junto ao presidente, general Figueiredo, e aos ministros militares. Entrevistado, Figueiredo declarou ser favorável à legalização do Partido Comunista. A "ameaça comunista" transformava-se aos poucos em um fato histórico, não sendo mais vista como algo ainda presente.

A partir de 1985, com o restabelecimento da democracia política, as comemorações da Intentona entraram em declínio, perdendo cada vez mais força a veemente simbologia anticomunista. Em 1990, um fato marcante: pela primeira vez um presidente da República não compareceu à comemoração da Intentona. Segundo depoimento do então ministro do Exército, general Carlos Tinoco, Fernando Collor simplesmente informou aos ministros militares que não compareceria, sem pedir suas opiniões.[10] Collor não impediu que a comemoração ocorresse mas, sem dúvida, sua postura contribuiu para esvaziar a comemoração. A partir de então, a cerimônia nunca mais contou com a presença do presidente da República, tornando-se exclusivamente militar. Deixaram tam-

---

[10] O depoimento do general Tinoco foi concedido a Maria Celina D'Araujo e a mim em julho e agosto de 1998, no Cpdoc.

bém de estar presentes políticos ou líderes religiosos importantes, bem como populares.

Em 1995, no 60º aniversário da Intentona e primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, um sinal dos novos tempos: a Fundação Roberto Marinho financiava o Programa de Preservação da Memória do Partido Comunista Brasileiro. Em 1996, a ordem do dia afirmava haver o comunismo chegado ao fim. Os heróis, que serviram de exemplo e incentivo à perpetuação do sentimento anticomunista por 60 anos, também teriam, assim, concluído sua luta. Ao final, avisava-se que, caso os chefes militares não comparecessem nos anos seguintes para render novamente homenagens aos heróis, o regime de liberdade e democracia vigentes já seria a melhor das homenagens, uma prova de que a morte em defesa das instituições democráticas não havia sido em vão. A luta fora vencida, o inimigo finalmente derrotado. Fechava-se um capítulo da história e, com isso, a renovação da cerimônia deixava de fazer sentido.

> A morte anunciada da comemoração anticomunista incomodou profundamente os militares da reserva reunidos na diretoria do Clube Militar, que haviam publicado, no dia anterior, anúncio nos principais jornais cariocas, convidando para missa em memória dos mortos da Intentona na Igreja da Santa Cruz dos Militares, no Centro do Rio. O anúncio trazia ainda, em letras grandes: "Terrorismo nunca mais", numa alusão à Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos que havia, em setembro, decidido indenizar, entre outras, as famílias de Carlos Marighella e do "traidor" Carlos Lamarca.

Abandonada pelos chefes militares, que deixaram de comparecer, a comemoração passou a ser promovida pelo Clube Militar. Em 1998, além de membros da diretoria do Clube, compareceram à cerimônia não mais que meia dúzia de oficiais da ativa e um deputado estadual. Ao final, um dos diretores confidenciou a meus assistentes de pesquisa, "infiltrados" na comemoração, que o Exército havia "esvaziado" o evento desde o governo Collor. A situação se teria agravado quando "os comunistas chegaram ao poder", disse, referindo-se ao governo de FHC. Ainda segundo esse diretor, o desinteresse pela solenidade, refletido no reduzido número de presentes, devia-se a uma suposta campanha movida contra as Forças Armadas pelos meios de comunicação.

Em 1999, talvez preocupado com a politização radical da memória do evento pelo Clube Militar, pródigo em críticas a atos do governo (inclusive entrando com ações judiciais contra ministros militares), o Exército retomou a organização da cerimônia, através do Comando Militar do Leste. Além dos mili-

tares que compareceram compulsoriamente, havia apenas meia dúzia de curiosos, alguns turistas e banhistas – e, como de hábito, meus assistentes e eu. O general Gleuber Vieira, comandante do Exército (já sem o *status* de ministro, pois o Ministério da Defesa havia sido criado), não compareceu. Sua ordem do dia, lida na ocasião, trazia um tom conciliador e utilizava uma imagem do fluxo incessante das coisas que lembra uma das imagens mais conhecidas do filósofo grego Heráclito:

> Tempo e história são essenciais para a humanidade construir a civilização. Ninguém pode prescindir do passado. Mas olhar para trás exige entender os fatos pretéritos como oportunidade de preservar a memória e evoluir as idéias – forma eficaz de se enfrentar as imprecisas, difíceis e novas conjunturas. É fundamental, pois, compreender que tudo flui, nada persiste, nem permanece o mesmo. É com essa predisposição que o Exército recorda a Intentona Comunista de 1935. (...) Não nos prendemos ao passado, voltamo-nos para o futuro – afinal, cada vez que entramos no rio histórico do tempo, outras são as águas que tocamos. E, assim, em que pese o fato de sermos os vencedores, não desmerecemos os vencidos. (...) Quando erguemos monumentos, só o fazemos para pensar profundamente a História, nunca para menosprezar oponentes ou para atiçar discórdia. Sabemos que edificar o amanhã significa semear terras férteis, jamais despertar fantasmas. É isso que nos mantém acima das ideologias, das desavenças e dos ressentimentos.

A rotina da comemoração na Praia Vermelha foi a mesma dos anos anteriores: a cerimônia foi realizada de manhã cedo, junto ao monumento em homenagem aos mortos; chegaram as autoridades militares, que receberam honras militares; o hino nacional foi executado; pétalas de flores foram jogadas do bondinho do Pão de Açúcar, parado sobre o monumento; alguns poucos familiares dos militares mortos em 1935 foram cumprimentados; um locutor leu a ordem do dia do comandante do Exército; em seguida foram lidos, em ordem hierárquica, os nomes de 31 militares legalistas mortos na Intentona, intercalados por tiros de canhão; as autoridades se retiraram e a cerimônia encerrou-se. Se a forma do ritual permaneceu a mesma, o "clima" foi ficando, ano após ano, cada vez mais formal e desprovido de emoção.

Em 2001, não houve chuva de pétalas, porque o bondinho estava quebrado. Toda a cerimônia não durou mais que 20 minutos, incluindo a execução do hino nacional e a salva de 31 tiros de canhão. O calor escaldante tornou-se o principal assunto entre os participantes, todos militares (claro, à exceção de mim).

A ascensão e queda do ritual da Intentona ocorreu em paralelo às comemorações militares da "revolução" de 1964.[11] Em 31 de março de 1965,[12] primeiro aniversário da "revolução", a data foi comemorada com missas de ação de graças, grandes desfiles militares, bandas de música e concentrações populares nas principais cidades do país e leitura da ordem do dia dos ministros militares. Já no ano seguinte, no entanto, dissensões políticas entre os vitoriosos de 1964 começaram a modificar esse quadro. De Paris, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, disse que não havia "aniversário daquilo que não existe, aborto não aniversaria". Começaram também protestos de opositores do regime, como os que aconteceram em Belo Horizonte, com manifestos jogados de edifícios e balões pretos soltos. No Recife, duas bombas explodiram, uma na sede regional do SNI, outra na residência do comandante do IV Exército.

Em 1967, a Comissão de Relações Públicas do Exército baixou um aviso, estabelecendo as diretrizes básicas para os festejos em todo o país, "visando a sua maior repercussão, principalmente no meio civil". Em 1974, décimo aniversário da "revolução", o governo organizou uma semana de comemorações cívicas, com desfiles e concursos escolares, missas, palestras, concertos públicos e pronunciamentos dos ministros e do presidente Ernesto Geisel em cadeia nacional de rádio e televisão, realçando os feitos e projetos do regime.

O que se viu nos anos seguintes, no entanto, foi que a comemoração de 1964 progressivamente deixou as ruas, restringindo-se cada vez mais à área militar. Em 1983, no Rio, por ordem do comandante do I Exército, foram convidadas apenas autoridades militares para a missa em ação de graças. Em 1984, vigésimo aniversário da "revolução" e último ano de um presidente militar, o general João Figueiredo, em discurso transmitido por rádio e televisão, pela primeira vez não usou a expressão "revolução" – falou em "movimento de março de 1964", afirmando que ele ocorreu como expressão da vontade da nação. Lembrou a anistia de 1979, citou o clima de "grande liberdade" existente no país

---

[11] Devo as informações sobre as comemorações militares de 1964 a um levantamento feito por Laura Koiller Schnoor, que consultou o *Jornal do Brasil* de todo o período e reuniu as ordens do dia dos ministros militares. Sobre esse tema, ver também Carvalho e Catela, 2002. Agradeço a Victoria Langland a indicação deste texto.

[12] É interessante observar a preferência dos golpistas pela comemoração de 1964 em 31 de março e não em 1º de abril, o "dia da mentira", e a escolha do termo "revolução", para distinguir o movimento de uma quartelada ou de um golpe de Estado.

como resultado do regime, e anunciou uma emenda que previa a realização de eleições diretas para a presidência da República em 1989. A data coincidiu com uma crescente mobilização popular por eleições diretas para presidente já em 1984 – *Diretas Já* –, em meio a grave crise econômica. Assim, os festejos de 1964 refluíram para dentro dos muros militares, deixando as praças e ruas aos opositores do regime.

Já na Nova República, em 1986, uma portaria assinada pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, a respeito das 10 datas comemorativas anuais do Exército, reduzia o *status* das comemorações do 31 de março. Elas, a partir de então, deveriam ser realizadas apenas dentro das unidades, com formatura de tropas, apresentação da Canção do Exército e leitura da ordem do dia conjunta dos ministros militares.

Finalmente, em 1995, acabou a tradicional ordem do dia conjunta dos ministros militares. A iniciativa foi do ministro da Marinha, almirante Mauro César Rodrigues, que procurou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Mauro Gandra, e sugeriu que a ordem do dia não fosse feita. Em sua visão, deveriam ser comemoradas apenas as datas efetivamente nacionais, como as da Independência e da República, e não aquelas, como 1964, que geravam discórdia. A idéia, segundo depoimento de Gandra, era "apaziguar os ânimos, desarmar os espíritos". Além disso, seria no mínimo constrangedor comemorar a data num governo cujo presidente, Fernando Henrique Cardoso, e três ministros haviam partido para o exílio por suas posições contrárias ao regime militar.

O brigadeiro Gandra concordou com a posição do almirante Mauro César e, juntos, conseguiram convencer os generais Zenildo e Leonel, respectivamente ministro do Exército e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que inicialmente teriam relutado: "Nós dissemos que tínhamos que esquecer, virar essa página. (...) O Zenildo e o Leonel ficaram um pouco reticentes. Mas (...) chegamos a um acordo". Gandra afirma que não houve nenhuma interferência do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que se tratou de uma iniciativa surgida entre os próprios militares.[13] É importante observar que essa decisão não implicou uma revisão pública da atuação das

[13] O depoimento do brigadeiro Gandra está reproduzido em Castro e D'Araujo (2001).

Forças Armadas durante o regime militar – o que, até hoje, ainda não aconteceu. Mas de fato, com o fim da ordem do dia, a comemoração militar oficial do 31 de março de 1964 morreu.

IV

Fundação Getulio Vargas, Cpdoc, Rio de Janeiro, 14-1-1993.

Em sua primeira entrevista para a pesquisa que Maria Celina D'Araujo, Gláucio Soares e eu fizemos com oficiais que tiveram posições de destaque durante o regime militar, o general Leônidas Pires Gonçalves, ao falar sobre a atuação de militares na repressão durante o regime militar, disse:

> Isso é coisa do passado. Dou essas declarações para os senhores porque se trata de um registro histórico. Não gosto de discutir o passado, acho que temos que olhar para o futuro desse país. E acho que o futuro do Brasil é problemático. Então, não posso perder tempo em ficar olhando para trás. Quando eu era ministro, dizia: "Olha a mulher do Lot. Virou estátua de sal."[14]

Vale lembrar que o último presidente do regime militar, João Figueiredo, saiu pelos fundos do Palácio do Planalto, sem passar a faixa presidencial a seu sucessor e pedindo para ser esquecido...

Uma característica marcante dos depoimentos dos oficiais que foram entrevistados é o seu *ressentimento* em relação à memória desse período e a percepção de que, mesmo tendo sido vitoriosos em 1964 e, em particular, contra a luta armada, haviam sido derrotados em relação à memória histórica sobre esse período: os vencidos tornaram-se assim, de certa forma, os vitoriosos. Isso era especialmente traumático para os militares porque, como veremos adiante, eles sempre lembravam que não deram o golpe sozinhos, e sim a pedido e com o apoio da população.

As dezenas de militares que entrevistamos foram consensuais na defesa da necessidade de terem de agir em 1964 e na afirmação de que tinham apoio civil. Mas, a partir daí, as opiniões começaram a se dividir. Talvez isso explique porque nunca houve uma "versão oficial" das Forças Armadas que reproduzis-

---

[14] Essa citação foi retirada de *Os anos de chumbo* (D'Araujo, Soares e Castro, 1994b:255).

se, em relato claro e franco, essa "guerra" feita e vencida, segundo afirma grande parte dos militares, em nome da pátria. Por que os chamados "excessos", freqüentemente admitidos pelos entrevistados – eufemismo para tortura, que foi uma prática rotineira e institucionalizada –, não foram exemplarmente punidos e divulgados para que todos vissem a disposição dos militares de atuar de maneira limpa, mantendo preservada a autoridade e responsabilidade das cadeias de comando? Por que a atuação dos órgãos de segurança e informação no período da repressão permaneceu – e ainda permanece, em boa parte – como uma grande "caixa-preta" do regime militar?

Não acho que haja uma única resposta. Uma surpresa inicial por parte dos entrevistados e um profundo ressentimento com a perda de apoio social são evidentes. Mas creio também que, sem dúvida, um dos elementos importantes desse conjunto de explicações é a ocorrência de sérios problemas internos à instituição militar vivenciados durante o regime militar, tanto por conta do exercício do poder político quanto por causa da atuação direta das Forças Armadas na repressão política.[15]

O maior temor dos militares brasileiros, ao saírem do poder, era àquilo que chamavam de "revanchismo" contra as Forças Armadas. Nas entrevistas que fizemos com os ministros militares da Nova República,[16] essa expressão aparece de forma recorrente. Ao falar sobre a Assembléia Nacional Constituinte, por exemplo, o almirante Flores afirma: "Havia gente que desejava uma constituição revanchista, o que não é construtivo". Essa mesma expressão apareceu na entrevista com o general Zenildo, quando este atribuiu ao ministro Leônidas importante atuação para proteger os militares de ações revanchistas. O almirante Sabóia diz que as conversas com os políticos transcorriam bem; no entanto: "Mais difícil era o pessoal de esquerda, com um revanchismo louco, sempre". As dificuldades encontradas pelos militares na Constituinte são atribuídas ao revanchismo: "Quem viveu a época é que sentiu o revanchismo louco, a desconfiança que havia com referência aos militares". Ainda segundo Sabóia:

> Era revanchismo, mesmo. Não havia dúvida. No governo Sarney, principalmente no começo, o revanchismo dos políticos contra os militares era um

[15] Esse ponto ganha realce nos livros da trilogia que publicamos a respeito da memória militar sobre 1964 e o regime militar (D'Araujo, Soares e Castro, 1994a, 1994b, 1995). Ver também D'Araujo e Castro, 1997.

[16] Publicadas em Castro e D'Araujo, 2001, de onde foram retiradas as citações desta seção.

> negócio inacreditável. Você não imagina a dificuldade que a gente tinha para qualquer coisa. É o que eu digo sempre: a anistia foi *one way*. Nós anistiamos, mas nós não fomos anistiados até hoje. Houve anistia, mas num só sentido. E a anistia é bilateral, é dos dois lados. (...) Nós, militares, concordamos com a anistia, mas não fomos anistiados. Até hoje, tudo é culpa da "ditadura".

A idéia de que não houve anistia "moral" para os militares é um elemento-chave para a compreensão da noção de "revanchismo". O almirante Serpa explica:

> O que aconteceu em 1979, quando foi dada a anistia? Ela era ampla, geral e irrestrita, não era? Mas aconteceu o seguinte. No momento em que os esquerdistas envolvidos e seus simpatizantes viram que seus correligionários estavam anistiados, começou a haver um processo de desforra. Ou seja, os anistiados do lado de lá não anistiaram os anistiados do lado de cá. E as Forças Armadas estão sofrendo a conseqüência disso até hoje.

A noção de revanchismo foi onipresente em nossas entrevistas, e vista sempre como um *dado*, um fato de cuja existência não se duvidava. Os militares que entrevistamos acham que setores da sociedade têm uma postura revanchista em relação às Forças Armadas devido aos 21 anos de regime militar, e a maioria concorda que seria muito melhor para o país se as "contas" desse passado próximo fossem encerradas e esquecidas, em nome de um futuro comum, como afirmou o general Leônidas, lembrando a passagem bíblica sobre a mulher de Lot.

Conforme assinalamos em *Os anos de chumbo*, é comum a avaliação, por parte de militares, de que, se venceram a guerra contra as organizações da esquerda revolucionária, foram derrotados na luta pela memória histórica do período. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha teria ocorrido o inverso: a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o "dono" da história. Na Nova República, os militares estariam, no seu entender, enfrentando ideologicamente essa mesma esquerda, agora atuando na imprensa e no Congresso, mas ainda em busca de desforra e recusando-se a aceitar a "anistia para os dois lados".

Embora no momento da Constituinte políticos de esquerda apareçam identificados como "revanchistas", nossa impressão a partir das entrevistas é que, com o passar do tempo, os militares que sucederam nos postos de chefia

das Forças Armadas à geração que atingiu seu apogeu durante o regime militar foram estabelecendo uma relação mais tranqüila com políticos e partidos de esquerda. O jogo eleitoral e a rotina democrática foram diminuindo prevenções contra aqueles que, em anos passados, eram identificados como *inimigos*. Alguns parlamentares de esquerda eram freqüentemente citados, em conversas com militares, como interlocutores interessados e importantes em questões que dizem respeito às Forças Armadas nos dias atuais. Finalmente, vale ressaltar que a eleição de Lula para presidente da República ocorreu sem nenhuma turbulência na área militar.

No entanto, embora alguns políticos ainda possam ser qualificados como revanchistas, o papel de grande vilão do revanchismo antimilitar sempre esteve reservado, sem dúvida, para a mídia. É recorrente, nas entrevistas, a narração de problemas vivenciados pelos chefes militares da Nova República com a mídia. A imprensa escrita, em especial, seria a principal representante do espírito revanchista e da visão estigmatizante das Forças Armadas. Para os militares que entrevistamos, essa postura ainda estava longe de ser superada. O brigadeiro Sócrates disse que:

> Sabíamos que [o revanchismo] devia existir. Não imaginávamos que fosse tão longe, nem tão escancarado, mas sabíamos que ia acontecer. (...) A revolução de 64 perdeu a batalha da mídia. Totalmente. Até hoje, é execrada. Evidentemente, teve coisa negativa, mas teve muita coisa positiva. Nada do que é positivo é exaltado na nossa imprensa. A imprensa é absolutamente contrária. A nossa imprensa é radicalmente contra as Forças Armadas. Até hoje.

Outro elemento fundamental para a compreensão do que é revanchismo para os militares é que ele funciona como um *estigma*, uma marca negativa. O almirante Mauro César define assim revanchismo:

> Revanchismo não é botar todo mundo no paredão. É tratar antinaturalmente tudo que é militar. Um estigma – uma "praga nas costas". Achar que o militar, de saída, é sujo, pensa mal, tem má intenção, está querendo fazer alguma coisa que é contra os outros, querendo ter privilégios.

Os entrevistados eram também pessimistas a respeito de como e quando esse espírito revanchista iria arrefecer. O almirante Mauro César disse ser preciso aceitar a realidade do estigma, "que vai ter que viver com aquela praga nas costas durante o tempo que for necessário", o que deve demorar ainda o espaço de outra geração, porque a reação à repressão durante o regime militar foi muito

grande. Numa afirmação que se aproxima das experiências dos cadetes da Aman vistas anteriormente, ele declara que: "Eu posso dizer: as minhas filhas nunca quiseram saber de namorar um cadete, um aspirante." Ainda para o almirante Mauro César, na origem do revanchismo temos dois elementos: um positivo, que seria a inveja pelo fato de os militares serem mais organizados e "honestos em essência"; outro negativo, devido principalmente à influência da cultura política do Exército, de querer mandar em tudo, de ser o "pai da pátria".

Esta última avaliação, sem dúvida, não seria aceita por todos os militares, principalmente os do Exército. Talvez elas sejam mais um reflexo das tensões entre as Forças Armadas, agravadas em decorrência do processo de criação do Ministério da Defesa. O general Zenildo, por exemplo, acreditava que o número de indivíduos movidos pelo revanchismo estava diminuindo e que ocorria uma progressiva melhoria de credibilidade das Forças Armadas entre a população. Zenildo gostava de citar pesquisas de opinião pública sobre a credibilidade das Forças Armadas como indicador desse prestígio. O almirante Mauro César, a esse respeito, comenta:

> O general Zenildo preocupava-se demais com pesquisas de opinião. Eu dizia: "Não vou botar um centavo da Marinha nessas pesquisas." Toda hora ele vinha satisfeito: "Olha aqui, o Exército, as Forças Armadas, estão na frente de todo mundo." Eu dizia: "Zenildo, bobagem! Estão na frente, mas se acontecer qualquer fatinho, no dia seguinte está todo mundo contra."

O brigadeiro Gandra, em sua entrevista, afirma que já foi mais otimista. Chegou mesmo a escrever um artigo, "Síndrome de perseguição",[17] em que dizia que os militares deveriam demonstrar boa vontade e acabar com a síndrome de que havia um revanchismo, uma perseguição. Depois, segundo ele, arrependeu-se por constatar que, apesar das boas intenções, continuava havendo revanchismo. A principal fonte do espírito revanchista seria, para o brigadeiro Gandra, a repressão ocorrida durante o regime militar. É interessante observar que ele próprio vivenciou um caso de repressão em sua própria família, durante o governo Médici. O comportamento das forças de repressão em relação a seus familiares é descrito como uma perversão sem controle. Ele acha que o tratamento violento dado a muitos jovens de classe média envolvidos no movimento

---

[17] Publicado no jornal *O Globo*, de 15 jul. 1995.

estudantil funcionou como um processo irradiador. Hoje, muitos desses jovens estariam atuando na mídia, como formadores de opinião. Por outro lado, os atos da esquerda armada teriam desencadeado novas ações repressivas violentas. Se na prática é inviável dar um tratamento igual aos "dois lados", para o brigadeiro Gandra o melhor também seria o país "virar essa página".

O espírito revanchista também estaria presente, para os militares, na atuação de alguns políticos de esquerda, e não apenas na mídia. Segundo Mauro César, o mesmo acontece inclusive dentro do próprio governo e isso é exemplificado quando alguns examinam o funcionamento da Comissão dos Desaparecidos. Mas, aqui, o importante é sublinhar o peso negativo que a categoria "revanchismo" assume para os militares. O que resulta claro é o peso, nos últimos 20 anos, da imagem negativa decorrente do regime militar sobre a instituição, em geral, e sobre as biografias de seus membros, em particular. Trata-se, é bom observar, de uma imagem negativa mais comum nos estratos superiores da população, principalmente entre as camadas médias urbanas com educação de nível superior. Mas é justamente em relação a este segmento que a oficialidade militar se equipara, simbolicamente; sociologicamente falando, é seu grupo de referência.

V

Peço que o leitor desculpe a natureza pouco sistemática desses *flashes* profundamente referenciados à minha experiência pessoal como pesquisador. Creio, no entanto, que às vezes é salutar e necessário afastar-se do detalhe e apresentar impressões que, de outro modo, dificilmente poderiam ser apresentadas. Mas é hora de tentar juntar alguns fios dessas histórias distantes no tempo e no espaço, porém ligadas na experiência vivida e na memória histórica.

O golpe militar de 1964 contou com o apoio de expressivos setores da sociedade brasileira: empresários, Igreja, latifundiários, grande imprensa e parte da classe média. Era uma sociedade ainda majoritariamente conservadora e que realmente tinha medo do "perigo comunista". Além disso, devemos também lembrar a figura, evocada por Castello Branco, dos políticos que, qual "vivandeiras", batiam às portas dos quartéis, pedindo que os militares agissem. No entanto, passados 40 anos do golpe, quase ninguém se identificava publicamente com a ditadura, mesmo aqueles que, anos antes, a apoiaram ou que dela se beneficiaram. O sentimento de abandono por parte dos militares é, de fato,

curioso. Nenhum dos grupos que os apoiaram em 1964 e depois, de diferentes maneiras, se beneficiaram durante os 21 anos que se seguiram veio a público, em 2004, para defender os militares. É muito fácil, hoje em dia, demonizar os militares, como se tivessem sido os únicos responsáveis por 1964 – mas isso também é, do ponto de vista histórico, completamente errado. Lembremos, no entanto, que temos uma grande vantagem em relação aos que viveram 1964: conhecemos o futuro. Creio que ninguém, nem mesmo os próprios participantes do golpe, imaginavam que se seguiriam 21 anos de sucessivos governos militares.

O regime militar brasileiro encerrou-se após uma transição bem-sucedida, do ponto de vista dos próprios militares: de maneira lenta, gradual e segura. Na Nova República, nenhum militar foi punido por atos praticados durante a ditadura – ao contrário, por exemplo, do que ocorreu em países vizinhos no Cone Sul. Por que, então, essa sensação de "derrota"? Que é mais estranha ainda se, como ressalta Carlos Fico,[18] o impacto sobre a sociedade em geral não foi uniforme nem sempre tão negativo? Por que o regime militar terminou sendo um fardo tão pesado na memória de seus protagonistas principais – os próprios militares?

É verdade que a instituição militar nunca renegou oficialmente seus atos durante o regime militar – nem mesmo os mais bárbaros. Não houve, no Brasil, nada semelhante às demonstrações públicas feitas, na Argentina, pelo general Balza, chefe do Exército argentino, em abril de 1995:

> Quienes en este trance doloroso perdieron a los suyos, en cualquier posición y bajo cualquier circunstancia, necesitaran generaciones para aliviar la perdida, para encontrarle sentido a la reconciliación sincera. Para ellos no son estas palabras, porque no tengo palabras, solo puedo ofrecerles respeto, silencio ante el dolor y el compromiso de todo mi esfuerzo para un futuro que no repita el pasado.

No Brasil, a defesa veemente e pública de 1964 por parte dos militares, como tendo sido uma ação ditada acima de tudo pelo "povo", foi dando lugar, ao longo do tempo, a um sentimento de crescente distanciamento – embora também lento, gradual e seguro – da defesa da "revolução", apesar da manutenção da idéia de "revanchismo", dirigido em particular à mídia. O deslocamento das

---

[18] Fico, 2004.

comemorações mais importantes referentes a esse período das ruas para o interior dos quartéis, do espaço público para o institucional, seguido de sua extinção, é marca evidente desse processo.

Mas é preciso perceber, nos mais de 40 anos desde então decorridos, algumas mudanças de natureza sociológica. As experiências pessoais e coletivas descritas nas seções anteriores permitem que classifiquemos a lembrança de 1964 e do regime militar segundo pelo menos três gerações de militares (no sentido de conjuntos etários com referências históricas e biográficas compartilhadas). Vale enfatizar que essa é uma classificação provisória, destinada principalmente a ajudar-nos a fugir do monocromatismo com que, por vezes, ainda se representa uma entidade coletiva nomeada como “os militares”.

Os remanescentes do regime militar (isto é, que estiveram no apogeu de suas carreiras na época) defendem veementemente a idéia de que, em 1964, agiram como democratas, defendendo a nação do perigo comunista. Falam do estigma de que eles e a instituição militar em geral sofrem como obra de uma falsificação histórica, motivada por sentimentos de vingança (ou outros, ainda mais espúrios) por parte de uma “esquerda radical” que, derrotada à época, conseguiu manter-se “infiltrada” na mídia – bode expiatório para a maioria das mazelas que afligem a imagem das Forças Armadas. Sentimentos de mágoa e ressentimento são comuns em suas falas. A tendência dessa geração é enfatizar o apoio que receberam em 1964, negando ou ocultando a realidade mais dura da repressão nos anos que se seguiram – no máximo, teria havido alguns “excessos”. Após a passagem para a reserva, reúnem-se basicamente no Clube Militar e em pequenos grupos de direita. Procuram sempre apresentar sua versão, “desmascarando” as mentiras e restituindo a “verdade dos fatos”. A idade vai, rapidamente, fazendo desaparecer essa geração, a única a se reunir publicamente para celebrar a “revolução”.

Chefes militares de outra geração, que chegaram ao apogeu de suas carreiras após a transição (mas que, em sua maioria, já estão hoje na reserva), são em geral mais tolerantes em relação às críticas sobre a atuação militar no período, apesar de a relação com a mídia, no entanto, ter continuado problemática. Embora mantenham uma visão corporativa que defende, no essencial, a atuação dos militares nos 21 anos em que estiveram no poder, eles reconhecem os problemas causados pelo exercício do poder, em especial aqueles decorrentes da atuação dos órgãos de repressão. Vale lembrar que, à diferença do que ocorreu

com alguns dos entrevistados no projeto sobre 1964, nenhum dos ministros militares da Nova República foi apontado como responsável por violações aos direitos humanos por entidades como o grupo Tortura Nunca Mais. Comprometidos com a institucionalidade democrática pós-1985, evitam sempre menções públicas ao regime militar e gostariam que o passado fosse, na medida do possível, uma "página virada" e a anistia histórica fosse dada para os "dois lados". Talvez não tenham mudado, no essencial, sua visão sobre o regime militar – as mentalidades mudam muito mais lentamente que os comportamentos –, mas retraíram-se em relação a expô-las publicamente.[19]

Já os oficiais mais jovens, ainda na ativa, vivem com crescente distanciamento corporativo e emocional esse período da história. A maior parte da oficialidade com patentes de tenente, capitão e major não era sequer nascida em 1964. No entanto, essa geração sofreu todo o peso da herança simbólica legada pelo regime militar, em termos de perda de prestígio social e estigmatização da profissão por parte de seu grupo de referência civil. Acrescente-se a isso o isolamento sociológico do oficialato, através de um grande percentual de recrutamento endógeno. Vários oficiais jovens com os quais tenho conversado nos últimos anos chegam a usar palavras como "golpe" ou "tortura" – mesmo que ainda algo constrangidos, é verdade.

A herança dessa experiência autoritária, principalmente a atuação de setores das Forças Armadas na repressão política, ainda constitui um dos pontos sensíveis da memória histórica brasileira contemporânea. Embora tenha permanecido subordinada ao poder civil nas duas últimas décadas, a instituição militar ainda não conseguiu uma função social claramente definida (principalmente, como observamos, em relação ao grupo social de referência de seus oficiais) e sofreu com a perda de prestígio decorrente, em grande parte, da memória sobre a atuação das Forças Armadas durante o regime militar.

[19] Os episódios que se sucederam à divulgação pela imprensa, em outubro de 2004, das fotos de um preso político inicialmente identificado como sendo Vladimir Herzog pouco antes de ser assassinado – o comunicado do Centro de Comunicação Social do Exército defendendo a atuação dos militares em 1964 e na luta contra a "subversão", a retratação feita a seguir por exigência do presidente da República e o pedido de demissão do ministro da Defesa, que exigia uma ação mais firme contra os autores e responsáveis pela nota – representam uma exceção que confirma a regra.

Referências bibliográficas

CARVALHO, Alessandra; SILVA CATELA, Ludmila da. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (Org.). *Las conmemoraciones*: las disputas en las fechas "in-felices". Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI/SSRC, 2002. p. 195-244.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

______. *O espírito militar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

______; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

______; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe*: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

______; ______; ______ (Orgs.). *Os anos de chumbo*: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>.

______; ______; ______ (Orgs.). *A volta aos quartéis*: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FICO, Carlos. A ditadura mostra as suas caras: imagens e memórias do período 1964-1985. INTERNATIONAL SYMPOSIUM "THE CULTURES OF DICTATORSHIP: HISTORICAL REFLECTIONS ON THE BRAZILIAN GOLPE OF 1964". *Proceedings*... University of Maryland, Oct. 14-16, 2004. Disponível em: <www.history.umd.edu/HistoryCenter/2004-05/conf/Brazil64/papers/cficoport.pdf>.

STEPAN, Alfred. *The military in politics*: changing patterns in Brazil. Nova York: The Rand Corporation, 1971.

7 Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas

*Enrique Serra Padrós**

> *Entre as características do "Estado moderno", destacou-se sempre, como fundamental, a de ser detentor do monopólio da violência, tanto para fora, na defesa contra os inimigos externos na guerra, como para dentro, atuando contra os inimigos da ordem social estabelecida pela polícia e pela justiça. Neste último terreno, a ação do Estado combina a defesa dos súditos contra a delinqüência (mediatizada pelo fato de que é ao Estado que corresponde, em última instância, definir o que deve ser considerado delinqüência), com a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a "subversão" a que podiam sentir-se tentados os dominados.*[1]

Na origem das ditaduras latino-americanas de segurança nacional (SN), situam-se, pelo menos, dois fatores geradores de inúmeros desdobramentos e que, nas suas possibilidades de combinação, constituem elementos elucidativos para a compreensão dessas experiências. De um lado, o fator repressivo de tais sistemas decorreu da pressão exercida pelo capital inter-

---

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (lola@adufrgs.ufrgs.br). Este texto condensa parte do capítulo 1 da tese de doutorado em história do autor (Padrós, 2005).

[1] Fontana, 2000:269.

nacional e pelas elites locais, para a imposição de um novo modelo de acumulação. Por outro, os regimes de SN resultaram da radicalização das contradições de classe e do avanço de projetos reformistas ou revolucionários, principalmente a partir da vitória da Revolução Cubana.[2]

Doutrina de segurança nacional e terror de Estado

Uma das principais premissas da doutrina de segurança nacional (DSN), marco de diretrizes gerais presentes nas ditaduras da região, é a rejeição da idéia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da "nação" e, portanto, deve ser combatido como tal. Mais do que isso, tal coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução dos conflitos e de seus elementos centrífugos.

Em realidade, o perigo é identificado nas "ideologias estranhas", forâneas, externas, diferentes das locais. Pelo desdobramento dos fatos históricos, constata-se que aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas "ideologias estranhas" foram tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local. O que se resume na idéia de que "todo ser vivo – y la Nación es un ser vivo – debe, si quiere subsistir, defenderse contra todo aquello que pueda dañarlo, en si mismo, como desde afuera".[3] É por isso que o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado "subversivo", inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à nação. Dessa forma, justificam-se os defensores da doutrina na Argentina, como o general Videla: "Yo quiero signifi-

[2] Schulz, 1990:117; Cueva, 1983, cap. 12.

[3] Junta de Comandantes en Jefe, 1977:12.

car que la ciudadanía argentina no es víctima de la represión. La represión es contra una minoría a quién no consideramos argentina."[4] De forma ainda mais explícita, o comandante da Gendarmería, Agustín Feced afirmou: "No puede, no debe reconocerse condición de hermano al marxista subversivo terrorista, por el hecho de haber nacido en nuestra patria. Ideológicamente perdió el derecho de llamarse argentino."[5]

Nesse quadro, um procedimento pertinente consiste em rastrear as orientações, os valores, enfim, tudo o que faz parte do componente ideológico que os regimes de SN impuseram e disseminaram entre as gerações mais jovens, através dos manuais escolares obrigatórios de moral e cívica. Nestes, são apresentados como sinônimos, com base na interpretação da DSN, os conceitos de pátria, nação e Estado.

> La Patria
>
> Velar por la seguridad de la Patria es velar por tu integridad y la de ella.
>
> La Patria es Orden. El orden es regla y esencia del universo todo; sin él no se logra.
>
> Por ello debemos comprender que vivir libres presupone vivir dentro de un orden lógico de respecto por la vida de los demás, respecto en los legítimos intereses de cada persona, jamás será sinónimo la vida democrática de confusión de libertad con libertinaje y menos con entrevero.[6]
>
> La Patria es, entonces, una unidad de destino en lo universal, y cada individuo portador de una misión particular en la armonía del Estado. No caben disputas de ningún género, el Estado no puede ser traidor de su tarea, ni el individuo puede dejar de colaborar en la suya en el orden perfecto de la vida de su país. El individuo interviene en el Estado, como cumplidor de una función, por tener una profesión, un oficio, una familia.[7]

---

[4] Gayoso, s.d.:19.

[5] Id. ibid., p. 20.

[6] Noblía e Márquez, 1984:18.

[7] Corchs, 1984:18.

Além da reafirmação da pátria (nação) como unidade, destaca-se a função disciplinadora que está implícita na sua aceitação. Trata-se de formar as novas gerações inculcando-lhes valores como fidelidade, docilidade, obediência e disciplina. Ressalta-se que, na conclusão da segunda citação, há uma mensagem explícita de que se quer indivíduos produtores e pais de família, em detrimento de sujeitos cidadãos e conscientes. Cabe salientar ainda que a educação foi usada como mecanismo de divulgação dos elementos constitutivos da DSN e de redefinição de características, objetivos e práticas autoritárias, através de programas, de normas disciplinares impostas simultaneamente à substituição maciça de professores. Tudo combinado com medidas repressivas, com o constrangimento sofrido pelo corpo docente e com uma quase militarização dos espaços escolares e acadêmicos, o que gerou crescente isolamento e perda de cidadania.[8] A DSN associou diretamente o "subversivo", portador de tensões e "contaminado" por idéias e influências "estranhas" (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. Extrapolando a leitura da Guerra Fria, a América Latina, durante os anos 1960 e 1970, foi vista como cenário da expansão da influência soviética, o que justificou o virulento anticomunismo existente nos setores dominantes locais. Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a idéia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. A força dessa relação se expressaria, mais tarde, na afirmação da embaixadora dos EUA na ONU, Jeane Kirkpatrick: "As revoluções são feitas com os fuzis dos terroristas".[9] Conseqüentemente, a constante ampliação do guarda-chuva do anticomunismo fez com que aumentasse o espectro dos suspeitos de tentar agredir o "mundo livre".

A identificação de um "inimigo interno" que visava desestabilizar as relações do seu país com os EUA, produzindo mudanças, ratificou a necessidade de sua eliminação, enquanto foco de tensão. Tal situação implicou introjetar, nos marcos nacionais, a realidade conflitiva da Guerra Fria. A defesa dos interesses

---

[8] Campodónico, Massera e Sala, 1991:144.

[9] Pankov, 1983:137.

estadunidenses na América Latina – sua zona de influência abalada desde 1959 – levou a superpotência capitalista a considerar a política interna de cada país da região como extensão da sua política externa, ou seja, os assuntos de segurança interna desses países passaram a ser entendidos como se fossem da sua segurança. Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da idéia de que havia uma "guerra interna" a ser enfrentada. Essa guerra, em função das particularidades do "inimigo interno", da periculosidade e dos desdobramentos da ação do inimigo, devia ser enfrentada e transformada em "guerra total", na qual todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos "defensores" da unidade nacional e do "mundo livre".

Junto a essa motivação de ordem política, ideológica e estratégica, há outro elemento essencial para compreender a forma tão violenta que assumiu o confronto com os setores portadores de projetos de mudança (em um campo difuso onde se manifestam forças populistas, nacionalistas, reformistas e/ou revolucionárias). Desde o final da II Guerra Mundial, os EUA, através da Conferência de Bretton Woods e do Plano Marshall, deram início ao processo que configurou uma verdadeira "*norte-americanização* da economia internacional".[10] Através desses mecanismos, garantiram a recuperação da Europa e do Japão, mediante uma complexa rede de interconexão econômica, mantendo, contudo, seus índices de produtividade aproximados aos da guerra. Se a Europa recuperou rapidamente um novo ciclo de crescimento, cabe lembrar, entretanto, que perdeu a primazia mundial no sistema capitalista para os EUA. Por conseguinte, além de garantir a recuperação do pós-guerra, o acordo de Bretton Woods e o Plano Marshall asseguraram um enorme crescimento produtivo e uma grande acumulação de capitais nos EUA, o que garantiu sua indiscutível supremacia no mundo capitalista.

Como decorrência desse quadro de reordenamento de poder e de hegemonia estadunidense no bloco capitalista, a política externa dessa potência se preocupou, cada vez mais, com a necessidade de garantir a "quinta liberdade",[11] o que, para Noam Chomsky, traduz-se no direito de saquear e de ex-

---

[10] Trias, 1975, v. 3, p. 204.

[11] Em janeiro de 1942, logo após os EUA entrarem na guerra, o presidente Roosevelt apresentava, na sua mensagem anual ao Congresso, o discurso sobre as "quatro liberdades". Esse discurso anunciava que os aliados lutavam pela liberdade de expressão, pela liberdade de culto, para verem-se livres de necessidades e, finalmente, livres de temor (Chomsky, 1999:75). Em

plorar e, quando ameaçado, no uso da força e da violência para se proteger.[12] Em 1948, George Kennan, chefe do grupo de planejamento do Departamento de Estado, em um documento de circulação interna havia dito que

> poseemos cerca del 50 por 100 de la riqueza mundial pero sólo un 6,3 por 100 de su población (...). En esta situación, no podemos evitar ser objeto de envidias y resentimientos. Nuestra tarea principal en el próximo período consiste en diseñar un sistema de relaciones que nos permita mantener esta posición de disparidad sin ningún detrimento positivo de nuestra seguridad nacional.[13]

Em 1950, Kennan alertou, também, para o perigo que as "nossas matérias-primas" (referindo-se às latino-americanas) corriam de cair nas mãos de governos nacionalistas, que poderiam tentar prejudicar os EUA em benefício do bem-estar da sua população. Ele aconselhava que, diante dessa possibilidade, os EUA não deviam vacilar em apoiar uma repressão policial exercida pelos governos amigos.[14] O enunciado da "quinta liberdade" e a determinação de garanti-la, como mecanismo inerente ao processo de "*norte-americanização* da economia mundial", levaram ao intervencionismo militar e a um aprofundamento do caráter subordinado das economias periféricas.

A combinação dos fatores macroestruturais, acima delineados, com os fatores político, ideológico e estratégico – respeitando as especificidades da dinâmica interna, bem como sua relação com a dinâmica externa – consolidou, como opção e orientação, a contra-insurgência – ações dirigidas pelo Estado destinadas à eliminação dos focos de contestação ao *status quo* existente. Tendo

---

relação à liberdade de expressão, Roosevelt afirmava que o objetivo era garantir a liberdade de palavra em todas as partes do mundo. Quanto à libertação da necessidade, implicava acordos econômicos que assegurassem a *todas* as nações uma saudável existência pacífica. A libertação do medo implicava uma redução mundial de armamentos de tal forma "que nenhuma nação se achará em posição de praticar um ato de agressão física contra qualquer vizinho – em qualquer parte do mundo" (discurso de Franklin D. Roosevelt sobre as "quatro liberdades", 6-1-1942, cf. Syrett, 1980:303-307). Considerando as tensões que assolaram a América Latina nas décadas de 1960 a 1980, as justificativas de Roosevelt para essas "liberdades" tornam-se, no mínimo, curiosas (e contraditórias).

[12] Chomsky, 1999.

[13] Kennan, apud Chomsky, 1999:80.

[14] Schulz, 1990:111.

como objetivo a estabilidade e a defesa dos interesses das elites locais e do governo dos EUA, esta não foi uma modalidade isolada ou restrita às questões internas de cada país. Pelo contrário, a contra-insurgência articulou redes regionais de segurança coordenadas, nos estratos superiores, pelos EUA.[15] É importante salientar que a existência dessas redes não foi exclusividade latino-americana, como demonstra Tapia Valdés.[16]

Quando as expropriações produzidas pela Revolução Cubana fizeram soar o alarme que anunciava o ataque contra o princípio da "quinta liberdade", a DSN tornou-se o corpo doutrinário que justificou e materializou a aplicação da política de contra-insurgência na região, para enfrentar o "inimigo interno" que impedia a unidade nacional e era portador das ameaçadoras "ideologias estranhas". A contra-insurgência foi a forma de enfrentar o desafio da "guerra interna". Essa opção implicou assumir como meios a força e a violência, utilizadas sistemática e racionalmente com o intuito de aniquilar as diferenças e reestruturar a unidade política, o que foi feito em detrimento do direito e do consenso da negociação política.

Desse modo, a aplicação dos princípios da DSN nos países latino-americanos para defender a democracia assumiu, de forma geral, o perfil de violência estatal e, na maioria dos casos, de terror de Estado, configurando um aparente paradoxo:

> Sus sostenedores [da DSN] no atacan a las fuerzas guerrilleras sino a los gobiernos legítimos, y adoptan para la lucha contra sus oponentes políticos la forma de un "Terrorismo de Estado". Este Terrorismo de Estado ha establecido un tipo de orden interno cargado de conflictos y contradicciones, en la medida en que de el no deriva seguridad, paz ni libertad para la población. Su blanco real es la democracia: se pregona la destrucción de la democracia a fin de renovarla y salvarla. Por su propia naturaleza, la DSN presume no sólo que el Estado democrático es incapaz de autodefenderse por la vía democrática frente a las distintas formas de subversión, sino, principalmente, que la democracia es un camino abierto para que las que llama doctrinas subversivas conquisten democráticamente el poder.[17]

[15] Schulz, 1990:141.

[16] O autor apresenta indicativos de que, no mesmo período, ocorreram ações de contra-insurgência na Indonésia, na Coréia do Sul, na Grécia e nas Filipinas (Tapia Valdés, 1980:24).

[17] Tapia Valdés, 1980:30.

Assim, na visão da doutrina: "La salud del pueblo exige que se le prive de la capacidad de autogobernar-se".[18] Nos países em que a DSN e seus defensores locais constataram a resistência por parte de movimentos sociais, políticos ou até militares, o resultado foi o recurso à contra-insurgência que, em realidade, representou a imposição de ações de terrorismo de Estado contra a sociedade. Em nome da DSN, da unidade nacional, do anticomunismo e, veladamente, dos interesses implícitos na "quinta liberdade", o Estado se configurou como o macroinstrumento repressivo que, variando em grau de violência nos diversos países do Cone Sul, deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas. Os setores economicamente dominantes viram, nessa intervenção e na própria DSN, a viabilização da "tranqüilidade social" tão necessária para seus interesses.

Portanto, o Estado, que deveria ser uma estrutura de mediação e de proteção da sociedade, agindo como fiador da segurança das pessoas, foi utilizado, de forma geral, em toda a região, como um mecanismo que devia enfrentar e derrotar o "inimigo interno". Sob as diretrizes gerais resultantes da interpretação particular que a DSN recebeu em cada país e através da guerra contra-insurgente, o aparato estatal extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando um sistema de terror de Estado.

Estado, violência estatal e terror de Estado

Originalmente, o Estado surgiu como estrutura necessária para evitar que as classes se devorassem entre si e devorassem a sociedade numa luta estéril, ou seja, como uma estrutura de contenção e de conservação dos limites da ordem. Sua eficiência em moderar o conflito de classes ocorreu, justamente, na legalização do domínio de uma delas sobre as outras através da organização da força, do uso da violência para reprimir as classes dominadas e exploradas. Simultaneamente, o Estado se transformou em uma estrutura que retirou dos setores dominados os meios para derrubar seus opressores e que garantiu a acumulação dos setores dominantes e os meios para manter o controle do poder. Lenin encontra em Engels a essência da avaliação que o pensamento mar-

[18] Tapia Valdés, 1980:30

xista elaborara até então a respeito do papel histórico e do significado do Estado, realizando a grande síntese:

> O Estado é o produto e a manifestação do caráter irreconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são irreconciliáveis.[19]

A pretensão de um Estado que deveria funcionar acima das contradições e antagonismos sociais, como seu árbitro, na prática, não se verifica. Se a desigualdade distributiva estrutural é a característica dessas formações sociais, a função social é vigiar para que os "marcos da legalidade" não sejam ultrapassados pelas ações e mobilizações dos setores sociais prejudicados por aquela. Isso impossibilita que o Estado funcione em defesa dos interesses de toda a sociedade. Apesar de algumas questões de ordem geral comuns e de algumas concessões resultantes de ações de consenso ou de hegemonia, nos aspectos essenciais da produção de riqueza e da sua distribuição, o Estado contribui na consolidação da situação de desigualdade e injustiça.

Há inclusive quem afirme que a violência institucional é inerente à existência do próprio Estado e que este pode assumir uma diversidade de manifestações entre a mera coerção cotidiana e o terrorismo estatal.[20] Inegavelmente, cabe ao Estado a responsabilidade de ter o monopólio da violência na defesa do território e da população contra os inimigos externos, em casos de guerra ou de ameaça de invasão. Trata-se de um consenso inquestionável. Entretanto, a situação muda de tom e se torna polêmica quando se trata de reconhecer o mesmo direito de intervenção na dinâmica interna, ou seja, possuir e administrar o monopólio da violência para agir no interior das fronteiras nacionais. A proteção da população contra a ação da delinqüência geralmente conta com amplo apoio. O problema se coloca quando essa intervenção estatal é direcionada contra setores sociais que questionam a ordem social, como lembra Josep Fontana: "a proteção dos grupos dominantes da sociedade contra a 'subversão' a que podiam sentir-se tentados os dominados" indica a dinâmica da exclusão presente e a criminalização do protesto social, com o agravante de que cabe ao

---

[19] Lenine, 1980, v. 2, p. 226.

[20] Rama, 1978:22.

próprio Estado que reprime definir, em última instância, os critérios que identificam a delinqüência.[21]

Da perspectiva democrática, o recurso à violência estatal é um traço característico do exercício do governo e resulta da crença na eficácia geral das sanções físicas quando se consideram esgotados os canais do diálogo. Há também o entendimento de que o governo não deve poupar esforços para manter as condições que salvaguardam a coexistência pacífica e que impedem a violência entre grupos e indivíduos da comunidade. Para isso, é indispensável que o Estado possa agir através de mecanismos coercitivos e tenha capacidade de enquadrar e punir comportamentos que possam infringir a lei. Para desempenhar tais funções, o sistema estatal não pode prescindir de aparelhos especializados como polícia, serviços de informação, códigos disciplinares etc. Cabe ao governo imprimir, com continuidade, uma dinâmica coercitiva cuja regulamentação é sua exclusividade. Claro que o poder político não se baseia só na violência, mas ele se constitui, parcialmente, sobre ela e, parcialmente, sobre o consenso.

Há um entendimento de que a força da repressão pode ser desencadeada com alto grau de legitimidade se ocorre o convencimento de amplos setores da população de que o seu recurso vem ao encontro do interesse geral da nação e em defesa da pátria. Mas essa fronteira entre legalidade e ilegalidade na aplicação do poder coercitivo estatal pode chegar a ser, em momentos de crise de legitimidade do governo, muito tênue, com escassa margem de separação; atravessá-la pode ser uma ação sedutora, principalmente se é avaliada como uma forma rápida de resolver o impasse existente. Esta é uma questão central, a definição do limite da imposição da violência estatal já que, por definição, na democracia formal, ao Estado cabe reforçar a convivência pacífica e a resolução dos impasses e dos conflitos, dentro dos marcos legais pactuados e com o recurso dos instrumentos constitucionais disponibilizados pela sociedade e que são pertinentes para enfrentar situações consideradas de emergência. Mas essa possibilidade está subordinada a normas e regras e, por isso mesmo, não permite interpretações dúbias dos acontecimentos justificadores. Porque se o Estado possui, por natureza, o monopólio legítimo do uso da força, isso está condicionado aos limites consentidos pela legislação interna e internacional e subordinado à maior de todas as suas obrigações, a defesa intransigente da lei. Mas

---

[21] Fontana, 2000.

essa condição se dilui quando entra, como critério de permissibilidade, a justificativa da razão de Estado, ou seja, constatada a existência real ou potencial de uma determinada ameaça, global, total, profunda, aos interesses dos setores dominantes, estes endossam a ruptura da legalidade como mecanismo ao qual se deve recorrer urgentemente para defender o "conjunto da sociedade". Nesse contexto, a violência constitucionalmente legitimada, função monopolizada pelo Estado, pode ser reconvertida para uma configuração mais complexa que, em vez de julgar e punir, pode também semear o terror.

Quando a violência institucional do poder estatal extrapola os atributos coercitivos constitucionais, é porque se reconhece que os mecanismos daquela são insuficientes na ação persuasiva e de neutralização dos descontentamentos sociais. O recurso ao terror de Estado e a intensidade da sua implementação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se vêem expostos os setores dominantes, ante o questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe. Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do terror de Estado tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas.

Terror de Estado na América Latina

O terror de Estado (TDE) aplicado na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, através das orientações da DSN e na forma da guerra contrainsurgente, é um terrorismo de grande escala, dirigido a partir do centro do poder estatal, *dentro* ou *fora* das suas fronteiras. Trata-se de

> um modelo estatal contemporâneo obrigado a transgredir os marcos ideológicos e políticos da repressão "legal" (consentida pelo marco jurídico tradicional) e deve recorrer a "métodos não convencionais", extensivos e intensivos, para eliminar a oposição política e o protesto social, sejam estes armados ou desarmados.[22]

[22] Bonasso, 1990:9.

A essência da análise sobre o TDE não está na comprovação da discriminação da tortura ou da censura, por exemplo, e sim na compreensão da abrangência, da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas que, sob hipótese alguma, podem ser reduzidas à violência física, e que compõem esse quadro opressivo, "cinzento", resultado da dinâmica de aplicação do terror de Estado. Terror de Estado que, mesmo respeitando as especificidades, se mostrou abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial.

Abrangente porque não houve setor da sociedade que permanecesse imune ao alcance das ações repressivas ou estivesse livre das suas ameaças.

Prolongado porque suas modalidades foram aplicadas, sempre que necessárias, até o final de cada uma das ditaduras, e suas seqüelas se projetaram no período posterior.

Indiscriminado porque a ação repressiva contra a população não teve limites. O uso flexível do conceito de "inimigo interno" permitiu incorporar "novos subversivos", num processo sem fim, confirmando que, na escolha de alvos, inexistiram limites ideológicos, profissionais, religiosos, de classe ou de idade.

Retroativo porque, após o combate contra guerrilheiros, comunistas e outros esquerdistas, alvos óbvios da lógica da SN, desenvolveu-se uma prática de vasculhar, no passado das pessoas, suas simpatias políticas, a existência de militância sindical ou estudantil, ou qualquer outra atitude que colocasse em questão sua fidelidade ao novo regime, tornando-as pouco confiáveis, o que, em determinado momento da ditadura, poderia significar novo critério de estigmatização.

Preventivo porque um dos seus principais objetivos foi a geração da "cultura do medo", o que contribuiu para combater as correntes de solidariedade e isolar as vítimas diretas, ao fomentar a passividade, a alienação e a indiferença pelo amedrontamento das demais pessoas – vítimas indiretas. O estímulo da incerteza induziu a ter muita cautela. Pela insegurança resultante ou pelo medo das punições sem limites, o TDE procurou moldar um comportamento padrão aceito, deixando claro que o preço a pagar, por quem "andasse fora da linha", seria a acusação de "subversivo".

Extraterritorial, inclusive como metáfora: a falta de segurança atingiu até a vida privada das pessoas (espionagem, controle, vigia, escutas etc.). Mas extraterritorial principalmente como perseguição fora das fronteiras nacionais.

Nesse sentido, o braço da violência estatal atingiu o interior das embaixadas, as fronteiras vizinhas e o território de outros países. Através de esquemas repressivos binacionais ou da sofisticada coordenação repressiva formatada na Operação Condor, as comunidades exiladas foram ameaçadas, perseguidas, alvo de infiltrações e brutalmente atingidas.

Cabe perguntar em que contexto se deram as experiências concretas dos regimes de segurança nacional no Cone Sul, os quais instrumentalizaram um Estado que apelou para o terror como mecanismo de reordenamento da sociedade. Articulando o que já foi descrito sobre a DSN, os interesses dos EUA e os aliados internos na região, podem-se apontar alguns elementos explicativos. Um deles refere-se à expansão particular do capitalismo desde o final da II Guerra Mundial, o que produziu um efeito desagregador nas estruturas sociais da periferia mundial e o esgotamento de economias que foram reconvertidas para atender os novos padrões de acumulação. Isso é muito claro em relação às economias que se haviam industrializado através da política de substituição de importações, casos da Argentina e do Brasil, assim como, de forma secundária, do Chile e do Uruguai. Essas matrizes produtivas foram alvo do capitalismo internacional, particularmente o estadunidense. Não surpreende, então, que, durante os anos de apogeu da DSN na região, quando da implantação das ditaduras civil-militares, com a particular exceção do Brasil, tenham sido estimuladas as políticas de privatizações, desnacionalizações, abertura das economias nacionais aos grandes monopólios internacionais e de endividamento externo.

A existência concreta de crescente desigualdade e injustiça social foi, independentemente das especificidades nacionais, um marco comum nas formações sociais latino-americanas, com acentuada inflexão a partir do final dos anos 1950. As decorrentes tensões sociais estiveram emolduradas no contexto planetário da Guerra Fria e, de forma especial, pelo impacto da Revolução Cubana. As exigências de mudanças profundas, estruturais, promovidas por fortes movimentos sociais populares, levaram os setores dominantes e seus sócios estrangeiros a desenvolver uma percepção de insegurança para sua privilegiada situação política e econômica. A instrumentalização da ameaça do "comunismo internacional" proporcionou àqueles setores a oportunidade para apresentar às sociedades nacionais dois campos bem definidos e antagônicos. O "deles" defendia os valores democráticos, cristãos e ocidentais; o outro lado era o dos agentes nocivos, alinhados com os valores do "ateísmo", do "marxismo" e do "totalitarismo".

A radicalização de tensões, a polarização de forças e o desgaste da dinâmica política – solapada pelo aprofundamento da crise econômica que perpassou, com matizes nacionais variados, a década de 1960 – levaram os setores dominantes da região a apelar, paulatinamente, às forças de segurança, concedendo-lhes crescente protagonismo e prerrogativas, com o compromisso de que protegessem a ordem e o *status quo* vigentes e tão questionados. A procura de saídas de consenso e de proposição de diálogo foi sendo abandonada em benefício de uma espiral repressiva progressiva. Na medida em que os objetivos fundamentais foram acabar com as aspirações de mudança social, eliminar as formas de organização popular e o nível de consciência e militância política, o projeto de institucionalização de um regime que garantisse uma "paz armada" duradoura e que pudesse salvaguardar a ordem vigente foi ganhando adesões, além de receber sinalizações positivas dos EUA.

Veja-se, então, que, para impor a violência do mercado que exige a reestruturação das economias nacionais periféricas e o disciplinamento da força de trabalho e dos movimentos sociais, deve-se apelar para uma violência estatal inédita. A originalidade dos regimes de SN do Cone Sul está na junção do Estado repressivo com a exigência de abertura dos mercados nacionais pelos setores econômicos internacionalmente hegemônicos.

A dinâmica repressiva desencadeada teve características diferentes daquelas aplicadas em experiências anteriores de regimes autoritários. Segundo Abos, a mera repressão dos quadros opositores era insuficiente, pois havia uma classe trabalhadora com grande experiência política acumulada e com possibilidades de substituição geracional; diante dela, os mecanismos coercitivos tradicionais mostraram-se inúteis, pouco eficientes. Impunha-se uma nova concepção repressiva apoiada na DSN, na percepção da "guerra interna" e na estratégia da contra-insurgência. Por conseguinte, implementou-se um programa de intervenção que se multiplicou na região desde o início dos anos 1960 e que ampliou a criminalização dos movimentos sociais, a eliminação da possibilidade de recrutamento de novas lideranças, quadros e simpatizantes, e a ação sobre o conjunto da sociedade para desmobilizá-la. Essa intervenção contou com a ajuda dos EUA, os quais proporcionaram recursos econômicos, equipamentos e assessores especializados, o que contribuiu na obtenção de maior eficiência dos aparatos envolvidos no combate à "subversão" comunista.[23]

[23] Pierre-Charles, 1978:934; Abos, 1979.

No Chile e nos países rio-platenses, o terror de Estado, propriamente dito, antecedeu a deflagração dos golpes militares. No Uruguai e na Argentina,[24] com seus matizes particulares respectivos, existiam bolsões clandestinos que, agindo desde as entranhas de um Estado democrático viciado por práticas autoritárias, já realizavam o "trabalho sujo" (seqüestros, tortura e assassinatos produzidos por esquadrões da morte e bandos de extrema -direita). Os excessos coercitivos que ultrapassavam os limites da legalidade estavam vinculados a grupos paramilitares de extrema-direita, controlados e protegidos por núcleos de poder do interior da estrutural estatal – casos da Juventud Uruguaya de Pie (JUP) e do grupo de extermínio Alianza Anticomunista Argentina (Triple A). No Chile, a diferença residiu em que a direita e a extrema-direita, com cobertura e apoio da CIA – bem maiores do que nos outros casos citados –, patrocinaram atentados desestabilizadores e se organizaram no esquadrão paramilitar Patria y Libertad, opondo-se ao governo socialista da Unidad Popular, usando certas estruturas do poder estatal que haviam permanecido fora do controle de Allende (particularmente nas forças de segurança), ou, então, evoluíram, gradualmente, para posições de franca conspiração.

A clandestinização de parte das ações repressivas e da sua autoria se tornou uma contradição muito curiosa no funcionamento do TDE. Levando em conta que um dos seus principais objetivos foi a geração de um medo global que devia atingir todo o espectro social, foi de fundamental interesse que suas requintadas práticas repressivas fossem reconhecidas para generalizar o medo. Entretanto, ao mesmo tempo, o Estado precisou dissociar-se dessas ações, negando sua autoria para não se envolver em situações embaraçosas que transgrediam normas jurídicas, sobretudo internacionais, e para evitar denúncias e acusações de desrespeito aos direitos humanos. Isso gerou uma dupla operacionalidade estatal: modalidades repressivas legais e ilegais coexistiam e se complementavam.

[24] A luta contra o Exército Revolucionário Popular (ERP), organização revolucionária argentina de tendência trotskista, aconteceu antes do golpe de Estado de março de 1976. Através da Operação Independência, as bases do ERP foram quase totalmente aniquiladas. A repressão utilizou práticas que, posteriormente, foram usadas maciçamente contra toda a sociedade: concentração de prisioneiros, torturas sistemáticas, política de desaparecimentos e clandestinidade da ação repressiva (Paoletti, 1987:16).

Dependendo da relação de forças em dados momentos conjunturais, podiam ocorrer tendências de autonomização de unidades repressivas, como no caso de grupos paramilitares a serviço de interesses privados. Nessas situações, tais fatos podiam fugir ao controle, até pela circunstância já comentada de ser muito tênue a fronteira entre o que divulgar para atemorizar e o que era conveniente silenciar, visto que nem tudo era do conhecimento de todos dentro da estrutura do comando repressivo. Nesse sentido, certamente o caso argentino foi o mais evidente.

Em períodos de forte restrição interna, havia uma posição ambígua, mas lógica; externamente, o regime divulgava a imagem de respeito aos preceitos jurídicos enquanto, internamente, impunha, de modo acintoso, uma demonstração de força que exigia um controle muito rigoroso sobre as conexões de informação do interior do país com o mundo externo. Um exemplo bem concreto, a esse respeito, foi a campanha oficial desencadeada pelo regime argentino, em 1979, quando, diante da visita de uma delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foram espalhados milhares de cartazes, faixas e adesivos de automóveis com uma frase que, cinicamente, refutava toda denúncia de violação das liberdades: "Los argentinos somos derechos y humanos".[25]

A ambigüidade quanto às necessidades e às possibilidades de divulgação dos seus atos introduz outra questão que mostra a diferença entre o terrorismo promovido por indivíduos ou grupos e aquele praticado pelo Estado. Do primeiro caso, faz parte, quase sempre, um *modus operandi* que procura obter a maior publicidade possível da mídia sobre seus feitos, como forma de divulgar as razões da causa que defendem. Diferentemente, os agentes do TDE não têm esse objetivo. Por um lado, porque possuem meios eficientes de intimidação, legais ou não, "legitimados" pelo Estado – a própria capacidade de produzir violência e semear medo causa um impacto imediato e profundo sobre o corpo social. Por outro, porque a relação com os meios de comunicação, como já foi apontado,

[25] Um dos locutores esportivos mais populares da época, José María Muñoz conclamava a população, com um discurso fortemente patriótico, a dar uma resposta aos "mentirosos" que, denunciando a ditadura no exterior, haviam motivado a vinda dessa delegação. Muñoz virou um porta-voz enfático: "Vayan y muestren a esos señores de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos cual es la verdadera cara de la Argentina". Era necessário convencê-los de que os argentinos não só respeitavam os direitos humanos como, acima de tudo, eles eram *direitos* e *humanos* (*Clarín*, 8 ago. 1999. Zona, p. 6).

está pautada por graus diversos de adesão ou de controle (censura). Ou seja, uma imprensa inconveniente, ao interpretar os fatos com autonomia da versão oficial, pode produzir tensões sobre situações que convém ter sob controle; portanto, por isso mesmo, são alvos estratégicos imediatos do TDE.

Entre as modalidades mais específicas do TDE promovido pelos regimes de SN do Cone Sul, podem-se salientar, respeitando as especificidades nacionais, o uso maciço da tortura, a presença de esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização do sistema repressivo. A tortura já era um mecanismo conhecido e utilizado há muito tempo na região; a novidade decorreu da criatividade dos especialistas em realizá-la e da incorporação de avanços tecnológicos na metodologia de execução. O mais importante é reconhecer seu uso maciço e significativamente indiscriminado, a evolução no refinamento da sua aplicação com a contribuição do que foi identificado como dimensão da tortura psicológica. Também se deve realçar a existência da complexa rede de transmissão de novas técnicas e de formação de novos especialistas, através de uma correia de transmissão que ultrapassou fronteiras e contou, notadamente, com a colaboração de agências governamentais dos EUA e, secundariamente, de missões francesas; umas e outras possibilitaram incorporar as novidades da contra-insurgência experimentadas na Argélia e no Vietnã.

Em outra ordem de coisas, Luís Mir[26] avalia que existe um TDE invisível nos regimes democráticos pós-ditaduras, particularmente no Brasil. Ressalta que se trata de um TDE com finalidade social de disciplinamento e controle dos setores populares desamparados, diante dos efeitos das políticas neoliberais e do avanço do clima de barbárie existente nos cenários onde os setores mais vulneráveis lutam diariamente pela sobrevivência. Na percepção de Mir, essa experiência incorpora uma inédita tecnologia utilizada contra a criminalidade. Produz, assim, uma simbiose entre técnica e guerra, exército e máquina, que atinge seu paroxismo na definição do objetivo principal da moderna doutrina policial de combate ao crime: evitar a produção de dor (guerra indolor).[27]

Sem polemizar com Mir sobre a existência de um TDE social atual, mas aceitando sua interpretação da guerra indolor dessa modalidade de violência estatal, cabe salientar que o TDE característico dos regimes de SN é bem o

---

[26] Mir, 2004.

[27] Id. ibid.

contrário. A dor, combinação de mecanismos de destruição físico-psicológicos dos presos políticos, foi, como regra geral na região, um objetivo persistentemente procurado. E, no caso dos milhares de desaparecidos do Cone Sul, a execução não foi imediata, mas coroou semanas ou meses de uma detenção forçada e clandestina, marcada por privações e agressões de todo tipo.

Quanto à proliferação de esquadrões da morte e de organizações paramilitares, sua existência cumpriu importante papel na difusão do medo, impactando a sociedade, mediante a violência irradiada, espalhando ameaças e marcas de caveiras, realizando o "trabalho sujo" comprometedor e contribuindo na criação de fatos desestabilizadores ou diversionistas. Em alguns casos (Argentina e Uruguai), sua presença foi anterior à deflagração dos respectivos golpes de Estado; posteriormente, foram absorvidos dentro do espectro das forças de segurança estatal. Sua existência imprecisa e fantasmagórica foi utilizada também como meio de desresponsabilizar o Estado dos crimes que, no mínimo sob sua sombra e cobertura, aqueles grupos executaram. Em alguns países, a compartimentação das suas ações produziu a autonomização da sua atuação, o que pode explicar certos transbordamentos de limites (caso da Triple A argentina); entretanto, sempre agiram de acordo com um comando que, se não era do próprio governo, pertencia a setores-chave da sua cúpula. Além disso, algumas argumentações procuraram explorar a presença desses grupos para convencer a opinião pública de que eles haviam desobedecido ordens, produzindo uma quebra de comando. Tal argumento visava diminuir as responsabilidades dos setores dirigentes, realmente envolvidos na repressão estatal e que usavam o subterfúgio dos excessos gerados pelos subalternos e, sobretudo, pelos esquadrões da morte, ou pelo descontrole no funcionamento do aparato em determinadas conjunturas.

Na sua essência, esquadrões da morte e grupos paramilitares constituíram organizações secretas que seqüestraram, torturaram e eliminaram os "inimigos do Estado". Às vezes, podiam estar integrados por forças irregulares ou fora de função; contudo, sem dúvida, sempre estavam sob controle estatal (apesar da negação das autoridades). Espalharam-se pela América Latina a partir dos anos 1960, sendo os primeiros países que sofreram sua ação a República Dominicana, o Brasil e a Guatemala. Tais organizações secretas foram estruturas que, em vários casos, sobreviveram ao fim dos regimes de SN, adequando-se aos novos tempos e privatizando seus serviços – não raramente, sob a feição de "esquadrões de extermínio".[28]

[28] Ver, a esse respeito, Bicudo, 1978, e Biocca, 1975.

Um fato comum à Argentina, ao Chile e ao Uruguai é que, consumados os golpes sofridos, os grupos paramilitares diluíram-se, imediatamente, no interior das forças repressivas do próprio Estado. Isso significou que continuaram praticando as mesmas ações e utilizando a mesma metodologia terrorista, só que, a partir desse momento, com o estatuto da legalidade legitimadora de um Estado sem limites repressivos. Ou seja, consumado o golpe, as estruturas repressivas ilegais – o "Estado clandestino" – foram assimiladas. Mas no caso argentino, principalmente, manteve-se uma duplicidade de estrutura repressiva (uma legal e outra clandestina), situação que o Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels) denominou paralelismo global.[29] Isso consistiu, na prática, na coexistência de uma violência de base legal (mesmo que fosse a legalidade da Junta Militar) com outra lógica de dinâmica repressiva, também pertencente ao Estado, apesar de não ser assumida como tal. Esta última permitiu organizar e armar, no interior das forças de segurança, unidades separadas entre si que agiam com total autonomia e impunidade, além de ter as mãos livres para selecionar as vítimas, estratégia esta que apresentava diversas vantagens para o regime: era uma rede de difícil infiltração, justamente, pela sua natureza descentralizada; era imune à influência dos familiares das vítimas que detinham cargos-chave no governo; permitia ao governo negar sua responsabilidade nas violações dos direitos humanos.

O sistema repressivo do regime de SN argentino teve, assim, como marca maior o paralelismo global:

> las Fuerzas Armadas optaron por llevar adelante sus operaciones en forma clandestina, de manera paralela pero con sometimiento global a la conducción militar y política del Estado. Esto es lo que hemos dado en llamar paralelismo global. (...)
>
> El paralelismo se da en la totalidad de las estructuras de decisión y ejecución organizadas celularmente y con carácter secreto. Paralelismo también en los métodos de acción: en las detenciones, en la investigación y en la aplicación de penas.[30]

---

[29] Cels, 1981.

[30] Id., s.d.

Se o paralelismo global foi uma especificidade argentina, foi fato comum na região – e a manifestação mais inovadora do TDE de SN – a promoção do desaparecimento, principalmente dos militantes considerados mais perigosos entre aqueles que faziam parte do impreciso campo dos "inimigos internos".[31] O desaparecimento de pessoas foi a maior metáfora do poder total do TDE. Diferentemente da tortura e dos esquadrões da morte, manifestações intensas e comuns em toda a região, a modalidade do desaparecimento variou em cada país, mas se verificou em todos eles. Constituiu um método repressivo de novo tipo, onde a eliminação física, o ocultamento do corpo das vítimas e a negação de tudo isso se transformaram em elementos básicos da violência irradiada pelo TDE. Efetivamente, seus efeitos extrapolaram o meio mais restrito das vítimas e projetaram-se pelo corpo social, contribuindo para o objetivo de atemorizar e paralisar a reação e o protesto contra o regime.[32]

Como modalidade repressiva, a prática dos desaparecimentos se beneficiou da situação extremada de ausência do controle judicial e de desconhecimento de toda e qualquer norma constitucional, o que possibilitou dispor das vítimas com a certeza da impunidade e do mutismo ou diversionismo "oficial". Os responsáveis por esses crimes hediondos freqüentemente alegaram que o desaparecido podia ser um subversivo que teria fugido do local de detenção, sido vítima de vingança interna da sua própria organização, passado para a clandestinidade ou, então, partido para o exílio. Independentemente da rentabilidade punitiva imediata, os desaparecimentos contribuíram mais do que qualquer outra modalidade repressiva do TDE na irradiação do poder estatal onipotente sobre a sociedade, desmantelando resistências e semeando angústias paralisantes. Até porque, como referia Eduardo Galeano durante o exílio uruguaio: "Nadie presta cuentas, nadie da explicaciones. Cada crimen es una

---

[31] Como expressava o general Acdel Vilas, responsável pela Operação Independência contra a guerrilha do ERP, em Tucumán (fevereiro de 1975): "un año antes del golpe de Estado que derribó Isabel Perón, decidí separar en tres grupos los guerrilleros, de forma tal que los más peligrosos e importantes nunca llegasen a prisión (...). Entre estos últimos, y para evitar riesgos inútiles, muchos eran retenidos en Famallá [centro clandestino de detenção], procediéndose a su interrogatorio hasta que dejasen de tener utilidad" (García, 1995:405).

[32] Padilla Ballesteros, 1995.

dolorosa incerteza para los seres próximos de la víctima y también una advertencia para todos los demás".[33]

O desaparecido possui um estatuto específico: sua existência foi suspensa; não está vivo nem morto; não está preso nem em liberdade. O Estado diz desconhecer seu destino. Logo, parece não existir, está em um limbo indefinido. Contudo, concretamente, existe, mesmo que não passe de um nome perdido em alguma lista ou, principalmente, no coração aflito de uma mãe ou de um obstinado pedaço de memória de alguém que procura respostas insistente e incessantemente.[34] A condição de detido desaparecido foi transitória para muitos prisioneiros. Porém, os desaparecidos que continuaram com esse estatuto após o término das respectivas ditaduras passaram a ser considerados (não-oficialmente) prisioneiros executados em condições ignoradas.

O desconhecimento desses fatos e a não-informação sobre o local onde se encontram os restos mortais são a expressão de um dos problemas mais difíceis de resolver no cenário de recuperação e consolidação democrática, pois persiste o sentimento de injustiça e de impunidade nas comunidades afetadas. O desconhecimento do destino final da vítima, a ausência de informações e de esclarecimentos e a impossibilidade de elaboração do luto de despedida fazem com que muitos dos familiares das vítimas (também vítimas tanto da mesma dinâmica repressiva como da passividade e da indiferença do posterior regime democrático) vivam numa situação indefinida e atemporal, uma "dor congelada". Isso sem desconhecer o seqüestro de centenas de crianças, filhas de "subversivos" que foram tratadas como verdadeiros botins de guerra, produzindo um permanente seqüestro dos seus corpos, dos seus afetos, da sua história e da sua identidade.[35]

Finalmente, cabe lembrar que o TDE aplicado no interior das fronteiras nacionais durante as experiências de SN foi potencializado, através de uma também inédita rede de atividades de cooperação entre os aparatos repressivos regionais, com o intuito de trocar informações e experiências, de organizar operações conjuntas contra alvos escolhidos e de sistematizar um grande arqui-

---

[33] Entrevista. *El Viejo Topo*, n. 22, jul. 1978.

[34] Abos, 1979.

[35] Ver Abuelas de Plaza de Mayo, 1997; Nosiglia, s.d.; Salaberry, 1993: Silva, 1989; Santelices e Dinamarca, 1989.

vo de informação. Essa coordenação repressiva de alcance internacional foi a denominada Operação Condor, ápice de um projeto que realizou inúmeras ações, perseguindo e eliminando exilados políticos "incômodos", o que pode ser aferido a partir da leitura e da análise da extensa documentação tornada pública nos últimos anos. De qualquer forma, é importante lembrar que a colaboração entre os serviços de inteligência dos países da região já se havia iniciado durante os anos 1960, ou seja, bem antes de a Operação Condor se materializar. Da mesma forma, sua existência não se esgotou com o fim das ditaduras.

As especificidades presentes nas experiências de SN do Cone Sul influenciaram as práticas de terror aplicadas em cada país, de acordo com peculiaridades sociais, culturais, políticas e econômicas. Por isso, as práticas repressivas assumiram formas preponderantes e diversas em cada caso. Assim, há um certo consenso entre as organizações de direitos humanos de que no Uruguai, por exemplo, a característica repressiva marcante foi a aplicação da tortura e o encarceramento prolongado, enquanto no Chile foi o exílio maciço, e na Argentina o desaparecimento forçado.[36] Entretanto, todas essas modalidades de experiências traumáticas foram praticadas em todos os países da região, incluindo o Brasil e o Paraguai.

A frase "salta aos olhos que o Estado terrorista produz a legalização da desigualdade, a consagração da morte de toda vida política ou consolida um poder de Estado"[37] sintetiza os elementos básicos na dupla dimensão da funcionalidade instrumental. Ao legitimar uma maior desigualdade social, produto de uma lógica econômica cada vez mais injusta e excludente, o Estado precisou eliminar o espaço político onde o contraditório poderia aflorar, no interior da democracia burguesa. Mas os interesses econômicos que se resguardaram na estrutura repressiva do TDE também abriram mão dessa democracia.

O caso uruguaio

No Uruguai, o final dos anos 1960 acarretou a definitiva superação de idéias e valores progressistas e humanistas enraizados em décadas de tradições

---

[36] Conclusões do Seminário Internacional "Consecuencias de la represión en el Cono Sur: sus efectos médicos, psicológicos y sociales", realizado em Balneario Solís, Uruguai, de 3 a 18 de maio de 1986.

[37] Mongin, 1984:170.

políticas liberal-reformistas. O mítico Uruguai, que num passado recente era lembrado como a Suíça da América, rapidamente se tornou alvo da pior experiência repressiva da sua história. Em 1968, a tortura era sistematicamente aplicada pela polícia; em 1971, também o fazia o Exército. Também eram visíveis os grupos paramilitares, e diversos estudantes e trabalhadores acabaram mortos pela violência estatal desencadeada, nesse período, contra mobilizações estudantis e greves operárias.

Durante a década de 1960, a presença encoberta da CIA, no Uruguai, era extremamente ativa, tendo seu quartel-general na própria embaixada dos EUA e estando conectada diretamente com a cúpula policial e com alguns núcleos do Poder Executivo, como denunciado pelos ex-agentes Philip Agee e Manuel Hevia, este último agente cubano infiltrado na missão que atuava no Uruguai. O ponto alto da qualificação repressiva da polícia local, com orientação de métodos ilegais, foi em 1970, quando da participação do agente Dan Mitrione, especialista em técnicas de tortura. É importante salientar, mais uma vez, que essas atividades invisíveis (encobertas) de treinamento policial de sofisticadas "técnicas de interrogatório" e a transmissão de novas experiências no combate contra-insurgente ocorreram ainda sob regime que, em tese, era democrático. Portanto, antes do golpe de Estado, já eram apreciáveis as iniciativas implementadas típicas de TDE, embora ainda não de forma global, como uma política abrangente e orgânica de Estado. A violação das leis e a ilegalidade em que ora se movia o Poder Executivo antecipavam o cenário vindouro:

> En la violencia estatal aplicada desde 1971 contra la guerrilla, existía un "excedente" totalmente gratuito, no había relación entre los objetivos a lograr – disuadir o vencer – y el grado de brutalidad empleado. El sufrimiento, la humillación, la mutilación, la muerte, no eran infligidos por bandas de delincuentes o marginados, si no por funcionarios públicos, policiales y militares, en instituciones estatales.[38]

Era o início da formação de uma burocracia que obedecia e procurava ser eficiente no exercício de impor restrições de todo tipo à população. A instauração e a consolidação da ditadura levaram à utilização de múltiplas modalidades repressivas, como forma de disciplinamento e controle político e social da comunidade, através da disseminação da "pedagogia do medo".

---

[38] Aldrigh, 2001:62.

Paralelamente, o sistema de exclusão, via reclusão, cumpriu uma função específica sobre a população carcerária, através do rigor das penas, da arbitrariedade e da tortura. O objetivo era "quebrar" o prisioneiro, experimentando novas formas de repressão, enquanto, paralelamente, se dava treinamento às unidades de custódia e se aumentava a difusão do terror ao resto da população, humilhando e constrangendo os familiares durante a rotina das visitas.

Uma peculiaridade do TDE uruguaio é que ele continuou sendo aplicado contra a população carcerária até o final da ditadura. Não bastou prender. Sua ação persistiu; a "guerra interna" contra a população carcerária nos estabelecimentos de Libertad ou Punta de Rieles (novos cenários do conflito, segundo os responsáveis pela política repressiva) permitia forjar novas gerações de vitoriosos soldados que assim eram incorporados e integrados, em nova fase da luta contra o comunismo internacional, nessa grande epopéia de defesa da pátria. Por detrás dessa retórica, havia uma questão central: garantir uma postura monolítica da corporação, tornando as novas gerações de soldados e de oficiais comprometidos, solidários e associados com os atos e responsabilidades daqueles que participaram diretamente do desencadeamento e instalação inicial do TDE e da imposição da ditadura civil-militar.

Quem não estava preso ressentiu-se com a existência de uma "liberdade" profundamente vigiada e controlada, alimentando a "cultura do medo" espalhada por todo o país. A população "livre" sofreu tentativas de cooptação, embora os resultados de adesismo não tenham sido significativos. Em contrapartida, de forma geral, ela teve de enfrentar a imposição de um clima de temor que induzia a assumir atitudes de resignação, silêncio e submissão. Da sobreposição de espaços e dinâmicas que, com características diferenciadas – mas complementares –, atingiam presos políticos e população "livre", resultava uma "cultura da indiferença", conformista, desmobilizadora, reforçada por frases que se transformaram no registro de um senso comum imobilizador, alienado e fruto do medo: "no te metás"; "hay que quedarse en el molde"; "si lo metieron es porque algo habrá hecho"; "aquí no pasa nada".[39]

Como dado final desta primeira abordagem à especificidade do estudo de caso em questão, deve frisar-se que o Uruguai foi o país da região que teve, proporcionalmente, maior número de cidadãos desaparecidos e/ou mortos (inclu-

[39] Perelli e Rial, 1982; Gil, 1990; Serpaj, 1989.

indo as crianças) no exterior do que dentro das suas fronteiras nacionais, o que confere ao TDE ali implementado mais uma expressiva singularidade. Isso leva a avaliar que a participação uruguaia na coordenação repressiva internacional não se restringiu a ações isoladas contra alvos selecionados; em realidade, foi uma verdadeira caçada humana, uma operação sistemática de grandes proporções, produzindo o pânico e o terror entre a enorme comunidade exilada ou radicada, principalmente na Argentina. Esse dado ajuda a dimensionar o grau de integração entre os comandos uruguaios que atuaram naquele país e as autoridades gerais e intermediárias de lá. Buenos Aires e algumas outras cidades argentinas foram uma espécie de área de extensão do braço repressivo da ditadura uruguaia, como se fosse, quase, mais uma *zona interna* para a aplicação das ações da política repressiva; a esse ponto chegou o grau de colaboração entre as ditaduras rio-platenses.

A conexão Eua-América Latina

O terror de Estado dos regimes de segurança nacional do Cone Sul teve como um dos seus componentes fundamentais a mencionada contra-insurgência. Esta resultou da apropriação de um conjunto de experiências repressivas acumuladas desde o final da II Guerra Mundial, que foram sendo sofisticadas e refinadas a cada nova aplicação concreta. O desenvolvimento da contra-insurgência acarretou a incorporação de novas contribuições tecnológicas para as ações repressivas, mecanismos para extrair informação e para criar novas formas de controle social, inclusive no âmbito da consciência das pessoas. Assim, a utilização dos meios de comunicação de massa e a implementação da guerra psicológica se tornaram tão estratégicas quanto a incorporação das novas técnicas de contra-insurgência e o acesso a armas e equipamentos militares adequados para os desafios da "guerra interna". A ostentação de equipamento tecnológico intimidador e operacional potencializa o medo coletivo, o que se torna mais efetivo quando os primeiros resultados do embate contra as forças de oposição e resistência começam a mostrar a disparidade de forças e a eficiência da violência estatal aplicada em escala ilimitada. Grande parte desse sucesso deve ser creditada aos EUA, pela transmissão doutrinária da DSN, pela preparação das unidades mobilizadas na "guerra interna", pelo fornecimento de apetrechos bélicos adequados e treinamento operacional, e pelo suporte material de

fundo, seja na forma de linhas de financiamento, facilitação de pagamentos ou, até, de ajuda a fundo perdido na luta hemisférica anticomunista.

A responsabilidade dos EUA na promoção, sustentação ou apoio direto desses regimes, portanto, é mais do que evidente. Seus interesses econômicos, estratégicos, políticos ou militares estão presentes em todas as experiências concretas de SN da região. No início dos anos 1960, sob a administração Kennedy, os EUA estabeleceram as diretrizes da estratégia contra-revolucionária para a América Latina; entre elas, destacavam-se a promoção de ações para a reforma social, o aumento da capacidade preventiva e ofensiva da "contra-insurgência" e a criação de um sistema hemisférico de controle e repressão. As duas primeiras orientações foram encaminhadas através da Aliança para o Progresso, articulação político-institucional que condicionava, em troca da ajuda financeira norte-americana, a subordinação dos governos latino-americanos aos interesses da potência. O intuito era oferecer recursos para viabilizar projetos de combate e erradicação das mazelas sociais nas esferas da saúde, educação, habitação e trabalho. Visava-se, com isso, esvaziar os focos de tensão e de degradação social existentes, estabilizando o domínio das elites locais e protegendo os interesses dos EUA.

A Carta de Punta del Este (1961) – documento que delineava suas ações e recomendava medidas concretas no plano social e a implementação de uma política cultural de reforço dos valores e princípios ocidentais, cristãos e democráticos – diminuiu e reverteu a receptividade e as simpatias desenhadas pelas ações e idéias das organizações guerrilheiras junto aos setores médios e populares. Essa batalha para seduzir os "corações e mentes" ganhava importância para os EUA, em função da projeção sobre o continente latino-americano das experiências da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã, assim como as reivindicações fermentadas nas manifestações estudantis dos anos 1960.

Paralelamente, estabeleceu-se outra base de sustentação da relação dos EUA com a região e com o resto do mundo, devido ao crescimento potencial do risco revolucionário em escala mundial, o que marcou a conversão da estratégia de "defesa hemisférica", pactuada no Tratado do Rio (1947), para o de "ameaça interna". O aumento substancial da ajuda militar e policial aos governos aliados da América Latina permitiu que a esfera militar recebesse treinamento em programas de contra-insurgência na Escola do Exército Estadunidense para as Américas, na Zona do Canal do Panamá (território estadunidense na época),

assim como em instituições semelhantes nos EUA. Em 1962, a administração Kennedy criou o Office of Public Safety (Escritório de Segurança Pública), que ministrou instrução de forças policiais na ação repressiva contra movimentos populares de países do Terceiro Mundo, aprofundando a parceria com interlocutores latino-americanos e do Sudeste asiático.

No mesmo ano, surgiu a Inter-American Police Academy (Iapa – Academia Interamericana de Polícia), também na Zona do Canal (Fort Davis) e diretamente vinculada à CIA. A própria Divisão Hemisférica da CIA foi reformulada e ampliada, a partir do fracasso da invasão militar da baía dos Porcos (1961). Por tais centros, deve-se ressaltar, passou parte daqueles quadros que, posteriormente, dirigiram as forças de segurança dos seus respectivos países, que retransmitiram os fundamentos da DSN e montaram os sistemas repressivos no interior das ditaduras de SN e sua expressão transnacional, a Operação Condor.

A crescente opção contra-insurgente estadunidense ficou evidenciada, principalmente, pelo Informe Rockefeller sobre as Américas (Informe sobre a qualidade de vida nas Américas),[40] onde uma das frases mais categóricas foi o reconhecimento de que "não há país hoje em dia que possa efetivamente proteger sua própria segurança interna por si só". Ou seja, a cooperação hemisférica foi vista como urgente e de vital importância para os interesses dos EUA. Assim, definiu-se a ênfase na segurança interna e hemisférica diante da constatação de que a URSS e Cuba exploravam as frustrações crescentes resultantes da pobreza e da instabilidade política regional. De forma concreta, o documento sugeria o reforço da segurança hemisférica, recomendando: programas de treinamento para as forças de segurança e a implementação da ação repressiva; criação de um conselho de segurança hemisférica; ajuda material (equipamento

[40] Na visita que realizou a diversos países latino-americanos em 1968, Nelson Rockefeller articulou um novo reordenamento de estratégias a serem seguidas nos países atingidos por tensões desagregadoras. Das suas orientações, recolheu-se uma acentuada ênfase no quesito segurança, enquanto eram abandonadas, quase completamente, as orientações sobre a reforma agrária e a distribuição da terra, proposições pontuais da Aliança para o Progresso. O abandono dessas proposições, mais do que constatar o fracasso daquela estratégia de preservação da democracia – mesmo que restritiva –, apontava a ênfase da resolução das contradições sociais através do uso da força.

militar) para mobilidade e apoio; missões de treinamento técnico e militar; facilidades na venda de material bélico convencional.[41]

A política externa dos EUA, através do Informe Rockefeller, sinalizou para a necessidade de reforçar a maquinaria repressiva, desenvolver um Estado policial, continuar a construção de uma rede hemisférica de inteligência e repressão e, se necessário, fomentar a idéia de intervenção militar. A eclosão de golpes de Estado e a instalação de ditaduras civil-militares nos países de forte ativação social prévia resultaram da combinação de três fatores: as pressões dos setores dominantes diante da ameaça do esfacelamento das estruturas políticas e do profundo questionamento da ordem vigente; a interpretação e a aplicação dos preceitos da DSN; o amadurecimento das condições para desencadear violenta política repressiva (o TDE). Schulz afirma ainda que o Informe explicitava o que, desde o governo de Kennedy, já fazia parte da política secreta dos EUA para a região: a construção de uma rede hemisférica de inteligência e repressão.[42]

Dessa forma, os EUA desempenharam um papel central na consolidação dessa nova ordem e, particularmente, desenvolveram quatro formas de apoio aos governos que utilizaram o TDE para viabilizar o enquadramento interno:

- proteção e reabilitação de quadros fascistas derrotados na II Guerra Mundial. Tal fato não teve maior peso sobre o continente latino-americano, a não ser de forma indireta. A utilização de elementos, organizações e estruturas fascistas reabilitados diluiu-se na estrutura de inteligência norte-americana, embora numa participação mais direta no cenário europeu;
- patrocínio de intervenções diretas ou indiretas que instalaram e protegeram os aliados locais. Ocorreu sob variadas modalidades, de acordo com as peculiaridades de cada país: desestabilização de governos refratários (aos EUA); manipulação de informações; cooptação por meio de propa-

---

[41] El Informe Rockefeller, 1970.

[42] Schulz, 1990:125.

ganda; solapamento e boicote das atividades econômicas; pressão diplomática; estímulo e apoio aos golpes de Estado;[43]

- instrumentalização da subversão de direita contra governos inimigos ou pouco confiáveis. Desse modo, implementaram-se mecanismos de financiamento, armamento, doutrinação,[44] modernização e treinamento das forças golpistas (aparelhos repressivos, órgãos de inteligência etc.);
- fornecimento de armas às forças de segurança e aos governos amigos, assim como instrução pertinente. Consistiu em apoio institucional, justificado abertamente como defesa de interesses comuns, o que sedimentou uma relação simultânea de aliado, "amigo" e cliente.[45]

---

[43] Edward Herman exemplifica com a postura que os EUA assumiram diante do golpe militar de 1964, no Brasil: suborno de setores políticos; cooptação de jornalistas e órgãos de imprensa; financiamento de edição de livros e materiais de propaganda; acesso a redes de televisão; utilização do American Institute for Free Labor Development (AIFLD), apoiando o sindicalismo pelego e golpista; pressão sobre o *establishment* militar para derrubar o governo de Goulart; posicionamento de navios de guerra no litoral brasileiro como forma ostensiva de incidir sobre o governo e de mostrar simpatias pelos setores golpistas (Herman, 1990:76).

[44] Além do acesso aos manuais e às obras doutrinárias norte-americanas, há outras fontes para a formação dos militares latino-americanos: "*Reconozco, y lo digo con orgullo, que desde antiguo venía prestando atención a los trabajos sobre el particular* [luta contra-insurgente] *editados en Francia – y traduzidos en la Argentina o España – debidos a oficiales de la OAS y el Ejército Francés que luchó en Indochina y Argelia. En base a la experiencia recogida a través de estos clásicos del tema y el análisis de la situación argentina, comencé a impartir órdenes, tratando siempre de preparar mis subordinados*. Porque, claro está, muchas vezes las órdenes recebidas no se correspondían con lo que durante años habíamos aprendido en el Colegio Militar y la Escuela Superior de Guerra" (grifo do autor) – depoimento do general argentino Acdel Vilas (García, 1995:404). Veja-se a tensão existente entre os limites institucionais das Forças Armadas e uma interpretação subjetiva da realidade do país, por parte de um militar que encaminha decisões inconstitucionais, antes do período militar.

[45] A dimensão dessa operação pode ser aferida em dados concretos. Entre 1973 e 1980, os EUA venderam mais de US$ 66 bilhões em armamento aos países do Terceiro Mundo. Desde 1950, mais de 500 mil policiais e militares de 85 países foram treinados na Army School of the Americas (Escola das Américas), no Panamá, e em outros estabelecimentos semelhantes dos EUA. Enormes investimentos procuraram montar, melhorar e recuperar sistemas de comunicação policiais e militares nos Estados terceiro-mundistas considerados aliados (Herman, 1990:80).

O principal produto da relação que os EUA estabeleceram com a América Latina foi a formação de gerações de futuros oficiais das Forças Armadas da região que introjetaram "atitudes políticas internas favoráveis aos Estados Unidos".[46] "Corações e mentes" foram conquistados com relativa eficiência, embora não todos; diante da bandeira do anticomunismo, a influência dos EUA se fez sentir e muitos oficiais policiais e militares tornaram-se hostis a qualquer proposta de mudança da sociedade, reformista ou revolucionária.[47] A conivência do governo estadunidense com as práticas de TDE foi muito mais do que uma postura de omissão diante do desrespeito aos direitos humanos. Por exemplo, a aceitação, por parte dos EUA, de que os "esquadrões da morte" não possuíam relação com o Estado, mais do que dar suporte ao discurso oficial, evidenciava uma imbricada relação de interesses. A mesma inferência pode ser feita quanto à posição ante as denúncias sobre desaparecimentos e práticas de tortura. O apoio e a sustentação que os EUA deram aos golpes que instalaram e consolidaram as ditaduras de SN na região deixaram os "semeadores de medo" de mãos livres para executar e reprimir. Em suma, seu envolvimento não foi fortuito nem secundário e, muito menos, desinteressado. A superpotência desempenhou papel central como parceira das ditaduras regionais de SN.

Considerações finais

O TDE resultante da dinâmica capitalista, de forma geral, é um sistema de controle e disciplinamento a que recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando se sentem fortemente questionados e ameaçados. A intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e o crescimento do fluxo de informação produzido pelos serviços de inteligência – cujo controle é cada vez mais centralizado pelo núcleo decisório do próprio Estado – são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil; tais fatos evidenciam um componente autoritário em gestação. Uma administração assume a implementação de um TDE à medida que, ao exercer o poder, potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua

---

[46] Herman, 1990:80.

[47] Id. ibid.

disposição, a partir de uma lógica de controle e de uso ostensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos, sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil.

O TDE, como sistema específico de poder das ditaduras latino-americanas, enfrentou uma escala de desafios. Em primeiro lugar, a eliminação dos focos mais ameaçadores para os interesses que defendia; no caso da DSN, o "inimigo interno" associado com a sedição ou a subversão. Em segundo lugar, o enquadramento geral da população, inclusive o setor considerado mais refratário – que, ao persistir nessa postura, sofreu medidas mais extremadas –, ao novo padrão de comportamento político desejado e à obediência às diretrizes dos setores que assumiram o controle do poder. Em terceiro lugar, moldou as instituições a fim de obter, mediante cooptação, uma obediência voluntária e adesista, a partir de uma refundação nacional segundo a imposição de novos princípios norteadores, tomados e interpretados da DSN.

A estruturação de uma "violência organizada", de caráter clandestino, múltipla e onde se fez uso arbitrário dos mecanismos coercitivos legais, se contrapôs à violência institucional estatal e legal. A "violência organizada" esteve presente em diversos níveis e dimensões de atuação do sistema estatal. Sua aplicação concreta produziu situações que variaram entre um violento disciplinamento e a "institucionalização do horror". É o resultado daquilo que Miguel Bonasso identificou como apelação a métodos não convencionais, de forma extensiva e intensiva, para aniquilar a oposição política e o protesto social.[48] Assim, à utilização de recursos estatais tradicionais como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios ou corrupção, o TDE acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, além de modernos recursos de persuasão e dissuasão, o que incluiu o uso de novidades tecnológicas para tal fim e as novas contribuições no campo da contra-insurgência (inteligência, espionagem, tortura, interrogatórios).

Na sua dinâmica de funcionamento, o TDE atingiu tanto alvos selecionados (em função de determinados critérios) quanto aleatórios (indiscriminados). Isso pode ser explicado pela flexibilidade do uso da figura do "inimigo interno", que podia ser tanto alguém de perfil bem definido como um alvo indicado por

---

[48] Bonasso, 1990:9.

critérios tão genéricos e imprecisos que qualquer individuo podia acabar exposto. Diante dessa imprecisão, quase toda a população virou alvo potencial, o que aumentou seu desconcerto, situação que podia ser desejada pelo TDE. Tal fato precisa ser ressaltado: o TDE de SN se apoiou fortemente no reconhecimento da existência de uma "guerra interna" contra um inimigo hipotético, mutável, infiltrado no conjunto da sociedade, o que foi utilizado como justificativa para uma atitude de alerta constante, por parte do Estado, que escondeu, na prática, um clima de ameaça contínua sobre toda a sociedade. A amplitude multidimensional desse alerta perturbou as situações mais cotidianas dos cidadãos, ao alterar pautas de conduta social e tornar rotineiras as formas de controle, naturalizando-as e disseminando-as tanto na dimensão pública do exercício da cidadania (espaços escolares, profissionais, de lazer etc.), quanto no âmbito privado (o medo existente até "dentro de casa").

A paralisia da oposição pelo medo e pelo silêncio gerou, de forma significativa, uma "cultura do medo", onde as pessoas introjetaram sentimentos de culpa, procuraram formas de *escapismo* e abandonaram ações de solidariedade. Em nome da sobrevivência cotidiana, em tempos de medo e de repressão, fomentaram-se a cautela, o silêncio e a introspecção. O caráter clandestino do sistema repressivo, sem dúvida, contribuiu para neutralizar respostas imediatas da sociedade política e civil, aumentando o efeito psicológico da violência estatal ao torná-la anônima e onipresente e preservando o governo das denúncias que lhe foram imputadas sobre a violação dos direitos humanos. A percepção dessa repressão gerou, nos atingidos, a sensação de abandono diante de uma situação marcada pela perda de solidariedade e forte presença da impunidade e da injustiça, o que multiplicou, ainda mais, a insegurança e a atmosfera de medo gerador de inércia e de imobilismo. De fato, os cidadãos que se sentiram indiretamente ameaçados foram alvo particular da aplicação da "pedagogia do medo", precondição para a incapacidade de ação e o estabelecimento de uma "cultura do medo".

Pode-se considerar que as políticas de TDE implementadas pelas ditaduras de SN tiveram alvos imediatos específicos (as guerrilhas, os partidos de esquerda, as direções das organizações sociais etc.). Mas é evidente que, de forma indireta, sua mira estava nas grandes parcelas da população por detrás das maciças manifestações sociais de descontentamento contra os governos repressivos e seus postulados. Houve, de fato, uma diretriz estatal de intimidação coletiva que se disseminou através dos canais condutores da "violência

irradiada" e da nova normatização da rotina dos cidadãos, a partir do esforço de refundação institucional e de imposição de princípios, que deviam pautar as relações entre os cidadãos e destes com o Estado e a nação. Tudo isso acompanhado por intensa atividade propagandística, o que contribuiu na tentativa de modificar o sistema de idéias e valores vigentes. Acrescente-se a isso a existência de uma ferrenha censura, impedindo o acesso à informação e à sua interpretação crítica, juntamente com o colaboracionismo de importantes meios de comunicação, reforçando as atitudes e justificativas da ditadura, cooptando simpatias para ela ou, então, reforçando um quadro de alienação sobre o entorno imediato. Como conseqüência disso, as ditaduras obtiveram bastante sucesso. As sensações de medo e de paralisia atingiram, parcialmente, a população, o que facilitou a manutenção do *status quo*. A introjeção do silêncio induzido foi um dos comportamentos coletivos estimulados e desejados; resíduo direto da censura e da autocensura, tal situação acabou sendo uma forma indireta de colaboração com a repressão estatal.

O medo de constar nas listas de procurados, de ser pego sem documentos num simples passeio pela cidade, ou de ter o rosto identificado em fotografias de manifestações ocorridas durante os períodos democráticos anteriores funcionou, em muitos casos, como elemento paralisador. Outro elemento que alimentou a "cultura do medo" foi a sensação explícita da existência da impunidade para os agentes repressivos, amplificando o sentimento de impotência das vítimas diretas e do seu entorno. O contexto de impunidade foi a base para o comportamento arbitrário e ostensivo dos executores do TDE, permitindo-lhes fazer alarde de uma espécie de "imunidade perpétua" que os desobrigava de prestar contas a alguém, mesmo à Justiça. A imunidade para as ações repressivas foi fomentada sob a proteção do cumprimento do dever, ou seja, o "guarda-chuva" da tese da obediência devida. As ameaças de hostilização, de tortura, de morte e de desaparecimento da vítima direta, ou da própria pessoa que enfrentava o desaparecimento de um familiar ou de um amigo, refrearam a mobilização por informação e aplicação de justiça, fortalecendo a sensação da impunidade. Da mesma forma, a impunidade também justificou a profusão de mentiras e pistas diversionistas, fornecidas deliberadamente aos familiares que procuravam informações sobre o destino das vítimas.

Em resumo, a forte presença da impunidade é mais do que um efeito residual da aplicação de políticas de TDE (seqüelas de torturas, expropriação de bens, perda de anos computados para efeitos de aposentadoria etc.). Ela é uma

característica e uma condição para a projeção eficiente daquele TDE sobre o conjunto da sociedade; projeção contundente diante da falta de informações, explicações e responsabilizações, particularmente no caso dos desaparecidos e do seqüestro e apropriação de crianças – crimes que não prescrevem, que persistem no tempo, a cada dia. Mas a projeção da impunidade é mais nociva, para a sociedade, pelas dúvidas que gera em relação à democracia e pelas incertezas quanto às instituições que dela fazem parte, particularmente a policial e a militar, vistas com profunda desconfiança pela população, até porque, após o fim da ditadura, não houve nenhuma depuração de pessoal, de lideranças, de princípios doutrinários, nem manifestação de arrependimento ou pedido de perdão pelos crimes cometidos.

Referências bibliográficas

ABOS, Álvaro. La racionalidad del terror. *El Viejo Topo*, Barcelona, n. 39, dic. 1979.

ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. *Restitución de niños*. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

ALDRIGH, Clara. *La izquierda armada*: ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros. Montevideo: Trilce, 2001.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978.

BIOCCA, Ettore. *Estratégia do terror*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado*: el papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990.

CAMPODÓNICO, Silvia; MASSERA, Ema; SALA, Niurka. *Ideología y educación durante la dictadura*: antecedentes, proyecto, consecuencias. Montevideo: Banda Oriental, 1991.

CELS. *El caso argentino*: desapariciones forzadas como instrumento básico y generalizado de una política. La doctrina del paralelismo global. Su concepción y aplicación. Necesidad de su denuncia y condena. Conclusiones y recomendaciones. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales, 1981.

______. *El secuestro como método de detención*. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales, [s.d.].

CHOMSKY, Noam. *La quinta libertad*. Barcelona: Crítica, 1999.

CORCHS, S. *Educación moral y cívica*: primer curso. Apud: Ideología de la educación uruguaya actual (I), *Jaque*, Montevideo, p. 18, 30 mar. 1984.

CUEVA, Augustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

EL INFORME Rockefeller. *Cuadernos de Marcha*, Montevideo, n. 33, ene. 1970.

GARCÍA, Prudencio. *Drama de la autonomía militar:* Argentina bajo las juntas e militares. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FONTANA, Josep. *Introdução ao estudo da história geral*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

GAYOSO, Andrea. *La doctrina de seguridad nacional*. Montevideo: Librosur, [s.d.].

GIL, Daniel. *El terror y la tortura*. Montevideo: Eppal, 1990.

HERMAN, Edwards S. El patrocinio estadounidense del terrorismo internacional: un examen general. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado*: el papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. *Las Fuerzas Armadas al pueblo oriental*. Montevideo, 1977. (t. 1: La subversión).

LENINE, Vladimir I. O Estado e a revolução. In: ______. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. v. 2.

MIR, Luís. *Guerra civil*: Estado e trauma. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MONGIN, Olivier. Terrorisme d'Etat, Etat terroriste. *Esprit*, n. 94-95, oct./nov. 1984.

NOBLÍA, D.; MÁRQUEZ, G. *Educación moral y cívica*: primer curso. Apud: Ideología de la educación uruguaya actual (I), *Jaque*, Montevideo, p. 18, 30 mar. 1984.

NOSIGLIA, Julio E. *Botín de guerra*. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, [s.d.].

PADILLA BALLESTEROS, Elías. *La memoria y el olvido*: detenidos desaparecidos en Chile. Santiago: Origen, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PANKOV, Y. (Org.). *El terrorismo político*: inculpación al imperialismo. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

PAOLETTI, Alipio. *Como los nazis, como en Vietnam*. Buenos Aires: Contrapunto, 1987.

PERELLI, Carina; RIAL, Juan. *De mitos y memorias políticas de la represión, el miedo y después...* Montevideo: Banda Oriental, 1982.

PIERRE-CHARLES, Gerárd. Dominación política y terrorismo de Estado. *Revista Mexicana de Sociología*, México, año 40, v. 40, n. 3, p. 934, jul./sept. 1978.

RAMA, Carlos M. Violencia política bajo el Franquismo. *El Viejo Topo*, Barcelona, p. 22, jul. 1978. Extra, 3.

SALABERRY, Mariela. *Mariana, tú y nosotros*: diálogo con María Ester Gatti. Montevideo: Banda Oriental, 1993.

SANTELICES, Marisol; DINAMARCA, Hernán. *Por los chiquitos que vienen...* Montevideo: Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos-Desaparecidos, 1989.

SCHULZ, William. Estados Unidos y el terror contrarrevolucionario en América Latina. In: PIETERSE, J. et al. *Terrorismo de Estado*: el papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990.

SERPAJ. *Uruguay nunca más*: informe sobre la violación a los derechos humanos (1972-1985). Montevideo: Serpaj, 1989.

SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque*. Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989.

SYRETT, H. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

TAPIA VALDÉS, Jorge A. *El terrorismo de Estado*: la doctrina de seguridad nacional en el Cono Sur. México: Nueva Imagen, 1980.

TRIAS, Vivian. *Historia del imperialismo norteamericano*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1975.

8 Violencia política y dictadura en Argentina: de memorias dominantes, subterráneas y denegadas*

*Ludmila da Silva Catela***

De cada época de nuestra vida guardamos algunos recuerdos sin cesar reproducidos, a través de los cuales se perpetúa, como efecto de filiación continua, el sentimiento de nuestra identidad.[1]

La dictadura militar argentina (1976-83) cumplió 30 años en 2006. Durante ese año, las memorias en torno a la violencia política y el accionar del terrorismo de Estado de los setenta se multiplicaron. Como en todas las *fechas redondas,*[2] hubo conmemoraciones, rituales, discursos, imágenes, exposiciones y, sobre todo, una amplia variedad de políticas "oficiales" de memoria emprendidas por el Estado nacional.

Una vez más, como todos los años, algunas escenas se repitieron. Fotos de los desaparecidos en plazas, marchas y manifestaciones, suplementos en los diarios, *boom* editorial de libros de historia, de novelas, de poesía, y de arte. La conme-

---

* Este trabajo está enmarcado dentro del proyecto "Etnografías de las violencias en el interior del país" que se desarrolla en el *Núcleo de Estudios de la Violencia* en la Universidad Nacional de Córdoba, con un subsidio PAV-065 de la SECyT.

** Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.

1 Halbwachs, 2004:111.

2 Jelin, 2002.

moración de los 30 años no tuvo, en sus marcas estructurales, muchas variantes. Sin embargo, si emprendemos el ejercicio de alejarnos del *centro* de las conmemoraciones, para observar qué pasa en la periferia –léase en el interior del país – y en el propio juego analítico y nos distanciamos de la efeméride del 24 de marzo, para observar en qué otras fechas otros grupos han reivindicado memorias, podemos comenzar a analizar matices y rupturas.

En este texto me interesa esbozar un primer análisis sobre formas de memoria que entran en discusión: los conflictos que se revelan en relación a los debates que proponen; a los marcos que construyen; a las ideologías que transportan; a los canales por los cuales circulan; y a los públicos a quienes dichas ideologías se destinan.

Con ese objetivo, analizaré la relación entre tres tipos de memorias conflictivas:[2] aquéllas que remiten a una temporalidad previa al golpe de Estado, más específicamente, las que se construyen en relación a los recuerdos de los familiares de militares asesinados por la guerrilla; aquéllas que se estructuran en torno al rechazo y la denuncia del terrorismo de Estado, básicamente representadas por los organismos de derechos humanos, que, en la actual coyuntura política se juntan al Estado para realizar sus reivindicaciones; y, por último, aquéllas locales (del interior del país o de las villas miseria) que reconocen períodos de violencia de largo plazo y que no limitan sus alcance a fechas ligadas a democracias o dictaduras. Me referiré, por lo tanto, a *memorias denegadas, memorias dominantes* y *memorias subterráneas*.

Es necesario aclarar que las formas y construcciones de estas representaciones memorísticas implican tiempos "internos" (en relación a cuándo emergen, cómo emergen y en boca de quién emergen) y tiempos determinados por factores "externos" (coyunturas políticas, ciclos históricos y, sobre todo, el enjuiciamiento de los casos). Estas memorias implican, además, formas ideológicas: se utilizan como banderas políticas, de denuncia o de visibilidad, que van más allá del recuerdo o de los sentidos dados al pasado. Aunque todas son

[3] Es necesario aclarar que, como ocurre con todo proceso social de construcción de sentidos sobre el pasado, las memorias en torno a la represión política de los setenta están perforadas por conflictos de todo tipo. Los que enunciaré aquí no son únicos, ni agotan dicha variabilidad.

iguales frente al análisis, desde un punto de vista social y político son muy diferentes; están diversamente jerarquizadas y opuestas por relaciones de dominación.

El capítulo se dividirá en dos ejes: primero, un recorrido histórico, en relación a los ciclos de memoria; luego, el análisis de estas formas de construcción de memorias y los conflictos y relaciones que se establecen entre ellas.

Cambio de siglo: crisis política y estatificación de las memorias

El cambio de siglo se caracterizó, en Argentina, por sus años de crisis política y económica. Hubo diversos conflictos sociopolíticos, que terminaron con la salida del presidente De la Rúa; en menos de un mes, Argentina fue gobernada por cinco dirigentes distintos. Las fechas del 19 y 20 de diciembre funcionaron como una bisagra en la historia del país: las Madres de Plaza de Mayo fueron víctimas de una de las represiones más fuertes de su historia, sólo comparable a las sufridas durante la dictadura.

En relación a los nuevos grupos afectados por la represión en plena democracia (jóvenes desocupados o participantes de las protestas), fue interesante la reapropiación de los símbolos y estrategias de denuncias creados durante los años setenta. Ello permitió establecer lazos y continuidades entre la represión del pasado y la del presente, así como ligazones con las organizaciones de derechos humanos que denunciaron y construyeron memorias. De ese modo, otras madres de asesinados durante el período democrático usaron pañuelos; otros grupos convocaron a las Madres para defenderse y sentirse representados; siluetas pintadas en el piso señalaron las muertes de los jóvenes manifestantes y se sumaron a los clásicos pañuelos blancos de las Madres, estampados en el suelo de la Plaza de Mayo.

En relación a los gobiernos nacional y provincial, durante estos años comenzaron a nacer diálogos y propuestas conjuntas entre los estamentos del Estado y los organismos de derechos humanos para crear instituciones de memoria y monumentos públicos que recuerden a los desaparecidos. A modo de ejemplo,

fueron fundados el *Museo de la Memoria*[4] en Rosario, y la *Comisión Provincial por la Memoria,* en La Plata.[5]

En el año 2003, con la llegada de un nuevo presidente al gobierno de la nación, se produce un nuevo giro en las políticas de la memoria por parte del Estado nacional. Uno de los elementos más significativos de este período es la figura de Néstor Kirchner. Sin dudas, el presidente imprimió un nuevo tono a las políticas públicas de derechos humanos. Kirchner, cuando habla de la memoria de la dictadura, se posiciona como un agente comprometido con el pasado. Usa las nociones de *generación* y de *compañeros* como un lugar de memoria (al decir de Pierre Nora), apelando a su experiencia y a sus grupos de pertenencias juveniles, como elementos de solidaridad y compromiso con el tema.

Durante estos años se realizaron diversos gestos y actividades desde el gobierno nacional. Las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo entraron en diversas ocasiones a la Casa Rosada y se las ha reconocido con premios y homenajes. Pero lo más significativo, en términos políticos, es que, durante esta gestión, la justicia ha revocado las leyes de perdón,[6] lo que significa que todos los implica-

[4] Este espacio alberga diversas actividades: desde exposiciones hasta investigación. Comenzó sus actividades en el año 2001 y fue creado por la legislatura de Rosario en 1998. En estos momentos hay un intenso debate, ya que el Museo pasaría a ocupar el espacio de un bar, donde, durante los años setenta, funcionó el Comando del II Cuerpo de Ejército. El edificio pertenece a propietarios privados que piden un elevado monto para su venta. El debate se centra en qué parte de los legisladores y de la sociedad rosarina consideran que es absurdo pagar esa cantidad, teniendo en cuenta otras necesidades de la ciudad, consideradas prioritarias. Las memorias entraron así en conflicto, entre quienes consideran que es preciso recuperar ese espacio para "hacer memoria" y aquéllos que defienden que "hay que mirar al futuro".

[5] En la ciudad de La Plata, la Cámara de Diputados de la Provincia de Buenos Aires instituyó, en el año 2000, la Comisión Provincial de la Memoria: un organismo público, con funcionamiento autónomo y autárquico. La Comisión está integrada por representantes de los organismos de derechos humanos, el sindicalismo, la justicia, la legislatura, la universidad y diferentes religiones. Entre sus múltiples actividades, desarrolla investigación y difusión en cuatro áreas: la revista *Puentes*; el archivo de la DIPBA; el proyecto Memorias en las Escuelas y el Museo de Arte y Memoria; y una maestría en historia y memoria.

[6] El 14 de junio del 2005, la Suprema Corte de Justicia de la Nación declaró la invalidez y la inconstitucionalidad de las leyes de Punto Final, Obediencia Debida e Indultos.

dos en actos de represión, asesinato, tortura y desaparición podrán ser juzgados y encarcelados.

Antes de esta resolución histórica, dos eventos políticos, altamente simbólicos, funcionaron como corolario: la expropiación de la Escuela de Mecánica de la Armada para transformarla en un *Espacio de la Memoria* y el *descuelgue* de las fotos de los represores.

El 24 de marzo de 2004, en un acto sin precedentes, Kirchner, junto a todo su gabinete, participó de una ceremonia en el Colegio Militar. Durante la misma, se le ordenó al jefe del Ejército que retirase los retratos de los ex presidentes autoritarios Videla y Bignone. Este acto público fue difundido por todos los canales de televisión y recibió una amplia cobertura periodística. Durante ese día, pocas horas después, se firmó un decreto que establecía la creación del Espacio para la Memoria y la Promoción de los Derechos Humanos. *A posteriori* se realizó una conmemoración multitudinaria frente al edificio de la Escuela de Mecánica de la Armada (Esma), donde había funcionado uno de los mayores centros clandestinos de detención del país. En esa jornada, habló el presidente de la nación, junto a representantes de H.I.J.O.S. También tomó la palabra Juan, un joven nacido en la Esma y "apropiado" por un militar. Juan había recuperado su historia unos días antes del evento; su discurso fue, sin dudas, lo más conmovedor del acto.

Con ese fin, el gobierno nacional construyó una fuerte política de educación para que el tema de la dictadura militar esté presente en las aulas de todas las escuelas. Así, repartió libros, folletos, soportes digitales y películas relativas a la dictadura, los desaparecidos y la violación a los derechos humanos.

Puede decirse que, hacia inicios del presente siglo, el Estado argentino no limita su política a instancias formales de reconstrucción de la verdad y la justicia, sino que actúa en espacios directamente ligados a los tiempos y calendarios de la memoria creados y defendidos por las organizaciones de derechos humanos y los familiares de desaparecidos. Se inaugura así un momento que puede denominarse *estatificación de la memoria*. Entre otras cuestiones, esto implica la creación, en los ámbitos nacional y provincial, de archivos de la memoria, museos de la memoria y políticas educativas de alto impacto: manuales, concursos nacionales y exposiciones.

Queda abierto el interrogante en relación a las consecuencias de esta estatificación: ¿La cristalización de ciertas formas de memoria, "legitimadas"

por el Estado y “autorizadas” por los familiares de los desaparecidos y las víctimas, opaca otros relatos más débiles, menos visibles?

De memorias dominantes

Asociadas a este momento de estatificación de la memoria, analizaremos ahora aquellas memorias dominantes en el espacio público a 30 años del golpe. ¿Qué se recuerda?; ¿qué se silencia?; ¿cómo se presenta la memoria en el espacio público?

No intentaré dar respuestas exhaustivas; pero puede decirse que, desde el retorno de la democracia, en 1983, familiares de desaparecidos políticos y organismos de derechos humanos han “tomado la calle” y, principalmente, las plazas centrales de ciudades como Rosario, Santa Fe, Córdoba, Buenos Aires, La Plata. Desde esos espacios han manifestado su repudio al terrorismo de Estado y, sobre todo, han realizado denuncias y han protestado por los desaparecidos. Sus principales demandas, memoria, verdad y justicia.

El trigésimo aniversario del golpe no ha presentado demasiadas variantes. El ritual se cumplió, como a cada año, con fotos de los desaparecidos en el espacio público, Madres de Plaza de Mayo realizando la ronda y acto final en un escenario.

Durante las conmemoraciones, la polémica fue generada por un documento final que esbozaba algunas críticas al gobierno del presidente Kirchner; pero, más allá de este conflicto, los relatos fijaron su temporalidad en 1976 y reivindicaron las memorias de los desaparecidos como víctimas. Hubo poco lugar para la descripción o el análisis de los proyectos políticos de estos desaparecidos y en rarísimas ocasiones los soportes de memoria (carteles, fotos, entrevistas, libros, noticias en los diarios) establecieron lazos entre las desapariciones, las luchas políticas y la violencia previas al golpe de Estado del 24 de marzo de 1976.

De esta manera, tanto el Estado como los organismos de derechos humanos más tradicionales, como Madres de Plaza de Mayo y Abuelas de Plaza de Mayo, usaron el aniversario del golpe para hablar de víctimas, del horror de la dictadura y de sus hijos desaparecidos.

Desde otros ámbitos del Estado, se planteó la necesidad de que los más jóvenes “tomen conciencia plena de un pasado que nunca más debe repetirse”.[7]

---

[7] Nun, Secretario de Cultura de la Nación.

Así, El Ministerio de Educación generó un proyecto denominado 30 Años, por medio del cual se realizó un concurso nacional de trabajos con estudiantes de magisterio. Entre los materiales producidos por el ministerio, resalta un libro titulado, *treinta ejercicios de memoria*. En su introducción puede leerse:

> La única manera de evitar que se repita en la Argentina la barbarie que instaló la última dictadura militar hace 30 años es recordar y reflexionar permanentemente sobre nuestro pasado. Confiamos en que los 30 testimonios que presentamos aquí nos ayuden a pensar acerca de la libertad, la democracia y los derechos humanos. La toma de conciencia acerca de los crímenes de lesa humanidad cometidos en la Argentina debe estar acompañada por la decisión política de construir una sociedad más justa y solidaria, que nos permita formar hombres y mujeres más autónomos y críticos. Las dictaduras, aquí y en cualquier otro lugar, no sólo destruyen vidas y bienes materiales, sino que instalan hábitos y conductas autoritarias que trascienden los límites temporales de su vigencia y necesitan de una educación y una práctica democrática para desterrarlos de las sociedades que las padecieron.[8]

A lo largo del país, el Estado, desde sus ministerios y secretarías, creó diversos materiales educativos y de difusión; y dictó leyes y decretos. También se crearon *Comisiones de Memoria*; y se inauguraron plazas y memoriales. La gran novedad fue la declaración del 24 de marzo como feriado nacional.

Además, desde la Secretaría de Derechos Humanos de la Nación se decidió modificar el prólogo del libro *Nunca Más*. Las alteraciones se dieron ante la necesidad de superar la noción de la teoría de los dos demonios.[9] En esta nueva introducción, los dos demonios se convirtieron en uno: el Estado terrorista. Así, quedó establecido que en 1976 "no existían desafíos estratégicos de seguridad para el *statu squo*, porque la guerrilla ya había sido derrotada militarmente". Por otro lado, se siguió insistiendo en la noción de desaparecido, como si militantes y desaparecidos fuesen dos cosas distantes e irreconciliables: los primeros, víctimas; los segundos, no.

---

[8] Proyecto 30 años, Ministerio de Educación. *Treinta ejercicios de memoria*.

[9] El Libro *Nunca Más* es el informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas (Conadep), publicado en 1984, cuyo prólogo es considerado como el fundador de la teoría de los dos demonios, en el cual se equipara la violencia del Estado con la violencia de las fuerzas guerrilleras y se coloca a la sociedad argentina como un mero espectador.

Por otro lado, si bien hubo intentos de incluir en el relato de los 30 años los momentos previos al golpe (1974 y 1975) y las incursiones de aquéllos que optaron por las armas como una forma de hacer política, estos esbozos no pasaron a formar parte del análisis más sustantivo sobre el pasado.

Pasados 30 años del golpe militar, surge una cuestión: por qué es imposible poner sobre la mesa la discusión de la violencia política. La pregunta, entonces, es cómo incluir en ese relato "dominante" la acción política (y muchas veces armada) de aquéllos que optaron por la violencia como una forma de hacer política en los años setenta. El propio discurso de los derechos humanos y la memoria cuestionan la legitimidad de la violencia, la guerra y la vía militar, poniendo en entredicho las posibles memorias de quienes participaron en episodios de violencia o pertenecían a grupos armados en defensa de sus ideales políticos.

El dilema, así planteado, desestabiliza de alguna manera el propio concepto de derechos humanos y nos impone pensar la noción de memoria no ya en singular, sino en plural: memorias, con sus conflictos, luchas y consensos; pero también silencios, tabúes y olvidos. Por otro lado, las memorias no deben ser pensadas tan sólo como emblemas, sino también como estigmas. Así, las ideas de derechos humanos y de memoria nos plantean la ya clásica pregunta respecto a sus usos en sentido "literal" o "ejemplar", al decir de Todorov.

La cuestión es si los grupos sociales, el Estado, optan por un uso "literal" recuperando todos sus detalles, agotándola en si misma, como un evento que no puede ser comparado con otros, o si se opta por un uso "ejemplar", en el sentido de pensarlo como un modelo que permite comprender principalmente situaciones nuevas, del presente, sacrificando la singularidad del suceso en si mismo. Aquí, nuevamente, se plantea la necesidad de preguntarnos cuándo y para qué se usa el discurso de la memoria y de los derechos humanos. En fin, la pregunta, entonces, es si la memoria se usa en su literalidad, en su sacralidad del pasado, o si da espacio a lecturas "ejemplares", colocando de esta manera una pluralidad de puntos de vista. Podemos no estar de acuerdo con las diferentes perspectivas; pero éstas también pueden permitirnos pensar el presente de modo más complejo.

De todo ello se desprende la necesidad de analizar las disputas de memorias, para observar si en las fronteras, grietas y silencios se plasman o se pueden encontrar algunas respuestas a la pregunta antes planteada, a partir del recorrido por las memorias subterráneas y denegadas, consideradas en su relación con las dominantes.

De memorias subterráneas

Le voy a pedir al lector que me acompañe unos años atrás, cuando comencé mi trabajo de campo en el norte Argentino. Una de las preguntas que me planteé fue cuáles eran los modos y los marcos mediante los que se construían las memorias en espacios locales, distantes geográficamente de Buenos Aires y con relación a grupos y clases sociales con menos capital cultural, político y simbólico para imponer sus relatos públicamente. Me llevó mucho tiempo comprender algo que Mariana Cavalcanti hábilmente interpretó en su trabajo en la villa del Morro do Morel, en Río de Janeiro, al mostrar cómo la represión actual afecta a la construcción de las memorias locales sobre la dictadura brasileña.

> En el miedo y la falta de respeto, tan recurrentes en las narrativas de los moradores, así como en los relatos de esperanza sobre el futuro de los jóvenes, se observa una lucha constante que no pasa tanto por el sentido del pasado sino por la indignación con la represión incesante, tanto pasada como presente.[10]

Salvando todas las distancias y proponiéndoles un viaje al norte argentino, vemos que la historia de esta región demuestra una tensa postura de pobladores campesinos, indígenas y posteriormente obreros frente a patrones y empresas. Esta relación ha sido de constantes sometimientos, enfrentamientos y represiones.[11] Una de las características específicas fue la dependencia y subordinación de las fuerzas represivas (policía y gendarmería) a los intereses de las elites económicas y políticas locales. Así, ingenios azucareros y minas usaron (y usan) a estas fuerzas del Estado como un brazo más de sus empresas. Los poderes coercitivos públicos pasaban y pasan a ser los poderes represivos de los señores locales, generando una verdadera y perversa simbiosis entre el poder político e instancias privadas de las elites económicas.[12]

---

[10] Cavalcanti: 2003:177, 205.

[11] Sobre los conflictos y formas de regulación de las relaciones hay trabajos ya clásicos para el NOA, podemos citar: Craviotti Clara (1992); Karasik Gabriela (1994); Isla y Alejandro (1992) e Isla, Alejandro y Julie Taylor (S/F).

[12] Como bien apunta Kindgard (2001), en su trabajo sobre el peronismo en Jujuy, para poder entender esta particular simbiosis hay que observar cómo queda cristalizada en la directa y apabullante injerencia de los “intereses azucareros en las estructuras del sistema político

Voy a plantear entonces cómo se conforman estas memorias subterráneas, a partir de la tensión, las relaciones y las diferencias entre lo que denominaré *memorias largas* (basadas en el recuerdo de las violencias sufridas a lo largo de los años) y *memorias cortas* (aquéllas que restringen los recuerdos a la violencia del último golpe militar de 1976).[13]

En las localidades de Tumbaya y Calilegua,[14] lugares donde desde el año 2001 vengo realizando mi trabajo de campo, es posible mirar los contrastes que se producen con las representaciones y prácticas dominantes en torno a las violaciones de los derechos humanos y la memoria de la represión. Con su léxico y sus formas particulares de hablar de la violencia, restringen ésta a un período *corto* (1976-83), con actores generalmente definidos en torno a las fuerzas represivas del Estado (FFAA, policía y gendarmería), que terminan por imponer formas de dominación simbólica sobre qué y cómo debe recordarse el pasado. De este modo, dejan de lado períodos más *largos* y complejos relacionados con las vivencias de violencia.

---

provincial, que reside en el especial interés que demostraron los industriales azucareros por influir en los centros mismos de la toma de decisiones, delineando las pautas de la política estatal en materia impositiva, laboral y de administración de los sistemas de irrigación, aspectos considerados de vital importancia para la maximización de las ganancias del sector" (Kindgard, 2001).

[13] Me gustaría alertar al lector, diciendo que éste es un primer ejercicio de reflexión sobre el tema, por lo cual quedarán puntas sin atar, preguntas sin contestar y cuestiones sin resolver.

[14] Calilegua y Tumbaya son dos pequeñas localidades de Jujuy. Calilegua está situada en la zona de las Yungas y pertenece a lo que se conoce como el Ramal. Es el pueblo donde originalmente estaba localizada la "Sala", casa del Ingenio Azucarero, hoy conocido como "Empresa Ledesma". Tumbaya está localizada en el inicio de la Quebrada de Humahuaca. Durante la década de los setenta, en ambos lugares hubo diversos episodios de represión. En la zona del Ramal, más específicamente en Calilegua y en Libertador General San Martín, en 1974, 400 personas fueron detenidas y encarceladas. Eran principalmente sindicalistas y adherentes que protestaban contra las condiciones de trabajo en la Empresa Ledesma. Más tarde, en julio de 1976, se produjo el episodio nocturno de represión conocido como Apagón de Ledesma, durante el cual se cortaron las luces de Calilegua y fueron detenidas 30 personas; 10 de ellas cuales permanecen desaparecidas. En Tumbaya, durante el año 1976, se produjeron tres episodios de secuestros; en uno de ellos fueron secuestrados 20 hombres, todos afiliados al Partido Comunista, seis de los cuales permanecen desaparecidos. Tumbaya contaba en aquel momento con 150 habitantes.

Violencia, memoria y derechos humanos: continuidad e incorporación

Cuando comencé mi trabajo de campo en Jujuy, muchos aspectos me sorprendieron; entre aquéllos que me hicieron reflexionar más puedo citar los relativos a las diferentes maneras en que se producían y transmitían los relatos sobre el pasado reciente. Habituada a realizar entrevistas con familiares de desaparecidos en las grandes ciudades o con ex presos y militantes políticos de La Plata (Silva Catela, 2001), me llevó un tiempo comprender que existían otros sistemas de clasificaciones que no se correspondían con las maneras de construcción de las memorias sobre la represión tantas veces escuchadas. ¿Cómo podía ser, por ejemplo, que, en este contexto de tanta represión, la palabra "*centro clandestino de detención*" no tuviera ningún sentido a aquellos que habían pasado por ellos?

Hubo dos ejercicios en el trabajo de campo que funcionaron como indicios en relación a la presencia de las memorias *cortas* y *largas*. Por un lado, al releer las entrevistas realizadas, comencé a percibir cómo, frente a mis preguntas sobre la dictadura militar, las personas de Calilegua y Tumbaya, sobre todo aquéllas que habían estado presas, concentraban el relato en períodos anteriores y no usaban el año 1976 o el 24 de marzo como un marco de quiebre o de referencia. A decir verdad, en la mayoría de las entrevistas no se hablaba de esta fecha ni se enunciaba al golpe de Estado.

El segundo elemento importante fue el trabajo de campo en Tumbaya. Allí comencé a comprender que las experiencias de vivencias frente a la desaparición de personas no eran las mismas: había un componente diferencial entre la ciudad y los pueblos; entre las memorias dominantes y las subterráneas; entre las formas del relato y la pertenencia a clases sociales diferentes; y, principalmente, una clara continuidad en el tiempo en relación a las violencias vividas. Por lo tanto, era tensa la relación entre las memorias largas y las memorias cortas, entre los ejercicios de recuerdos encuadrados por los relatos oficiales (cristalizadas, por ejemplo, en el *Nunca Más* o en las políticas de memorias del Estado, que recorta claramente el horror a partir de 1976) y otros, subterráneos y encuadrados por esquemas culturales tradicionales, cuyas referencias no se restringen a la última dictadura.

Allí, por comparación, comprendí que muchas palabras que yo misma había naturalizado como "CCD", "desaparecidos", "tortura" o "terrorismo de

Estado" no significaban nada, o bien eran cosas muy disímiles a las que había registrado por años en mis otros trabajos de campo. Por otro lado, palabras como "subversión" o "terroristas", que raramente eran enunciadas entre los familiares de desaparecidos de La Plata, a no ser para hacer referencia al tipo de clasificación de los propios militares, entre los familiares de desaparecidos de Tumbaya y Calilegua eran corrientes para clasificar o acusar a los "otros". O, de manera opuesta, muchos de los que estuvieron presos hablaban de que habían sido "revolucionarios" o "militantes comunistas revolucionarios", sin tabúes ni censuras.

Se puede decir que el discurso sobre los derechos humanos enhebrado en la Argentina actual remite a un lenguaje nuevo e incorporado, que generalmente da cuenta de una memoria de la represión "corta", centralizada en los episodios de los años setenta, controlada y encuadrada en una serie de clasificaciones y sentidos sobre lo que se puede decir, lo que se debe decir y lo que no; y, sobre todo, con el aprendizaje y la incorporación de una serie de "nuevas palabras" que delimitan claramente este período represivo de otros, pero que requieren, además, destrezas lingüísticas y capitales culturales, simbólicos y políticos para poder expresarlas públicamente.

Sin embargo, aquéllos que pasaron por episodios de violencias[15] arrastran el uso de otras palabras que hacen sentido para expresar sus vivencias frente a diversas violencias vividas. Gerónimo Lamas, quien fue secuestrado en Tumbaya en 1976 y permaneció preso por un año en diversas dependencias del Estado, relata lo siguiente:

> *— Gerónimo: Pero lo criminalista [para referirse a "lo criminal"] ha sido que se me ha agarrado, se me ha tomado, ¿no?... Porque es lo que he estado casi un año preso, en la casa de detención, totalmente incomunicado, durísimo, triste y solo, como dicen, en una celda. Solo, tan solo era lugar que ni podía salir al baño… Nos apaleaban, nos tiraban al suelo como troncos, sin un lugar donde poder hacer las necesidades. Y lo peor, lo peor fue… Recibir la comida como un perrito, fría o caliente, como un perro.*
>
> (Entrevista, 25 de julio de 2004)

Las expresiones "ser apaleado", "tratado como un perro" o "tirado al suelo como un tronco" no significan lo mismo que torturado. Simplemente porque, entre aquéllos que me lo relataban, este tipo de violencia sufrida sobre el cuerpo no se inició en 1976, ni terminó en 1983. Las nociones más generales

[15] Uso el término en plural para dar cuenta de diversas violencias vividas.

sobre la violencia sufrida en carne propia e inflingida por parte de las elites locales sobre los cuerpos de campesinos y obreros de la región dan cuenta de memorias de la represión más "largas", con rupturas temporarias que no tienen que ver con dictaduras o democracias, sino con conflictos locales y ejercicios de las violencias por parte de aquellos que controlan el poder y la disciplina en relación a las fuentes de trabajo y el dominio político.[16]

Lo que me interesa remarcar es que en los relatos sobre la dictadura o en las narraciones de cómo eran tratados en sus lugares de trabajo, como la mina donde estaban empleados los habitantes de Tumbaya, no hay mucha discontinuidad en relación a la violencia sufrida. Es interesante que cuando indago a Ávalos, un obrero de la mina, sobre la situación vivida frente a la policía, que lo secuestró en 1976. Él traza un rápido nexo con las relaciones conflictivas y previas a la dictadura con el capataz de la mina:

– Ludmila: ¿La policía lo acusaba de qué, de montonero o de comunista?

– Ávalos: De comunismo, de…, "usted era del comunismo", "usted tiene armas" me decían. ¿Para qué? Nada, no han sacado y no nos han comprobado nada, absolutamente nada porque no éramos nada… Tan sólo por defender la clase obrera, más por eso, y más por que Carlos Jeczmieniowski fue el que nos denunció; él era comisionado municipal. Y, como yo defendía a los obreros, cuando él era capataz de la mina, él tenía rabia con eso. Era terrible trabajar en la mina: Ni la ropa nos daba; no nos pagaban el salario; nos trataban como a animales. Por eso digo, ellos tenían que llevarse directamente a Carlos Jeczmieniowski adentro, porque él ha usurpado mucho con los obreros, no nos ha pagado las horas, no nos han dado la ropa. Exactamente hemos trabajado 10 horas y no nos ha dado ni una horita de descanso, al menos. Es decir, era este hombre el que tenía que estar bien guardado y no nosotros. Después nos llevan a Humahuaca, me han pisoneado, me han metido las armas por la espalda, nos han tirado al suelo, nos ha andado pisoneando. ¡Hijos de puta!, nos decían. ¡Pisando la espalda! Pero ha sido una injusticia. Todo injusto.

(Entrevista trabajo de campo, 24 de julio de 2004).

[16] Sólo a modo de ejemplo, en el año 2004, en Tumbaya, fue asesinado a golpes, por enfrentamientos políticos entre radicales contra peronistas, un joven del lugar. Inicialmente la muerte fue caratulada como "suicidio"; pero todo el pueblo sabía que hubo cuestiones políticas en el asesinato. Tras muchas marchas y demandas por parte de los familiares, los asesinos (todos ellos, conocidos del muerto) fueron presos.

En varios de los relatos, les pregunté si habían sido torturados; me respondieron que no. Luego, comparando las entrevistas, percibí que esa palabra no hacía mucho sentido en estos contextos. Narvaes, ex obrero y gremialista en la Empresa Ledesma, preso en 1976 en Guerrero, en medio de su relato me dice:

> – *Narvaes: Después nos sacaron y nos metieron adentro en piezas, calabozos, no sé bien por qué no he podido ver y ahí me han tenido 10 días. Esa tarde, esa noche misma me han metido un golpe, porque al que se le corría la venda o se le aflojaba tenía que avisar, se le ha corrido y se le ha salido la venda y bueno serían como las 2 de la tarde – uno se daba cuenta porque ahí tenían la radio prendida – entonces yo llamo y le digo: "Guardia, se me bajó la venda" "bueno ya va" contestaban, al rato cayó. Porque si no avisaban lo sorprendían y le daban una paliza. ¿Cómo le llaman a esto cuando los apalean...? Represión...*
>
> – *Ludmila: Lo torturan.*
>
> – *Narvaes: Tortura, eso exactamente. Había que avisar, porque si no ya lo aporreaban. Bueno yo le aviso y entonces dice el tipo: "¿A quién se le salió?" Y nosotros estábamos tirados así boca abajo... Agarro, me levanto y digo: "A mí". "No mire, hijo de puta" – dice. "Agáchate" y me han levantado y me la han atado. Y me han dejado ahí y al rato vuelve: "¿No tenés ganas de orinar?" "Sí" le digo. "Vení, vamos al baño" me dice y me agarra de aquí y me ha levantado a los tropezones, porque todos los otros compañeros estaban tirados ahí como troncos.*

(Entrevista trabajo de campo, 21 de julio de 2001).

Hay un punto central: los relatos apuntan a demostrar los límites entre el trato humano y no humano. Más allá de los discursos construidos o de las definiciones normativas sobre lo que sea una violación a los derechos humanos, lo que Gerónimo, Ávalos y la mayoría de los entrevistados afirman es que los trataron como a perros, como a animales. Los deshumanizaron en nombre de la traición a la patria; pero también, y sistemáticamente, en las relaciones de trabajo en la mina y en el ingenio. La noción de ser "apaleados" aparece en los relatos de los que estuvieron presos, así como las imágenes sobre la animalización de sus cuerpos.

Las metáforas en relación a la animalización de los cuerpos expuestos a la violencia nos desafían a pensar los procesos de alteridad que se ponen en juego. Ellos nos remiten a un sistema de símbolos que cruza la idea de la

nación Argentina, en la consigna civilización y barbarie. Salvajes, indios, subversivos y comunistas parecen conformar una línea que no debe cruzarse, frente a la civilización y la buena sociedad. Estos últimos usan los mecanismos represivos como medio de regular esa frontera, animalizando y minimizando al “otro”; esto posibilita su destrucción y su consumo simbólico.[17]

La imposición de discursos y la utilización de las categorías nacidas en relación a la lucha por los derechos humanos violados a partir de 1976 pueden reducir las memorias a un capital político intercambiable y aplicable a todos los contextos, sin tonalidades ni diferencias, dejando de lado u opacando memorias más complejas, cargadas de tonalidades y zonas grises.

Al incluirlas o pretender hacerlo dentro del considerado “universal discurso de los derechos humanos”, muchas veces estos grupos sociales sufren una nueva modalidad de “victimización”. Se les imponen modelos ya ensayados en las ciudades: monumentos y placas a los desaparecidos, marchas y manifestaciones, como la del Apagón de Ledesma, poblada de militantes de derechos humanos llegados desde Buenos Aires. Actos públicos donde raramente se “habla” del pasado de violencia vivido concretamente en estas zonas, rituales que los despojan de su capacidad de protagonistas activos, de su propio devenir histórico y que tornan sus memorias largas “subterráneas”, imposibilitando cualquier transmisión en el espacio público de sus propias visiones del pasado.

Al no incorporar las categorías, conceptos y performances nacidas y creadas en relación a la noción de derechos humanos violados en la última dictadura militar y sus memorias dominantes, las personas que entrevisté en relación a sus vivencias frente a la violencia en Tumbaya y Calilegua construyen memorias más laxas, menos “políticamente correctas”, menos encuadradas. Familiares de desaparecidos y ex presos de ambas localidades se permiten usar en el mismo discurso la noción de revolucionario con la de subversión; y construyen estrategias diferentes sobre sus identidades, según las cuales la memoria de la represión puede ser un emblema a defender y recodar o un estigma a silenciar y querer olvidar.

Pero, sobre todo, una de las cuestiones que más tiempo me llevó comprender es que sus experiencias del pasado reciente son unas entre otras (y no necesariamente las centrales en términos de experiencia, memoria e identidad)

---

[17] Uribe Alarcón, 2004.

y que son interpretadas a la luz de códigos culturales comunitarios únicos y singulares, en tanto que surgidos de una manera propia de entender el mundo y representarse su devenir.

De memorias denegadas[18]

Escritos, fotos de militares asesinados, memorias en recuerdo de las víctimas de la guerrilla, la noción de guerra en oposición a la de terrorismo de Estado son algunas de las estrategias que los grupos claramente alineados en la derecha tejen para tornar públicas sus memorias. Las páginas web, en los últimos años, son sus lugares favoritos: los más usados y muy visitados. Allí hay foros, debates y mucha información sobre la guerrilla. Una característica particular es que estas páginas se montan contestando una a una las consignas y denuncias realizadas por los organismos de derechos humanos o apelando a la utilización de categorías tales como "crimen de lesa humanidad". Vamos a detenernos sobre un breve ensayo escrito en un blog:

> 04/10/2006 16:24
>
> Larrabure: Un crimen de lesa humanidad
>
> Por Vigo Leguizamon
>
> En su reciente visita a la Argentina, el historiador y académico francés, Pierre Nora, dio a los argentinos un sabio consejo:
>
> "No confundan memoria e historia. La memoria es el recuerdo de un pasado vivido o imaginado difundido por quienes experimentaron aquellos hechos o creen haberlo hecho. Por naturaleza es afectiva, emotiva, inconsciente de sus sucesivas transformaciones, vulnerable a toda manipulación. La memoria depende en gran parte de lo mágico y sólo acepta las informaciones que le convienen. La historia, por el contrario, es una operación puramente intelectual, laica, que exige un análisis y un discurso críticos. La historia es una construcción siempre problemática e incompleta de aquello que ha dejado de

[18] En el sentido literal del término, tal como aparece en el diccionario de español: "No se le concede lo que se pide o solicita".

> existir, pero que dejó rastros. (...) La historia no puede ser dictada por los legisladores. Eso sucede sólo en los países totalitarios, no en una democracia."

El autor de la nota recorre los conceptos de un reconocido pensador francés en relación a los estudios de memoria y utiliza el análisis para atraer al lector a reflexionar sobre los eventos del pasado reciente en Argentina. De esta manera, prosigue su reflexión:

> Hemos asistido en estos últimos tiempos a una vigorosa e incesante campaña del gobierno nacional en pos de imponer una parcial e incompleta memoria en relación a la lucha fraticida que ensangrentó el país durante la pasada década de los setenta. Una memoria hemipléjica, lesiva de la unión nacional y de la verdad histórica; que pretende instaurar la falsa versión de que hubo entonces un solo demonio: el militar. Difundida desde los colegios, las universidades, y el grueso de los medios de comunicación, ha calado hondo en la población, pero difícilmente sobreviva a la mirada crítica y objetiva de los historiadores del futuro. Cuando ellos vayan en busca de los rastros de ese pasado doloroso, hallarán entre ellos una huella profunda e imborrable: la marcada por el horroroso cautiverio y martirio del Coronel Argentino del Valle Larrabure.

Sutil. Apelando al conocimiento científico, este escrito contrapone la noción de memoria a la de historia y hace un apelo al futuro; pero también marca un rotundo juicio de valor sobre la forma en que el Estado nacional, esa memoria oficial de la cual ya hablamos, presenta los acontecimientos y los espacios que utiliza para difundirlos: colegios, universidad, medios de comunicación. En la denuncia de una memoria parcial, incompleta, se reclama la incorporación de otra memoria, que, en este caso, tiene nombre y apellido: Argentino del Valle Larrabure.

Sobre esta misma memoria, el hijo de Larrabure conduce un fotolog, en el cual muchos jóvenes expresan su opinión y reivindican "memorias completas". Como Evelyn, de 20 años.

> El 19/10/2006, a las 10:32:27, Evelyn dijo:
>
> Tengo 20 años y, al igual que mucha gente que expresa su opinión en este fotolog, no viví esa época. Siempre me interesó saber lo que pasó en realidad en esa nefasta década de nuestra historia; pero tuve la suerte que desde chica mis padres y abuelos me relatarán de acuerdo a mi edad lo que pasó en la realidad y no lo que siempre trataron de imponerme desde afuera. Hoy, más que nunca, apoyo la premisa de la "memoria completa" en un país en donde,

> gracias a sus dirigentes que, anclados en esa época, no hacen más que revolver mugre y querer imponer la violencia como en aquellos tiempos. Espero que otros jóvenes como yo y las nuevas generaciones no crezcan con ese odio y resentimiento hacia los que intentaron poner orden y seguridad a una patria que en ese momento era un caos total. Desde ya felicito al Lic. Larrabure por este espacio que brinda a los que nos queremos expresar y por el libro sobre el cautiverio de su padre.

Todo este debate se dio en el medio de dos fechas que sirven como soporte de memorias de aquéllos que reivindican la necesidad de una "memoria completa". Así, el 24 de mayo y el 5 de octubre de 2006, la Comisión de Homenaje Permanente a los Muertos por la Subversión realizó en Buenos Aires dos actos públicos en recuerdo de militares y civiles muertos antes y durante la dictadura. Estos homenajes fueron encabezados por Ana Lucioni, hija de un militar asesinado en el año 1975, y por la Asociación Civil Argentinos por la Memoria Completa, encabezada por Karina Mujica. En ambos homenajes, sobre todo en el primero, participaron fuerzas militares en actividad, que concurrieron al acto con uniforme oficial. El evento se desarrolló en la Plaza San Martín de Buenos Aires. Los militares en activo que participaron del acto fueron pasados a retiro.

Estos homenajes tuvieron una importancia pequeña en cuanto a la cantidad de gente que participó, estimada en 4 mil ó 5 mil personas, mayoritariamente pertenecientes a la "familia militar". Sin embargo, el impacto mediático y las reacciones provocadas fueron profundas y colocaron en debate un nuevo conflicto de memorias, que, si bien está presente desde hace años, nunca había adquirido un lugar tan visible en el espacio público.

Ambos actos se caracterizaron por construirse como en "espejo" de los realizados por los organismos de derechos humanos. Fueron realizados en una plaza; se utilizaron fotos de los muertos en blanco y negro; la consigna de memoria, "verdad y justicia", se formuló como necesaria; la figura de las mujeres y los hijos de asesinados fue central; se gritó presente ante cada foto de muerto proyectada en un gran telón; se utilizó la bandera argentina como unificadora de la marcha; y se solicitó que la fecha, del 5 de octubre sea proclamada "Día Nacional por los Muertos por el Terrorismo".[19]

Una de las cuestiones centrales, demandada específicamente al Estado argentino y al presidente, fue la necesidad de que éste reconozca "otras memorias"

[19] El 5 de octubre de 1975 se recuerda el Ataque al Regimiento de Infantería de Monte 29 en Formosa.

y de que posibilite la concreción de una memoria completa y que no reproduzca, como representante de todos los argentinos, una memoria hemipléjica.

Frente a estos actos, los organismos de derechos humanos y algunos medios de comunicación respondieron con pedidos para que el gobierno nacional les imponga a los militares que participaron del acto una sanción, lo que terminó con 20 militares pasados a retiro.

Pero, tal vez, lo más llamativo de las cuestiones que desataron estos actos se dio en el orden moral. A partir de estos eventos nació una campaña de desprestigio de una de las principales emprendedoras de “memoria completa”, Karina Mujica. Un canal de televisión le realizó una “cámara oculta” cuando esta mujer atendía a hombres en un lugar de citas. A partir de entonces, no hubo quien no se manifestase acusándola de “prostituta” y, por lo tanto, se argumentó, sin moral para hablar de derechos humanos. Según reza uno de los numerosos ataques:

> Karina Mujica, defensora de los “derechos humanos” de los militares de día… “Empresaria” de la prostitución de noche...

Las memorias denegadas pretenden ser reconocidas por el Estado nacional; pero éste, así como los grupos a él asociados en la construcción de memorias dominantes, niegan la posibilidad de reconocer sus relatos y los sentidos dados al pasado. Justifican esta negación mediante la afirmación de que esas memorias provienen de comunidades de pertenencia de aquéllos que cometieron los crímenes desde el terrorismo de Estado. De esta manera, no son integradas, bajo ninguna forma, en el relato oficial. Claramente, son las memorias *del otro lado*, las memorias perdedoras.

Lo interesante es el sistema moral que se construye en torno a las memorias denegadas, para “denigrarlas”. No es tanto arrastrándolas hacia el crimen que se cometió, sino que más bien se las “agravia” atacando a sus portavoces: militares, acusándolos de “fachos”; y mujeres, a quienes se las tilda de “prostitutas” o de “locas”. Por otro lado, se les niega su valor de verdad, a pesar de que los hechos que se presentan públicamente están documentados y de que algunos han pasado incluso a ser juzgados en casos como el de Larrabure, por medio del cual se acusa a la cúpula montonera.

En relación a las prácticas de memorias realizadas por estos grupos, es interesante ver cómo se construyen en espejo de las organizadas por los familiares de desaparecidos políticos. Ya vimos, se puede decir que copian, como si

fuesen un negativo, a las memorias dominantes. Fotos en blanco y negro, apelo a los lazos primordiales, uso de la figura femenina en los reclamos y consignas.

Por otro lado, en sus formas de construcción, estas memorias, que se auto denominan completas, ponen en cuestión, resaltan y cuentan, con lujo de detalles, las acciones y trayectorias guerrilleras que las memorias dominantes silencian u ocultan. Además, los términos usados, subversión, defensa de la patria, guerra, comunistas, extranjeros, son, paradójicamente, los mismos conceptos utilizados por las memorias subterráneas para señalar a los "culpables" de sus denuncias.

Si comparamos el uso del espacio de estas formas de expresión, las memorias denegadas tienen como principal modo de manifestación el espacio virtual; el de las memorias subterráneas es la comunidad (pueblo o villa); y el de las memorias dominantes es la calle, la plaza, la justicia, los proyectos de políticas de memorias (como museos, archivos, plazas de memorias).

En su designación de "memorias completas", estos relatos demandan una mirada "integral" sobre el pasado; pero silencian el principal motivo de movilización, que a su vez es el eje de la protesta y denuncia de las memorias dominantes: el crimen de la desaparición. En relación a esto, por parte de las memorias denegadas, hay silencio absoluto.

A modo de cierre: los mecanismos de la negación, el silencio y el espejo

El conflicto de memorias[20] demuestra que, al definir aquello que es común a un grupo, por un lado se refuerzan los sentimientos de pertenencia; pero, por otro, esas memorias pasan a ser imposiciones, formas específicas de dominación y de violencia simbólica.

Lo que intenté mostrar con estos tres casos es que, a 30 años del golpe, cada grupo recuerda y construye sus memorias en relación a los silencios, ambigüedades y olvidos de los otros. Las memorias subterráneas y largas no se cristalizan en el período de la dictadura militar, si bien la reconocen. No solamente el Estado represor está en juego en sus relatos, sino, principalmente, la violencia largamente ejercida por las elites locales. Los que demandan memorias comple-

[20] Ver Pollak (2006).

tas pretenden que sus recuerdos sean incluidos en el relato de la nación, acentuando la noción de guerra y validando sus recuerdos en los "muertos por la subversión". De manera contraria, la memoria nacida de los organismos de derechos humanos y ahora apropiada por el Estado nacional pone un sutil manto de silencio sobre las militancias políticas, sobre todo en la lucha armada. Reivindican así la memoria en nombre de las violaciones a los derechos humanos.

Estos tres tipos de memoria generan resentimientos, enfrentamientos simbólicos y reales, oposiciones irreconciliables y exclusiones. La pregunta que queda abierta es por qué y cómo, a 30 años del golpe, se creó un espacio para que las memorias denegadas, las memorias subterráneas y las dominantes disputen el espacio de lo público.

Bibliografía

DEL PINO, Ponciano y JELIN, Elizabeth (Orgs.). *Luchas locales, comunidades, identidades*. Madrid: Siglo XXI España y Argentina Editores, 2003.

ISLA, Alejandro. *Sociedad y articulación en las tierras altas jujeñas. Crisis Terminal de un modelo de desarrollo*. Buenos Aires: Asal/MLAL, 1992.

______; TAYLOR, Julie. *Transformaciones y fragmentación de identidades bajo el terror en el Noroeste Argentino*. ms.

CRAVIOTTI, Clara. *Azúcar y conflictos en el Norte argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

KARASIK, Gabriela. *Cultura e identidad en el Noroeste Argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

KINDGARD, Adriana. *Los orígenes del peronismo jujeño*. Jujuy: Unju, 2001.

POLLAK, Michael. *Memoria, olvido y silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite*. La Plata: Al Margen Editora, 2006.

SILVA CATELA, Ludmila da. *No habrá flores en la tumba del pasado. La experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Al Margen Editorial, 2001.

URIBE ALARCÓN. María Victoria. *Antropología de la inhumanidad. Un ensayo interpretativo sobre el terror en Colombia*. Bogotá: Grupo Norma Editorial, 2004.

9 Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile

*Priscila Antunes**

Serviços secretos, serviços de informações, serviços de inteligência, órgãos de repressão, órgãos de segurança etc. Embora, quando analisados ao "pé da letra", estes termos traduzam conceitos e instituições distintos, vale destacar que quase sempre, quando citados pelo senso comum, eles são tratados, na maioria das vezes, como sinônimos e despertam sentimentos que abarcam duas esferas distintas, mas não excludentes: por um lado, medo, apreensão, ódio, às vezes repugnância, de algo que não deve ser dito ou comentado; por outro, objetos de extrema curiosidade em função da "penumbra", do obscurantismo e da autonomia que representam em países como Brasil, Chile e Argentina.

Criados em sua maioria após o início da Guerra Fria e dentro do contexto da doutrina de segurança nacional (DSN), os chamados serviços de informações/inteligência civis estiveram no centro do combate à "subversão" nesses três países, ao longo de seus respectivos regimes militares.[1] Nessa perspectiva,

* Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

[1] Embora concordemos com o fato de que os grupos paramilitares que lutaram contra as respectivas ditaduras militares fossem subversivos, ou seja, pretendiam subverter a ordem estabelecida, usaremos as aspas para destacar que, neste sentido, o termo possui um caráter pejorativo. Trata-se de uma denominação atribuída pelos militares e conservadores a todos aqueles que expressavam qualquer tipo de crítica ao regime, fosse ela realizada de forma pacífica ou revolucionária. Cf. *Michaelis*: "Subversão: 1. Ato ou efeito de subverter(-se). 2. Insubordinação às leis ou às autoridades constituídas. 3. Revolução".

o objetivo deste texto é analisar, de forma comparada, o processo de institucionalização dos regimes ditatoriais na Argentina, no Brasil e no Chile, e de seus respectivos sistemas nacionais de inteligência/informações, com ênfase na institucionalização das agências nacionais civis.

A institucionalização do regime militar argentino e do seu sistema de informações

O período compreendido entre os anos de 1955 – data da deposição do general Juan Domingo Perón e da posse do presidente Pedro Eugenio Aramburu – e 1982 – derrota argentina para a Inglaterra durante a Guerra das Malvinas – foi marcado pela aceitação do papel político das Forças Armadas como guardiãs do sistema político e pelo fortalecimento do corporativismo castrense.[2] Embora esse período tenha propiciado a institucionalização dos militares enquanto atores políticos, o recente regime ditatorial militar argentino (1976-82), propriamente dito, não alcançou nenhum grau de institucionalidade. Configurou-se muito mais em uma "situação ditatorial" do que em um "regime ditatorial",[3] na qual foi criado um sistema decisório dependente de uma multiplicidade de lógicas e de divergentes interesses, afetando a implementação de políticas públicas e gerando um estado permanente de crise e instabilidade econômica e social.

Enquanto as Forças Armadas, com seu alto grau de corporativismo, tornavam-se sujeito de ampla margem de autonomia institucional no sistema político, a Junta Militar que assumiu o poder em 1976 administrou o governo apenas através de decretos especiais e de atos institucionais, que deram aos militares um poder direto sobre o governo e seus oficiais. A Junta – que anunciou a destituição das autoridades constitucionais argentinas e eliminou, desde o primeiro dia, o princípio de divisão dos poderes consagrado no texto constitucional – modificou as regras de funcionamento do governo e de seus órgãos, dissolveu o Congresso Nacional, as legislaturas provinciais e os conselhos deliberantes, outorgou faculdades legislativas ao Poder Executivo, modificou a composição da corte suprema e dos tribunais superiores de província, sendo ela

---

[2] Essa autonomização castrense e a institucionalização dos militares como agentes políticos foram propiciadas, substancialmente, pela limitação dos dirigentes civis do país e por uma classe política que passou a tirar proveito da exclusão do peronismo da arena política legal.

[3] Essa distinção é desenvolvida por Linz (1973).

a responsável por apontar seus ministros e aprovar as indicações dos ministérios e de um conselho legislativo, sempre formados por membros das três armas. Todos os juízes indicados para esses tribunais deveriam jurar fidelidade às Actas e Objetivos del Proceso de Reorganización Nacional (Conadep, 1984:391).

Além da ausência de institucionalidade, outra forte característica marcou o recente governo militar argentino: o alto grau de violência. O princípio não era reprimir a "subversão", mas aniquilá-la clandestinamente. Aniquilá-la, pois o objetivo era impedir que o próximo governo civil levasse ao poder os inimigos ora combatidos e que, em decorrência desse novo papel, conduzissem projetos de caráter revanchista. Com a clandestinidade, o interesse era, por um lado, evitar a pressão internacional e a oposição do Vaticano, que poderia impor obstáculos ao aprofundamento das relações estabelecidas entre governo e a hierarquia eclesiástica, a exemplo do que já havia ocorrido na ditadura chilena. Por outro lado, assegurava o sucesso das operações repressivas, impedia o controle do exercício do poder militar e resultava na paralisação, através do medo, dos mecanismos de defesa da população.

Grande parte dessa violência foi atribuída aos órgãos de informações daquele país, sobretudo aqueles vinculados às Forças Armadas. Como veremos, de maneira geral, os órgãos de informações, tanto na Argentina, quanto no Brasil e no Chile, foram criados exatamente como ferramentas de sustentação desses regimes; não obstante, uma leitura mais apurada nos possibilitará perceber que em algum desses países a criação de órgãos nacionais de informações com objetivos meramente políticos/repressivos faz parte da realidade "democrática" que antecede esses regimes.

O início da criação do que podemos caracterizar como um "sistema de informações/inteligência" na Argentina ocorreu logo após a chegada de Perón à presidência da República, em 1946.[4] Para se proteger da ameaça expansionista

[4] Por sistemas de inteligência, podemos entender o conjunto das organizações permanentes que atendem à função de inteligência dentro de um determinado governo. As agências de inteligência são órgãos exclusivos do Poder Executivo que trabalham no fornecimento de "inteligência" para as principais autoridades da administração pública. A quantidade de usuários/autoridades a terem acesso a esses produtos varia de acordo com o ordenamento constitucional de cada país. Como atuam no desenvolvimento de atividades ofensivas (coleta) e defensivas (contra-inteligência e ações encobertas), essas agências compõem, juntamente com as Forças Armadas e as forças policiais, o núcleo coercitivo do Estado.

do comunismo e fomentar o processo de disseminação do peronismo, inclusive dentro das Forças Armadas, foi criada a Coordinación de Informaciones de la Presidencia de la Nación (CIPN), que teria como função prover a presidência de informações consideradas úteis ou que fossem requeridas na condução dos assuntos de Estado. Um dos primeiros passos da Coordinación teria sido o estabelecimento de um forte controle sobre os meios de comunicação, implementado através da coação e ameaça de represálias, também responsável pela produção de silêncios e "autocensuras".[5] Essa estrutura seria substituída, em 1950, pela Coordinación de Informaciones del Ministerio de Guerra (CIMG).[6]

O ano de 1951, extremamente tumultuado e marcado pela renúncia da candidatura de Eva Perón à vice-presidência e da tentativa de golpe militar realizada pelo general Menéndez, levou o governo argentino a decretar o estado de guerra interno.[7] Nesse ano foi elaborado o Decreto nº 6.084/51, que continha as bases de uma *teoría de la información del Estado*, em que é possível identificar a origem da doutrina nacional de informações adotada durante a ditadura, segundo a qual a informação de Estado ficaria responsável por analisar todos os problemas da condução política do país, tanto em momentos de paz, quanto de guerra. Em períodos de paz, o setor de informações responderia às necessidades da administração governamental e proveria o governo de dados pertinentes à elaboração de planos de guerra; durante os períodos de guerra, seria responsável pela orientação, direção e coordenação das atividades bélicas. Na prática, a CIMG apoiava, tanto financeiramente quanto através do fornecimento de informações, as associações sindicais e políticas favoráveis a Perón, além de, por vezes, adotar "los métodos de violencia contra la oposición, cuando se creyese preciso hacerlo" (Boimvaser, 2000:72).

[5] O trabalho de Boimvaser é o resultado de uma investigação que teve por base centenas de entrevistas realizadas na Argentina desde a década de 1970, confrontadas com um grande banco de dados, retirados sobretudo da imprensa, da legislação existente e da boa vontade de alguns dos protagonistas circunstanciais da história da espionagem argentina, além da reconstituição que o próprio autor fez em relação à sua experiência vinculada à política e à atuação dos serviços secretos daquele país.

[6] Decreto nº 24.201/50.

[7] Lei nº 14.062/51.

Em 1954, a Coordinación de Informaciones del Ministerio de Guerra foi substituída pela Coordinación de Informaciones del Estado (Cide),[8] que se tornaria a base da famosa Secretaria de Informaciones del Estado (Side), criada em 1956.[9] A substituição da Cide pela Side ocorreu após a Revolución Libertadora, que tirou Perón do poder, resultado de um ano de conflitos envolvendo a Igreja e o Estado argentino e que acarretou a posse do presidente Eugenio Aramburu (1955-58) e a dissolução do Partido Peronista. Foi no sentido de reformular o sistema criado por Perón, com o objetivo de dar sustentação ao seu poder, que o Decreto nº 776/56 determinou o encerramento das funções dos organismos de informações que funcionavam dentro da administração pública (art. 4º). Foi então criada a Side, diretamente subordinada à presidência da República, conduzida por um secretário de Estado, que se tornaria o responsável pela coordenação técnica da atividade, com responsabilidade de coordenar, orientar e centralizar a atividade, e de selecionar, classificar e distribuir as informações produzidas pelos serviços de informações (art. 1º).

Um dos objetivos imediatos do decreto de 1956 era inverter a lógica política da estrutura, principalmente através da troca de profissionais e de determinado grau de mudança na formação profissional dos agentes da Side, que a partir de então deveriam perseguir os peronistas, ministrando aos inimigos políticos o mesmo trato que lhes havia sido anteriormente dispensado, durante os anos 1946-55. Ainda no contexto democrático do presidente Arturo Frondizi (1958-62), a Side se havia tornado responsável por um grande número de prisões ilegais, pelo assassinato e pelo desaparecimento de várias pessoas, fazendo com que a simples menção de seu nome despertasse temor nas fileiras da nascente resistência peronista.

Já aos serviços de informações militares, caberia nesse momento, em tese, atender às necessidades típicas da força a que pertenciam. No momento inicial da Guerra Fria, o serviço de informações civil possuía um papel preponderante em relação aos serviços militares, no que dizia respeito à luta contra o inimigo interno, tendência que se inverteria na medida em que se consolidasse a doutrina de segurança nacional e se atingisse o apogeu do *proceso de reorganización nacional* (PRN).

[8] Decreto nº 11.183/54, *B.O.*, 19-7-1954.

[9] Decreto nº 776/56.

O papel da Side no combate ao inimigo interno foi regulamentado através do Decreto nº 2.985, de 13 de abril de 1961.[10] Essa legislação fortaleceu sua importância como órgão coordenador do sistema de informações "en la lucha contra el terrorismo y otros extremismos". Decreto que também a responsabilizava e a instrumentalizava para o planejamento, direção e supervisão de todas as atividades direcionadas a combater o comunismo e outras atividades.

Em 1963, um novo decreto reestruturou a Side, definindo suas missões.[11] Nele foram ampliadas suas funções informativas na condução dos assuntos relacionados ao combate ao comunismo e foi justificada a predominância militar em seu quadro de funcionários:

> la experiencia nacional y extranjera señala como más adecuada su reestructuración como organismo especializado de carácter civil, lo que debe alcanzarse en forma gradual. No obstante, en los actuales momentos *se considera* conveniente continuar con la conducción superior militar.[12]

Ainda que nesse decreto estivesse clara a proibição de a Side realizar tarefas repressivas e exercer funções policiais, o art. 8º desse mesmo projeto a autorizava a colaborar com as tarefas militares, policiais, judiciais e de segurança, quando requisitada pelas autoridades competentes. Para o desempenho dessas tarefas, esse decreto lhe permitia dispor de todos os meios de informação que julgasse necessário, independentemente dos graus de classificação, salvo quando se tratasse de segredos relacionados à jurisdição militar.

Em 1967, foi aprovada uma nova estrutura da presidência da República, na qual a dependência direta da Side foi ratificada.[13] O decreto detalhava suas missões e funções, assim como as do serviço de inteligência dependente do chefe da Casa Militar. Esta se tornaria a responsável por assistir ao presidente da nação nas questões relacionadas à sua segurança pessoal, mobilidade, representação oficial, assistência imediata etc. Interessante destacar que, para o cumprimento dessas funções, foi permitido à Casa Militar, com o objetivo de instrumentalizá-la no desempenho de suas atividades, possuir meios próprios de obtenção de informações, superpondo suas funções à missão da secretaria.

---

[10] Decreto nº 2.985/61, *B.O.*, 17-4-1961.

[11] Decreto nº 4.500/63, *B.O.*, 5-6-1963.

[12] Decreto nº 4.500/63, que seria derrogado pela Lei Secreta nº 20.195/73.

[13] Decreto nº 9.318/67, *B.O.*, 5-2-1968.

Em 6 de outubro de 1966, durante o governo militar conduzido pelo general Juan Carlos Onganía (1966-69), foi divulgada a primeira *ley de defensa nacional*, através da qual se criava a Central Nacional de Informações (CNI).[14] Seguindo os preceitos teórico-conceituais da DSN, essa lei regulamentou as bases jurídicas e orgânicas "necesarias a la preparación y execución de la defensa nacional", com o objetivo de conquistar e manter a segurança nacional (art. 1º). Três organismos se tornariam a base da estrutura relacionada à defesa nacional: o Consejo Nacional de Seguridad, o Comité Militar e a Central Nacional de Informaciones – todos os três vinculados direta e imediatamente à presidência da República. Entre suas principais funções, cabia à CNI centralizar as atividades de inteligência necessárias ao planejamento da política de segurança nacional, formular a doutrina de segurança nacional argentina, proporcionar inteligência ao Conselho de Segurança Nacional, além de ser a responsável pela disseminação das informações produzidas aos organismos competentes (ministérios, comandos, secretarias de Estado etc.).

Em 1973, durante o processo final do governo do general Augustín Lanusse (1971-73) – Onganía havia sido deposto pela Junta em 1971 –, uma nova lei estabeleceu as estruturas e as funções da CNI.[15] Nela se modificava o art. 25 da LDN promulgada em 1966, o qual instituía sua estrutura orgânica. Comporiam-na os organismos de inteligência do Estado, das Forças Armadas e da Polícia Federal, que permaneceriam vinculados funcionalmente de maneira permanente. Sua condução ficaria sob a responsabilidade de uma junta formada pelos chefes que a integravam e presidida por um oficial superior indicado pelo presidente da República, com patente equivalente à de general, que obteria *status* de secretário de Estado. À CNI caberia a tarefa de realizar as atividades de inteligência necessárias para o sistema de planejamento da área de segurança. (art. 25 bis).

Nessa mesma data, outra lei regulamentaria a reformulação e o funcionamento da Secretaria de Inteligencia, instituindo-a como organismo responsável pela realização de atividades informativas e pela produção da inteligência do Estado para a segurança nacional (art. 1º).[16] Essa lei transformava a Side em

[14] Lei nº 16.970/66, *B.O.*, 6-10-1966.

[15] Lei nº 20.194/73, *B.O.*, 9-4-1973.

[16] Lei nº 20.195/73. Norma Regulamentaria nº 1.792/73, de 9-3-1973.

um órgão superior da administração central do Estado, responsável tanto pela coleta de informações quanto pela produção e disseminação da inteligência. O art. 2º dessa lei determinava, entre suas principais funções, satisfazer as necessidades informativas necessárias para o funcionamento da Central Nacional de Inteligência; disseminar inteligência em função dos interesses da segurança nacional; apoiar a CNI; possibilitar a formação profissional e o aperfeiçoamento de seus funcionários. A Side permaneceu proibida de realizar funções repressivas policiais e como órgão integrado funcionalmente à CNI, a quem deveria prover com as informações necessárias, uma vez que esta não possuía meios próprios de coleta de informação.

Perón regressou ao poder em 1973 e, imediatamente após sua posse, redefiniu a estrutura da presidência da República e o funcionamento da CNI.[17] O Decreto nº 162/73 estabeleceu que a direção dos organismos de informações deveria permanecer unificada, ou seja, o secretário da Side conseqüentemente se tornaria o responsável pela CNI, "a fin de evitar distintos criterios en la conducción y producción de la inteligencia nacional". Entretanto, não obstante todas essas alterações, à CNI, enquanto órgão responsável pela coordenação do sistema nacional de inteligência, não foram facultados os meios próprios para a obtenção de informações. A Side seguiu como o órgão central da área de informações, para a qual era destinado o maior orçamento, eram oferecidos a maior estrutura e o maior quadro de funcionários. Foi ela que acabou coordenando o sistema de inteligência e concentrando a maioria das responsabilidades sobre a área. Na prática, a CNI não conseguiu realizar a tarefa de coordenação, sendo sempre preterida em relação à Side.

Como elemento-chave da manutenção de seu poder, os militares seguiram a lógica de Perón e, imediatamente após o golpe militar que tirou Isabel Perón da presidência, os militares reestruturaram a Side, dessa vez alterando inclusive a sua denominação, que de Secretaria de Informaciones del Estado se transformou em Secretaria de Inteligencia del Estado.[18]

Apesar de a Side ter sido criada com a competência para atuar nos marcos internos e externos, quem mais atuou no campo externo foram os serviços de inteligência militares. Com a emergência da ditadura militar que assolaria a

---

[17] Decreto nº 162/73, de 31-10-1973.

[18] Decreto nº 416, de 13-5-1976.

Argentina no ano de 1976, a importância da Secretaria diminuiu, na medida em que os poderes dos serviços de inteligência militares cresceram.

Em relação aos órgãos de informações militares argentinos, pelo menos no que diz respeito ao Ejército argentino, sobre o qual dispomos de algumas informações, a sua criação antecede, em muito, a criação do órgão civil. O termo *informaciones* surgiu pela primeira vez em 31 de dezembro de 1900, dentro da estrutura do Ejército, como título da 5ª Divisão do Estado Mayor. Mas durante muitos anos esse setor passou por várias alternâncias, sendo rearticulado, extinto e recriado muitas vezes. Apenas em 1908 foi criado, dentro do Ejército argentino, o Servicio de Espionaje y Contraespionaje Militar, com a função de obter informações sobre os exércitos dos países vizinhos (Codó, 1999:254).[19]

Após a I Guerra Mundial e a observação da importância dos reconhecimentos fotográficos aéreos, o Ejército criou em 1931, na 5ª Seção da 2ª Divisão do Estado Mayor, o Servicio de Informaciones por Medios Técnicos e, em 1933, o Servicio Criptográfico de Guerra. Em 1937, também foi criada uma unidade orgânica para desenvolver a atividade de informações, o Grupo de Informaciones del Ejército, onde se desenvolveram os cursos de capacitação da área de informações.[20] Em 6 de julho de 1943, através do Decreto nº 2.171, foi criado o Servicio Secreto Militar (SSM), dependente da Divisão II do Emge e, em agosto, o Servicio de Informaciones del Comando Interior (Sici). Em 1946, um novo decreto alterou o nome do SSM para Servicio de Informaciones del Ejército (SIE), subordinando-o ao Ministerio de Guerra, que absorveu em seu interior, além do serviço secreto do Ejército, os serviços secretos fronteiriços e a Escuela de Informaciones del Ejército.[21]

Após a Revolución Libertadora de 1955 e a conseqüente queda de Perón, a Dirección General de Propaganda del Ejército foi extinta. Seu pessoal, seu material e suas missões foram absorvidos pelo SIE, que prosseguiu como dependente do Ministerio de Guerra, posteriormente Secretaria de Guerra. A década de 1960 marcaria a transição do termo "informações" para "inteligência" dentro das Forças Armadas argentinas, refletindo a atualização doutrinária da

[19] Vale ressaltar que o fim do século XIX e o começo do século XX foram marcados pela constante hipótese de conflito com o Chile.

[20] Boletín Militar Reservado nº 1.212, de 10-12-1937 (apud Codó, 1999:252).

[21] Decreto nº 3.968, de 19-7-1946.

área, influenciada, nesses anos, sobretudo pela experiência francesa. Adotou-se a terminologia familiar aos outros exércitos – divulgada através das publicações estrangeiras – dos G2 e S2 para designar os órgãos de inteligência militar de outros países. A partir dessa década, o SIE assumiria uma série de tarefas e missões de responsabilidade, até então, da DGPE.

Em 1962, o SIE passou a depender diretamente do comando-em-chefe do Ejército, integrando-se posteriormente à Sub-jefatura II, que teve sua denominação alterada para 2ª Subchefia Executiva (Icia). Em 30 de novembro de 1969, essa 2ª Sub-jefatura foi transformada em Batallón de Inteligencia 601, como unidade dependente do comando-em-chefe do Ejército.

Segundo um dos depoimentos coletados na Argentina, até a metade da década de 1950, os interesses dos serviços de inteligência militar estariam exclusivamente direcionados à coleta de informações externas.[22] Seria a partir de 1958, já no contexto da DSN, que eles passariam a priorizar as questões relacionadas à política interna, ainda que mantendo a responsabilidade pela produção de inteligência externa. Esse período foi marcado pela presença das expedições francesas, que passariam a divulgar as doutrinas de contra-insurgência desenvolvidas durante o período de guerra pela independência de suas colônias. Essas doutrinas foram divulgadas através de livros, publicados em larga medida na Argentina, e através de palestras e cursos ministrados pelos oficiais franceses, nos quais apresentavam um modelo de estratégia governamental para tratar a contra-insurgência. Em pouco tempo, versões argentinas sobre o assunto começaram a surgir, fornecendo os subsídios necessários para a reformulação da estrutura de inteligência militar no cumprimento de sua função de contra-insurgência/contra-inteligência.

De acordo com o cientista político argentino José Manuel Ugarte, a influência da contra-insurgência francesa seria um diferencial em relação aos países nos quais a influência inicial foi norte-americana. Entre outros fatores, essa influência justificaria a diferença dos níveis de violência alcançados nesse país, se comparados ao caso brasileiro, por exemplo.[23] Outro fator que contribuiria para os elevados níveis de violência teria sido o conjunto de golpes que o país

[22] Analista de inteligência 1; depoimento coletado em Buenos Aires em 22 de outubro de 2002. Por questões éticas, os analistas de inteligência preferiram não ter seus nomes divulgados.

[23] Depoimento de José Manuel Ugarte, coletado em Buenos Aires no dia 18 de outubro de 2002.

sofreu e suas conseqüências, que produziram uma população belicosa e disposta ao enfrentamento direto, mesmo durante os governos democráticos. No governo de Héctor Cámpora, por exemplo, que havia assumido a presidência no lugar de Perón, a disputa política entre peronistas e antiperonistas já se havia transformado em convulsão social, marcada pela presença da atividade guerrilheira.

Entretanto, essa perspectiva de que, a princípio, os serviços de inteligência militares estavam direcionados à área externa não é consensual, o que fica evidente no depoimento de um analista militar da área de inteligência.[24] Segundo o depoente, os serviços de informações militares já foram criados com perfil político, totalmente orientados para atuar junto à ordem política e para dar sustentação ao governo. O Ejército e a Armada agiriam em parceria com a Side; já na Fuerza Aérea, existiria um sistema de inteligência militar paralelo, com capacidade muito inferior à das outras forças. Em consonância com a perspectiva anterior, ele enfatizou as conseqüências da influência francesa na elaboração da doutrina de segurança nacional argentina, mas destacou que, no começo, essa influência se restringiria aos estudos teóricos e que não acarretava, na prática, uma reformulação orgânica dentro das Forças Armadas. A doutrina contra-revolucionária aparecia nas discussões da Escuela de Guerra del Ejército, mas ainda não possuía um sentido operativo.

Na Argentina, a primeira grande demanda por operações contra-insurgentes teria ocorrido em Tucumã, no ano de 1975, quando foi descoberta a zona de atuação dos militantes do Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) e do movimento dos Montoneros. Essa descoberta foi realizada ainda durante o poder civil de Isabel Perón, que sancionou o Decreto "S" nº 2.611, de 5 de fevereiro de 1975, que serviria como amparo, justificativa e desculpa para que os militares cometessem todo tipo de atrocidades.

O decreto que autorizou o desencadeamento da Operación Independencia inseria oficialmente as Forças Armadas no combate ao "inimigo interno", que nesse momento teriam como objetivo principal destruir a guerrilha em Tucumán. De acordo com esse decreto: "El Comando General del Ejército procederá a

---

[24] A elaboração de um desenho institucional dos serviços de informações relacionados às duas outras forças (Aérea e Armada) talvez se configure como um dos maiores fracassos desta pesquisa, haja vista a impossibilidade de obter acesso a dados oficiais a eles relacionados.

ejecutar las operaciones militares que sean necesarias a efectos de *neutralizar y/ o aniquilar* el accionar de los elementos subversivos que actúan en la Província de Tucumán".

Posteriormente à destruição dessa guerrilha, o presidente Ítalo Luder editaria novo decreto ampliando a atuação do Ejército em todo o território nacional, ao imcumbir às Forças Armadas a função de "ejecutar las operaciones militares y de seguridad que sean necesarias a efectos de aniquilar el accionar de los elementos subversivos..."[25] A violência militar seria puramente uma ação reativa, pois, se eles atuaram no combate ao inimigo interno, o fizeram "en cumplimento del precepto constitucional de proveer a la defensa común y asegurar la paz interior" (Codó, 1999:289).

Os militares justificam a brutalidade de sua atuação pelo fato de que não lhes foi delegado reprimir ou neutralizar, mas sim aniquilar a força considerada inimiga. Não caberia às Forças Armadas simplesmente reprimir ou neutralizar. O discurso era o de que ela não havia sido preparada para isso: "el Ejército combate, para lo cual está capacitado, armado e instruido, específicamente; el Ejército no reprime" (Codó, 1999:289).

O discurso era de que os elaboradores e sancionadores desse decreto (com destaque para o fato de se tratar de um governo civil e democrático) com certeza conheciam esses conceitos. Foi com base nessas ordens, emanadas da presidência da República, que o Ejército e as tropas de inteligência atuaram na "aniquilação" da guerrilha.

Realmente o decreto deixou clara a responsabilidade da condução política civil nesse combate, o que em momento algum exime a responsabilidade militar pelo alto grau de violência, exercida muitas vezes gratuitamente e em defesa de interesses até mesmo pessoais, o que marcaria não apenas o ano de 1975, mas todo o período de ditadura militar que se seguiu.

O ano de 1976 se havia destacado como o marco legal de incorporação da DSN, através da divulgação da primeira *ley de seguridad nacional*. Essa legislação reforçou a atuação e as responsabilidades dos militares nas áreas de comoção e insurgência interna. Com base nessa lei, a inteligência do Ejército, principalmente, proliferou, distribuindo-se através de destacamentos por todo o país, não deixando um recanto da Argentina sem a vigilância férrea do poder castrense.

---

[25] Decreto nº 2.772, de 6-10-1975.

A desculpa era de que aos militares, como profissionais extremamente obedientes, apenas teria cabido cumprir com eficiência sua missão, a qual, considerando o grau de violência utilizado naquele país e os seus resultados, foi bem-sucedida.

Entretanto, esse argumento de que a ação do Ejército teria sido reativa à violência civil não justifica o grau de violência empreendido pelos militares argentinos, que possuíam uma tradição de intervenção política que marcaria todo o século XX. E o que falar da política de "saneamento ideológico", consubstanciada na prática militar de seqüestros de crianças e de mulheres grávidas, essas supostamente comunistas ou simpatizantes, que seriam assassinadas após o parto, para terem seus filhos educados dentro da doutrina cristã/capitalista? E sobre o grupo Condor, uma formação trilateral, dedicada a operar nos países limítrofes, nos quais assassinavam ou detinham dissidentes que fugiam da repressão em seus países de origem,[26] ou sobre a operação de mesmo nome, idealizada para assassinar na capital francesa, no mesmo dia e na mesma hora, opositores das ditaduras instaladas não apenas na Argentina, mas também no Chile e no Uruguai?[27] Não podemos ignorar que, entre o período civil que antecedeu o golpe e o imediatamente posterior a ele, apenas oficialmente foram comprovadas 10 mil mortes/desaparecimentos, desconsiderando mais outras 20 mil, alegadas pelos movimentos de direitos humanos e não reconhecidas pelo governo. Realmente os militares argentinos minaram, aos poucos, toda a estrutura guerrilheira daquele país. A maior ameaça à atuação das forças de oposição teriam sido as forças de inteligência, que desenvolveram um sistemático trabalho repressivo, provocando um total isolamento político dos guerrilheiros. Em 1977, a maioria desses movimentos de esquerda já havia sido esmagada, mas a violência governamental prosseguiu em vários níveis.

---

[26] Interessante destacar que essa aliança político-militar realizada nesses países não se constituiu em um obstáculo para que as operações de espionagem existissem entre eles. Em 1978, não fosse a intervenção do cardeal Samoré, representante do Vaticano, seria grande a probabilidade de um conflito armado entre o Chile e a Argentina, pela disputa do canal de Beagle.

[27] Essa operação fracassou. Tinha como objetivo assassinar Rodolfo Matarrollo, um dos ex-dirigentes do PRT, que havia conseguido escapar da Argentina e exilar-se na França; por parte do Uruguai, o ex-senador Enrique Erros; e, por parte do Chile, a filha de Salvador Allende, Isabel Allende.

Toda a população do país vivia amedrontada, com medo dos freqüentes seqüestros e desaparecimentos.[28] À exceção dos dirigentes provenientes do liberalismo e seus próximos, todas as pessoas com algum tipo de afinidade ou envolvimento político – fossem peronistas, radicais, socialistas etc. – tornaram-se alvos em potencial da repressão. Segundo informações coletadas na obra de Jorge Boimvaser, corroborada por várias outras fontes, havia dentro da Side uma política de seqüestrar suspeitos e negar aos familiares qualquer informação relacionada ao paradeiro ou às circunstâncias de sua detenção, com o interesse de produzir efeitos aterrorizantes, que paralisassem a atuação dos dirigentes políticos, sindicais, estudantis, entre outros (Boimvaser, 2000:154).

Vale destacar que, embora tenhamos realizado essa distinção entre processo de institucionalização dos serviços militares de inteligência e dos serviços civis, é preciso considerar que durante todo esse conflito a Side foi ocupada por militares, tornando-se apenas uma das extensões do poder castrense. Não possuía uma personalidade típica de um serviço de inteligência, a exemplo da CIA americana, constituindo-se muito mais como um serviço de segurança. Aliás, os serviços de inteligência argentinos, civis e militares, não desenvolveram nem empírica nem doutrinariamente as funções típicas dos chamados *intelligence services*. Ou seja, quando falamos de atividade de inteligência, ou simplesmente de *intelligence,* referimo-nos a certos tipos de informações relacionadas à segurança institucional e à defesa do Estado, às atividades desempenhadas no sentido de obtê-las ou impedir que outros países as obtenham, e às organizações responsáveis pela realização e coordenação da atividade na esfera estatal. O papel essencial da atividade de inteligência é determinar as capacidades e as intenções de nações potencialmente adversárias e antecipar aos *policymakers* informações e análises sobre possíveis ameaças. Trata-se de uma definição mais precisa sobre o escopo da atividade de inteligência, que permite iluminar certas incompreensões que vêm sendo percebidas no debate latino-americano. A Guerra das Malvinas deixou mais do que evidente a incapacidade da inteligência argentina de atuar em relação aos marcos externos. Não bastasse a situação desvantajosa, contra um inimigo realmente poderoso – pois além

[28] Um projeto de pesquisa conduzido pelo Social Science Research Council (SSRC/NY), sob patrocínio das fundações Ford e Rockefeller, tem publicado uma série de trabalhos relacionados à memória da violência empreendida pelo Estado nas últimas ditaduras sul-americanas.

de tratar-se de uma potência naval, a Inglaterra ainda contava com a ajuda norte-americana, francesa e chilena –, os argentinos entraram em um conflito sem o mínimo preparo estratégico. O gasto realizado pelos serviços de inteligência militares poderia ter-se traduzido em um melhor emprego na obtenção das autênticas capacidades em matéria de inteligência para a defesa. Talvez dessa maneira tivessem evitado a superposição dos meios de reunião de informações, a dificuldade em contar com dados relevantes e confiáveis, bem como as falhas de coordenação que ficaram evidentes naquele conflito. A Side sobreviveu à ditadura argentina após leves alterações e manteve grande parte de sua estrutura até o ano de 2001, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional uma nova lei que rearticulava o sistema de inteligência argentino.

A institucionalização do regime militar brasileiro e do seu sistema de informações

A exemplo de uma das piores tendências latino-americanas, os militares no Brasil também sempre foram atores políticos relevantes, mesmo em períodos democráticos. A instabilidade política que compreendeu os anos de 1946 e 1964, por exemplo, foi marcada ou pela forte ameaça de intervenção direta dos militares, ou pela simples iniciativa destes em não permitir a posse de determinados civis, ou pela ameaça de um golpe civil com seu total apoio. Durante os 21 anos da recente ditadura militar, eles se institucionalizaram enquanto atores políticos e obtiveram um certo grau de institucionalidade enquanto governo.

A primeira iniciativa tomada em 31 de março de 1964, no sentido de evitar que sua ação fosse identificada como um golpe militar e, portanto, sem legitimidade, já que derrubava um governo eleito pelo sufrágio universal, foi denominá-la *revolução*. Em tese, a palavra extrairia legitimidade de si própria, sendo desnecessário submetê-la a qualquer outra instância (Moraes, 2001:114). Ao invés da instauração de uma junta militar que operasse de forma autônoma e aleatória, sem uma normatização de princípios, os militares desapareceram rapidamente com o Comando Supremo da Revolução e se preocuparam com a manutenção do sistema formal representativo e parlamentar, o que também lhe permitiria um aspecto legal. Aspecto legal inclusive reconhecido por grande parcela dos setores políticos, econômicos e sociedade política, que não apenas acolheram os militares enquanto governo, como viabilizaram o golpe. As principais características dessa legitimidade seriam: a preservação da sucessão de

lideranças; de algum modo, o sucesso que marcaria a economia brasileira entre os anos 1968 e 1973; a elaboração de uma carta constituinte (1969); e a manutenção de uma "democracia representativa". É claro que se tratava de uma representatividade excludente, pois após o golpe de 1964 vários parlamentares foram cassados, milhares de civis perderam seus direitos políticos, e as eleições diretas para governador foram suspensas, como conseqüência do resultado desfavorável obtido pelos militares nas eleições de 1965. O Congresso Nacional funcionava radicalmente limitado em suas prerrogativas, com um sistema bipartidário, adotado como fórmula para preservar um processo eleitoral restritivo.

No Brasil, houve uma distinção dos militares enquanto governo e instituição militar. Essa separação ocorreu desde o início do regime, quando o general Castello Branco foi escolhido presidente por um grupo de generais e ratificado pelo Congresso. No caso brasileiro, os mandatos presidenciais foram fixados de modo a possibilitar uma sucessão estável e regular, reforçando significativamente a autoridade presidencial sobre os militares enquanto instituição. Essas normas foram estabelecidas através da Constituição de 1967 e reforçadas periodicamente através de decretos.

Mas assim como ocorria na Argentina, as Forças Armadas também possuíam uma divisão interna que precedia o início do governo militar e que, no caso brasileiro, foi acentuada após a aniquilação dos movimentos paramilitares de esquerda em 1974. De forma simples, essa divisão pode ser assim apresentada: um grupo de militares conhecidos como "linha dura" e outro por militares "castelistas." Vale destacar que essa divisão não abrange a variação das posturas e alinhamentos políticos que podem ser identificados dentro da instituição militar naquele período; trata-se de uma leitura extremamente simplificada dessas disputas, aqui adotada com o objetivo de facilitar a elaboração do texto (Martins Filho, 1996). Essa separação entre duros e castelistas, na qual os últimos são quase sempre associados à idéia de moderados e legalistas, também não visa, de maneira absoluta, afirmar que um grupo fosse mais democrático do que outro, ou que todos os militares fossem antidemocráticos. E, para completar, vale destacar os resultados de pesquisa do especialista Eliézer Rizzo, que demonstra que assim como aspectos democráticos não atingiram toda a vida castrense, aspectos autoritários também não a dominaram. Houve uma série de posturas contrárias e de reações à forma com que o governo foi instaurado e conduzido, acarretando um enorme número de perseguições dentro dos quartéis e expulsão de oficiais do quadro militar (Oliveira, 1994:29-30). Aqui nos importa saber que

não havia uma ideologia homogênea dentro da instituição, e que a divisão traria importantes conseqüências para o governo instaurado e, posteriormente, atingiria o cerne da transição.

Em relação à atividade de informações no país, o primeiro registro oficial a ela relacionado remonta ao mandato do presidente Washington Luís, quando foi criado o Conselho de Defesa Nacional.[29] O CDN possuía, entre as suas responsabilidades, a função de estudar e coordenar as informações sobre "todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria".[30] A criação do Conselho naquele momento tinha o objetivo de acompanhar e avaliar os agitados acontecimentos da década de 1920, pois não só o Brasil passava por um período de turbulências, com as pregações do movimento tenentista e o surgimento do movimento operário, como o mundo ainda se encontrava abalado com a vitoriosa Revolução Russa, além de estar enfrentando uma série de crises econômicas que culminaria com a quebra da bolsa de valores em 1929.

A partir do final da II Guerra Mundial, a atividade de inteligência nas grandes potências ocidentais se desenvolveu de duas formas: autonomizou-se em relação ao *fazer a guerra*, tornando-se uma instituição permanente; e cresceu, em meio ao surgimento da Guerra Fria, como aparato criminal de investigação. Assim, os órgãos de inteligência também se tornaram responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas. Esse contexto obrigou, de certa forma, a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança.

No Brasil, como forma de se adaptar a esse contexto e de sanar as deficiências existentes em matéria de informações, foi criado o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), vinculado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN). Foi a primeira vez que se estabeleceu oficialmente no país a preocupação com a contra-espionagem e a contra-informação. Entretanto, a efetivação do SFICI como órgão produtor de informações ocorreu quase 12 anos depois, durante o governo Juscelino Kubitschek.

---

[29] Decreto nº 17.999, de 29-12-1927.

[30] Os documentos citados neste trabalho foram obtidos de várias formas: através da assessoria do PT na Câmara do Deputados, do Núcleo de Documentação da Câmara, da assessoria e da biblioteca da Abin, do Núcleo de Estudos Estratégicos, entre outros.

Mesmo no governo democrático de Juscelino Kubitschek, havia uma grande preocupação com os movimentos considerados de esquerda. Cabia à Subseção de Segurança Interna (SSI) do SFICI pesquisar e informar sobre possibilidades de ocorrências subversivas de qualquer natureza; acompanhar a dinâmica dos partidos políticos; elaborar estudos sobre as suas tendências e influências em relação à política nacional, além de realizar o levantamento e manter em dia a análise sobre a situação das principais organizações sociais de classe. Ao setor de contra-informações, cabia a função de manter em dia o levantamento das atividades de pessoas físicas ou jurídicas que pudessem ter atividades contrárias aos interesses nacionais; manter em dia o levantamento da situação de agências que exploravam no país as comunicações de qualquer natureza; bem como participar do planejamento de contrapropaganda.[31]

Logo após o golpe militar de 1964, o SFICI foi substituído pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). O interesse do general Golbery do Couto e Silva ao criar o órgão era o de desenvolver uma sólida instituição de informações que permitisse a consolidação do novo regime. Em 11 de maio de 1964, o presidente Castello Branco apresentou o projeto que criava o SNI.[32] A lei que o criava foi aprovada em 13 de junho de 1964 e o instituiu como órgão diretamente subordinado à presidência da República. O SNI possuía, entre as suas funções, a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contra-informações no país, em particular as que interessassem à "segurança nacional".

O SNI incorporou todo o acervo do SFICI, inclusive os funcionários civis e militares que nele exerciam funções e ficou isento de quaisquer prescrições que determinassem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamento e efetivos. De acordo com a lei, o chefe do SNI teria sua nomeação sujeita à aprovação prévia do Senado Federal e teria prerrogativas de ministro. O ministro-chefe do SNI apenas não teria poder de veto, considerado uma atribuição exclusiva dos ministros de Estado.

Com o começo da luta armada e o endurecimento do regime no final de 1968, houve uma grande transformação na área de informações. No Exército e na Aeronáutica, conforme veremos de forma mais detalhada em seguida, foram criados serviços de informações especificamente em função do combate à "sub-

---

[31] Decreto nº 44.489/A, publicado em 15-9-1958.

[32] Projeto de Lei nº 1.968, de 11-5-1964.

versão"; a Marinha, que já possuía um órgão de informações, redirecionou suas atividades, centrando-se ainda mais na área interna; e o SNI, para atender às demandas criadas em função do crescimento da contestação ao regime, expandiu-se de forma vertiginosa. Passou a ser um órgão superprestigiado, o *cabeça* da grande rede em que se transformaram os serviços de informações no período militar, quando passou a contar com recursos ainda maiores para o desempenho de suas missões.

Com o fim da guerrilha do Araguaia em 1974, encerrou-se um período de enfrentamento armado que se havia desenvolvido desde o final do ano de 1968 e esperava-se que houvesse um retrocesso em relação à estrutura do SNI. Mas ao contrário dessas expectativas, durante o governo João Baptista Figueiredo (que havia chefiado o SNI de 1974 a 1978), o órgão teve expansão substancial.[33] Apenas uma alteração foi realizada no sentido de diminuir a presença militar e limitar o poder das Forças Armadas dentro do SNI: foi reduzido a dois anos o tempo de permanência de oficiais do Exército da ativa dentro do SNI e a exigência para a condução de cargos do órgão passou de general para coronel. O SNI, que se havia tornado um dos principais pilares de sustentação do regime militar, apenas seria extinto no ano de 1990 pelo presidente Fernando Collor de Mello, ou seja, praticamente seis anos depois da "transição democrática".

Em relação aos serviços de informações militares, o primeiro a ser criado foi o Serviço de Informações da Marinha (SIM), em 1955, transformado em Centro de Informações da Marinha (Cenimar), em 1957.[34] Esse órgão se tornou famoso durante o regime militar, devido à sua opacidade e eficiência.[35] A partir de 1968, com o endurecimento do regime e o aumento das ações desencadeadas pelos grupos de esquerda, o Cenimar passou a ser subordinado diretamente ao ministro da Marinha, que ampliou sua atividade com a finalidade de intensificar o combate à subversão.[36] Uma nova alteração em sua estrutura somente seria realizada no final de 1986, quando passou a se denominar Centro de Informações da Marinha (CIM).[37]

---

[33] Detalhes sobre esse crescimento podem ser observados em Antunes, 2002, cap. 2.

[34] Aviso Ministerial nº 2.868, de 5-12-1955, e Decreto nº 42.687, de novembro de 1957.

[35] Para informações detalhadas sobre a criação desse órgão e sua atuação no combate à luta armada, ver Antunes, 2002, cap. 3.

[36] Decreto nº 68.447, de 30-3-1971.

[37] Decreto nº 93.188, de 29-8-1986.

O Centro de Informações do Exército (CIE) foi criado em 1967.[38] Era o serviço de informações que contava com o maior quadro de pessoal e o que mais se empenhou no combate à luta armada. As funções do CIE nada tinham a ver com os problemas relacionados a questões externas, pois foi criado justamente com o objetivo de combater a subversão. Agentes do CIE compuseram a maior parte do quadro dos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e dos Centros de Operações e Defesa Interna (Codi), setores que diziam respeito estritamente à segurança nacional, dentro da estrutura do Ministério do Exército. Com exceção das informações do SNI, que eram centralizadas na Agência Central, todas as questões relativas à repressão naquele período foram conduzidas pelos Codi e pelos DOI, que passaram a operar em conjunto com as polícias estaduais e federal, sob a direção e coordenação formal do ministro do Exército. A essa estrutura e esse conjunto de operações se deu o nome de Sistema Nacional de Segurança Interna (Sissegin).

Apesar de funcionarem subordinados ao Codi, os DOI mantiveram um alto grau de autonomia. Suas atividades eram reservadas, seu pessoal não andava fardado e usava viaturas descaracterizadas. Possuíam instalações próprias, para onde levavam as pessoas que prendiam. Dentro do Sissegin, eram os responsáveis pela realização das batidas, da prisão de suspeitos e de interrogatórios. Na realidade, as diretrizes especiais e a criação dos Codi e dos DOI deram amparo legal a uma série de ações que já vinham sendo desenvolvidas dentro das Forças Armadas e que resultou na execução de grande parte das atrocidades cometidas no regime militar.

O Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-Sisa) foi criado em julho de 1968.[39] Para se adaptar às novas funções determinadas pelo Sissegin, a Aeronáutica extinguiu o N-Sisa e criou o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), como órgão de assessoramento do Ministério da Aeronáutica e a ele diretamente subordinado.[40] O Cisa seria transformado em Centro de Informações da Aeronáutica (CIA) em 1987 (Lagoa, 1983:35) e extinto em 1988. A partir do começo da década de 1990, todos esses

---

[38] Decreto nº 60.664, de 2-5-1967.

[39] Decreto nº 63.006, de 17-7-1968.

[40] Decreto nº 66.608, de 20-5-1970.

serviços das Forças Armadas passaram por reformulações e alteraram suas denominações de serviço de informações para serviços de inteligência.[41]

Mas na prática, apesar de criados como órgãos de inteligência, os serviços de informações, principalmente o Cisa e o CIE, foram estabelecidos como órgãos responsáveis pela segurança do país, pela preservação da ordem e pela manutenção do regime. A comunidade de informações atuou de forma bastante independente no período de maior fechamento do regime militar, extrapolando as funções de um *intelligence service* e desenvolvendo um grande setor policial e repressivo.

Quando nos referimos a serviços de informações no Brasil, o senso comum tende sempre a se lembrar do SNI como o grande órgão de repressão do regime, principal responsável pelas prisões e torturas, nos "porões da ditadura". Embora esse não fosse o "lugar por excelência" das prisões e torturas, os agentes do SNI tiveram participação ativa nesses processos de busca e muito provavelmente colaboraram nos casos de tortura. Entre as ações que desenvolvia, o SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, fossem adversários políticos e suspeitos de subversão, fossem integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações clandestinas quanto nos organismos legalizados de oposição ao regime, como era o caso do MDB.

Para atender à responsabilidade de manter a segurança interna do país, os serviços de informações das Forças Armadas contavam com pessoal especializado para entrar em vários lugares e fazer interrogatórios. Interceptavam cartas e investigavam a vida de pessoas ligadas aos movimentos de esquerda, além de efetuarem prisões sem mandados judiciais – tudo justificado pela situação de excepcionalidade em que o país se encontrava. Pelo depoimento do general Fiúza no livro *Anos de chumbo,* podemos perceber que a tortura era uma prática comum

[41] Tarefa básica e premissa para este trabalho é reconhecer que a transição no uso do termo informações para inteligência envolve um problema na constituição da identidade dessas instituições no Brasil. A caracterização dos órgãos sucessores aos respectivos regimes militares como "centros", "secretarias "ou "agências de inteligência" envolve uma tentativa de acobertar e superar uma identidade "deteriorada", precisamente aquela que se firmou em torno da atividade de informações nos regimes militares, equivalente a repressão, tortura e abusos de liberdades civis.

e que ocorria, principalmente, dentro dos Destacamentos de Operações Interna (D'Araujo e Castro, 1995:162-168).

Entretanto, poucos militares admitem a prática de tortura como algo corriqueiro dentro do regime militar. A maioria dos militares que assume a existência de tortura comenta que realmente houve "alguns excessos", sempre cometidos por comandos paralelos. Existem ainda aqueles que não admitem a prática de tortura em hipótese alguma e afirmam que o que houve foi uma política das pessoas de esquerda de denunciar a prática de tortura.[42]

O argumento que sobressai é que a prática de tortura nunca teria ocorrido em cumprimento de ordens superiores, como assumiria o próprio ex-presidente Figueiredo, em depoimento à imprensa.[43] Mas, pelo que foi visto, esses organismos eram os lugares por excelência da prática de tortura no país, principalmente os DOI, que procuraram assegurar sua parcela de poder mesmo após o extermínio da luta armada no Brasil. Nesse período, a comunidade de informações passou a criar inimigos imaginários, usando, para tanto, pessoas e instituições reais: "estes serviços eram alguns dos mais ferrenhos partidários do argumento que os conflitos sociais colocavam ameaças para a segurança interna e para o desenvolvimento nacional e, portanto, precisavam ser reprimidos" (Stepan, 1986:39).

A institucionalização do regime militar chileno e do seu sistema de informações

No Chile, imediatamente após o golpe de 1973, foi formada a Junta de Governo, composta por Augusto Pinochet (comandante-em-chefe do Exército), Gustavo Leigh (comandante da Força Aérea), César Mendoza (general diretor dos Carabineros)[44] e José Tombio Merino (almirante da Armada) e foram anunciados os ministros. Assumiram o mando supremo da nação com a missão de "restaurar la chilenidad, la justicia y la institucionalidad quebrantadas".[45]

[42] Coelho Neto e Leônidas Pires Gonçalves (Antunes, 2002:95).

[43] Renato, 1996.

[44] A instituição Carabineros de Chile foi criada em 1927 e compõe, juntamente com a Prefectura Naval, as chamadas forças de segurança do Chile. Trata-se de uma polícia uniformizada, de caráter preventivo, que tem como responsabilidade assegurar a ordem e a segurança do país.

[45] Acta de Constitución de la Junta de Gobierno, Decreto-Lei nº 1, de 11-9-1973.

Os ministérios-chave foram divididos entre essas quatro forças e nessa cúpula rapidamente se passou a discutir a necessidade de reforma da Constituição de 1925, com o objetivo precípuo de eliminar os resquícios legais que possibilitaram a subida de Salvador Allende ao poder, mesmo com uma minoria de votos. Naquele momento, ainda não se havia assumido a institucionalização de um regime militar de longa duração. Entretanto, passados alguns meses de instalação, o discurso não era mais o de se cumprirem prazos, e sim metas.

A intervenção militar chilena teve um caráter reativo, expresso nos agudos e maciços níveis de repressão, com uma duração das mais elevadas dentro do conjunto desses regimes surgidos na América Latina e na drástica destruição do sistema político. Sucessivos decretos-leis desmantelaram a institucionalidade chilena vigente até então. O aparato de segurança funcionava fora dos limites formais, milhares de pessoas foram presas, mortas e "desaparecidas". Por outro lado, foi possibilitado ao sistema capitalista recompor sua dominação a partir de uma nova "reorganização" da sociedade. Reorganização que implicava o fornecimento de um projeto político quase inexistente no momento de ruptura com o antigo sistema.

Entretanto, o consenso das Forças Armadas naquele instante alcançava apenas o elemento puramente reativo. Entre setembro de 1973 e julho de 1978, a Junta seria marcada por uma queda-de-braço entre o Ejército e a Fuerza Aérea, que tentava barrar o processo de personificação do poder nas mãos de Pinochet. A discordância se daria de forma paulatina até 1978, quando um conjunto sucessivo de vitórias – principalmente a autorização da Junta para denominar Pinochet presidente do país, e a concentração do Poder Executivo em suas mãos, enquanto os outros três componentes da Junta se tornariam responsáveis pelo Poder Legislativo – permitiria a Pinochet afastar da Junta o general Gustavo Leigh, um dos principais articuladores do golpe, e concentrar, definitivamente, o poder na condução política do país.[46]

No período em que Pinochet buscava resolver seus problemas com a Junta, cuja divisão interna era marcadamente assumida pela Fach, às vezes com

[46] A oportunidade de retirar Leigh da Junta foi aproveitada quando este deu uma entrevista a um jornal italiano, publicada em 19 de julho de 1978, em que questionava a atuação da Junta. A divulgação das divergências no exterior propiciou uma articulação de Pinochet com as outras forças e com parcela da própria Fach, que culminou com a retirada compulsória de Leigh.

apoio da Armada, o regime ainda mostrava sinais de recrudescimento. Em 21 de setembro de 1976, foi assassinado em Washington o general Letelier, ex-ministro da Defesa da Unidade Popular, e em março de 1977 foram dissolvidos todos os partidos políticos.

Em 16 de dezembro de 1977, ao condenar a atitude chilena, tanto em relação ao assassinato do ex-ministro em Washington, quanto à constante violação dos direitos humanos naquele país, a assembléia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) deu ensejo ao fortalecimento dessa pseudolegitimidade imposta pelo governo militar. Imediatamente após a divulgação da votação da assembléia geral da ONU que condenou o regime militar chileno, Pinochet propôs uma consulta/plebiscito para que a população respaldasse pública e oficialmente o seu governo, em que 70% da população teriam votado a seu favor, em um processo eleitoral fraudulento (Cavallo, Sepúlveda e Salazar, 1997:283).

Outras duas iniciativas importantes que visaram fortalecer o poder dos militares foram o Decreto nº 9.121, de 1978, conhecido como *Ley de Amnistía*, que buscava assegurar a imputabilidade de pena aos militares envolvidos durante a repressão, e a Constituição de 1980, que enfraqueceu o Poder Legislativo e fortaleceu o Executivo. A ênfase do discurso oficial era de que essa Constituição afiançaria um processo político de transição à democracia. Sua aprovação desencadeou uma disputa política, ainda pouco organizada dentro da sociedade chilena naquele momento. Enquanto Pinochet viajava pelo país em busca de votos a favor de sua aprovação, com o apoio de grupos como Grupo Cívico 11 de Septiembre e Nueva Democracia, outros grupos, inclusive gremiais, que haviam apoiado o golpe, afirmavam publicamente que o plebiscito não possuía condições legais para ser realizado (Polomer, 2002:21).

Novamente, sob um fraco sistema de controle eleitoral e sem liberdade de imprensa, os resultados, coincidentemente, foram favoráveis ao regime: 67% a favor e 29% contra. Como se a vitória eleitoral legitimasse definitivamente o regime militar, 11 de setembro foi declarado feriado nacional, celebrado pelos setores do governo, não obstante funcionasse, para outro setor da sociedade, como uma lembrança periódica daqueles anos de terror.[47]

[47] Apenas a partir de 1998 o 11 de setembro deixaria de ser oficialmente feriado nacional, em função dos conflitos que sua comemoração/lembrança impunham à sociedade chilena, extremamente fragmentada em relação à memória do regime militar.

Em resumo, a ditadura militar chilena foi marcada por uma personificação do poder nas mãos do general Augusto Pinochet. A sua nomeação como presidente para a duração quase completa do regime permitiu maior estabilidade entre as lideranças e uma clara divisão entre a instituição militar e o governo. Houve um processo de total destruição da institucionalidade anterior, que seria substituída, quase sete anos depois, por uma Constituição imposta através da "aprovação popular", viabilizada por um plebiscito cujos resultados são extremamente questionáveis. A institucionalidade imposta por essa Constituição seria de suma importância para que Pinochet pudesse estabelecer suas condições para a saída do controle direto do poder.

Em relação aos serviços de inteligência, a composição do sistema é algo relativamente recente. Vale destacar que, nesse país, a distinção entre serviços de inteligência civis e militares durante o regime militar é algo difícil até mesmo de se imaginar, mais ainda do que nos casos anteriores, mas seguiremos, a título de simplificação, a linha explicativa que viemos utilizando.

No Chile, não obstante a existência de alguns órgãos de inteligência nas Forças Armadas, foi apenas em 1973, logo após a concretização do golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, que teve início a elaboração de uma comunidade de informações propriamente dita, que se tornaria responsável por assegurar a permanência do novo regime e reprimir/exterminar os grupos que poderiam apresentar qualquer tipo de resistência ao regime (Guzmán, 2005). Para o desempenho de tal tarefa, foi criada a Secretaria Nacional de Detenidos (Sendet), que possuía um Departamento de Inteligencia responsável por

> fijar las normas por las cuales se realizan los interrogatorios de los detenidos, determinar el grado de peligrosidad de éstos y mantener una coordinación permanente con los servicios de inteligencia de las Fuerzas Armadas, de Carabineros e Investigaciones, con el fin de intercambiar y mantener al día las informaciones de que disponen. (*Informe Retting*, 1991)

Com base no argumento de ser esse departamento insuficiente para a tarefa a que se propunham, Pinochet teria estimulado a transformação do Departamento de Inteligencia da Sendet em um organismo autônomo, centralizado, com recursos próprios, com maiores faculdades e subordinado diretamente ao governo, órgão que se responsabilizaria exclusivamente por organizar e desenvolver a tarefa repressiva naquele país (Guzmán, 2005).

A proposta de criação desse órgão foi relativamente debatida entre os principais condutores do levante, uma vez que carecia de uma entidade jurídica e que poderia acarretar a perda de parcela de poder dos serviços de inteligência militares (*Informe Retting*, 1991). Embora já atuasse em fins de 1973, a Dina foi inicialmente implementada sem qualquer norma jurídica que respaldasse sua atuação (Escalante, 2004). O Departamento de Inteligencia seria oficialmente transformado em Dina em janeiro de 1974, e a sua constituição formal se produziria apenas em 11 de junho daquele ano.[48] O Decreto nº 521 incumbia a Dina de colaborar com o governo chileno de forma imediata e permanente, de proporcionar, de forma sistemática e devidamente processada, toda informação requerida, no sentido de adequar suas resoluções no campo da segurança e do desenvolvimento nacional, e de adotar as medidas necessárias ao resguardo da segurança nacional e ao desenvolvimento do país.

Dessa forma a Dina, organismo técnico-profissional dependente direto da Junta, tornou-se responsável por coletar e reunir informações provenientes "de los diferentes campos de acción", para auxiliar na produção de toda inteligência requerida para a formulação de políticas destinadas a proteger a segurança do país. Na prática, esse órgão dependeu diretamente do general Augusto Pinochet, pois de acordo com o general Gustavo Leigh, um dos principais articuladores do golpe militar, "nadie de la Junta podía meterse en la Dina".[49] A Dina seria conduzida por Manuel Contreras desde sua criação não-oficial em 1973 até sua extinção em 1977. Esse cargo permitiria ao então coronel Contreras solicitar informes e documentos a quaisquer serviços públicos ou empresas e sociedades em que o Estado possuísse representação ou participação.

O Decreto nº 521 continha três artigos secretos, publicados em um anexo de circulação restrita, cuja divulgação foi promovida posteriormente no exterior (Human Rigths in Chile, s.d.). O primeiro deles, o art. 9º, de acordo com essa versão, autorizaria o chefe da Dina e os chefes dos serviços de inteligência militares a participarem das operações da Dina. O art. 10 autorizava-a a realizar buscas, prender e transportar pessoas, assim como mantê-las em cárcere, direito concedido em função "de la declaración de estado de sitio o que pueden otorgarse en las circunstancias de excepción previstas en la Constitución polí-

[48] Decreto nº 521, de 11-6-1974.

[49] Declarações do general Gustavo Leigh Guzmán, ex-membro da Junta, apud Azocar, 1999:26.

tica". O art. 13, também secreto, assinalava que a Dina seria a sucessora da comissão denominada por essa mesma sigla, Comisión Dina, organizada em novembro de 1973, validando, de fato, todas as ações empreendidas anteriormente pela agência.

Ainda que o conjunto de suas funções supusesse a participação de pessoal civil, a Dina foi organizada sob um regime disciplinar castrense, sendo formada em sua maioria por pessoal das Forças Armadas e de segurança (*Informe Retting*, 1991). Os altos cargos do órgão sempre se concentraram nas mãos do Exército, com alguma participação de oficiais da Marinha e da Força Aérea. Estima-se que no começo contava com um plantel de cerca de 500 pessoas, tendo atingido a casa de 9 mil nos momentos de maior atuação (Memoria Viva, s.d.).

Não obstante as funções definidas na legislação, na prática a Dina se arrogou várias outras. Uma vez instalada, assumiu a responsabilidade pela repressão, até então desenvolvida por vários ramos das Forças Armadas e pelos policiais *carabineros* – que inclusive continuaram suas operações como a principal força policial do país –, e passou a "interrogar", classificar e separar as pessoas recolhidas nos principais centros de detenção existentes naquele momento (Policzer, 1998:10).

Para o cumprimento de suas funções, desenvolveu inúmeras tarefas e programas de apoio, incluindo o controle de registros públicos, o estabelecimento de uma rede de colaboradores dentro dos setores públicos e nos meios de comunicação, arrogou-se o direito de aprovar ou vetar a nomeação e a autorização de benefícios estatais, além de se associar a outros serviços de inteligência e segurança no exterior, tais como dos EUA. A Dina possuía um forte vínculo com a CIA – responsável pelo treinamento de muitos de seus membros e por um grande suporte financeiro –, com a Coréia do Sul, Irã, Alemanha, Israel etc. (*Informe Retting*, 1991; Guzmán, 2005).

Subordinada à Dina, funcionava uma série de agrupamentos, unidades, brigadas e departamentos, além de equipes de assessores. Tratava-se de unidades responsáveis por operações ligadas aos serviços de governo; pelo "grampeamento" dos serviços telefônicos e de intervenção em outras formas de comunicação; pelo setor financeiro; pela propaganda ou "guerra psicológica"; além daquelas responsáveis pela repressão propriamente dita. A Dina também possuiria uma Escuela Nacional de Inteligencia e equipes de assessores, compostas por advogados e médicos, além de um sem-número de colaboradores,

entre eles pessoas que, sob tortura ou outros meios de coerção, passaram a colaborar com a agência (*Informe Retting*, 1991).

Algumas ações desencadeadas pela Dina no exterior tiveram uma imensa repercussão internacional. Entre elas, o assassinato do general Carlos Prats e sua esposa, em setembro de 1974 em Buenos Aires,[50] a tentativa de assassinato do ex-presidente chileno Bernardo Leighton em outubro de 1975 em Roma[51] e, por fim, talvez o de maior impacto entre eles, o assassinato de Orlando Letelier e sua secretária Ronnie Moffit em Washington, em 1976.

O auge das inter-relações entre serviços de inteligência/segurança latino-americanos se concretizaria com a criação do grupo Condor, já citada neste trabalho. O grupo, cuja primeira reunião se realizou em 1975, entre os dias 25 de novembro e 1º de dezembro, contava com representantes da Argentina, do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e teria sido planejado pelo coronel Contreras, que se tornaria o responsável por sua condução.[52] Mais do que um conjunto de operações repressivas desencadeadas por esses países, Condor seria uma unidade concreta do Departamento Exterior da Dina (*Informe Retting*, 1991).

A Dina desenvolveu um padrão típico de comportamento, que incluía o uso de agentes descaracterizados, recrutados no âmbito das Forças Armadas, mas agindo de forma institucionalizada por fora da estrutura de mando oficial. Mantinha secretamente vários centros de reclusão, onde a prática de tortura era a regra e várias medidas eram tomadas para manter o caráter sigiloso e clandestino desses lugares. Também desenvolveria ações ilícitas no âmbito financeiro, que incluiriam variadas formas de associação com pessoas civis ou jurídicas, o estabelecimento de empresas próprias, a apropriação de veículos e de bens de pessoas detidas, além de contas bancárias espalhadas por vários países (*Informe Retting*, 1991).

Amparada ideologicamente pela DSN e "legalmente" pelo Decreto-Lei nº 1.009, de 8 de maio de 1975, que explicitamente lhe facultou capacidades para

---

[50] O general Carlos Prats havia sido comandante-em-chefe do Exército chileno durante o governo Allende e havia esboçado uma forte reação à possibilidade de um golpe militar.

[51] Bernardo Leighton foi vice do presidente Eduardo Frei entre 1964 e 1970 e foi uma importante voz da oposição ao regime chileno.

[52] Um dos convites enviados por Contreras para essa reunião foi encontrado no Departamento de Policía de Assunção, sendo descoberto em 1992.

realizar apreensões, a Dina desencadeou, juntamente com os serviços de inteligência militares, uma guerra interna dentro do país, que conduziu à repressão e eliminação de determinados setores considerados inimigos do Estado.[53]

Interessante destacar que, no artigo "A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet", Pablo Policzer constata uma redução dos níveis de violência após o início das operações de repressão pela Dina. De acordo com os estudos realizados, Policzer afirma que houve uma mudança no *modus operandi* do sistema repressivo que vinha sendo desencadeado pelos militares imediatamente após o golpe. Ao invés de deter uma grande quantidade de "supostos subversivos", a Dina teria passado a selecionar criteriosamente seus oponentes. Como resultado, o número de pessoas mortas ainda em 1973, que foi de 1.800, teria caído para cerca de 400 em 1974, para cerca de 150 em 1975 e 1976, concentrando-se nos componentes do MIR e do Partido Comunista. Anteriormente, os altos níveis de violência perpetrados pelos oficiais responsáveis pela repressão no país, seja através da tortura, das execuções sumárias ou dos desaparecimentos, atingiram não apenas os "opositores" do regime, categoria que admite a presença de quaisquer representantes dos setores civil e militar do país, como também membros das Forças Armadas que se recusassem a reproduzir o padrão de conduta estabelecido para a repressão (Policzer, 1998:7-10).[54]

O assassinato do general Letelier em 1976 marcaria o ápice do poder desses "exterminadores", mas também o início de sua queda (Policzer, 1998:11). Ao confirmar a relação existente entre esse assassinato e a Dina, o governo norte-americano passou a pressionar o general Pinochet para extingui-la e restaurar o estado de direito. Somada às críticas internas de importantes setores de dentro do governo e das Forças Armadas, já descontentes com o poder assumido por Contreras, a pressão norte-americana produziu efeito.

A atuação da Dina estaria ameaçando a legitimidade que vários setores que apoiaram o golpe procuravam construir, não apenas dentro do país, mas

---

[53] Até 2005, o general da reserva Manuel Contreras já havia sido processado e condenado pelo desaparecimento de 200 pessoas e responsabilizado pela tortura de cerca de 7 mil chilenos. Ver o depoimento dado por Manuel Contreras à revista colombiana *La Semana* (Guzmán, 1985).

[54] A operação que acarretava o transporte de oficiais pelo país para impor a adequação aos padrões disseminados, responsável pela execução sumária de várias pessoas, seria posteriormente conhecida como *Carabana de la Muerte*.

perante a comunidade internacional. O argumento para a extinção da Dina extrapolava a questão dos direitos humanos e atingia o questionamento em relação à eficiência da agência de inteligência, incapaz de prever possibilidades de guerra entre o país e seus vizinhos, que ameaçariam o regime político vigente (Policzer, 1998:16). Em maio de 1977, os chilenos foram pegos de surpresa pelo anúncio da Argentina, que declarou seu interesse em estabelecer soberania sobre o canal de Beagle, o que quase conduziu os dois países a deflagrarem uma guerra. Situação tensa também foi criada pela Bolívia que, em março de 1978, às vésperas do centenário da Guerra do Pacífico, cortou relações com o Chile, em função da ausência de preocupação deste país em encontrar uma solução para o problema na Bolívia, que havia ficado sem saída para o mar.

A partir do momento em que passou a significar um peso político para a administração de Pinochet, a Dina ficou ameaçada. Ante o conjunto de pressões internas e externas, o presidente Pinochet cedeu e anunciou em agosto de 1977, durante a visita do subsecretário de Estado Terence Todman a Santiago, a extinção da Dina e a sua substituição pela Central Nacional de Inteligência (CNI), que daria prosseguimento às suas atividades, ainda que em uma escala menor.[55]

A criação da CNI ocorreu através do Decreto nº 1.878, de 13 de agosto de 1977. A Dina havia sido extinta pelo Decreto nº 1.876, de mesma data. Assim como sua antecessora, a CNI possuía faculdades para requerer informações que considerasse necessárias para a manutenção da segurança a "cualquiera servicio del Estado, municipalidades, personas jurídicas creadas por ley o de las empresas o sociedades en que el Estado o sus empresas tengan aportes de capital, representación o participación".[56]

A agência foi criada como um organismo militar, parte integrante do Sistema de Defensa Nacional e, assim como a Dina, continuaria orientada a dar segurança ao governo e ao regime. Para o desempenho de suas funções, contaria com pessoal das Forças Armadas e com pessoal civil.

Ainda que os dois órgãos tenham sido criados com as mesmas funções e atribuições, duas importantes distinções devem ser destacadas. Primeiro, como tentativa de demonstrar a preocupação do governo com a legitimidade das ações

[55] Decreto-Lei nº 1.876, de 13-8-1977.

[56] Decreto nº 1.878, de 13-8-1977.

desenvolvidas pela agência, ficou estabelecido que a CNI – ao contrário da Dina, que agia com muito mais liberdade – apenas poderia deter pessoas a partir de uma ordem judicial. Segundo, a Dina havia funcionado como órgão autônomo, separado da hierarquia militar e diretamente subordinado à Junta de Gobierno. No caso da CNI, foi estabelecido algum tipo de controle, ao colocá-la sob a jurisdição do Ministerio de Defensa e ao determinar que o vínculo com o Comando Supremo dar-se-ia através do Ministerio del Interior.

Em princípio, a CNI foi conduzida pelo próprio Contreras, naquele momento já promovido a general, mas que pouco tempo depois seria substituído pelo general Odlanier Mena, que permaneceria no cargo até 1980 e imprimiria maior presença pública da CNI junto à sociedade chilena. De acordo com dados da Vicaría de la Solidariedad, o número de pessoas mortas durante a administração de Mena foi drasticamente reduzido e os desaparecimentos ocorridos durante aquele período pouco provavelmente estariam vinculados à CNI.[57]

Entretanto, a reativação do MIR, propiciada pelo regresso de seus membros do exílio, e a criação do grupo paramilitar Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR) – braço armado do Partido Comunista que renegou seus princípios pacifistas, decretando que todas as formas de resistência contra a ditadura seriam legítimas, "inclusive a violência" (Policzer, 1998:17) – causaram uma reviravolta na condução da CNI.

Quando Pinochet condicionou a realização de prisões pela CNI ao uso de mandados judiciais e vinculou-a diretamente ao Ministerio del Interior, isso realmente implicou um determinado grau de garantia aos cidadãos chilenos, que passaram a ter um maior conhecimento dos canais de informações, assim como inibiu o desenvolvimento de ações clandestinas. Entretanto o governo reagiu rápida e implacavelmente às ações reiniciadas pelo MIR e pela FPMR.[58]

---

[57] Sucessora do Comité Ecuménico de Cooperación para la Paz en Chile (Copachi), atuou inicialmente como um centro de amparo aos familiares das vítimas da repressão e posteriormente como o principal órgão a fornecer amparo legal e social aos prisioneiros políticos e trabalhadores desempregados em função de questões políticas. Extinta em 1976 por pressões do general Pinochet, a Vicaría de la Solidariedad produziu um inesgotável acervo de informações sobre detidos e desaparecidos no Chile.

[58] O assassinato do coronel Roger Vergara, diretor da Escuela de Inteligencia del Ejército, ocorrido em 15 de julho de 1980 e que marcaria o reinício das ações do MIR, também teve como conseqüência a criação do Comando de Vengadores de Martires (Covema), grupo formado pelo pessoal do Servicio de Investigaciones e pelos Carabineros.

Sua primeira ação foi nomear o general linha-dura Humberto Gordon em substituição ao general Mena, que havia conduzido a CNI de maneira menos drástica que Contreras. Os assassinatos realizados pelo MIR possibilitaram à CNI burlar o decreto de sua criação, ao recorrer ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.009, aquele de maio de 1975, que reconhecia publicamente, pela primeira vez, a faculdade da Dina de "detener preventivamente a las personas a quienes se presuma fundamentalmente culpables de poner en peligro la seguridad del Estado", em casos de emergência ou sob o regime de estado de sítio. A partir de então, a CNI aumentou suas ações repressivas. Egressos da Dina reapareceram e a CNI realizou milhares de detenções, as quais resultavam, em sua maioria, em torturas. Assim como a Dina, a CNI também possuiu vários centros clandestinos de detenção, interrogatórios e tortura. Há quem afirme que, em termos de infraestrutura, a CNI ainda teria sido maior do que a Dina (García, 2002). Daí a afirmativa de que a CNI daria prosseguimento às ações desencadeadas pela Dina, ainda que os níveis de repressão fossem menores.

Mas, sem dúvida, a CNI aprendeu com os erros da Dina. Atuando em um contexto político diverso do da Dirección e recorrendo amplamente ao recurso da "negação plausível" – ao devolver aos familiares os corpos de prisioneiros mortos, que coincidentemente teriam morrido, em sua maioria, em função de "choques" ocorridos entre os próprios prisioneiros –, deixou um rastro de ódio menor que o de sua antecessora, se é que é possível graduar esse tipo de sentimento.

Em 1989 teria início a discussão sobre a extinção da CNI, que ocorreria oficialmente em 22 de fevereiro de 1990, pouco antes da transferência da administração do governo militar para o governo civil. Os militares que trabalharam na Central foram enviados para a reserva, sendo o Exército a única força a reincorporar seu pessoal. Seria também o Exército que passaria a custodiar seus arquivos. Ao que tudo indica, esse pessoal não absorvido se transferiu, em sua maioria, ou para o setor privado de investigações, ou para o crime organizado ou para os grupos guerrilheiros.[59]

Além das seções responsáveis pela inteligência militar propriamente dita, existem órgãos de inteligência com capacidade operativa dentro dos três ramos das Forças Armadas, do Ministerio de Defensa e dos Carabineros. Os primeiros

[59] Guillermo Holzman, entrevista realizada em Santiago em 10 de outubro de 2002.

indícios da elaboração de um órgão de inteligência militar chileno são encontrados no Exército. Logo após o fim da Guerra do Pacífico e como forma de profissionalizar o Exército, foi criado no Chile o Estado Mayor General, que se responsabilizaria pelo desenvolvimento das tarefas de inteligência. Essa implementação ocorreria em 1891, com a assessoria de oficiais alemães (Dirección, 2001:137-149). Em 1901 seria criado o Departamento de Reconocimiento e Informaciones, transformado em 1964 na Dirección de Inteligencia del Ejército (Dine). Seria composta basicamente por militares da ativa, com algumas exceções para oficiais da reserva e civis (Prieto, 2002:259).

O Exército também contou com o Servicio de Inteligencia Militar (SIM), que desempenhou um importante papel na perseguição dos militantes e simpatizantes dos partidos vinculados à UP e seus mais importantes dirigentes, imediatamente após o golpe de 1976. Aliás, afirma-se que esse órgão teria exercido um papel destacado na própria elaboração do golpe (Human Rigths in Chile, s.d.). De acordo com o *Informe del Experto sobre la cuestión de la suerte de las personas desaparecidas o cuyo paradero se desconoce en Chile* (1980), naquele momento o SIM seria o serviço de inteligência mais desenvolvido das Forças Armadas. O SIM teria sua ação reduzida após a criação da Dina, para a qual seria transferida boa parte de seus efetivos. Até meados de 1974, seguiu como o principal serviço de inteligência chileno a atuar nas províncias e, após esse período, passaria a atuar em estreita cooperação com a Dina. Responsável pela repressão no interior do país, detinha pessoas, interrogava-as e posteriormente as enviava para Santiago, para que ficassem a cargo da Dina (*Informe del Experto*, 1980).

Em relação à Armada, o Departamento de Inteligencia Naval (DIN) foi criado em 1965, através de seu Estado Mayor General (Torres, 2004). Em 1968, transformar-se-ia em Servicio de Inteligencia Naval (SIN), nome pelo qual se tornaria extremamente famoso durante o governo Pinochet, mesmo tendo seu nome novamente alterado para Dirección de Inteligencia de la Armada (Dirinta), em 1986.

O Servicio de Inteligencia de la Fuerza Aérea (Sifa) foi criado em 1976. Distribuído em todo o país, seria responsável por processar toda informação sensível à sua área de competência (Prieto, 2002:260). Subordinado à Dirección de Operaciones del Estado Mayor de la Fuerza Aérea, o Sifa receberia freqüentemente instruções diretas do comando-em-chefe. Além de desenvolver as tarefas profissionais vinculadas tradicionalmente à inteligência militar, tam-

bém possuiria um grupo de operações responsável pela repressão política. Teve como principal QG a Academia de Fuerza Aérea e seria integrado inicialmente por oficiais, suboficiais, soldados e conscritos da Fach e por membros da Policía de Investigaciones. Para auxiliá-lo no desenvolvimento de suas funções, a Fach ainda contrataria civis, a maioria deles membros de grupos nacionalistas ou de extrema direita, tais como Movimiento Patria Y Liberdad, que passariam a atuar como agentes do Sifa (*Informe Retting*, 1991).

Em meados de 1974, o Sifa se destacaria, paralelamente à Dina, como um dos serviços de informações de maior atuação dentro do sistema repressivo. Paralelamente, porque naquele momento prevalecia uma extrema rivalidade entre esses órgãos, resultado principalmente do acordo que o Sifa tentou estabelecer com líderes do MIR em julho daquele ano. O Sifa, utilizando-se de intermediários, havia proposto ao MIR libertar os membros do organismo detidos em seu poder e, em troca, seus líderes teriam de abandonar o país e garantir que não desencadeariam outras ações no prazo de três anos, além de entregar suas armas (Rojas, 1988:68).

A não-aceitação do acordo por parte do MIR teve como conseqüência uma perseguição desenfreada a seus membros, os quais se tornariam as principais vítimas do Sifa. Entretanto, após o fracasso das negociações entre o Sifa e o MIR, a Dina se teria proposto realizar, com exclusividade, o desmantelamento da organização, colidindo de frente com os interesses do Sifa. Teriam sido freqüentes as disputas dos dois órgãos pela detenção de importantes membros desse movimento, acarretando, várias vezes, buscas simultâneas ou sucessivas na casa de uma mesma pessoa (*Informe Retting*, 1999).

Posteriormente transformada em Dirección de Inteligencia de la Fuerza Aérea (Difa), teria desenvolvido uma atuação repressiva ainda maior. Aliás, a transformação de Sifa em Difa no ano de 1975 visava justamente ampliar a capacidade da Fach em relação ao seu sistema de informações, à sua capacidade de detectar possíveis infiltrações, além de atuar com mais eficácia na neutralização do inimigo interno, dessa vez enfatizando a repressão aos membros do Partido Comunista. Sua estrutura seria composta basicamente por duas áreas, divididas aproximadamente entre seis ou sete seções. Uma dessas seções seria a de Operaciones Especiales, cujos membros participariam ativamente do Comando Conjunto (*Informe Retting*, 1991).

Além desses órgãos diretamente vinculados aos três ramos das Forças Armadas, para assimilar de maneira mais completa a atuação da comunidade de

inteligência chilena durante o regime militar, também devemos conhecer os órgãos de informações criados por Carabineros durante o regime militar, que atuariam em estreita parceria com a Dina.

Imediatamente após o golpe de 1973, a força policial Carabineros foi declarada pela Junta instituição militar de *status* equivalente ao das Forças Armadas e colocada sob a jurisdição do Ministerio de Defensa. Com poderes maiores do que quando se encontrava subordinada ao Ministerio del Interior, a força criou o Servicio de Inteligencia de Carabineros (Sicar), em substituição à Comisión Civil de Carabineros. Já em 1974 esse serviço seria substituído pela Dirección de Inteligencia de Carabineros (Dicar), mas várias de suas funções desenvolvidas no interior do país permaneceriam funcionando sob a chancela do Sicar, dificultando a delimitação temporal de atuação desse órgão.

Tanto no caso do Sicar como do Dicar, o diretor dependia diretamente da direção geral da instituição. Além de um diretor, contava com um subdiretor, aos quais estariam subordinados cinco departamentos, responsáveis pelas funções de inteligência, contra-inteligência, análise de informações e proteção a determinados serviços públicos (*Informe Retting*, 1991).

No princípio, seguindo a linha estabelecida pelos militares, o órgão responsável pela tarefa de inteligência deveria identificar e reprimir os membros do próprio corpo da instituição que tivessem respaldado o governo anterior. Depois, a partir da implementação da Dina, esses órgãos passariam a atuar em estreita colaboração. Apesar da ausência de um vínculo explícito/oficial, em 1974 o Dicar destinou parte de seus membros à Dina. Carabineros se tornariam os principais incumbidos da vigilância dos locais de detenção e tortura sob responsabilidade da Dirección, além de realizar detenções, interrogatórios e torturas (*Informe del Experto*, 1980). Mesmo os policiais *carabineros* que não trabalhavam vinculados à Dina, a ela entregavam todas as pessoas que haviam detido por razões políticas. Essa comunicação seria realizada através da Central de Radiopatrulhas de Carabineros, que mantinha uma freqüência de rádio secreta com a Dina. Dessa forma, não havia nenhum registro formal de que a pessoa teria sido presa e muito menos que teria sido transferida para as mãos da Dina (*Informe Retting*, 1999).

A ausência de legislação, seja secreta ou pública, ou talvez a ausência de acesso a informações oficiais relacionadas aos organismos chilenos, não nos permite definir com precisão muitas datas de criação, extinção, funções e responsabilidades, importantes referências para o desenho instituciona do siste-

ma, deixando-nos como única alternativa confiar na veracidade das informações produzidas pelos principais organismos de direitos humanos chilenos, que desenvolveram um seriíssimo e importante trabalho ainda durante o período ditatorial, e pelos parcos trabalhos que abordam esse órgãos da perspectiva institucional.

Entretanto, às vezes os dados encontrados sobre determinados órgãos não são coincidentes, obrigando-nos a trabalhar com um grau de incerteza ainda maior, como é o caso da criação da Dirección de Comunicações de Carabineros (Dicomcar), órgão responsável pela inteligência dos Carabineros, em substituição à Dicar.

A Dicomcar teria sido criada ou em 1981 (Prieto, 2002:260) ou 1983 (Policzer, 1998:18), com a responsabilidade de liderar ataques contra-insurgentes durante um período marcado pelo crescimento da resistência aberta ao regime. Responsável por vários crimes políticos que causaram grande comoção pública, em 1985 foi substituída pelo Departamento de Asuntos Internos (DAI).

A Dicomcar tornar-se-ia tristemente conhecida em função do seqüestro e degola, em março de 1985, de três membros do Partido Comunista, importantes colaboradores da Vicaría. A deplorável atuação da Dicomcar acarretaria graves prejuízos não apenas para a instituição Carabineros, mas para o próprio governo militar. A reação desencadeada pela sociedade e por vários setores políticos obrigou o governo a tomar uma postura decisiva em relação ao caso. Os oficiais suspeitos do crime foram levados a julgamento e a própria CNI auxiliou a justiça a condenar os policiais *carabineros* envolvidos. Nessa ocasião, a Dicomcar seria rebaixada a departamento, sendo transformada em Departamento de Asuntos Internos, vinculado à Dirección de Orden y Seguridad de Carabineros de Chile.

As relações que os Carabineros tiveram com a CNI foram bem distintas das estabelecidas com a Dina, talvez em função das diretrizes estabelecidas pelo general Mena assim que assumiu sua direção. Apesar dos indícios de colaboração, várias foram as vezes em que houve conflito sobre a forma em que ela deveria ocorrer (Prieto, 2002).

O relatório detalhadamente produzido pela CNI seria peça fundamental na identificação dos criminosos e condenação dos policiais *carabineros*. A condenação provocaria a renúncia de todo o alto-comando da instituição, forma de protesto contra o resultado do julgamento, encontrada pelos oficiais que sustentavam que os *carabineros* não estavam envolvidos, e que a justiça e a CNI se

teriam precipitado. Essa renúncia conduziria a uma nova cisão na composição do governo, já que entre esses oficiais se encontrava o general César Mendoza, representante de Carabineros na Junta Militar de Gobierno desde 1973. Ocorrido em um momento completamente inoportuno para o governo, que vislumbrava a possibilidade de reforçar os graus de legitimidade do seu poder através do plebiscito imposto pela Constituição de 1980, e que aconteceria dentro de três anos, o caso pode ter funcionado como o *fiel da balança*, quando o governo perdeu o plebiscito por uma mínima margem de diferença de votos. Um pouco à semelhança da vergonhosa derrota das Malvinas na Argentina e do caso Riocentro no Brasil, o episódio *Degollados* representaria fator decisivo no declínio do poder militar.

Na área de inteligência/segurança militar, ainda haveria no Chile dois agrupamentos compostos por oficiais de diferentes ramos das Forças Armadas, um com atuação concentrada na província de Concepción e outro em Santiago.

Em Concepción, região na qual teve origem o MIR, o Servicio de Inteligencia Regional (Sire) assumiria o controle do local com a responsabilidade de perseguir membros do principal grupo guerrilheiro do país (*Informe Retting*, 1991). Integrado por membros da Armada, do Exército, de Carabineros e do Servicio de Investigaciones, o Sire provavelmente se encontraria organicamente vinculado à estrutura de mando da Dina e seria o responsável por manter prisioneiros em distintos lugares, bem como pela tortura e morte de várias pessoas nessa região (Torres, 2004).

No caso de Santiago, cremos que serão necessárias mais do que essas meras linhas para falar do segundo grupo que mesclava membros dos vários ramos castrenses. Tratava-se do Comando Conjunto (CC), uma coordenação de inteligência e repressão política que concentraria suas atividades em Santiago e que seria integrado por representantes de quase todo o sistema repressivo chileno, à exceção da Dina.

Não constatamos consenso em torno do tempo exato em que o CC teria funcionado, mas podemos afirmar que teria atuado, pelo menos, entre os anos de 1975 e 1977. Por ainda existir pouca clareza em relação às operações desencadeadas por essa "entidade", várias também foram as hipóteses elaboradas sobre sua criação e funcionamento, entre as quais destacamos pelo menos duas.

A raiz da criação do CC se localizaria, para alguns, na relação estabelecida entre o SIN e a Sifa/Difa, na qual a Fuerza Aérea solicitaria a ajuda da Armada

para reprimir o MIR. Essa demanda se daria em função da existência de um banco de dados produzido pelo SIN antes mesmo do golpe, para identificar grupos de apoio à Unidad Popular (a existência desses arquivos é corroborada pelos dados anteriormente apresentados sobre a criação do SIN). Essa cooperação teria criado um fluido intercâmbio de informações entre os militares, que resultaria na formação do CC, "grupo represivo que salió a luz pública en 1975" (Ramírez, 2001).

A explicação mais plausível para a articulação do CC, fornecida pelo *Informe*, seria o receio em relação ao acúmulo de poder nas mãos do coronel Contreras e da Dina. Seu rápido crescimento, o amplo raio de ação que atingia, e a opacidade e impermeabilidade a qualquer tipo de controle teriam provocado temores entre oficiais e membros dos vários outros setores de inteligência. Temores que aumentariam após a ordem confidencial escrita pessoalmente por Pinochet e disseminada para os comandos-em-chefe, através dos ministérios do Interior e Defensa, determinando que a detenção de todas as pessoas que atentassem contra a ordem política instaurada seria de exclusiva responsabilidade da Dina. A obrigação de conduzir membros de suas próprias fileiras, detidos por suspeita de colaboração ou pertencimento a movimentos de esquerda, significava uma intervenção direta da Dina dentro de cada uma das hierarquias. Nessa perspectiva, a manutenção das operações de busca, com uma evidente participação de membros civis nacionalistas de ultradireita (Movimento Pátria y Liberdad), e a conseqüente recusa da Fuerza Aérea, através da Difa, em obedecer essa ordem, implicaria a existência do CC, agrupamento que seria reforçado no fim de 1975 através da colaboração de membros das outras forças, mantendo-se a predominância da Fach (*Informe Retting*, 1991).

Organizado sem uma formalização institucional, o CC atuou de forma completamente clandestina. A sua existência apenas seria revelada em 1984, mediante a confissão de um de seus ex-agentes, o cabo da Fach Andrés Valenzuela Morales (García, 2000).

De acordo com os dados apresentados pelo *Informe Retting*, o CC não teria sido organizado com o objetivo de eliminar o MIR, mas sim os membros do Partido e da Juventude Comunista. Para cumprir seus objetivos, um de seus chefes, provavelmente oriundo da Fach, teria ordenado a obtenção de informações sobre o PC na área sul de Santiago, a qual, militarmente, se encontraria sob sua responsabilidade.

Direcionados para a repressão política, os serviços de informações/inteligência militares chilenos, em conjunto, foram igualmente acusados de serem

incapazes de atender à função de dotar o Estado de informações capazes de preveni-lo diante de surpresas desagradáveis, mesmo no âmbito interno. Foram incapazes de prever o movimento guerrilheiro Montaña de Neltume, composto por uma frente de sobreviventes do MIR, surgido durante os anos 1980, o atentado contra o general Pinochet em 1986, a derrota no plebiscito presidencial de 1988, e de identificar o esconderijo de armas da FPMR, em Carrizal Bajo, para onde estavam sendo destinadas 80 toneladas de armas e munições que vinham sendo enviadas pelo governo cubano via Nicarágua.

Conclusões

Partindo de uma perspectiva comparada, podemos afirmar que, na Argentina, a ditadura foi caracterizada por baixos níveis de institucionalização, pela ausência de vínculos com a sociedade política, pela fragmentação institucional castrense e pela total falta de legitimidade, resultante da dinâmica empreendida no processo de repressão, marcada por altíssimo nível de violência. Os principais responsáveis por essa violência foram os órgãos e organismos de inteligência, alguns existentes antes mesmo de seu início. Dotados de meios próprios de coleta de informações e de elevados graus de autonomia, esses órgãos mantiveram ênfase nos elementos de segurança internos, desenvolvendo pouquíssima capacidade para servir aos interesses da defesa nacional, haja vista a vergonhosa atuação no conflito das Malvinas. Orientados pela doutrina de segurança nacional, esses serviços, além de se especializarem na luta anti-subversiva, utilizaram os instrumentos disponíveis, fossem eles materiais ou normativos, para proveito próprio e para a defesa de interesses políticos.

No caso brasileiro, a ditadura foi caracterizada por altos níveis de institucionalização, por uma clara separação entre governo e instituição militar, por um forte apoio de setores da elite política e econômica nacional e pela presença de uma divisão militar interna que a antecedia. Nesse período, ainda que isso não seja assumido pela maioria dos militares, os procedimentos de tortura foram institucionalizados como meios de desarticulação da oposição política, sendo os órgãos de informações os principais responsáveis por desencadear esse tipo de violência. Esses órgãos agiam com elevados graus de autonomia, tendo por limite apenas o interesse do governo militar em preservar os seus aspectos de legitimidade, freios que ficariam completamente suspensos no período imediatamente subseqüente à edição do AI-5.

Por fim, podemos afirmar que o regime militar chileno foi caracterizado por um elevadíssimo grau de institucionalização do regime e por uma personificação do poder nas mãos do general Pinochet. A total desinstitucionalização do regime anterior conduziria à imposição de uma Constituição que não reflete a vontade da maioria do povo chileno, extremamente fragmentado em relação às leituras do regime, e que condenaria, de alguma maneira, a estrutura política do país até os dias de hoje. O processo inicial de construção do sistema de inteligência chileno indica a ênfase dos órgãos/organismos de inteligência na segurança interna, marcada por elevadíssimos níveis de repressão que contavam com a cumplicidade e apoio de parcela da elite política chilena. A divisão desses órgãos entre civis e militares nesse caso serve apenas como critério de apresentação do sistema, uma vez que funcionavam sob o regime disciplinar castrense e eram praticamente quase todos ocupados por militares. Todos dotados de meios próprios de coleta de "informações/vítimas" e com alto grau de autonomia na definição de seus objetivos. Funcionavam sem nenhum tipo de controle e possuíam limitada capacidade para atender aos interesses da defesa nacional.

Referências bibliográficas

ACUÑA, Carlos et al. *Juicio, castigos y memorias*: derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

______; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: ACUÑA, Carlos et al. *Juicio, castigos y memorias*: derechos humanos y justicia em la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

AGUERO, Felipe. Legacies of transitions: institutionalization, the military, and democracy in South America. *Mershon International Studies Review*, n. 42, 1998.

ANTUNES, Priscila C. Brandão. *SNI e Abin*: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: transición y modernización. In: *Transición y relaciones civil-militares en Chile en el nuevo marco internacional*. Santiago: Flacso-Chile, 1996.

______. A detenção do general Pinochet e as relações civil-militares. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARGOLO, José; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luís. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

AZOCAR, Pablo. *Pinochet, epitafio para un tirano*. Santiago: Cuarto Propio, 1999.

BOIMVASER, Jorge. *Los sospechosos de siempre*: historia del espionage en Argentina. Buenos Aires: Planeta, 2000.

CAVALLO, Ascanio; SALAZAR, Manuel; SEPÚLVEDA, Oscar. *La historia oculta del régimen militar*: memoria de una época, 1973-1988. Santiago: Grijalbo, 1997.

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CERESOLE, Norberto. *Crisis militar argentina*. Buenos Aires: Instituto Interamericano de Cooperación Tecnológica y Relaciones Internacionales, 1988.

CODÓ, Enrique Martinez. *Resenha histórica de la inteligencia militar del Ejército argentino*. Buenos Aires: Puma, 1999.

COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS. *Informe del Experto* sobre la cuestión de la suerte de las personas desaparecidas o cuyo paradero se desconoce en Chile. E/CN. 4/1363. Washington: Naciones Unidas, 1980.

CONADEP. *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*: Brasil 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CRUZ, María Angélica. *Iglesia, represión y memoria*: el caso chileno. Madrid: Siglo Veinteuno, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

______; SOARES, Gláucio Ary Dilon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe*: memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

______; ______; ______. *Os anos de chumbo*: memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995a.

______; ______; ______. *A volta aos quartéis*: memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995b.

DIAMOND, Larry; PLATNER, Marc. *Civil relations and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins, 1996.

DIRECCIÓN DE INTELIGENCIA DEL EJÉRCITO. *La inteligencia militar en Chile*: cien años de la Dirección de Inteligencia del Ejército de Chile, 1901-2001. Santiago: Instituto Geográfico Militar, 2001.

EMÍLIO, Luís A. Bittencourt. *O Poder Legislativo e os serviços secretos no Brasil*: 1964-1990. Brasília: Faculdades Integradas da Universidade Católica de Brasília, 1992.

ESCALANTE, Jorge. Las instrucciones notariales de Pinochet al general Contreras. *La Nación*, Santiago, 19 dic. 2004.

FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Senac, 2000.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRUHLING, Hugo; WAISER, Myrian. La violencia contra el Estado en Chile. In: *El Estado frente el terrorismo*. Santiago: Atena, 1995.

FUENTES, Claudio. *El discurso militar en la transición chilena*. Santiago: Flacso-Chile, 1996.

GARCÍA, Julio Oliva. Comando Conjunto: el terrorismo desde la Fach. *Memoria y Justicia*. Los procesos en contra de Augusto Pinochet en Chile. 2000. Disponível em: <www.memoriayjusticia.cl/espanol/sp_redes-comando.html>.

GOBIERNO DE CHILE. *Informe Retting*. Santiago de Chile, 4 mar. 1991. Disponível em: <www.gobiernodechile.cl/comision_valech/capitulo6.asp>.

GUZMÁN, Nancy. La CIA instruyó a la Dina. *La Semana*, Bogotá, 2005. Disponível em: <www.estocolmo.se/chile/contreras_diciembre07.htm>.

HUMAN RIGHTS IN CHILE. *DDHH bajo la dictadura. The legacy*. Disponível em: <www.chipsites.com/derechos/dictadura_autores_2_esp.html>.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Forense, 1975.

______. *O soldado e o Estado*: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996a.

______. Reforming civil-military relations. In: DIAMOND, Larry; PLATNER, Marc. *Civil relations and democracy*. Baltimore: Johns Hopkins, 1996b.

LAGOA, Ana. *SNI*: como nasceu, como funciona. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LINZ, Juan. The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil*: origins, policies and future. New York: Yale University Press, 1973.

______. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

______; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOPEZ, Ernesto. *Ni la ceniza ni la gloria*: actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna*: a dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969). São Carlos: UFSCar, 1996.

MEMORIA VIVA. *Historia de la creación de la Dina*. Disponível em: <www.memoriaviva.com/culpables/organizaciones/dina_estructura.htm>.

MENENDEZ-CARRION, Amparo; JOIGNANT, Alfredo (Eds.). *La caja de Pandora*: el retorno de la transición chilena. Santiago: Planeta, 1999.

MORAES, João Quartim. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp, 2001. (Coleção Trajetória, n. 7).

MOULIÁN, Tomás: *Chile actual*: anatomía de un mito. Santiago: Arcis-LOM, 1997.

O'DONNEL, Guillermo. *Contrapontos*: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1986.

______; SCHIMITTER, Philippe; WHITEHEAD Laurence. *Transiciones desde un gobierno autoritário*. Buenos Aires: Paidós, 1988. v. 2.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor*: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

______; SOARES, Samuel. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.

POLOMER, Azun Candina. El dia interminable, memoria e instalación del 11 de septiembre de 1973 em Chile (1974-1999). In: JELIN, Elizabeth (Comp.). *Las conmemoraciones*: las disputas en las fechas "in-felices". Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2002.

PRIETO, Carlos Maldonado. Los carabineros de Chile: historia de una policía militarizada. *Ibero-Americana, Nordic Journal of Latin American Studies*, Helsinque, v. 20, n. 3, 1990.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação*: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

RENATO, Cláudio. Ex-presidente Figueiredo assume que houve tortura no país. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1996. Disponível em: <www.Estado.com.br>.

STEPAN, Alfred (Ed.). *Authoritarian Brazil*: origins, policies and future. New York: Yale University Press, 1973.

______. *Os militares*: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TORRES, Jorge. En las entrañas de la comunidad de inteligencia chilena. *Red Voltaire*, 4 mayo 2004. Disponível em: <www.redvoltaire.net/article825.html>.

Parte IV

Movimentos de resistência e oposição

10 Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970*

*Maria Paula Araujo***

Apresentação

O tema desta mesa-redonda são os movimentos de resistência, de luta, de enfrentamento e de oposição aos regimes militares na América Latina e o tema da minha comunicação, em particular, é a radicalidade política da juventude que compunha uma parte significativa das organizações e partidos de esquerda latino-americanos.

Esta comunicação faz parte de uma linha de pesquisa que venho desenvolvendo aqui na UFRJ sobre a história das esquerdas no Brasil, a partir da qual se estrutura um acervo de depoimentos orais intitulado Memórias de Esquerda".[1] As entrevistas estão quase todas transcritas e abertas à consulta pública.

A comunicação que eu vou fazer aqui, enfocando juventude e radicalidade, procura dar conta de uma questão específica: a construção do conceito de "vio-

---

* Este texto incorpora algumas questões surgidas no momento do debate com o plenário, após as exposições dos integrantes da mesa-redonda, em especial as sugestões dos professores Manoel Garretón e Alberto Aggio.

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

[1] O acervo Memórias de Esquerda faz parte do Núcleo de História Oral e Memória do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

lência revolucionária", ou seja, de uma noção positiva de violência como instrumento legítimo de ação política.

Essa questão, que foi muito debatida nos anos 1960 e 1970, tornou-se, nos últimos tempos, um tabu. Após os processos de redemocratização de vários países latino-americanos, o tema da violência revolucionária tornou-se incômodo porque, de certa forma, dificultava os processos de pactuação política em curso.

Mas, a meu ver, procurar entender a construção de uma noção positiva de violência política, compreender o sentido dado a essa violência pelos seus atores é tentar recuperar os projetos, sonhos, anseios e estratégias políticas da época. E, nesse sentido, encarar aqueles que foram presos, banidos, torturados e mortos não apenas como vítimas, mas também como combatentes políticos com projetos definidos. No caso, com o projeto da revolução.

A radicalidade como sintoma político das décadas de 1960 e 1970

Esquerdas, juventude e radicalidade política estiveram fortemente vinculadas e, mais do que isso, deram uma marca inequívoca às décadas de 1960 e 1970 na América Latina. Em boa parte da região, essa conjugação se expressou na proposta política de luta armada. Muitos foram os países latino-americanos que, nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, experimentaram a luta armada com o objetivo de uma revolução socialista: Venezuela, Guatemala, Peru, Colômbia, Nicarágua, Uruguai, Brasil, Argentina. Mas, para aprofundarmos essa discussão, devemos ver com clareza alguns aspectos: em primeiro lugar, devemos ter em conta o fato de que a atração pelo radicalismo político e a opção pela violência revolucionária não atingiram apenas a juventude latino-americana. Esse foi um fenômeno internacional e de forte impacto no mundo ocidental. Paradoxalmente, na mesma época do movimento *hippie*, do enaltecimento da paz e do amor, da onda transcendental e do *slogan* "Faça o amor, não faça a guerra", que arrebatava uma parcela da juventude ocidental, outra parte dessa juventude era seduzida pela idéia do radicalismo político, do confronto direto, da ação direta sem intermediação e da valorização da violência. Uma parte da esquerda mundial rendia-se ao imperativo da violência e esforçava-se para construir uma justificativa teórica e política que a embasasse.

A juventude européia armada

Durante os anos 1960 e 1970, as experiências de luta armada se espalharam não apenas pelos países da América Latina, mas em todo o mundo, inclusive na Europa – na Espanha franquista, na Itália, na Alemanha. Nesses países, organizações de extrema esquerda constituíam grupos armados, convencidas de que a violência revolucionária era a opção política mais justa e mais eficaz. A grande maioria dos quadros dessas organizações armadas era formada por jovens, muitos deles egressos ou recém-saídos dos bancos universitários. A violência dos regimes ao combatê-los foi imensa. Na Espanha franquista, em 1971 foi criado na Catalunha (tradicional região de resistência política) o Movimento Ibérico de Libertação – Grupos Autônomos de Combate (MIL-GAC). As bases teóricas e políticas desse grupo se ligavam ao movimento de "autonomia operária", que se desenvolveu na Itália, entre os anos 1960 e 1970, crítico em relação aos partidos da esquerda tradicional (em especial, os partidos comunistas de orientação soviética) e aos grandes sindicatos. A "autonomia operária" pregava a ação direta das massas operárias e propunha o que chamava de "greves selvagens" (ou seja, greves *sem* e *contra* as direções sindicais).[2] O grupo espanhol teve curta existência. Em 1973, uma feroz repressão se abateu sobre a organização. Recentemente, a história desse grupo voltou à tona a partir de um filme, *Salvador*, feito na Espanha. O filme conta a prisão e a execução de Salvador Puig Antich, um jovem de 23 anos de idade, militante do grupo, preso numa ação e condenado pela morte de um policial. Apesar dos protestos mundiais, Salvador foi condenado e executado, em 1974, por garrote vil (a forma bárbara de execução que a Espanha de Franco ainda mantinha em exercício). Foi a última execução do governo franquista.

Na Itália, as Brigadas Vermelhas foram criadas em 1970, como uma organização política ligada à Sinistra Proletària ("Esquerda Proletária"). O objetivo do grupo era "responder com violência à opressão exercida pelo governo sobre as massas proletárias".[3] A experiência das Brigadas foi mais longa, até 1978, ano que marcou o fim da organização. Ela foi desbaratada pelo governo italiano, após o seqüestro e morte de Aldo Moro, o presidente da Democracia Cristã.

---

[2] Ver o site <www.geocities.com/autonomia>.

[3] Monicelli, 1978.

Na Alemanha, também em 1970, foi fundada a Fração do Exército Vermelho, mais conhecida por Baader-Meinhof porque os principais líderes do grupo se chamavam Andreas Baader e Ulrike Meinhof. A organização se descrevia como um grupo comunista de guerrilha urbana.[4] O Baader-Meinhof foi acusado de vários atentados e crimes de morte durante a década de 1970. Seus líderes e militantes foram presos e vários deles apareceram mortos na prisão. A polícia alemã declarou que eles se haviam suicidado.

Cabe ainda mencionar, embora remetam a situações um pouco distintas, o ETA espanhol e o IRA irlandês. Essas duas organizações têm origem em tradições separatistas e independentistas muito anteriores ao período que estamos estudando mas, de certa forma, também podem ser vistas como produtos dos anos 1960 e 1970 e da valorização da violência que marcou esse período. O ETA foi fundado por jovens bascos marxistas, insatisfeitos com a direção que o Partido Nacional Vasco (PNV) dava à luta separatista. Esses jovens tinham pressa, acreditavam no potencial de um levante popular e desejavam unir as bandeiras separatistas à luta por uma sociedade socialista. O ETA (que em língua basca quer dizer "Pátria Basca e Liberdade") foi fundado em 1959, como uma organização separatista e socialista. Na segunda metade dos anos 1960, passou à luta armada – com o que não concordavam os antigos líderes do Partido Nacional Vasco, muitos deles antigos combatentes da Guerra Civil Espanhola. Era esse tipo de ação armada que os antigos líderes conheciam: a defesa armada de um governo legitimamente eleito contra golpistas. A luta separatista, até a fundação do ETA, não era conduzida através de atentados políticos (bombas, seqüestros, assassinatos). Esse tipo de violência e, principalmente, a noção de que essa era uma forma justa e legítima de linguagem política foram introduzidos pelos jovens bascos marxistas nos anos 1960, marcados – como muitos em sua época – pela crença na positividade de uma "violência revolucionária". A partir de sua fundação, o ETA iniciou uma série de atentados. Uma de suas ações mais espetaculares foi o atentado a bomba que matou o primeiro-ministro de Franco, o almirante Carrero Blanco. Para muitos analistas políticos espanhóis, a morte do jovem Salvador Puig, militante do MIL-GAC, foi uma represália a esse atentado. O ETA continua a realizar ações violentas até os dias de hoje. É das poucas organizações de luta armada, criada nos anos 1960, que prosseguem mantendo

[4] Diener e Supp, 1982.

essa linha política no Ocidente. Mas certamente hoje sua capacidade de mobilizar e sensibilizar as pessoas (incluindo aí os jovens) é bastante diferente do que era há 40 anos.

Um pouco distinto é o caso da Irlanda, com sua guerra secular pela completa independência da Inglaterra. Nos anos 1960, o recrudescimento dos conflitos na Irlanda do Norte, entre os protestantes (unionistas) e os católicos (nacionalistas), levou à criação, em 1969, do IRA. O nome era uma referência e uma homenagem à organização que liderara a luta pela independência da Irlanda entre 1919 e 1921 – Irish Republican Army, o IRA original. A criação desse grupo armado, em 1969, é significativa para a questão que estamos tratando – a universalização da violência como linguagem política nos anos 1960 e 1970. Sem negar a especificidade da questão da Irlanda e de toda a tradição de sua luta – primeiro pela independência, depois pela unificação –, parece inegável que o IRA construiu seu discurso legitimador a partir da noção de uma violência justa e justificada, não só politicamente, mas moralmente, ou seja, a partir da noção de "violência revolucionária". Assim como o ETA, o IRA continuou ativo até o final do século XX e o início do século XXI. Nos últimos anos, o conjunto das forças políticas existentes no país tem buscado promover uma pacificação. Em 2005 foi assinado um cessar-fogo. Essas duas organizações, então, se distinguem do cenário que estamos montando porque perduraram muito mais tempo do que as outras, mas sua criação, nos anos 1960, faz parte do contexto que estamos analisando. Apesar de um pouco diferentes elas são, de certa forma, expressões do mesmo fenômeno: a opção política pela violência, encarada como "violência revolucionária", justificada histórica e moralmente.

Essa opção política feita por todos esses grupos e organizações europeus pode ser sintetizada num texto de um dirigente do grupo catalão MIL-CAC, Oriol Sole, escrito na prisão-modelo de Barcelona: "A violência revolucionária é uma resposta global do proletariado à violência do capital. As manifestações de raiva, de cólera etc. são expressões da guerra civil revolucionária latente".[5]

Portanto, a opção política pela violência e pelo caminho da luta armada não pode ser vista como um fenômeno limitado à realidade política latino-americana. Tampouco pode ser encarada, exclusivamente, como uma resposta às ditaduras militares. A experiência da luta armada, em alguns países da América

[5] Cf. <www.geocities.com/autonomia>. Oriol Sole foi assassinado pela Guarda Civil.

Latina, precedeu aos golpes militares que instituíram regimes ditatoriais: como a guerrilha dos tupamaros no Uruguai e, no caso da Argentina, a experiência da luta armada foi, digamos assim, "entre dois golpes" – posterior à ditadura de Onganía, mas anterior ao golpe de 1976. Mas, sem dúvida, a instauração de regimes militares arbitrários, violentos e repressivos fez recrudescer a opção pela luta armada e pela guerrilha na região latino-americana.

Matrizes teóricas e políticas da valorização da violência

As guerras anticoloniais como modelo

A valorização da violência como forma de atuação política tem seu berço na experiência das lutas anticoloniais, sobretudo Argélia e Vietnã. O contexto de violência dessas guerras engendrou um conceito de "violência justa", "violência de resposta", "violência do oprimido contra o opressor". Uma violência que não seria apenas um recurso extremado de defesa, mas um ato valorizado em si próprio, um gesto construtor de identidade, um ato libertador.[6] Essa noção positiva da violência foi claramente expressa num livro que se tornou um clássico para os militantes de esquerda nos anos 1960 e 1970, *Os condenados da Terra*, escrito pelo médico martinicano Frantz Fanon. Fanon foi médico do Exército francês e, como tal, presenciou os horrores da guerra colonial na Argélia e testemunhou os métodos de humilhação e tortura infligidos pelos oficiais franceses aos guerrilheiros argelinos capturados. Foi esse espetáculo de violência e barbárie por parte do colonizador que o fez escrever um livro defendendo um conceito de violência justa: a resposta do colonizado contra o colonizador. Mas, para Fanon, essa violência não era apenas uma resposta, era um gesto essencial, construtor da identidade política do colono: "Ao nível dos indivíduos, a violência desintoxica. Desembaraça o colono de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas ou desesperadas. Torna-o intrépido, reabilita-o a seus próprios olhos".[7]

---

[6] Retomo aqui uma discussão sobre a violência apresentada em meu livro *A utopia fragmentada* (Araújo, 2000).

[7] Fanon, 1968.

No prefácio à edição de 1968, o filósofo francês Jean-Paul Sartre apoiava a tese de Fanon e ia mais além, na defesa de uma violência não só justa mas, em sua visão, necessária:

> Nenhuma suavidade apagará as marcas da violência, só a violência é que pode destruí-las. E o colonizado se cura da neurose colonial passando o colono pelas armas. (...) No primeiro tempo da revolta é preciso matar, abater um europeu é matar dois coelhos de uma cajadada só, é suprimir ao mesmo tempo um opressor e um oprimido: restam um homem morto e um homem livre.[8]

O outro grande exemplo de guerra de guerrilha justa e vitoriosa que empolgou a esquerda mundial e mobilizou a formulação de propostas de ação política, nos anos 1960, foi a Guerra do Vietnã. A figura venerável e absolutamente digna de Ho Chi Minh, veterano das guerras antiimperialistas na Indochina, presidente do Vietnã do Norte e líder dos vietcongues, impunha-se no cenário político, ideológico e, de certa forma, ético-moral da época. Ho Chi Minh (morto em 1969) e a Frente de Libertação Nacional do Vietnã são, talvez, os maiores exemplos da tese da "violência justa", da "violência resposta" que embasou a noção positiva da violência como linguagem política legítima. "Um, dois, três, mil Vietnãs!" era um dos *slogans* gritados nas manifestações estudantis de 1968 na França. A vitória final dos vietcongues contra o Vietnã do Sul apoiado pelos Estados Unidos, no imaginário dos homens e mulheres que acompanhavam os acontecimentos políticos das décadas de 1960 e 1970, identificava-se com a imagem da vitória de Davi sobre o gigante Golias: a vitória do justo contra o mais forte.

As guerras anticoloniais serviram de modelo para a construção do argumento teórico e político que justificava e valorizava o recurso da violência como instrumento legítimo da ação política. O direito do colonizado de defender seu território – ou reavê-lo –, empregando a força se necessário, era estendido a todos os oprimidos políticos ou explorados economicamente. Como afirmou Sole na carta que escreveu na prisão, antes de seu assassinato: "A violência revolucionária é uma resposta global do proletariado à violência do capital". Nesse sentido, não importava muito que, em alguns países, existissem condições políticas diferentes de resposta à situação de exploração; também não im-

[8] Fanon, 1968.

portavam as distinções de fundo que existem entre o direito de um povo defender seu território, lutar contra o invasor e determinar o caminho político que deseja seguir, e o processo político de regimes democráticos liberais que, mesmo imperfeitos, oferecem canais de pressão e negociação política.

Cuba e China: um novo padrão de revolução

Além das guerras coloniais, outros exemplos de violência revolucionária se impunham no cenário político internacional: a Revolução Cubana e a Revolução Chinesa.

Nunca será demais reforçarmos a idéia do impacto da Revolução Cubana e, em especial, da figura de Che Guevara, para os jovens de esquerda, não só da América Latina mas de todo o mundo. Régis Debray, na época um jovem escritor francês, recém-saído da universidade, que veio para a América Latina lutar com Che Guevara, tornou-se um exemplo para inúmeros outros jovens europeus. Debray seguiu com Guevara para a Bolívia, onde ficou preso por quatro anos. O guevarismo – e sua noção particular de heroísmo, combate, ação e urgência revolucionária, na qual se justificava matar e morrer pela revolução – foi particularmente marcante para os militantes da luta armada na América Latina. “O dever do revolucionário é fazer a revolução” era uma das palavras de ordem mais presentes e repetidas pelos militantes das organizações armadas da época. O Che que recusou qualquer posto de poder estatal em Cuba após a revolução vitoriosa e que seguiu como guerrilheiro pela África e pela América Latina, sendo morto na Bolívia, à beira de um rio, tornou-se o mais importante símbolo da imagem da revolução no século XX. Sua figura parecia tornar a violência justa e necessária. Ela não o embrutecia; ao contrário, a violência revolucionária de Che Guevara o humanizava. Uma violência pura, não corruptível, não seduzível pelo poder, não domesticada. Era a violência dos despossuídos, dos fracos e humildes, que encontrava naquele homem culto – médico, revolucionário e poeta – sua própria expressão. A frase de Guevara (que ninguém tem efetiva certeza sobre se ele a pronunciou ou não) “Hay que endurecer sin perder la ternura” correu mundo em *pôsteres* e camisetas, querendo mostrar, exatamente, que sua violência não o embrutecia, mas, pelo contrário, o suavizava. Che Guevara foi o grande exemplo e referên-

cia para milhares de jovens que, no mundo todo, ingressaram em organizações armadas.

Pelos ecos do maoísmo, chegava ao mundo ocidental a formulação teórica da proposta de "guerra popular prolongada": a violência popular, organizada nos campos, através de um processo longo e extensivo de guerrilha rural. Nesse processo – prolongado temporal e territorialmente –, os camponeses pobres deveriam aderir à revolução, armando-se e tomando as regiões onde estabeleceriam comunas socialistas. A possibilidade da guerrilha rural, tal como formulada por Mao Tse-tung, colocava os camponeses como protagonistas do processo revolucionário – o que vinha ao encontro dos anseios de inúmeros revolucionários do Terceiro Mundo que buscavam uma solução socialista para países cuja economia era essencialmente rural. O protagonismo revolucionário do camponês na teoria maoísta parecia a solução para a revolução nos países pobres da Ásia, da África e da América Latina, de industrialização precária e operariado reduzido. A teoria maoísta permitia sonhar com a revolução mesmo nos países mais atrasados. A guerrilha rural seria a resposta não apenas do lavrador oprimido, mas de todo o povo espoliado pelo imperialismo.

A frase de Mao "o poder brota do cano de uma arma" animava e inspirava jovens militantes no mundo todo. Nesse processo, o rumo a seguir seria dado pela própria prática revolucionária. A *prática revolucionária*, apenas ela, seria o *critério da verdade*.

A Revolução Cubana e a Revolução Chinesa, por diferentes caminhos, pareciam apontar o primado da ação, da vontade e das armas para o caminho da transformação social – em detrimento do moroso e viciado jogo de negociações parlamentares, no qual pareciam submergir até mesmo os partidos comunistas e socialistas.

Novas esquerdas e novas linguagens políticas

Com efeito, a valorização da violência como forma de ação política fazia parte de um processo mais amplo e complexo, no interior da esquerda, de questionamento das práticas políticas tradicionais dos partidos comunistas e socialistas e do próprio jogo político parlamentar. Na Europa, nos EUA e na América Latina, formavam-se grupos e organizações de esquerda críticos e dissidentes dos partidos comunistas e socialistas, formados sobretudo por jovens,

empenhados na construção de uma nova esquerda, com novos valores e novas práticas. Essas novas práticas e valores calcavam-se na valorização da ação direta sem intermediários, do pragmatismo, do confronto – elementos que pareciam contrapor-se às rígidas estruturas hierárquicas e burocráticas não só dos partidos políticos (inclusive dos comunistas e socialistas), mas também dos grandes sindicatos, todos eles domesticados e esvaziados pelo jogo parlamentar. O enaltecimento da violência não pode, portanto, ser desvinculado de um debate interno à própria esquerda. Como também não pode ser desvinculado de um desgaste da própria democracia representativa parlamentar. Essa é, por exemplo, a explicação que Hannah Arendt dá.

No livro *Sobre a violência*,[9] escrito em 1969, Hannah Arendt debate com a Nova Esquerda americana a noção de "violência justa" – que critica firmemente. Para Arendt, o terreno da política é, necessariamente, o do diálogo, do confronto de idéias, da busca do convencimento. Para ela, a violência começa exatamente onde a política termina. Fazendo a distinção do direito de defesa de um povo, com todos os meios a seu alcance, quando invadido ou subjugado por outro (como nos exemplos da Argélia e do Vietnã), o argumento da filósofa alemã batia-se contra o enaltecimento da violência por parte dos grupos de esquerda marxista, especificamente os grupos da chamada Nova Esquerda norte-americana (New Left). Nesse debate, Hannah Arendt recorre ao pensamento de Marx, para quem – ela afirma – a violência faria parte do processo revolucionário, mas não seria o elemento essencial:

> Certamente, Marx estava ciente do papel da violência na história, mas esse papel era para ele secundário; não a violência, mas as contradições inerentes à velha sociedade iriam conduzi-la ao seu próprio fim. O surgimento de uma nova sociedade era precedido, mas não causado, por irrupções violentas, que ele relacionou às dores que precedem – mas certamente não causam – o evento do nascimento orgânico.[10]

A explicação que Hannah Arendt dá para o enaltecimento da violência nos anos 1960 é justamente o esvaziamento da política, a burocratização dos espaços convencionais da política no mundo. Para ela, a valorização da violência expressava o desejo de recuperar a capacidade transformadora do gesto político.

---

[9] Arendt, 1994.

[10] Id. ibid., p. 18.

Quando ela escreveu seu texto, no longínquo ano de 1969, a URSS e o Leste europeu comunista ainda existiam, mas Arendt vê o mesmo processo de burocratização nos dois blocos (embora com conteúdos diferentes):

> Os dissidentes e resistentes no Leste exigem a liberdade de discurso e pensamento como condições preliminares para a ação política; os rebeldes do Ocidente (da Nova Esquerda) vivem sob condições em que estas preliminares não mais abrem os canais para a ação, para o exercício significativo da liberdade.[11]

A *ação* é uma categoria essencial no pensamento de Hannah Arendt, para definir a vida humana, em seu sentido mais profundo:

> O que faz do homem um ser político é sua faculdade para a ação; ela o capacita a reunir-se a seus pares, agir em conserto e almejar objetivos e empreendimentos que jamais passariam por sua mente, deixando de lado os desejos de seu coração, se a ele não tivesse sido concedido este dom – o de aventurar-se em algo novo. Filosoficamente falando, agir é a resposta humana para a condição da natalidade.[12]

O encolhimento da esfera pública, a burocratização das repúblicas, a transformação da noção política de "governo" em noção técnica de "administração", o surgimento das burocracias partidárias que engoliram nas últimas décadas o sentido ideológico dos partidos – teriam reduzido enormemente a capacidade de ação e, mais do que tudo, *o potencial transformador da ação política no mundo contemporâneo*. A essas questões levantadas por Hannah Arendt, poderíamos acrescentar também, principalmente no que concerne à América Latina, a ineficácia da política na resolução de problemas crônicos como a persistência de desigualdade e da injustiça social.

Para inúmeros jovens de esquerda habitantes das cidades ocidentais da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, essa capacidade transformadora parecia estar presente, de forma cristalina e autêntica, nos movimentos armados que lutavam contra o imperialismo, como na Argélia, no Vietnã e na pequena ilha de Cuba. A juventude ocidental, em seu desejo de radicalidade e ação, erigia esses guerrilheiros como exemplos modelares e via nesses casos, e em

[11] Arendt, 1994:59.

[12] Id. ibid.

outros, uma violência mais do que justificada, purificadora – que eles desejavam, de algum modo, reproduzir e espalhar pelo mundo. O enaltecimento da violência estaria, portanto, ligado ao desejo de recuperar o próprio sentido da ação política que é, no seu cerne, intimamente ligado à idéia de transformação. Para Hannah Arendt, "muito da presente glorificação da violência é causado pela severa frustração da faculdade de ação no mundo moderno".[13]

O mesmo anseio pela ação moldou no Brasil uma esquerda dissidente, crítica ferrenha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – visto como imobilista, pacifista e reformista.

No livro *Imagens da revolução*,[14] Daniel Aarão Reis faz uma caracterização da esquerda radical que surge entre os anos 1960 e 1970 no Brasil – uma esquerda que se auto-intitulava "esquerda revolucionária" – em que destaca exatamente esse ponto: o anseio pela ação imediata e pelo pragmatismo. Uma das grandes acusações que se faziam ao PCB era, exatamente, a de imobilismo. Os grupos e organizações dissidentes que se formavam desejavam agir imediatamente. Qualquer retardamento da ação era visto como um ato de covardia. O foco guerrilheiro – voltado para a luta, para a ação – era a instância privilegiada de organização, em detrimento dos partidos, associados a "reuniões infindáveis, complicados organogramas, direções pesadas e documentos ilegíveis".[15]

Exatamente essa crítica aparece na "Carta ao Comitê Executivo do PCB", escrita em 1966 por Carlos Marighella, quando rompeu com o partido para iniciar a luta armada:

> Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. (...) O centro da gravidade do trabalho executivo [do PCB] repousa em fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes. Não há assim ação planejada, a atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais o partido inevitavelmente estará sem condutos para mover-se, não ouvirá a voz do comando, como já aconteceu face à renúncia de

[13] Arendt, 1994: 60.

[14] Reis Filho e Sá, 2006.

[15] Id. ibid., p. 15.

> Jânio e à deposição de Goulart. Solicitando demissão da atual Executiva – como o faço aqui – desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente, junto com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança.[16]

O desejo de ação imediata expresso por Marighella e sua disposição em iniciar o que chama de luta revolucionária eram compartilhados por muitos outros militantes da esquerda brasileira e foi isso que deu sustentação para a luta armada.

América Latina e guerrilha na segunda metade do século XX: "imersão na luta armada"

Na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos anos 1960, ocorreu na América Latina, usando a expressão do historiador Jacob Gorender, uma "imersão geral na luta armada",[17] impulsionada em grande parte pelo sucesso da Revolução Cubana. A proliferação de organizações armadas, pelos diversos países da região, agia no sentido de confirmar o modelo cubano e reiterar como que uma vocação da América Latina para a guerrilha. A luta armada aparecia, para inúmeros homens e mulheres de muitos desses países, como o único caminho para a superação das enormes desigualdades sociais e das gritantes injustiças que pesavam sobre o povo pobre, em muitos casos completamente desassistido; o melhor caminho para a luta contra o poder despótico exercido nas áreas rurais, para o enfrentamento de caudilhos e militares golpistas e contra o imperialismo norte-americano.

Em 1962 foi fundado, por Raúl Sendic, no Uruguai, o Movimiento de Liberación Nacional, mais conhecido como *Tupamaros*. Na maioria, seus membros eram oriundos da juventude socialista uruguaia. De cunho nacionalista, lançaram-se a uma guerrilha essencialmente urbana, realizando ações ousadas como seqüestros de diplomatas e autoridades. Na segunda metade dos anos 1960, o grupo chegou a contar com mais de 2 mil componentes.[18] O lema *tupamaro* expressava a sua compreensão radical da política: "Haverá pátria para

---

[16] Marighella, 1999:297.

[17] Gorender, 1987.

[18] Quadrat, 2005.

todos ou não haverá pátria para ninguém". Na Venezuela, em 1965, Douglas Bravo, antigo dirigente do Partido Comunista Venezuelano (PCV), rompeu com este e criou o Partido da Revolução Venezuelana (PRV), permanecendo até os anos 1970 na serra com um pequeno núcleo guerrilheiro.[19] Na Colômbia, também em 1965, foi criado o Ejército de Liberación Nacional. No ano anterior (1964), o Partido Comunista Colombiano havia criado um braço armado: as Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas (Farc). Essa é uma distinção digna de nota porque constitui uma diferença importante em relação aos demais países da América Latina, onde a maioria dos partidos comunistas se opôs – ou, pelo menos, não se integrou – à luta armada. No Brasil, para fundar, em 1967, a organização guerrilheira Ação Libertadora Nacional (ALN), o histórico dirigente do PCB Carlos Marighella rompeu com o partido. Da mesma forma, em 1968, Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho saíram do PCB para criar o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), voltado para a luta armada. No Chile, em 1965 foi fundado o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), pela fusão de grupos de jovens oriundos dos partidos Comunista e Socialista e do Partido Operário Revolucionário, de tendência trotskista. Em 1967, sob a liderança do grupo de dirigentes estudantis da Universidade de Concepción, o MIR adotou as teses de Régis Debray sobre a luta armada.[20] As relações entre o MIR e a Unidade Popular durante o governo de Allende – que confrontavam duas estratégias bem diferentes de ação política (tendo a UP chegado ao poder através do voto) – são um capítulo à parte desse processo e dele voltaremos a falar mais adiante.

Na Argentina, desde 1967, estavam surgindo organizações guerrilheiras, no âmbito da esquerda ou do peronismo – Fuerzas Armadas Peronistas, Descamisados, Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR), Fuerzas Armadas de Liberación –, e, no início de 1970, já estavam em atividade as duas organizações armadas que tiveram maior influência política e atraíram o maior número de militantes, especialmente jovens: o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), vinculado ao grupo trotskista do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, e os Montoneros, organização surgida de movimentos juvenis católicos nacionalistas que se aproximaram do peronismo.[21]

---

[19] Lowy, 1999:289.

[20] Id. ibid., p. 327.

[21] Romero, 2005.

Características um pouco diferentes têm os movimentos de guerrilha de El Salvador e Nicarágua. Em muitos países da América Latina, como Argentina, Brasil, Uruguai, a base principal das organizações de luta armada era composta de jovens universitários que realizavam essencialmente guerrilha urbana – seqüestros de autoridades políticas (quase sempre tendo em vista a libertação de presos políticos), assaltos a bancos para recolher fundos, assaltos a depósitos militares de armamentos. El Salvador e Nicarágua viveram situações um pouco diferentes: longo período de guerrilha, com forte base popular e camponesa. Mas nos dois casos a participação de jovens, muitas vezes egressos de organizações juvenis de partidos de esquerda, foi importante.

No início dos anos 1970, em El Salvador, um grupo de jovens ex-militantes da Juventude Comunista e do Partido Democrata-Cristão fundou uma organização de luta armada que foi batizada simplesmente *El Grupo*. Em 1972 seus militantes criaram o Ejército Revolucionario del Pueblo de El Salvador. Em 1980, diversos grupos de guerrilha se juntaram e criaram a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional, que durante mais de uma década empregou a guerrilha rural em El Salvador. A guerra civil foi duríssima. Os Estados Unidos apoiavam o governo com dinheiro, equipamentos e assessoria militar. Mas, ao longo dos anos 1980, a guerrilha salvadorenha conseguiu conquistar diversas regiões do país. A guerrilha de El Salvador, uma das mais longas da América Central, só terminou em 1992, quando diversos partidos políticos iniciaram um processo de paz. Na Nicarágua, em 1962, foi criada a Frente Sandinista de Libertação Nacional. Seu nome era uma homenagem ao histórico líder Augusto César Sandino, que nos anos 1930 havia lutado contra a intervenção militar norte-americana na Nicarágua. Em 1978, o assassinato do líder e jornalista oposicionista Joaquín Chamorro provocou grande revolta e foi o estopim da guerra civil. Em agosto desse ano, os sandinistas, liderados pelo Comandante Zero, tomaram o Palácio Nacional em Manágua. Foi o início da queda do ditador Somoza. Em 1979, a Frente Sandinista conseguiu derrubar Somoza, nacionalizou bancos e iniciou a reforma agrária. A vitória dos sandinistas foi comemorada com grande festa na América Latina. Como em El Salvador, os Estados Unidos armaram e financiaram os "contras", mas não conseguiram reverter o processo. Nos muros de vários países latino-americanos (o Brasil entre eles), aparecia a pichação: "Tirem as mãos da Nicarágua!" O financiamento aos "contras" foi suspenso

em 1989, depois do escândalo "Irã-contras".[22] Sem financiamento e desarmados, os grupos anti-sandinistas tiveram de se submeter a acordos de pacificação. A Nicarágua hoje segue buscando um caminho de construção democrática. Nas últimas eleições presidenciais, em 2006, Daniel Ortega, antigo líder sandinista, foi vitorioso.

No Peru, o Sendero Luminoso, organização de orientação maoísta, fundada nos anos 1960 por estudantes e professores universitários da província de Ayacucho, instaurou uma violenta ação de guerrilha nessa região. Durante muitos anos, o Sendero e as Forças Armadas do Peru empreenderam uma guerra que desabou em cheio sobre os camponeses.

Mas os exemplos não param aí. Essa lista não esgota o número e os tipos de organizações armadas rurais e urbanas, de maior ou menor duração, que se espalharam, literalmente, como um rastilho de pólvora pela América Latina na segunda metade do século XX e concentradamente nas décadas de 1960 e 1970.

Política x violência

No livro *A era dos extremos*, o historiador inglês Eric Hobsbawm comenta que um fato impressionava tanto os adeptos da revolução como os seus adversários: que a forma de luta básica no Terceiro Mundo parecia ser a guerra de guerrilha.[23] A marca da guerrilha como ação política essencial fez-se presente não apenas nos países da América Latina, mas de praticamente todo o Terceiro Mundo. Hobsbawm associa essa marca a um rompimento com uma determinada tradição revolucionária, calcada no modelo da Revolução Russa.

A questão levantada por Hobsbawm se assemelha, de certa forma, ao ponto debatido por Hannah Arendt: a concepção da violência como *periférica* à revolução socialista, como parte integrante do processo mas não essencial. Sem dúvida, a violência era um recurso importante. O povo armado é um símbolo das revoluções em todos os lugares do mundo. Mas – pelo menos na teoria leninista – esse povo estava armado sobretudo para impedir a violência contra-

---

[22] O escândalo "Irã-contras" foi como ficou conhecido o episódio em que jornais americanos denunciaram que a verba que financiava os rebeldes anti-sandinistas na Nicarágua provinha da venda de armas norte-americanas para o Irã.

[23] Hobsbawm, 1999.

revolucionária. A violência em si não era um valor. Nem a ação política se apoiava essencialmente na violência. Ao contrário, ela se apoiava, antes de tudo, na divulgação de idéias ("agitação e propaganda"), no estabelecimento de metas, na elaboração e distribuição de jornais e panfletos, no recrutamento de quadros, no debate político, no fortalecimento de um partido – que, se necessário, utilizaria a violência. Mas esta não era o sustentáculo de sua ação nem o sentido de sua prática. Muito mais do que organizar a violência, o trabalho daqueles que desejavam agir em prol de uma revolução socialista era divulgar idéias e organizar pessoas. Certamente os militantes deveriam armar-se, aprender a manusear essas armas e estar prontos para usá-las. Mais ainda: deveriam armar o povo e prepará-lo para lutar, se fosse necessário. Mas a violência não era a essência da ação política. Mesmo no momento da tomada de poder, ela é encarada como *recurso*, como *instrumento*: recurso para ser usado de forma rápida, na tomada de pontos estratégicos, ou recurso defensivo, contra a resistência anti-revolucionária. Essa concepção de ação política embasou o modelo da revolução insurrecional, cujo exemplo principal foi a Revolução Russa: uma insurreição política apoiada por operários organizados em seus sindicatos e dirigida pelos comunistas, que tomam o poder em poucos dias e o transferem para a classe operária organizada. A insurreição é um momento capital. Mas, na verdade, todo o trabalho revolucionário foi feito *antes* da insurreição. A ela se seguirá a construção do socialismo – que também não deve basear-se essencialmente na violência.

O enaltecimento e a valorização da violência como parte essencial da ação política seriam, portanto, estranhos à teoria marxista – tanto para Hannah Arendt quanto para Hobsbawm, autores de filiações políticas e linhagens ideológicas bastante distintas. E significavam uma ruptura com uma tradição e com um modelo de revolução que a primeira metade do século XX consagrara – no qual os homens e mulheres da segunda metade do mesmo século pareciam não mais acreditar.

Certamente muitos dirigentes de organizações armadas na América Latina tinham consciência desse problema, da diferença que existe entre "luta política" e "luta armada". O próprio Che refletiu e escreveu sobre o problema, insistindo na dimensão política e de massas que a luta armada deveria ter e condenando ações voluntaristas que não se apoiassem nas massas. No texto "Guerra de guerrilhas, um método", de 1963, Guevara escreve:

> Quase imediatamente surge a pergunta: o método da guerra de guerrilhas é a única fórmula para a tomada do poder em toda a América? Ou, de qualquer forma, será a fórmula predominante? Ou, simplesmente, será uma fórmula a mais entre todas as usadas para a luta? E em última instância se perguntam: o exemplo de Cuba será aplicável a outras realidades continentais? Pelo caminho da polêmica, costuma-se criticar aqueles que querem adotar a guerra de guerrilhas, alegando que se esquecem da luta de massas. Pretender realizar este tipo de guerra sem o apoio da população é o prelúdio de um desastre inevitável. A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um determinado lugar de um certo território, armada, disposta a realizar uma série de ações bélicas tendentes ao único fim estratégico possível: a tomada do poder. Está apoiada pelas massas camponesas e operárias da região e de todo o território em questão. Sem estas premissas não se pode admitir a guerra de guerrilhas.[24]

Na América Latina, duas outras matrizes de pensamento influíram na construção teórica e política da luta armada: o catolicismo radical e a corrente teórica e política do terceiro-mundismo.

Católicos em armas

Apesar de seu papel histórico de instituição tradicional e reacionária em várias partes do mundo, na América Latina, no entanto, a Igreja Católica (ou pelo menos parte dela) teve papel importante na radicalidade das lutas políticas, somando-se a movimentos populares e a organizações de esquerda. Em 1967, bispos de vários países da América Latina, encabeçados pelo brasileiro d. Hélder Câmara, bispo de Olinda e Recife, proclamaram que a opção preferencial dos sacerdotes do Terceiro Mundo deveria ser a "opção pelos pobres". Bispos e padres da Igreja Católica passaram a desenvolver um intenso trabalho social que assumia, cada vez mais, uma dimensão política. No Brasil eram organizadas, no campo e na cidade, comunidades eclesiais de base (CEB), sacerdotes e freiras se envolviam com os movimentos populares e sofriam sobretudo com a violência rural. Em outros países latino-americanos, os sacerdotes radicalizavam o conteúdo da "opção pelos pobres" e não só justificavam a "violência dos de baixo

[24] Guevara, 1999:275

contra a violência dos de cima", como algumas vezes também pegavam em armas. A figura emblemática desse sacerdote armado é Camilo Torres, padre colombiano que se uniu à guerrilha e morreu em combate em fevereiro de 1966. Um trecho de um panfleto escrito por ele em 1965, um ano antes de morrer, intitulado "Mensaje a los cristianos" (e reproduzido na antologia de textos políticos *Marxismo na América Latina*, organizada por Michael Lowy), dá uma dimensão do seu pensamento:

> A revolução pode ser pacífica se as minorias não fizerem resistência violenta (...). A revolução é a forma de obter um governo que dê comida para o faminto, que vista o despido, que ensine quem não sabe (...). Com isso a revolução não é só permitida, como obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos.[25]

Essa tendência mais radical do Movimento dos Sacerdotes do Terceiro Mundo teve rápida expansão em muitos países latino-americanos. E exerceu particular importância no caso da Argentina. Como salientou o historiador Luis Roberto Romero, os sacerdotes terceiro-mundistas facilitaram a incorporação política e militante de vastos contingentes de jovens educados em colégios religiosos. Muitos desses jovens formados no nacionalismo católico assumiram a solidariedade e o compromisso com os pobres e com o peronismo, tendo sido essa uma das bases da organização guerrilheira dos Montoneros.[26]

O "terceiro-mundismo" como posição política

Por fim, cabe ainda mencionar a importância de uma reflexão política e teórica que pode ser genericamente chamada de terceiro-mundismo. As teses terceiro-mundistas afirmavam a profunda desigualdade do desenvolvimento capitalista mundial que engendrava uma cruel divisão internacional do trabalho. Advogavam também que, devido às características do capitalismo desenvolvido, a classe operária do chamado Primeiro Mundo (Europa e América do Norte) teria perdido seu potencial revolucionário, domesticada e satisfeita com seu acesso às benesses e ao consumo dos bens capitalistas. Esse potencial revolucionário das classes trabalhadoras se teria deslocado então para o Terceiro Mundo. Variantes

---

[25] Lowy, 1999:292.

[26] Romero, 2001.

dessa corrente apontavam que esse deslocamento não teria sido apenas geográfico, mas também social: no Terceiro Mundo seriam os camponeses e marginalizados os herdeiros da potencialidade revolucionária. De qualquer forma, para o conjunto dessas correntes, a revolução socialista começaria no Terceiro Mundo – onde as contradições do capitalismo eram mais candentes – ou não começaria. Daí a importância estratégica do Terceiro Mundo para a revolução socialista mundial, daí a urgência dos revolucionários latino-americanos.

Além disso, a situação política da maioria dos países do Terceiro Mundo – submetidos a regimes ditatoriais, sem garantias de respeito aos direitos humanos, sem o livre exercício da cidadania política, sujeitos muitas vezes a sucessivos golpes militares, com desigualdades e injustiças sociais cruéis – não só tornava a realidade política extremamente explosiva, como justificava e incentivava o recurso à violência. Esta seria, no contexto do Terceiro Mundo, a luta política legítima de sociedades que desejavam emancipar-se e abrir a porta para o socialismo. A crença no potencial revolucionário do Terceiro Mundo – mais que isso: a crença em sua tarefa revolucionária – impulsionou a luta armada na América Latina.

Chile: uma experiência no limite do pacifismo

Ao se refletir sobre os projetos revolucionários dos anos 1960 e 1970 na América Latina, marcados pela guerrilha e pela valorização da violência revolucionária, não se pode deixar de fazer a referência ao Chile e ao contraponto dramático que ele representou. Num tempo e numa região que, prioritariamente, optaram pela luta armada, a experiência no Chile foi uma especial singularidade: representou a tentativa de uma via pacífica para o socialismo e foi derrubada violentamente pelas Forças Armadas chilenas, com apoio do governo norte-americano. Para muitos militantes de esquerda no mundo todo, a queda do governo da Unidade Popular e o assassinato de Salvador Allende, em 1973, pareceram ser a confirmação da justeza do emprego da violência como ação política. Alberto Aggio, na apresentação de seu livro *Democracia e socialismo: a experiência chilena*, afirma:

> O fato mais marcante desta experiência histórica foi a tentativa de construção do socialismo por meio de mecanismos legais e institucionais de um Estado representativo e democrático, como o que existia no Chile ao iniciar-se a década de 1970. A ascensão da esquerda à presidência da República, através de

> Salvador Allende, representou uma opção diferente de construção do socialismo. No entanto, o seu fracasso em 11 de setembro de 1973, quando foi deposto por um golpe militar, contribuiu para reacender a discussão em torno da validade de se realizar a construção do socialismo através da democracia.[27]

Sem entrar mais profundamente na análise política da *experiência chilena* – que demandaria um trabalho específico –, interessa-nos apontar aqui essa *singularidade* do caso do Chile e a presença do debate sobre a violência no cenário político do governo da Unidade Popular.

O Chile anterior ao governo de Allende era um país que, diferentemente da maioria dos países da América Latina, tinha uma histórica estabilidade política comparável aos mais consolidados países ocidentais, com política pluralista e tradição de alternância de poder.[28] No entanto, em oposição a esse avançado lado político, o Chile ainda era um país pobre e subdesenvolvido, de economia dependente, como seus irmãos latino-americanos. Contra esse atraso econômico, em torno de uma plataforma de "transformações estruturais", reuniram-se diversos partidos na coalizão de esquerda Unidade Popular: o Partido Comunista, o Partido Socialista, os social-democratas (PSD), a Ação Popular Independente (API) e parte da esquerda católica, o Movimento de Ação Popular Unificado (Mapu). Nas eleições de 1970, a Unidade Popular (UP) chegou ao poder; seu candidato, Salvador Allende, foi eleito presidente da República. Allende reiterou, diversas vezes, que as "transformações estruturais" que seu governo tinha por objetivo realizar significariam uma "transição para o socialismo pela via democrática". Allende usava diversas expressões que procuravam diferenciar o processo político que o Chile estava vivendo. Empregava o termo "via político-institucional" para se distinguir da "via insurrecional", falava em "via pacífica" em oposição à "via armada".[29] Assim, a "experiência chilena" passou para a história como a tentativa de construção de uma via democrática para o socialismo – num momento em que boa parte da esquerda latino-americana buscava o caminho da luta armada. E por isso mesmo, tanto o período do governo da Unidade Popular, como o momento posterior à queda de Allende (e as avaliações sobre a queda) têm a marca desse

[27] Aggio, 2002:11.

[28] Id. ibid., p. 19.

[29] Id. ibid., p. 22.

confronto político e teórico. Uma parte da esquerda chilena – composta sobretudo por jovens universitários e intelectuais – recusava a "via pacífica e democrática" para o socialismo proposta pela Unidade Popular e acusava o governo de reformismo. O Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) realizara ações armadas até poucos meses antes das eleições, com o objetivo de desestabilizar o processo eleitoral.[30] Embora tenha mudado a sua postura após a vitória da Unidade Popular, continuou com sua postura crítica em relação ao governo de Allende, combatendo o "reformismo" e a "via pacífica". Poucos meses antes do golpe que derrubou Allende, o secretariado nacional do MIR lançou um documento na revista *Punto Final* , intitulado "O MIR responde al Partido Comunista", em que explicitava sua posição em relação ao governo da Unidade Popular:

> No Chile nunca houve nem começou transição alguma do capitalismo para o socialismo. O que aconteceu, desde o dia 4 de setembro de 1970 até hoje, é uma transição para um capitalismo de Estado, sob a direção de um governo reformista de esquerda.[31]

Essa foi a posição que o MIR manteve até o fim, em relação ao governo da Unidade Popular. Logo depois do golpe que derrubou Allende em setembro de 1973, Miguel Enriquez, um dos principais teóricos do MIR, do grupo original da Universidade de Concepción que fundou a organização, deu uma entrevista para o jornal francês de esquerda *Rouge*, em que afirmou: "Não foi o socialismo nem a política revolucionária que fracassou no Chile, mas uma débil tentativa reformista".[32] Pouco tempo depois, Enriquez foi preso e morto pela repressão chilena.

O governo da UP foi, portanto, uma tentativa singular de construção de um caminho pacífico para o socialismo, numa América Latina radicalizada pelo emprego da violência e da luta armada. No entanto, é significativo o seu estatuto simbólico para os homens e mulheres que viveram aquela época. O Chile representa, para essa geração, algo semelhante ao que significou, para a geração do período entre as guerras, a Guerra Civil Espanhola. A derrubada violenta de um governo legitimamente eleito, a repressão apoiada por um go-

[30] Aggio, 2002:50.

[31] Lowy, 1999:336.

[32] Id. ibid., 342.

verno "de fora", militarmente superior (a Alemanha no caso da Espanha Republicana, os EUA no caso do Chile). A interrupção violenta de uma experiência política em que amplos setores da sociedade participavam, apostavam e apoiavam.

Brasil: luta armada x resistência

No Brasil, assim como em vários países da América Latina, a opção pela luta armada significou um confronto com o Partido Comunista. Entre 1962 e 1972 criaram-se inúmeras organizações de esquerda, a maioria delas egressa direta ou indiretamente do PCB e quase todas voltadas para a luta armada. A maioria delas criticava o PCB pelo imobilismo, pelo pacifismo e pelo reformismo. Para muitas dessas organizações, o golpe de 1964 tinha sido, de certa forma, produto dessa postura que criticavam no Partido Comunista: a campanha pelas "reformas de base", especialmente a reforma agrária, levada pelo governo Goulart e pela frente nacionalista e de esquerda liderada pelos comunistas, ameaçara perigosamente os latifundiários, mas não preparara o povo para o confronto; não armara o povo. Aliás, nessa visão, nem o Partido Comunista se preparara para efrentar uma eventual reação. A postura essencialmente "reformista" e não revolucionária do PCB teria sido responsável pelo golpe de 1964. A luta armada, portanto, era a afirmação de outro caminho político para a revolução brasileira: o caminho da "via revolucionária".

Mas luta armada no Brasil também se relaciona com a questão da juventude e da radicalidade que estamos discutindo. Não apenas porque a maioria de seus quadros era de jovens universitários mas porque, numa certa medida, a luta armada no Brasil pode ser vista como o resultado da repressão de imensas energias juvenis brotadas ao longo das manifestações de 1968 e subitamente cortadas em 1969, com o AI-5. Como já foi apontado por outros historiadores (Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Denise Rollenberg) e reforçado aqui neste texto, a opção pela luta armada não foi uma resposta ao endurecimento do regime; ela já vinha sendo discutida pela esquerda brasileira (assim como pela esquerda latino-americana) desde o início dos anos 1960. Mas é inegável que o AI-5 teve papel determinante na disseminação dessa opção entre jovens estudantes e universitários, na medida em que tentava reprimir e bloquear as formidáveis energias surgidas ao longo de toda a década de 1960 e sobretudo do ano

de 1968. Coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada.

As primeiras organizações especificamente voltadas para a luta armada foram criadas em 1966: Ala Vermelha do PCdoB, Dissidência Comunista da Guanabara (que mais tarde mudará o nome para Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, em homenagem a Che Guevara); em 1967, foram criadas por Marighella a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Colina; em 1968, surgiram o PCBR e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); em 1969, a VAR-Palmares. A lista é certamente incompleta e não dá conta das várias fusões que também se estabeleceram. Como escreveu Gorender, a partir de 1968 ocorreu uma verdadeira "imersão na luta armada".

No entanto, a experiência da luta armada no Brasil foi curta e trágica. Entre 1969 e 1972, a maioria das organizações foi desbaratada, os militantes presos, mortos, exilados, banidos. Após a derrota militar e política da luta armada, organizações e militantes sobreviventes iniciaram no exílio o processo de autocrítica dessa experiência e a construção de uma linha política que definia a conjuntura política brasileira como sendo de "resistência" (e não de enfrentamento) e propunha a organização de uma frente de luta pelas liberdades democráticas. A estruturação dessa frente reaproximava os militantes da "Nova Esquerda" e os sobreviventes das organizações armadas ao PCB e aos setores de uma oposição liberal. Mas justamente a presença desses militantes e dessas organizações imprimia à frente democrática um impulso e uma radicalidade que ela, por si só, talvez não tivesse. Mais uma vez, ainda nesse caso, os responsáveis por essa radicalidade foram os jovens estudantes, universitários e secundaristas que se agregavam nas "tendências estudantis", pelo Brasil afora – que eram os braços legais de organizações e partidos clandestinos. Algumas organizações de esquerda preferiram não se integrar e acusaram essa frente de "reformista", mas a maioria dos partidos e organizações da chamada Nova Esquerda, incluindo os sobreviventes da luta armada, se juntou à frente democrática, da qual participavam também o PCB, o PCdoB, organizações trotskistas e os demais setores da oposição: o MDB, as associações profissionais de classe média, a Igreja, jornalistas, artistas, intelectuais.

Mas foram certamente os estudantes que, nesse momento, imprimiram um certo tipo de radicalidade a essa frente, que extrapolou os espaços mais

institucionais e ganhou as ruas das capitais do país. Nesse momento do enfrentamento com o regime militar, a noção de "violência revolucionária" foi substituída pela noção de "resistência". As manifestações estudantis passaram a insistir em seu caráter pacífico – os estudantes muitas vezes sentavam-se no chão (em vez de jogar bolinhas de gude para derrubar os cavalos das tropas de choque, como faziam nas manifestações de 1968).

Mas ainda aqui o sentido da palavra "resistência" era um sentido combatente. Era uma tática de enfrentamento político que, para muitos, visava obter melhores condições para uma futura retomada do projeto de revolução socialista. Era uma tática de recuo, e não o abandono do projeto revolucionário.

Após o processo de redemocratização instaurado através de uma negociação entre partidos[33] e grupos políticos, parecem ocorrer dois fenômenos curiosos: de um lado, como já foi apontado por outros expositores aqui neste seminário, ninguém declaradamente se identifica com a ditadura militar e com sua ação repressiva. Por outro lado, também a luta armada aparece, várias vezes, esvaziada de seu sentido político e apontada quase como um elemento de "restauração democrática". Procurar entender o projeto político, a visão de mundo que sustentava a noção de uma violência justa e revolucionária é fundamental para historiadores entenderem as motivações de alguns dos atores políticos da época: jovens universitários, cultos, letrados, com alto nível de informação e de formação intelectual, profundamente radicalizados.

O pacifismo como linguagem política

No final do século XX, começou a crescer entre jovens de esquerda – pelo menos em boa parte do mundo ocidental – a noção do pacifismo como linguagem política. Em função desse movimento que se alastrou por vários países, a violência revolucionária perdeu muito de seu espaço. A noção de pacifismo que surgia no final do milênio tinha a ver com a consciência que a humanidade adquirira sobre a real possibilidade de destruição do planeta pelas armas nucleares. Mas tinha a ver também com a falência do socialismo nos países em que tinha sido implantado e onde haviam sido geradas novas formas de opressão política e de violência contra as pessoas. A experiência política de boa parte do mundo ociden-

[33] Os partidos políticos que participaram desse processo tinham sido criados pela reforma partidária de 1979.

tal colocava a importância da democracia como forma de defesa da integridade física e moral das pessoas e garantia de seus direitos civis e políticos. As esquerdas chegavam ao final do milênio reconsiderando valores e padrões de comportamento de décadas passadas. Entre eles, a noção positiva de violência perdia terreno para a valorização da democracia e dos direitos humanos.

A violência como um problema

Mas a violência ainda perdura como um problema. Na América Latina, hoje, os processos de redemocratização e de pactuação política estão sendo vividos fortemente influenciados pela questão da violência. Muitos dos graves problemas atuais são marcados pela violência: as desigualdades sociais, a corrupção, a criminalidade, a explosão caótica urbana. Além disso, a violência do passado assombra o presente: os mortos, os desaparecidos, os torturados. Como construir um pacto político por cima da violência do passado e do presente? Quais as implicações da memória na história e na política de muitos desses países na América Latina – e no Terceiro Mundo? Como construir um pacto político por sobre denúncias de tortura, lembranças de desaparecidos nunca encontrados, memórias de violência nunca reparadas? Como construir um pacto político por sobre o cadáver de um presidente assassinado no Palácio de La Moneda?

Estas questões são cruciais para o momento político atual. Para enfrentá-las, é fundamental entender o sentido dado à ação política, em diferentes épocas, por homens e mulheres reais. O problema da violência associada à ação política desafia os historiadores.

Nos anos 1960 e 1970 diversas gerações, em diferentes partes do mundo, e com grande força na América Latina, acreditaram e apostaram numa violência justificada teórica e politicamente porque criaria um mundo novo. Tentar recuperar – ou pelo menos entender – esse sentido da violência é tentar entender uma parte significativa do espírito de uma época.

Referências bibliográficas

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo*: a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada*: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIENER, Ingolf; SUPP, Eckhard. *Ils vivent autrement*. Paris: Stock2, 1982.

FANON, Frantz . *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUEVARA, Ernesto Che. Guerra de guerrilhas, um método. In: LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARIGHELLA, Carlos. Carta ao Comitê Executivo do PCB. In: LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MONICELLI, Mino. *L'ultra sinistra in Italia (1968-1978)*. Roma: *Tempi Nuovi Laterza*, 1978.

QUADRAT, Samantha. *A repressão sem fronteiras*: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROMERO, Luis Roberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2005.

11 Memórias do PT: as vozes de seus construtores

*Marieta de Moraes Ferreira**
*Alexandre Fortes***

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa sobre os movimentos sociais e os processos de organização partidária nascidos da luta contra a ditadura militar no Brasil. O foco principal são as origens do Partido dos Trabalhadores (PT), segundo a ótica de seus fundadores. A base da pesquisa é um banco de depoimentos de militantes que participaram da fundação do partido e atuaram em sua primeira fase. Do conjunto de 40 nomes selecionados, 22 já foram entrevistados, num total de mais de 60 horas de gravação. A idéia é construir uma narrativa sobre a fundação do PT a partir do relato daqueles que, ao contar suas histórias de vida, contam igualmente a trajetória do partido. Deve ser lembrado que os relatos autobiográficos são datados do presente e a partir dele reconstroem um passado individual ou coletivo, conhecido direta ou indiretamente. A proposta é recuperar essa construção memorialística dos depoentes e, ao mesmo tempo, enfatizar sua importância como instrumento capaz de lançar nova luz sobre o tema em estudo.

A pesquisa está sendo desenvolvida dentro de um convênio resultante da confluência de interesses e perspectivas do Centro Sérgio Buarque de Holanda/

---

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Cpdoc/FGV.

** Professor do Departamento de História e Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Fundação Perseu Abramo e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (Cpdoc/FGV). Do ponto de vista da Fundação Perseu Abramo, a parceria com o Cpdoc/FGV veio dar continuidade ao esforço para incorporar ao seu trabalho, agora na área de história, e como já ocorrera em suas iniciativas relacionadas à documentação física, a *expertise* e a isenção de centros de excelência. Já do ponto de vista do Cpdoc/FGV, o projeto é uma oportunidade de atualizar seu acervo de história oral, que sempre teve na política uma de suas linhas centrais.

É fundamental mencionar também a evolução da conjuntura em que foram produzidos os depoimentos. As entrevistas começaram a ser feitas no início de 2005. Nesse ano, o PT atravessou grave crise interna, com vários de seus dirigentes e representantes no governo federal sendo acusados de corrupção e compra de votos. A crise iniciada em julho de 2005 provocou graves dissensões e um desgaste muito grande junto à sociedade, abalando a imagem de um partido que se distinguia dos demais por seus compromissos éticos. Essa situação levou a uma interrupção temporária do trabalho, uma vez que vários depoentes resolveram adiar suas entrevistas, e a própria sustentabilidade financeira da Fundação Perseu Abramo foi afetada pela suspensão dos repasses financeiros do PT por cerca de seis meses. A longa e complexa evolução da crise até a reeleição de Lula em 2006 deixou marcas não só no andamento, mas no teor dos depoimentos. Há entrevistas que mencionam a gravidade da crise, quando ela na verdade estava apenas nos seus primórdios. É possível dizer, entretanto, que a crise apenas fez crescer a convicção das instituições promotoras quanto à importância do projeto.

A seleção dos depoentes teve como critério principal a diversidade social, política e regional. Evidentemente, as possibilidades de compatibilizar essas várias dimensões da diversidade sofrem limitações num universo relativamente reduzido de entrevistados. Buscou-se também um equilíbrio entre duas preocupações conflitantes: a de expressar a “correlação de forças” existente no interior do partido e a de assegurar voz a setores minoritários. Realizado o primeiro bloco de entrevistas, parece claro que elas expressam as diferentes visões que conviviam na época, e ainda convivem no presente, sobre a fundação e a construção do PT. Antes, porém, de analisar essas visões, convém registrar o contexto da criação do partido e seus principais passos até os dias de hoje.

O PT: da criação à presidência da República

A ditadura militar instaurada em 1964 não dissolveu o Congresso Nacional. Contudo, em 1965, todos os partidos políticos existentes foram extintos e substituídos por dois: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Já na fase da abertura, em novembro de 1979, mesmo ano em que foi concedida a anistia, o sistema partidário foi mais uma vez reestruturado, com a extinção do bipartidarismo. Novos partidos se formaram, e a oposição se tornou mais fragmentada: além do PMDB, surgiu o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, que pretendia recriar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do pré-1964, mas perdeu a sigla histórica para Ivete Vargas. Surgiu também uma novidade: o Partido dos Trabalhadores.

Como mostram os verbetes do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* sobre o Partido dos Trabalhadores e sobre Lula, de autoria respectivamente de Lima Jr. e Badaró,[1] ao contrário dos demais, o PT não se formou a partir de bases congressuais ou de um partido preexistente, e sim do movimento operário de São Paulo. Com o início, em 1978, de uma série de grandes greves operárias no principal pólo industrial brasileiro – o ABC paulista –, criou-se um foco de mobilização política e de contestação ao regime militar. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, então presidido por Luiz Inácio da Silva, o Lula, passou a desempenhar um papel-chave nesse contexto. Ainda antes da reforma partidária de 1979, uma comissão informal de trabalhadores interessados em ter atuação político-partidária lançou uma carta de princípios e manteve conversações com políticos do MDB. Num primeiro momento, poucos aderiram à idéia de criar um partido dos trabalhadores, mas logo o movimento ganhou força, atraindo outros dirigentes sindicais identificados com o "novo sindicalismo", militantes de agrupamentos de esquerda, intelectuais, participantes de diversos movimentos sociais e membros de comunidades eclesiais de base (CEBs).

Após diversos encontros pelos estados, em 14 de outubro de 1979 o novo partido foi estruturado, com a formação de uma comissão nacional provisória, num encontro que reuniu cerca de 100 pessoas em São Bernardo do Campo. Em 10 de janeiro de 1980, foi lida no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo a primeira

[1] Lima Jr., 2001; Badaró, 2001.

versão do manifesto de lançamento do partido. Um mês depois, em 10 de fevereiro, cerca de 500 pessoas reuniram-se no Colégio Sion, também em São Paulo, para assinar o manifesto. Foi esse o ato oficial de fundação do PT.

Nos primeiros anos da década de 1980, o PT empenhou-se na formação de comissões municipais e na ampliação de seu quadro de filiados. Eram providências fundamentais, visto que as eleições legislativas e para os governos estaduais marcadas para 1982 se aproximavam, e a lei exigia dos partidos a obtenção de um coeficiente eleitoral mínimo (5% do total nacional de votos e 3% dos votos em pelo menos nove estados). As maiores expectativas depositaram-se em São Paulo, berço do partido e estado onde o PT lançou a candidatura de Lula a governador. Os objetivos maiores da campanha foram a divulgação do programa e das propostas do PT entre os eleitores, e a consolidação do partido, em aliança com os movimentos sociais de oposição à ditadura militar. Ampliar as bancadas petistas nos legislativos era outra meta importante.

Os discursos de campanha de Lula tiveram como eixo o acesso da classe trabalhadora ao poder, associando a luta pela ampliação dos direitos de cidadania ao conteúdo de classe das propostas do partido, expresso no *slogan* “Trabalhador vota em trabalhador”. O *slogan* explicitava também a tentativa de Lula e do partido de se diferenciar do restante das oposições. O principal instrumento de propaganda eleitoral foi o comício. Na reta final da campanha, Lula conseguiu reunir em um deles 100 mil paulistanos e, em algumas cidades do interior paulista, assistências superiores a 20 mil pessoas. Realizadas as eleições, ficou, porém, em quarto lugar. O PT conquistou apenas 3,3% dos votos no plano nacional e alcançou 5% somente em São Paulo e no Acre, elegendo oito deputados federais (seis em São Paulo) e 12 deputados estaduais em todo o país. O partido não teve, contudo, problemas maiores, porque a exigência do coeficiente eleitoral mínimo foi transferida para as eleições de 1986.

Desde sua fundação, o PT procurou distinguir-se dos demais partidos. Sua originalidade residia na defesa da autonomia dos movimentos e organizações populares e, sobretudo, em seus objetivos políticos. O partido afirmava sua orientação socialista e democrática ao lutar pela livre organização dos trabalhadores, ao propor o combate aos instrumentos de repressão do regime militar, ao defender a alteração da estrutura fundiária no país, ao combater a política de arrocho salarial e pregar uma política social efetiva. Com o propósito de manter também a democracia interna e abrigar diferentes grupos de esquerda, o PT desde o início conviveu com diferentes tendências políticas.

A partir de 1982, os resultados eleitorais demonstraram um crescimento continuado, embora modesto, do partido, tanto no que se refere ao Poder Executivo como ao Legislativo. Com as eleições municipais de 1988, o PT passou a administrar algumas das cidades mais importantes do país, como São Paulo e Porto Alegre. A eleição presidencial de 1989, nove anos após a fundação do partido, foi outro momento crucial. No primeiro turno foram derrotados todos os candidatos dos partidos anteriormente fortes, passando ao segundo turno Fernando Collor de Mello, do desconhecido Partido de Renovação Nacional (PRN), e Lula, do PT. Collor elegeu-se com 35.089.998 votos (53% do total de votos válidos), enquanto Lula obteve 31.076.364 (47%).

Novamente candidato à presidência da República em 1994, Lula perdeu já no primeiro turno para Fernando Henrique Cardoso, sustentado pela aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas eleições presidenciais de 1998 o PT se coligou, entre outros, com o PDT, lançando mais uma vez Lula como candidato à presidência e apoiando Leonel Brizola como candidato à vice-presidência. Como no pleito anterior, Lula foi derrotado no primeiro turno por Fernando Henrique, que obteve a reeleição.

Em meados dos anos 1990, após a conquista de várias prefeituras e de dois governos estaduais em duas pequenas unidades federativas (Espírito Santo e Distrito Federal), o PT passou a conviver com a realidade de ser governo. A distância entre um programa partidário e sua execução é sempre grande, porém é ainda mais acentuada e dramática quando um partido ideológico-programático conquista o poder. A ação governamental se caracteriza pelo pragmatismo, pela tomada de decisões em circunstâncias variáveis e, com freqüência, pouco previsíveis. A justificativa e a orientação da ação se dirigem para a maioria do eleitorado, e não para a militância partidária. Inevitavelmente, surgem contradições.

Na primeira década do século XXI ocorreu a grande virada do PT. Lula lançou pela quarta vez sua candidatura à presidência em 2002 e finalmente foi eleito presidente da República no segundo turno, com 61,271% dos votos válidos, derrotando o candidato do PDSB, José Serra. Na mesma ocasião, o PT elegeu três governadores, 10 senadores e 91 deputados federais. Em 2006, Lula foi reeleito. Foi o candidato mais votado no primeiro turno, com 48,61% dos votos válidos, mas só obteve a vitória no segundo turno, ao conquistar 60,8% dos votos válidos na disputa travada com Geraldo Alckmin, do PSDB.

Os depoimentos: elementos comuns e trajetórias exemplares

As entrevistas feitas com os militantes do PT buscaram recuperar a trajetória pessoal de cada um, de maneira a perceber sua inserção na história política e social brasileira. Assim, uma parte das entrevistas voltou-se para as origens familiares, infância, formação e início da militância política. Uma segunda parte procurou acompanhar o ingresso dos entrevistados no PT, as primeiras lutas do partido, as primeiras disputas eleitorais e experiências de participação na política parlamentar. Não se pretendeu acompanhar toda a trajetória do PT, até porque muitos dos depoentes, com o tempo, reduziram sua militância ou até mesmo se desligaram do partido.

A partir do conjunto de depoimentos já colhidos, foi possível detectar as linhas de análise que o material oferece. Ele permite, por exemplo: estabelecer marcos cronológicos importantes para a compreensão dos movimentos sociais que confluíram para a criação do PT, bem como da relação entre esses movimentos e o PT após a sua criação; perceber a atuação de personagens-chave que mereceram menção ao longo das narrativas, bem como as redes de relações que se estabeleceram entre os militantes; identificar os eventos-chave que marcaram a memória de cada um dos depoentes; conhecer diferentes formas de atuação e de mobilização do PT durante as últimas décadas, expostas por atores e testemunhas desse processo; perceber as relações entre os diferentes grupos de militantes engajados na luta contra a ditadura e, posteriormente, na construção do próprio partido; compreender as relações entre os militantes e os poderes públicos.

Os elementos recorrentes nos depoimentos permitem assim, numa primeira análise, estabelecer uma periodização para a história do PT:

- 1964-78: lutas sociais travadas em defesa dos direitos dos trabalhadores e pelo restabelecimento das liberdades democráticas;
- 1978-80: aproximação dos militantes de várias regiões do país, possuidores de diferentes experiências políticas, para a fundação do PT;
- 1980-89: início da vida partidária e primeiras experiências eleitorais;
- 1989-2006: da primeira campanha de Lula à presidência da República e à sua reeleição, após as crises que marcaram o primeiro governo.

A partir dessa periodização, podemos destacar outros elementos comuns aos depoimentos. Um primeiro ponto ressaltado por todos é o momento fundador do partido, que engloba eventos-chave como as greves do ABC paulista e a reunião do Colégio Sion em São Paulo, onde foi assinada ata de fundação do PT. Essa fase de construção do partido é relatada como um período de muitas dificuldades e desafios, mas também como uma "idade de ouro", em que a crença na possibilidade de "mudar o mundo" era muito forte. Um segundo ponto que emerge dos depoimentos é a referência à construção do partido como uma experiência inteiramente nova de militância política e à crença em poder fazer política no PT de uma nova maneira. Essa fase de construção do partido é relatada com muito orgulho, e as palavras *esperança* e *utopia* são recorrentes.

Em quase todos os relatos, Lula é retratado como excepcional, como um personagem que reunia qualidades e atributos especiais para exercer o papel de nova liderança política dos movimentos sociais no momento de transição da ditadura para a democracia. Entre suas qualidades são mencionados carisma, honestidade, acuidade política, senso de oportunidade e capacidade de negociação.

Para demonstrar a riqueza e o potencial dessas fontes, passaremos à análise de um segmento bem delimitado dos depoentes: aqueles pertencentes a gerações que tiveram atuação política significativa antes do golpe de 1964. Embora nascido sob o signo do novo e marcado por uma forte recusa à herança da esquerda hegemônica no pré-1964, o PT pagou, desde o início, um tributo seletivo à história da esquerda brasileira. Assim, na sessão de fundação do partido, conforme relatou Perseu Abramo no jornal *Movimento*,

> sentaram-se à mesa (...) os seis primeiros signatários do Manifesto de Lançamento, muito aplaudidos pelo plenário: Mário Pedrosa, fundador do semanário *Vanguarda Socialista* em 1945; Manoel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, atriz; Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, fundador do PCBR.[2]

Esse elenco de veteranos lutadores expressava claramente que parcela da herança da esquerda brasileira o PT reivindicava. Pedrosa, que viria a falecer em 1981, era um prócer trotskista – corrente à qual também estava vinculada Lélia

[2] Abramo, 1980.

Abramo – desde a década de 1930. Ao mesmo período remontava a militância de Apolônio de Carvalho, cuja vida constituía uma epopéia que rivalizava com a de Luís Carlos Prestes, com a diferença de que, enquanto este, aos olhos das novas gerações, representava a subordinação irrestrita à linha soviética, Apolônio expressava as dissidências comunistas que aderiram à luta armada nos anos 1960. Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Freire eram intelectuais de esquerda independentes. Enquanto o primeiro se tornara uma das principais referências na análise das particularidades da formação social brasileira, as reflexões teórico-metodológicas e as experiências pedagógicas do segundo tiveram influência decisiva no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais católicas, uma das principais vertentes formadoras do PT. Manoel da Conceição, além de representar um importante aceno simbólico ao campesinato por parte de um partido que nascia eminentemente urbano, era também uma liderança vinculada ao minoritário setor da Ação Popular que se recusara a se integrar ao PCdoB, ou seja, aos remanescentes do maoísmo que se distanciavam da tradição comunista.

A grande maioria desses militantes faleceu antes do início desta pesquisa. Os dois que sobreviveram, Apolônio de Carvalho e Manoel da Conceição, foram definidos como entrevistados prioritários. A eles acrescentou-se o professor Antonio Candido, que representava uma tradição oriunda do Partido Socialista Brasileiro. Voltaremos a seguir nossa atenção para as trajetórias desses três militantes, que tiveram percursos distintos e por isso mesmo nos permitem mapear os caminhos das lutas sociais no Brasil.

Apolônio de Carvalho: um ex-militante do PCB

Apolônio de Carvalho nasceu em 1912 em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, filho de um soldado sergipano e de uma gaúcha. Cursou a Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, e saiu oficial em 1933. Dois anos depois, ainda no Rio, participou da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em 1936, foi preso e expulso do Exército. Quando saiu da prisão, no ano seguinte, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) e recebeu a orientação de embarcar para a Espanha, então mergulhada na guerra civil. Ali combateu nas Brigadas Internacionais ao lado dos republicanos, contra o movimento liderado por Franco. Com a derrota definitiva dos republicanos, dirigiu-se para a França.

Durante a II Guerra Mundial, participou da Resistência francesa – o que lhe valeria a patente de coronel – e conheceu a sua mulher Renée, jovem mili-

tante comunista, com quem retornou ao Brasil em 1945. Nos anos seguintes viveu na clandestinidade até 1953, quando partiu para um curso de quatro anos na União Soviética. De volta ao Brasil, manteve-se ligado ao PCB. Após o golpe de 1964, participou intensamente da oposição ao regime militar, mas, em conseqüência de divergências com o Comitê Central, deixou o partido e, junto com a também dissidente Corrente Revolucionária, fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Em janeiro de 1970, no ápice da repressão aos movimentos de esquerda, foi preso na cidade do Rio de Janeiro. Em junho do mesmo ano, desembarcou em Argel junto com outros 39 presos políticos liberados em troca do embaixador alemão, que havia sido seqüestrado por um grupo de militantes de esquerda. Permaneceu no exterior até 1979, sem deixar, porém, de acompanhar e dar sua contribuição à oposição ao regime militar no Brasil. Quando retornou ao país, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores.

A entrevista com Apolônio começou focalizando sua trajetória após o retorno ao Brasil em 1979 e não pôde prosseguir em virtude de sua morte. Ao lê-la, podem-se perceber os pontos que foram valorizados no seu relato. Apolônio enfatizou seus primeiros contatos com as idéias do PT e suas primeiras discordâncias com as teses do PCBR, do qual fora um dos principais fundadores. Diante dos sinais de abertura democrática, mesmo reconhecendo "todas as deficiências e todas as anomalias que sempre marcaram o modelo de uma democracia [no Brasil] na era republicana", avaliava que não era mais possível apostar numa retomada da luta armada, considerando-se "o nível de consciência do povo e também o modelo de regime político que começava a ser instaurado". Outro marco decisivo na sua aproximação com o emergente projeto de um partido dos trabalhadores se deu no interior do movimento pela anistia aos presos políticos e exilados, por meio do qual, ainda no exílio, tomou conhecimento de que "as grandes lideranças sindicais procuravam criar forças novas para derrubar a ditadura". De regresso ao Brasil, a adesão ao movimento pela criação do PT teria sido natural, vindo a ocorrer por intermédio do pintor Sérgio Sister.

Ao contrário dos demais "veteranos", Apolônio envolveu-se ativamente nas polêmicas internas do partido nascente e chegou a ocupar cargos nas primeiras comissões nacionais executivas do PT. Dos três depoimentos mencionados, o seu é o único que aponta a existência de divergências internas já no momento da fundação. Um exemplo foi o nome do novo partido, que segmentos da "Ação Popular antiga, das lutas e vigílias", queriam que se chamasse Partido

Popular. Esses debates internos, relembra Apolônio, refletiam a riqueza da situação histórica em que se delineava o projeto partidário. Como observa, “o PT, ao nascer, não era somente o partido dos trabalhadores”, pois trazia a contribuição de setores da Igreja Católica, dos parlamentares progressistas do MDB, do movimento universitário, do mundo da cultura, do mundo do jornalismo e do mundo do funcionalismo. Ou seja, era o partido “dos cidadãos que, depois de 20 anos de ditadura militar, sonhavam com liberdade, justiça social e correção gradual e progressiva dos contrastes sociais existentes no país”.

Apolônio destaca o quanto ele, vindo da experiência de monolitismo político da esquerda tradicional, valorizava o espaço democrático de discussão interna do PT. Ao mesmo tempo, diz que, desde o início, teve muita consciência de que a falta de unidade poderia colocar em risco o próprio caráter do partido, assim como a sua viabilidade. Sendo um experiente militante da esquerda organizada, logo conquistou a confiança dos sindicalistas, precisamente por combater o que identificava como os grupos com visões “apressadas” que disputavam os rumos do PT e “pretendiam o socialismo, não amanhã de manhã, o que já seria muito cedo, mas até o meio-dia”. Esse papel destacado assumido por Apolônio no enfrentamento dos grupos que adotavam posições extremistas dentro do PT, inclusive o próprio PCBR, prolongou-se por toda a primeira década de existência do partido:

> Eu achava que devíamos, primeiro, preservar a identidade do PT e o caminho que ele tinha escolhido ao nascer: um caminho profundamente marcado pela confiança no povo, pela busca de liberdade e pela visão das realidades e das possibilidades reais de mudanças sucessivas correspondentes.

Na avaliação de Apolônio, o prazo previsto para as transformações sociais implícitas no próprio caráter do PT entrava em choque com tendências como a Convergência Socialista e a Causa Operária, que considerava “extremamente duras no julgamento dos elementos que tinham a liderança maior do PT e não coincidiam com seus ritmos e seus horizontes”. Sem defender explicitamente a expulsão das duas organizações do partido, o veterano militante propôs que ambas fossem convidadas “a se transformar em partido”, e que o PT colaborasse na criação dessas novas agremiações:

> E então as divergências seriam feitas no quadro de uma aliança de forças políticas; mas não quebrando a inteireza, a identidade de um partido nascente que precisava ter essa imagem mais precisa e mais unificada para dirigir seu povo e ganhar mais forças no povo.

Se, de um lado, combatia o "esquerdismo", de outro, o experiente militante demonstrou também muito cedo sua preocupação com os desvios que a gravitação em torno do processo eleitoral poderiam trazer à concepção original do PT, como confluência de diversos movimentos sociais e instrumento de organização política popular permanente. Quando ainda era integrante da Comissão Executiva Nacional do partido, solicitou recursos para "visitar as direções do PT em todo o país, para saber até que ponto decrescia a presença dos núcleos populares na estrutura partidária". Com base nessas reflexões é que, no momento da realização da entrevista, em 2005, Apolônio analisava a crise política do governo Lula e do PT – crise essa que ele não sabia estar apenas nos primórdios, e diante da qual ainda preservava seu conhecido e invejável otimismo. Apolônio ressaltava o fato, por muitos esquecido, de que as origens da crise remontavam às disputas internas do partido, expressas na existência de dois candidatos petistas na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, o que criou condições para a eleição de Severino Cavalcanti, do Partido Popular (PP). A seu ver, porém, assim como os problemas enfrentados pelo partido ao conquistar a presidência da República remontavam às suas características originais, as forças necessárias à superação da crise também adviriam dessas mesmas características:

> Eu acho que a divisão do PT é algo que marca sua trajetória desde o primeiro dia. Se vocês relerem trabalhos da Fundação Perseu Abramo, inclusive o relato da sessão de fundação do PT, a 10 de fevereiro de 1980, por Perseu Abramo, vocês vão ver como o choque das tendências apressadas já modificava a visão original do PT e procurava impor, de um lado, a limitação das forças interessadas nas mudanças, para dar aos trabalhadores mais ligados à produção a situação primordial no jogo das mudanças; e de outro lado, a pressa pela profundidade das mudanças. [Mas] eu acho que é possível (...) voltar a sentir e estimular a imagem original do PT, [a]vivar a alegria e o orgulho de ser militante de um partido que, ao nascer, foi o mais democrático dos partidos de nossa história e tem tudo para ser de novo.

Antonio Candido: um socialista democrático

A narrativa de Antonio Candido deixa claro que, após o desaparecimento da maior parte dos seus companheiros, coube-lhe assumir o papel de principal portador da memória dos intelectuais que, desde o período da II Guerra Mundial

até 1964, se reuniram em diferentes momentos sob a auto-identificação de "socialistas democráticos".

Antonio Candido de Mello e Souza nasceu em 1918 na cidade do Rio de Janeiro, mas aos oito anos de idade mudou-se com a família para Poços de Caldas, no sul de Minas, maior centro de tratamento de reumatismo, onde o seu pai passou a clinicar. Teve sua formação básica, portanto, em Poços de Caldas e em uma cidade vizinha, São João da Boa Vista. Destacam-se também em sua história a estada de um ano na Europa em 1929, período em que seu pai realizou estudos de especialização, e o incentivo cultural oferecido pela família, que possuía extensa biblioteca e se preocupava com a educação dos filhos.

Em 1937, ingressou concomitantemente na Faculdade de Direito e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Seção de Ciências Sociais, da USP. Fundou em 1941 a revista *Clima*, que passou paulatinamente, de discussões culturais, para uma militância política mais clara contra a ditadura do Estado Novo. Em 1943, participou da formação do Grupo Radical de Ação Popular e da Frente de Resistência, ambos de oposição ao governo, sendo o primeiro ideologicamente indefinido e o segundo dividido entre socialistas e liberais. Em 1945, após o fim do Estado Novo, participou da fundação da Esquerda Democrática, constituída pelos membros esquerdistas da Frente de Resistência. Em 1947 a Esquerda Democrática mudou seu nome para Partido Socialista Brasileiro (PSB), partido ao qual Antonio Candido permaneceu ligado até sua extinção em 1965.

Academicamente, ao terminar o curso de ciências sociais em 1942, conseguiu o posto de assistente do professor Fernando de Azevedo na cadeira de sociologia. Ainda em 1942, participou do concurso para a cadeira de literatura brasileira da USP. Ficou em segundo lugar e, apesar de não conseguir a cadeira, recebeu o título de livre-docente em literatura brasileira. O título lhe permitiu, em 1957, se tornar professor de literatura da Faculdade de Assis, no interior de São Paulo, abandonando o posto de assistente de sociologia e aproveitando a oportunidade para apresentar sua tese de doutorado em ciências sociais, *Os parceiros do Rio Bonito*.

Antonio Candido retornou à USP como professor colaborador em 1961 e a partir de 1974 tornou-se professor titular de teoria literária e literatura comparada. Teve ainda breve experiência docente fora do país, quando foi convidado para ser professor visitante na Sorbonne, entre 1964 e 1966, e em Yale, em 1968. Unindo a experiência universitária norte-americana de oposição à Guerra do Vietnã à sua antiga militância política, participou da Associação dos Profes-

sores Paulistas do Ensino Superior (Apesp) e posteriormente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), inclusive na greve de 30 dias organizada por esta entidade em 1979, no governo Maluf, durante a qual ocupou o cargo de vice-presidente da entidade. Esteve presente às discussões iniciais sobre a possibilidade de criação de um partido socialista no final da década de 1970 e, finalmente, participou da fundação do PT em 1980.

Ao longo da vida recebeu muitas premiações e títulos honoríficos, entre os quais se destacam o Prêmio Luís de Camões de 1998, o título de doutor *honoris causa* conferido pela Unicamp e o de professor emérito da USP e da Unesp. Foi casado com a professora Gilda de Mello e Souza, do Departamento de Filosofia da USP, e teve três filhas.

Em relação à reformulação partidária do final dos anos 1970, como explica Antonio Candido, sua visão inicial, como a da maioria dos intelectuais de esquerda, era de que seria precipitado fundar um novo partido, pois o MDB, abrangendo várias tendências, teria mais força para consolidar a vitória final na luta contra a ditadura militar. Isso não significava, como acrescenta, que "não estivesse interessado na fundação eventual de um partido de tipo socialista, quando fosse o momento". O entrevistado relembra reuniões realizadas com essa finalidade em sua casa e outros lugares, da qual participaram nomes como Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio e "antigos companheiros do PSB, como Febus Gikovate, Paul Singer, Antonio Costa Correia". Entretanto, a emergência do novo sindicalismo levaria a diferenças de posicionamento que teriam repercussões de longo prazo:

> Enquanto isso os metalúrgicos do ABC iam elaborando o seu projeto e eu repetia que, no meu modo de ver, ainda não era o momento de fundar um novo partido de esquerda, mas ressalvava que, se ele fosse fundado, eu aderia. Disse isto na entrevista a um jornal em Florianópolis, disse à margem de reuniões no ABC, disse numa sessão do sindicato dos jornalistas presidida por Lula. De modo que, quando o PT foi fundado, aderi imediatamente.

Assim como o entrevistado, ingressou no PT – além do contingente principal de líderes sindicais e populares oriundos das lutas dos anos 1970 e de um expressivo número de egressos das organizações de esquerda dos anos 1960, que tanto num quanto noutro caso estavam na casa dos 30 e poucos anos de idade – um grupo bem menor de indivíduos de gerações anteriores da esquerda brasileira. Mesmo tendo eventualmente, na avaliação do momento político, di-

ferenças importantes com os sindicalistas que lideravam o processo de criação no partido, esses veteranos reconheciam na própria existência dessa liderança operária uma novidade histórica inquestionável, que tornava a sua adesão ao partido praticamente obrigatória.

As explicações contidas nos relatos dos entrevistados para a sua adesão imediata ao PT são buscadas em aspectos específicos da sua trajetória política anterior. Um dos bordões repetidos por Antonio Candido na sua entrevista é o conflito entre, de um lado, o que ele define como seu temperamento conservador, sua tendência para o apoliticismo, e, de outro lado, o imperativo de consciência que o conduziu a ter uma experiência de militância. A tensão perpassa diversos momentos históricos: a participação em agrupamentos políticos como a União Democrática Socialista (UDS), a Esquerda Democrática e o Partido Socialista Brasileiro, desde a década de 1940 ao golpe de 1964; as lutas contra a ditadura militar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, na rua Maria Antônia, em 1968; a criação e participação na direção de associações sindicais de docentes do ensino superior nos anos 1970; por fim, o próprio momento de criação do PT.

Em cada um desses episódios, o entrevistado destaca outros personagens do seu convívio como os verdadeiros protagonistas, que definiram a evolução do posicionamento a ser adotado por uma vertente de socialistas democráticos que, mesmo passando por diversas mutações, apresentaria uma grande coerência desde as origens até o ingresso no PT. Falando sobre as origens do pequeno grupo que, no início da década de 1940, editava a revista "apolítica" *Clima*, relembra como seu amigo Paulo Emílio Salles Gomes, que posteriormente viria a se destacar como o maior crítico de cinema do país, convenceu-o da necessidade de "fazer uma esquerda que não seja nem stalinista nem trotskista, mas que tenha base marxista e tenha o intuito revolucionário".

A fragilidade desse grupo, reconhece, era a sua falta de inserção em qualquer movimento social oriundo da classe trabalhadora, fato que teria sido criticado pelo militante trotskista Lívio Xavier, para quem os "ótimos quadros do Partido Socialista deviam entrar para o PTB e lutar para transformá-lo num partido socialista". Esse foi o caminho, no entender de Antonio Candido, posteriormente tentado por Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Lúcio Bittencourt e San Tiago Dantas. Apesar do distanciamento da Esquerda Democrática e do PSB em relação à classe operária, Antonio Candido não titubeia em identificar no grupo de socialistas democráticos ao qual pertencia as origens do

projeto político que, décadas depois, encontraria no movimento operário capitaneado pelos metalúrgicos do ABC as condições para vir a se transformar num partido:

> [O novo movimento operário] correspondia ao que tínhamos querido e nos faltava. Não sei se os meus amigos mortos teriam entrado e é certo que alguns vivos não entraram. No entanto, entrei pensando em todos eles, porque estava certo de que o PT poderia realizar os nossos ideais, como pensavam também velhos companheiros do porte de Mário Pedrosa, Plínio Mello e Febus Gikovate. No dia da fundação eu estava no Colégio Sion, sentado entre dois antigos companheiros do Partido Socialista: Paul Singer e José Artur Gianotti, que depois saiu e ficou com Fernando Henrique.

Um episódio particularmente dramático ilustra a visão do entrevistado, de que sua geração chegava ao final da vida e de que os poucos que permaneciam em condições de fazê-lo no início dos anos 1980 tinham o compromisso de transmitir sua experiência ao movimento nascente. Um de seus veteranos companheiros de militância, o médico Febus Gikovate, encontrava-se à beira da morte, e Antonio Candido, pressentindo o pior, resolveu visitá-lo numa noite de sábado. Para animar o amigo, inventou o que qualificou como uma "mentira piedosa", dizendo que os operários do ABC haviam convidado a ambos para participar das conversas preliminares sobre a criação do PT, mas acrescentando imediatamente que não iria, porque não queria mais saber de política. Gikovate teria repreendido o amigo e dito: "Peço que você me represente e diga que não vou porque estou indo para outro lugar". De fato, Gikovate veio a morrer no dia seguinte. O depoente classifica esse episódio como o "empurrão final" que consolidou sua decisão de ingressar no PT.

Outro elemento que pode indicar as origens da sua disposição em seguir os rumos definidos pelos metalúrgicos do ABC tem relação com a participação nas experiências embrionárias de criação do sindicalismo no ensino superior brasileiro:

> No fim de 1968, antes do AI-5, surgiu a Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Appes), ideada pelo professor Alberto Muniz da Rocha Barros, da Faculdade de Direito, a fim de participar da reforma universitária, opor-se à interferência do governo, defender os colegas ameaçados ou perseguidos. O primeiro presidente foi o professor Antonio Ferreira Cesarino Júnior. Depois foi Goffredo da Silva Telles Júnior, sendo eu vice-presidente. Era tudo

> gente firme de oposição à ditadura. Em dado momento do ano de 1969, Goffredo foi detido e a seguir não conseguimos mais salas para as reuniões, com certeza por prudência dos responsáveis. Então a Appes acabou, mas foi um bom momento de luta. Anos depois fundou-se a Adusp, com uma diretoria provisória chefiada por Crodowaldo Pavan, substituída para o mandato 1977-79 por outra, presidida por Modesto Carvalhosa, professor da Faculdade de Direito, e eu como vice. Essa diretoria chefiou a greve de 1979, creio que a primeira de docentes do ensino superior no Brasil.

Ao concluir o seu depoimento, com um balanço do que considera serem os avanços históricos da esquerda no Brasil contemporâneo, Antonio Candido fecha o ciclo da narrativa com um retorno às origens da sua militância. Referindo-se novamente ao manifesto da UDS, redigido por Paulo Emílio, lembra que o documento apontava que, na "pseudodemocracia" até então existente no Brasil, fazendeiros, banqueiros e industriais já tinham falado muito, a classe média e os operários tinham dito algumas palavras, sendo o trabalhador do campo "a grande voz muda da história brasileira". Lembra que seu pai estava convencido de que "vivia numa perfeita democracia", apesar de apenas 200 mil eleitores elegerem o presidente da República por voto descoberto, e que foi o governo ditatorial do Estado Novo que permitiu que entrasse em cena o operário urbano. Quanto aos trabalhadores rurais, relembra o papel do PSB, por meio de Francisco Julião, na organização das Ligas Camponesas, e destaca que com a eleição de Lula o Brasil passou a ter condições para realizar a democracia:

> Na República Velha, quando eu era menino, os liberais estavam convencidos de que viviam numa democracia, o que estava certo apenas para a classe dominante. Era uma democracia restrita de elites que se consideravam a nação. Depois de 1930 a transformação econômica, causando aumento considerável dos trabalhadores urbanos, foi habilmente enquadrada pelo governo, que patrocinou a entrada maciça deles na esfera política, e isso ampliou consideravelmente a participação na vida pública. Mas só na segunda metade do século XX o trabalhador rural começou a penetrar nela, a partir da capacidade de se organizar e lutar, o que teve início sistemático com um companheiro nosso do PSB, Francisco Julião e as suas Ligas Camponesas, a partir de 1955. No entanto, o processo só amadureceu com o MST, que, como diria Celso Furtado, é o movimento social mais importante do Brasil no século XX. Portanto, a partir de agora começa a haver condições para se instaurar no Brasil uma verdadeira democracia, sem a qual não haverá socialismo possível. Apesar dos seus tropeços, o PT poderá ser decisivo nesse processo.

Manoel da Conceição: das lutas rurais ao PT

Manoel da Conceição pode ser considerado uma expressão fundamental da incorporação dos trabalhadores rurais à política brasileira de que fala Antonio Candido. Vejamos sua história. Nasceu em 1935 em Pedra Grande, no Maranhão, filho de um pai ferreiro e uma mãe lavradora. Não freqüentou nenhuma instituição de ensino, mas conseguiu aprender os rudimentos da leitura com vizinhos prestativos. Participou das associações de camponeses que proliferaram no Nordeste do país no final da década de 1950, tendo contato inclusive com o Movimento de Educação de Base (MEB), grupo da militância de esquerda cujo principal propósito era formar lideranças no campo contra o latifúndio e alfabetizar a população sem acesso à educação. Em 1963, participou da formação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão, em Pindaré-Mirim, reunindo principalmente trabalhadores rurais autônomos. Com o golpe militar em 1964, o sindicato foi dissolvido e Manoel da Conceição, assim como outros líderes, foi preso e passou um mês na cadeia. Em 1965, fez parte da campanha de José Sarney para o governo do Estado, atraído principalmente pelo discurso contra o mandonismo político dos grandes proprietários de terra.

Nos anos seguintes, não obstante a proibição de funcionamento do sindicato de trabalhadores rurais, as delegacias do sindicato no interior do Maranhão continuaram a funcionar. Por sua participação nessas atividades, Manoel da Conceição foi novamente preso em julho de 1968. Na ocasião, perdeu a perna direita, atingida por um tiro saído do fuzil de um policial no momento de sua prisão. Ao ser solto, em meados de 1969, tentou reconstituir um MEB com antigos conhecidos, apenas dentro do Maranhão, onde o antigo MEB não podia mais agir. Continuou também sua militância política, voltando a participar da Ação Popular (AP), movimento ao qual era ligado desde 1967. Sob a tutela dessa organização, foi para São Paulo implantar a perna mecânica de que necessitava. Em setembro de 1969, viajou como representante da AP à China, país no qual permaneceu nove meses, realizando cursos e conhecendo a ideologia maoísta, em missão de aproximação com o Partido Comunista Chinês.

Depois da sua estada de quase um ano na China e de uma breve passagem de 15 dias na Europa, onde conheceu membros da Anistia Internacional, Manoel da Conceição voltou para o Brasil. Já amplamente conhecido por sua posição política de esquerda, passou a sofrer perseguição constante e foi preso várias vezes. Em vista dessa situação, decidiu exilar-se a partir de 1976 na Suíça. Nos

dois anos seguintes, mesmo fora do país, manteve-se informado sobre os eventos políticos brasileiros e, principalmente, sobre as discussões acerca da formação de um partido de trabalhadores. A partir da sua volta, participou com dedicação total dos trabalhos de formação do PT. O entrevistado recorda-se com visível orgulho do seu ingresso no partido:

> Para assinar a ata de fundação do partido no Colégio Sion e as primeiras fichas de construção do partido, filiação, o primeiro foi Mário Pedrosa. O segundo foi Apolônio de Carvalho. E o terceiro foi Manoel da Conceição. (...) Como os outros dois faleceram, eu sou o primeiro filiado nacional do PT ainda vivo. [risos]

Podemos localizar um dos principais nexos entre a narrativa da trajetória política anterior de Manoel da Conceição e a explicação para sua adesão ao PT no momento quase mítico do seu encontro com Mao Tse-tung. A relevância da ocasião pode ser indicada pelo fato de Manoel ser, então, a principal liderança camponesa identificada com o maoísmo – uma concepção política baseada precisamente na estratégia de guerra popular prolongada e cerco da cidade pelo campo – em um país das dimensões do Brasil. Segundo o entrevistado, após relatar ao "Grande Timoneiro" as divergências existentes no interior da AP, teria ouvido dele que também conhecera o isolamento por 15 anos, quando a maioria do Partido Comunista Chinês acreditava que "a revolução chinesa devia ser feita da mesma forma que foi feita na União Soviética". Por fim, recebeu três conselhos: o primeiro foi de, "antes de sair da China, cavar um buraco e enterrar" tudo o que lá havia aprendido; o segundo de, ao chegar ao Brasil, pesquisar "a realidade brasileira, a cultura do povo, a sua luta, a sua história política, social, econômica", para a partir daí "traçar rumos que pudessem orientar a revolução brasileira"; o terceiro, finalmente, foi o de que, "numa luta política ideológica interna num grupo", nunca fosse "o primeiro a declarar a ruptura com quem está no mesmo campo". Ou seja, o encontro com o líder supremo da sua corrente política serve como argumento de autoridade para o afastamento de Manoel do maoísmo como doutrina, e o leva a apostar na construção de instrumentos de transformação social baseados nas particularidades do Brasil.

Isso explica, segundo o entrevistado, sua identificação com o projeto do PT desde o momento em que, exilado na Europa, começou a ter informações sobre a proposta de criação do partido. Manoel da Conceição relembra que muitos dos militantes exilados desconfiavam de Lula, que, apesar de operário, esta-

ria sendo "muito bajulado pela burguesia". A despeito das suspeitas iniciais, o debate entre o grupo de exilados na Europa ao qual Manoel da Conceição estava associado, ao contrário do que ocorria com vários outros segmentos da esquerda brasileira no período, inclinava-se já claramente para a adesão ao PT. A iniciativa de criação de um canal de comunicação direta com a maior liderança do novo sindicalismo, transformado posteriormente numa relação de forte confiança pessoal, pavimentou o caminho para a opção pelo projeto do PT. Manoel começou a se corresponder com Lula quando ainda estava na Suíça, e vincula este fato à calorosa recepção que recebeu ao chegar a São Paulo:

> Rapaz, eu não sei quantos, porque não conferi, só sei que tinha bastante homem lá, companheiros operários e trabalhadores. E o fato, companheiro, é que, a partir de então, eu me engracei de ficar no PT. (...) Cheguei aqui no dia 9 de outubro de 1979. E no dia 13 de outubro de 1979 eu fui para uma reunião no ABC paulista, lá no Sindicato dos Metalúrgicos; lá tinha uma centena de lideranças operárias e até alguns intelectuais técnicos, e lá eu pedi engajamento na construção do PT.

Essa opção pela adesão ao PT fazia parte de um intenso e complexo debate entre os remanescentes da AP:

> Quando eu cheguei aqui, os companheiros da AP que ficaram no Brasil estavam programando um encontro lá no Rio de Janeiro. Eu fui para esse encontro e lá foi feita a discussão. Discutiu-se, discutiu-se, conversa vai, conversa vem, mas o fato é que a maioria dos que estavam lá concordaram que nós devíamos ficar no PT. Só que depois a maior parte deles resolveu sair. A gente ficou.

Ingressando no PT, Manoel se envolveu ativamente no trabalho de construção partidária. Apesar de ter concorrido a cargos eletivos em duas ocasiões – a governador de Pernambuco em 1982 e a senador pelo Maranhão em 1994 –, deu clara ênfase à expansão da base social do partido entre os trabalhadores do Nordeste. Essa construção do partido no campo nordestino, após um longo e paciente trabalho, resultou, como o entrevistado aponta, em um enraizamento bastante amplo, não apenas do ponto de vista eleitoral, mas também no que diz respeito à expansão da presença de petistas nas organizações sindicais de trabalhadores rurais.

> Primeiro os companheiros do Rio Grande do Norte me convidaram para montar lá uma oposição sindical rural, coisa em que eu tinha muita experiência. Então eu fui para lá, para o Rio Grande do Norte, comecei a fazer o serviço.

> Como deu certo, também me chamaram na Paraíba. Aí nós criamos as oposições já construindo o PT também. A oposição sindical era PT, e o PT era a oposição sindical. Em Pernambuco, do mesmo jeito. Um companheiro que era, na época, da oposição sindical lá em Pernambuco, chama-se Mané de Serra,[3] hoje, ele é o presidente da Contag [Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura].

Essa identificação da organização partidária como instrumento das lutas sociais talvez explique a força da aparentemente inabalável identificação de Manoel com o PT, mesmo após os desgastes decorrentes das crises políticas dos últimos anos.

> Eu me sinto orgulhoso, meu companheiro, por isso. Eu só militei em duas organizações políticas. Eu nunca rachei com ninguém... A minha militância foi só na AP, porque não tinha o PT. No PT, eu fui filiado só uma vez e até hoje nunca me desfiliei, continuo no PT, e acho que vou morrer petista. Porque tem tanta gente boa dentro desse partido... Se tem algum safado, a gente manda ele embora. A gente fica...

A análise preliminar desse subconjunto de depoimentos ilustra a riqueza das trajetórias convergentes na formação do PT e o papel das narrativas orais na construção e reconstrução de nexos entre passado e presente. Ao mesmo tempo, demonstra o papel da memória no enfrentamento das perplexidades geradas pela vivência de situações longamente almejadas, mas que expõem a militância à angústia e à frustração diante da distância entre, de um lado, a imagem idealizada dos objetivos históricos do PT e, de outro, a forma real como se deu a transformação do partido em protagonista do sistema político brasileiro.

Memória e história: fonte ou dever?

Nesta virada para o século XXI, têm ressurgido de maneira crescente críticas ao uso de testemunhos como fontes históricas. Esse posicionamento é, em grande parte, uma reação ao comprometimento das sociedades contemporâneas com o chamado "dever de memória". De acordo com Olivier Lalieu, em seu artigo "L'invention du devoir de mémoire", essa expressão foi criada para desig-

[3] Manuel José dos Santos é conhecido por esse apelido por ter sua base sindical em Serra Talhada.

nar uma espécie de culto aos mortos, vítimas de atos de repressão e de traumas políticos, culto esse que produz desdobramentos e obrigações nos domínios históricos, jurídicos, financeiros e políticos.[4] Nesse contexto, o ato de testemunhar ganha um novo significado, e as vítimas ou seus descendentes transformam-se em agentes fundamentais para o exercício do dever de memória, entendido agora não apenas em sua dimensão de culto aos mortos, de dever de lembrança e homenagem, mas também como direito de reclamar justiça e conquistar resultados concretos nos domínios político, judicial e financeiro.[5]

De fato, o desenvolvimento em diferentes países e grupos sociais de políticas memoriais envolvendo eventos traumáticos, como forma de lutar contra o esquecimento de indivíduos vitimados pela opressão, tem implicado cada vez mais a idéia de responsabilidade oficial de governos e sociedades no sofrimento vivido pelas vítimas e tem propiciado a reivindicação de medidas compensatórias, não só para reparar as injustiças, mas para impedir possíveis repetições futuras de processos de violência e discriminação. Iniciados a partir do Holocausto na Europa, projetos de memória dessa natureza têm encontrado ressonância nos últimos tempos em diferentes sociedades, como na África do Sul, nos países da América Latina egressos das ditaduras militares, ou ainda no Leste europeu após a queda dos regimes comunistas.[6]

Entretanto, o abuso das políticas memoriais, para usar as palavras de Todorov, teria transformado as lembranças em armas políticas e garantido uma sacralização para os testemunhos, que conduz à valorização de uma representação do passado a partir essencialmente de destinos individuais. A afirmação dessas práticas políticas tem provocado intensos debates e críticas nas comunidades dos historiadores e tem levado ao questionamento dos instrumentos legais utilizados pelos Estados na gestão de passados e nos processos de sacralização de memórias.[7]

Um primeiro ponto que tem gerado polêmica está relacionado à definição de conteúdos históricos sancionados por legisladores, que podem estar em desacordo com a produção historiográfica. O estabelecimento de políticas memoriais

---

[4] Lalieu, 2001.

[5] Heymann, 2007.

[6] Ferreira, 2006.

[7] Todorov, 2002.

vinculadas ao atendimento de reivindicações de reparação por parte das vítimas ao Estado muitas vezes se choca com a interpretação de eventos históricos e coloca sob suspeição o saber produzido pelos historiadores, bem como seu papel no espaço público.[8] Questiona-se a autoridade dos especialistas para discutir temas históricos, atingindo-se a própria profissionalização do historiador. Abre-se assim não só uma disputa entre interpretações historiográficas divergentes, mas uma competição entre diferentes atividades profissionais, como as dos jornalistas, legisladores e profissionais da história, no que diz respeito à legitimidade de seus praticantes para acessar o passado e analisá-lo.

Diante desse quadro, muitos historiadores têm-se manifestado, apontando os perigos dos processos de sacralização da memória e argumentando que o estabelecimento de leis definindo como devem ser tratados certos eventos históricos cria sérios riscos. A imposição legal de uma visão da história, segundo eles, transforma *uma* memória em valor inconteste, eliminando qualquer possibilidade de discussão sobre os temas históricos.[9]

É preciso destacar que as críticas dos historiadores às leis memoriais têm como alvo principal a definição legal de um conteúdo para o passado histórico, e não o fato de as leis estabelecerem a obrigatoriedade de determinados temas para o estudo e o ensino do passado. A grande preocupação da comunidade dos profissionais da história são as intervenções que as políticas de memória impõem na apreciação de eventos do passado, e as conseqüências dessas iniciativas na produção do saber histórico. Esse tipo de interferência, além de restringir a liberdade de pesquisa, subordina a história à memória e anula a possibilidade do questionamento das fontes primárias, primeira premissa do ofício do historiador.

Esse primeiro aspecto do debate ganha cores ainda mais intensas e desdobramentos ainda mais profundos quando a comunidade dos historiadores se volta para as discussões teóricas e metodológicas. Aí, a questão da subjetividade emerge como elemento de crítica fundamental.

Segundo a pesquisadora argentina Beatriz Sarlo,[10] a partir dessa supervalorização da memória, os historiadores passaram a rever os objetos da pesquisa histórica, revalorizando os estudos do cotidiano e dando ênfase es-

---

[8] Heymann, 2007.

[9] Id. Ibid, 2007.

[10] Sarlo, 2007.

pecial às biografias dos personagens comuns e aos testemunhos orais. O reconhecimento desse tipo de abordagem teria levado a uma "guinada subjetiva". Passou-se a observar que todos os atores históricos seriam inventivos: o fato de não se regularem unicamente por uma ideologia hegemônica teria permitido a formação de suas identidades particulares. Essa focalização da historiografia nos indivíduos, no entender de Sarlo, foi incentivada pela noção de que o passado pode ser interpretado por sua lógica interna e de que o sujeito histórico observado na sua subjetividade é o melhor caminho para se alcançar este fim.

Nas palavras de Beatriz Sarlo, estamos vivendo em uma época de grande subjetividade, na qual o "eu" passou a receber privilégios, principalmente por se opor à hegemonia simbólica dos meios audiovisuais, e por constituir um meio jurídico e moral de se reconhecer o mal causado às vítimas das ditaduras militares e guerras recentes. Essa valorização do "eu", sustentada por interesses políticos e culturais, no contexto atual, onde há o temor de uma "perda de memória", deve ser objeto de uma arguta crítica. Um caminho apontado pela autora para garantir esse olhar crítico é colocar o foco nos limites para o uso dos testemunhos na modernidade.

Ainda segundo Sarlo, o principal argumento nessa linha, levantado já por Walter Benjamin, sustentava que os homens atingidos pelo choque avassalador da Primeira Grande Guerra não mais conseguiam transmitir o vivido, na medida em que retinham apenas nuvens de acontecimentos. Ainda que o autor tenha buscado encontrar a saída para esse impasse propondo a redenção do passado pela memória, podem-se reconhecer as dificuldades de sua proposta diante da impossibilidade de garantir a consistência do relato e a própria existência da experiência. Essas dificuldades têm sido retomadas mais recentemente por outros pensadores, que apontam a aceleração do tempo cultural, tecnológico e moral como uma limitação para a transmissão dos relatos entre gerações, ou seja, indicam uma crise de autoridade do passado sobre o presente. Outro argumento evocado que se vem somar a esses debates é o da impossibilidade de se estabelecer um sistema de equivalência entre o eu do relato e a experiência. De acordo com essa perspectiva, não existe uma relação verificável entre o eu textual e o eu da experiência, constituindo assim o gênero autobiográfico apenas uma máscara do autor. Todo relato autobiográfico seria, na verdade, idêntico à ficção em primeira pessoa.

Diante desses debates acerca do "dever de memória" e das críticas à "guinada subjetiva" e à "exaltação do testemunho", que têm estado presentes em algumas linhas historiográficas da atualidade e têm colocado grande desafios

para os historiadores, cabe perguntar qual o significado e a importância de se produzir um acervo de depoimentos orais de atores sociais envolvidos na criação do PT. Como enfrentar a ameaça da sacralização da memória das lutas contra a ditadura militar brasileira? Como constituir, a partir da coleta de depoimentos orais, uma fonte histórica passível de uso crítico e de questionamento e confronto pelos historiadores?

Neste trabalho, procuramos apontar as possibilidades de uso para pesquisa que esse material pode ter, destacando algumas questões recorrentes nas entrevistas, tais como o ingresso do depoente na militância política, a articulação dos diferentes grupos para a formação do PT, o papel de Lula como liderança capaz de aglutinar forças tão diversificadas e o significado do partido para os movimentos sociais e para a consolidação da democracia no Brasil. Como a pesquisa se encontra em fase inicial e grande parte das entrevistas realizadas não foi ainda processada, não foi possível trabalhar o material de maneira mais aprofundada. De toda forma, o exercício com apenas três entrevistas nos indica a importância da montagem desse acervo de história oral, que, uma vez processado, ficará disponível para a consulta dos pesquisadores na internet, ampliando significativamente seus usos.

Um desafio a ser enfrentado por este projeto é o fato de ele ser iniciativa de um partido político que convidou historiadores para participarem da realização e divulgação dos depoimentos de militantes. Trata-se, sem dúvida, de um projeto de memória político-partidária, mas que, ao utilizar a metodologia de história oral, propõe um uso ampliado do acervo, para além de sua utilização como mero instrumento laudatório. Dessa forma, a produção desse conjunto de fontes para o estudo da história do PT contribuirá para a preservação da memória dos movimentos sociais, tornando-se uma referência de fundamental importância para a consolidação das lutas pela cidadania no país.

Pela sua própria natureza, o projeto aqui apresentado traz também elementos significativos para a reflexão sobre as fronteiras entre história e memória. Tais preocupações ganham peso ainda maior num contexto em que a necessidade de balanço de experiências coletivas trágicas impõe um "dever de memória", como ocorre no cenário pós-ditaduras latino-americanas, especialmente quando a produção dessas memórias se dá no contexto da crise dos parâmetros tradicionais de produção da verdade histórica que marca a cultura pós-moderna.[11]

[11] Sarlo, 2007.

Entretanto, como a sistematização ponderada e a reflexão crítica sobre décadas de experiência por praticantes de diversos países já demonstraram claramente, a história oral pode ser perfeitamente incorporada ao arsenal de recursos à disposição do historiador por meio da observância de exigentes procedimentos metodológicos.[12] Na verdade, boa parte das ressalvas dirigidas à história oral aplica-se igualmente a qualquer outro tipo de evidência relatada (*reported evidence*), aí incluídas fontes escritas das mais tradicionais (atas, relatórios etc.), que, muitas vezes, são liberadas de um escrutínio mais cauteloso por força do fetiche da palavra escrita.[13] A grande particularidade é que, no caso da história oral, os historiadores participam interativamente tanto da geração do documento quanto da articulação da trama institucional que define o seu contexto de emergência, tanto no mundo acadêmico quanto fora dele. O quanto isso pode ser um problema ou uma vantagem dependerá da combinação de uma série de fatores.

Cabe aqui também uma reflexão sobre o papel da memória no processo de construção de identidade que perpassa a constituição e atuação dos movimentos sociais das classes subalternas. Daniel James, em seu estudo sobre a trajetória de doña Maria Roldán, líder dos trabalhadores da indústria frigorífica de Berisso, na Argentina,[14] analisa como a elaboração das narrativas dos militantes operários é perpassada pela busca do equacionamento dos conflitos e ambigüidades que marcam sua vida. De um lado, eles têm de lidar com e, em alguma medida, corresponder aos estereótipos que lhes são atribuídos em função de seus lugares sociais definidos por critérios de classe, gênero e identidade étnico-racial, evitando os riscos do isolamento e da estigmatização, que inevitavelmente neutralizariam a sua capacidade de atuação política. De outro, o próprio engajamento torna-os objetivamente "desviantes" em relação aos padrões de conduta estabelecidos. James demonstra como essa função social de construção de sentidos unívocos a partir de múltiplas contradições por meio de narrativas reelaboradas e reencenadas opera não apenas no interior de cada indivíduo, mas nos espaços estabelecidos pela vida comunitária para o exercício das performances pelos "portadores de memória" socialmente reconhecidos.

---

[12] Ver, por exemplo, o conjunto de trabalhos reunidos em Ferreira e Amado, 1998.

[13] Seldon e Pappworth, 1983:3-35.

[14] James, 2000.

O projeto de história oral do PT enseja uma reflexão sobre os modos como o processo de institucionalização de um partido político criado a partir de movimentos sociais transforma essa relação entre história pública, portadores de memória e reconstrução de identidades coletivas. No momento de sua fundação, o partido caracterizava-se como uma organização pequena, jovem, marcada por um forte voluntarismo. Nesse contexto, as práticas de "comemoração", ou seja, de vivência coletiva da memória, se davam de maneira informal, espontânea, sendo as narrativas canônicas da sua história institucional facilmente sintetizadas pela própria identificação de uns poucos indivíduos como os "criadores do PT". Apenas a título de exemplo, no âmbito nacional, até hoje, sete sindicalistas (Lula, Djalma Bom, Jacob Bittar, Olívio Dutra, Paulo Skromov, Wagner Benevides e José Cicote) se auto-reconhecem nessa condição.

Evidentemente, o encontro entre eles em eventos associados ao partido, hoje bem menos freqüentes, considerando-se suas trajetórias posteriores profundamente diferenciadas,[15] gera invariavelmente um processo de rememoração de episódios considerados decisivos do processo de criação do partido, ou de casos pitorescos ilustrativos das condições em que esse processo se deu. Grupos similares de "pais fundadores" e práticas de "comemoração" associadas à vida partidária podem ser identificados também em âmbito local e regional, mas, à medida que o PT se transformou numa instituição efetivamente nacional, maciça e altamente profissionalizada, essas práticas caíram para o segundo plano na preservação e transmissão da história partidária. Emergem, por outro lado, "políticas de memória" cada vez mais complexas, atendendo a diversas finalidades, tais como a socialização de novos filiados, a educação política, a reflexão crítica, o marketing eleitoral etc., produzindo muitas vezes versões e abordagens conflitantes.

---

[15] Lula tornou-se presidente da República. Olívio Dutra chegou a ser governador de estado e ministro, e continua a ser um dos principais líderes do PT no Rio Grande do Sul. Djalma Bom, José Cicote e Jacob Bittar, depois de ocupar cargos no Legislativo e no Executivo, encontram-se hoje afastados de uma atuação política mais direta, e os dois últimos deixaram o PT. Paulo Skromov vive em Avaré, no interior de São Paulo, e continua a militar no partido, mas afastado de atividades de âmbito nacional. Já Wagner Benevides perdeu influência no movimento sindical logo após a criação do PT e, desde então, tem mantido uma atuação política discreta, embora ocupe o cargo de superintendente regional em Minas Gerais da Secretaria Nacional da Pesca.

Se podemos, por um lado, caracterizar o projeto de história oral do PT como uma expressão dessas "políticas de memória", resta avaliar que contribuição ele pode trazer para a pesquisa da história recente e imediata da sociedade brasileira. Como fica claro pelo exposto até aqui, não compreendemos esse processo como a produção de uma "outra história" emanando em estado bruto de vozes até então suprimidas. Poderíamos descrevê-lo mais adequadamente como a criação interativa de registros pessoais únicos sobre experiências históricas decisivas na formação do Brasil contemporâneo, formulados à luz do cruzamento entre, de um lado, a perspectiva dada pelo distanciamento cronológico e, de outro, o impacto dos eventos do presente.

Avaliamos que o grande potencial deste projeto, portanto, está na geração de um banco de depoimentos aberto a leituras e interpretações diversas, uma importante contribuição ao desenvolvimento de uma cultura favorável a políticas públicas democráticas de acervos e documentação. A generalização de iniciativas dessa natureza seria fundamental para ampliar o acesso às condições de produção do conhecimento histórico tanto para profissionais quanto para leigos, contribuindo assim para enriquecer o enfrentamento dos desafios e indagações colocados para a sociedade brasileira no presente e no futuro. Nesse sentido, a dimensão subjetiva, longe de constituir um empecilho ou uma "impureza", pode ser encarada como a grande contribuição da história oral.

Como dizia o historiador inglês E. P. Thompson,[16] é na forma de experiência que os seres humanos vivem o processo histórico, e é por meio dela que, sob o impacto das determinações que geram as condições da sua existência, produzem formas específicas de consciência social. Se as narrativas de história de vida são sempre singulares, seu poder de sedução deriva do fato de que, por maiores que sejam as distâncias entre as trajetórias dos depoentes e as nossas, reconhecemos nelas o desejo universal de indivíduos e grupos sociais de construir, pelo exercício da memória, seu lugar num mundo em permanente transformação.

Ouvir o relato das trajetórias dos construtores do PT talvez acrescente poucas informações novas sobre o partido e sobre os momentos históricos de seu surgimento e desenvolvimento. Mas é uma forma de acesso privilegiado ao conhecimento de como essa construção foi vivenciada, e que sentido extraem

[16] Thompson, 1981.

dela retrospectivamente vários dos seus protagonistas, especialmente à medida que foram confrontados com novas realidades, muitas das quais absolutamente imprevisíveis quando seus destinos se cruzaram no final dos anos 1970, para dar origem a uma organização que, independentemente de opiniões pessoais, nas três décadas que se passaram desde então, veio a transformar a história política do país.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Perseu. Divergências na fundação do PT: avaliações diferentes das perspectivas de legalização do partido. *Movimento*, 18-24 fev. 1980. Disponível em: <www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1935>.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Por que Lula? O contexto e as estratégias*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Rememória*: entrevistas sobre o Brasil do século XX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

BADARÓ, Marcelo. Lula. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 – DHBB*. Coords. 2. ed. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 2001.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Antonio Herculano et al. *História e linguagens*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.

______; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FORTES, Alexandre. Reflexões sobre o lugar do PT na história da esquerda brasileira. In: ______ (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. v. 1. p. 195-205.

______; FRENCH, John D. Another world is possible: the rise of the Brazilian Workers' Party and the prospects for Lula's government. *Labor – Studies in Working Class History of the Americas*, Durham, NC, v. 2, n. 3, p. 13-32, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

JAMES, Daniel. *Doña María's story*: life, history, memory and political identity. Durham/London: Duke University Press, 2000.

LALIEU, Olivier. L'invention du devoir de mémoire. *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire,* Paris, n. 69, 2001.

LIMA JR., Olavo Brasil de. Partido dos Trabalhadores. In: Alzira Alves de Abreu et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 – DHBB*. (Coords.) 2. ed. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de encontros e congressos, 1979-1998*. Org. Diretório Nacional do PT, Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

______. *Resoluções de encontros e congressos, 1979-2002*. Org. Diretório Nacional do PT – Núcleo de Documentação e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

______. *Trajetórias*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/ Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

SELDON, Anthony; PAPPWORTH, Joanna. *By word of mouth*: élite oral history. London/ New York: Methuen, 1983. p. 3-35.

TEORIA E DEBATE: revista bimestral da Fundação Perseu Abramo, ano 19, n. 64, nov./dez. 2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TODOROV, Tzevetan. *Memórias do mal, tentação do bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

Parte V

Processos de redemocratização

12 Entre o Brasil e a Colômbia, uma experiência pessoal

*Jaime de Almeida**

A pessoa que deixa aqui registrada sua experiência prometeu a si mesma, num longínquo dia do ano de 1973, retomar os estudos quando saísse da prisão: estudaria história para aprender e testar os seus métodos e técnicas e, muito mais tarde, com mais experiência e distanciamento, escreveria suas memórias de militância política pensando em futuros leitores que não teriam ainda nascido. Essa pessoa sou eu, e preciso estabelecer alguns protocolos de comunicação com os leitores deste pequeno texto, que ainda não é exatamente aquele do meu antigo projeto...

Sei que o leitor se encontra diante de uma estranha situação. Afinal, estou colocando em suas mãos um texto, mas deixo subentendido que, na verdade, eu preferiria talvez dirigir-me a outro interlocutor... Não posso pedir-lhe desculpas, já que de qualquer forma aceitei o desafio de apresentar meu depoimento, tentando expressar com clareza o que tenho a dizer, aqui e agora, assumindo conscientemente o risco de ambigüidades, descompassos ou impasses na comunicação.

A idéia de convidar-me a participar do seminário internacional "Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas" deve ter sido da professora Jessie Jane Vieira de Souza, a quem conheci no ano passado, e com quem tenho em comum a experiência de viver por bastante tempo na prisão como preso político. Não tanto como ela – uns oito anos! –: três anos, cinco

* Universidade de Brasília, Brasil.

meses e uma semana, divididos em dois tempos por um ano de clandestinidade. Quando nos vimos pela primeira vez, num encontro sobre história da América, ela não sabia que eu guardava muito nítida em minha memória a sua foto, publicada em primeira página pelos jornais no dia de sua prisão. Provavelmente também não podia entender por que me pus, desde logo, a conversar com ela com tanta intimidade. Para mim, naquele momento, éramos os mesmos jovens: ela, a moça da foto no jornal, e eu, o leitor e admirador. Creio que isso deve ocorrer com freqüência entre pessoas que vêm a (re)conhecer-se depois de viver experiências paralelas, não comunicantes, no interior da instituição pan-óptica: temos a impressão de que tudo é transparente entre nós, pois fomos igualmente vasculhados por inteiro pela mesma máquina.

Desde o momento em que recebi o convite até a noite da véspera de minha apresentação oral no auditório do IFCS (quando ouvi com prazer a conferência de minha colega Eliane Garcindo), eu não estava particularmente entusiasmado com a tarefa. Minhas ligações com a maioria dos temas discutidos naquele seminário eram (e ainda são) bastante tangenciais, um tanto distanciadas ou mesmo escandalosamente bizarras. Retocando agora o texto que preparei para aquela ocasião, meu estado de espírito continua basicamente o mesmo.

É que, embora goste de pensar, de conversar e até eventualmente de teorizar acerca dessa minha experiência, eu nunca quis fazê-lo como um especialista em história contemporânea, ditaduras militares e processos de redemocratização. Ou seja, eu me sinto bem na figura de um velho militante que continua ruminando, refletindo sobre mil e um problemas daquele tempo, mas que não quer sair da condição de testemunha. Não quero fazer das minhas próprias experiências de militância, prisão e tortura um capital a utilizar na legitimação de uma tese, de uma proposta, de uma carreira política ou acadêmica.

Entretanto, se compareci ao seminário e aqui estou reelaborando o texto que ali apresentei, podemos perceber que as minhas atitudes são acionadas por essa ambigüidade: vontade irreprimível de expressar os meus sentimentos e vontades, porém procurando sempre manter alguma distância dos problemas e das dinâmicas que constituíram o objeto de trabalho daquele evento, e que constituem agora o cerne deste livro.

Em poucas palavras: escolhi conscientemente, aos 18 anos de idade, a luta armada como a única alternativa para a revolução que instauraria a ditadura do proletariado no Brasil, e não reivindico agora a condição de vítima da ditadura. Por uma questão de lealdade, não posso fingir que eu e meus companheiros

de militância teríamos entrado na luta contra a ditadura militar reivindicando a plenitude dos direitos humanos. (Não quero com isso justificar a tortura, os assassinatos e tantas outras violações de direitos pela repressão.)

Explicitando dessa forma o que eu pensava entre os 18 e os 24 anos de idade, espero ter deixado claro que eu não penso – nem me comporto – mais como então. No entanto, não questiono (na verdade, em geral me emociono com elas e as admiro) as iniciativas individuais e os movimentos organizados para tomar medidas contra os crimes cometidos pelas ditaduras militares dos "anos de chumbo" da América Latina.

Muitos textos deste livro comprovam a importância dessas iniciativas. Os regimes ditatoriais civil-militares sobre os quais estamos debruçados cometeram, em nome da democracia e dos valores ocidentais, real ou supostamente ameaçados pelo comunismo, muitos crimes contra a humanidade: crimes contra pessoas de todas as idades e condições; contra familiares, vizinhos e amigos dos militantes alçados em armas, e também contra membros de organizações políticas, religiosas, culturais etc., mesmo quando estas se mostravam radicalmente opostas à luta armada; e ainda crimes contra pessoas que se julgavam alheias a tudo isso e que sofreram horrores inexplicáveis, simplesmente por terem aparecido por acaso em algum lugar e hora errados. Se a gravidade de tais crimes não fosse tão enorme, a problemática tratada no seminário e neste livro que dele resultou seria muito mais simples.

O raio de alcance do fenômeno é muito amplo, e há múltiplas experiências diferenciadas de contato com ele. Por isso é que estou frisando com tanta insistência a minha posição: não quero – sei que não conseguiria de forma satisfatória – falar em nome de ninguém mais que não a minha própria pessoa. Mas não somos estátuas de granito ou de bronze. Tomei a palavra no seminário e estou escrevendo agora, partindo exclusivamente de minha própria experiência e subjetividade, procurando despertar empatia, curiosidade, compartilhamento, sugestões, e também réplicas, divergências, reconciliações, distanciamentos negociados, enfim tudo aquilo que produz, reproduz, recicla constantemente as nossas individualidades enquanto vivemos em sociedade.

A solidão do indivíduo reduzido à condição de testemunha tem sido referida por muitos especialistas. A psicologia e a psicanálise serão sempre muito úteis para o estudo das tortuosas formas pelas quais os indivíduos e as sociedades lidam com as experiências traumáticas do passado. É com certa ênfase nesse registro, de uma leitura psicológica de minha própria experiência de vida, ou

sobrevida, que passo adiante, abrindo caminho para que um nova etapa do amadurecimento ocorra.

Entre tantas e tantas atitudes que o fenômeno em discussão – ditadura e democracia na América Latina – forçosamente traz à tona, vivo metido num interminável e por vezes doloroso balanço dos efeitos de uma constelação de problemas que quase nunca são bem recebidos pelas pessoas, instituições e grupos que se mobilizam para corrigir, reparar ou eventualmente punir os crimes das ditaduras do nosso passado recente. Estou me referindo, é claro, ao peso enorme de uma certa cultura política de matriz jacobina, teorizada por Marx e Engels, reciclada pela revolução de outubro de 1917, e burocratizada por Stalin e outros dirigentes do chamado socialismo real; um legado que boa parte da minha geração (e de outras) não somente absorveu, mas soube aplicar com desenvoltura quando as situações concretas o exigiam. Algum dia precisaremos aprofundar esta questão: quais teriam sido as razões que nos levaram, mesmo quando contestávamos na teoria e na prática a ortodoxia burocratizada dos velhos dirigentes comunistas, a continuar presos no interior do seu rígido sistema de valores? A meu ver, porque era, e ainda é, muito difícil romper com a sua (deles) idéia de história.

Fiel à minha opção de falar como testemunha, e não como especialista, posso tomar um novo atalho e, em lugar de toda uma erudita digressão, resumir duas cenas suficientemente eloqüentes para apontar na direção daquilo que não quero expor em detalhes neste momento: na madrugada de 19 de abril de 1971, quando fui preso pela segunda vez num bairro da periferia industrial de São Paulo, os agentes da Operação Bandeirantes não atiraram contra mim para matar (apesar de várias tentativas minhas de morrer com o corpo em movimento, com o sangue quente), porque, como vim a saber algum tempo mais tarde, eu não estava na lista dos que deviam morrer. Dois anos depois, no Presídio Tiradentes, quase fui morto (ou pelo menos bastante machucado) por um grupo de companheiros de prisão que não concordavam com as minhas novas posições políticas; caso aquele incidente planejado tivesse obtido êxito, serviria de exemplo aos outros presos políticos inclinados a "desbundar".

Entrei na revolução em 1966, quando era calouro do curso de jornalismo da UFMG, acompanhando de perto a perspectiva do movimento estudantil dos guardas vermelhos de Xangai que estavam desencadeando, sob a batuta do presidente Mao Tse-tung, a revolução cultural. Nem os 10 meses da primeira prisão (no porão do Dops, perto do centro de Belo Horizonte, e na penitenciária de

Linhares, perto de Juiz de Fora), nem o ano duríssimo de 1970 na clandestinidade,[1] nem as longas semanas de interrogatório na Operação Bandeirantes quando da segunda captura, tinham sido capazes de provocar alguma fissura na minha couraça de militante maoísta. No entanto, em setembro de 1971, quando já estava numa situação um pouco mais confortável numa cela do Dops de São Paulo, onde podíamos receber visitas e ler jornais, uma enorme manchete do jornal *O Estado de S. Paulo* provocou em mim, e entre os poucos remanescentes da minha pequena organização revolucionária, uma profunda crise existencial. Tratava-se da morte de Lin Piao, acusado de conspiração, cujo avião teria sido derrubado por caças chineses sobre território mongol quando tentava fugir para Moscou. Como entender tamanha reviravolta? Até aquele momento, Lin Piao era para nós, leitores e tradutores de textos da revolução cultural que nos chegavam do Uruguai em espanhol, o "íntimo companheiro de armas", o prometido sucessor do comandante Mao. As nossas entusiásticas especulações acerca do ideal chinês de comunismo foram seriamente abaladas e, alguns meses mais tarde, numa cela do Presídio Tiradentes, concluímos que o melhor a fazer era autodissolver o nosso pequeno e pretensioso embrião da classe operária revolucionária e abrir um processo de reeducação individual, rompendo com as nossas fortes rotinas intelectuais. O preço a pagar por essa decisão foi caro, como já sugeri.

Passo agora a um segundo momento. Saindo da prisão em agosto de 1973, consegui cumprir o plano de nascer de novo, mudando de continente e voltando a estudar. No mestrado, pesquisando o movimento operário brasileiro dos anos 1930, evidenciei uma forte persistência do anarquismo e de outras correntes de esquerda entre os trabalhadores – movimentos que foram sistematicamente descritos como já caducos, utópicos, desde 1922 – até a época do Estado Novo, enquanto os comunistas, ainda minoritários, optavam por aderir à estrutura sindical corporativista de Vargas para construir a sua própria hegemonia. Retornando ao Brasil em dezembro de 1979, tive a grande chance de receber uma bolsa de estudos que me facilitou a reinserção social e a reconci-

[1] Na verdade, minha percepção daquele ano de 1970 vivido na clandestinidade – quando já éramos tão poucos, enquanto as multidões se empolgavam com o "milagre brasileiro" e torciam ("todos juntos... como um só coração...") com o general-presidente Médici pela vitória do Brasil na Copa do Mundo no México – é sempre muito mais sofrida que a evocação da rotina carcerária e, mesmo, da tortura.

liação com o país que eu tinha deixado sem saudades. Redigi minha tese de doutorado sobre as festas de São Luís do Paraitinga (1888-1918), procurando demonstrar que era possível abandonar uma das obsessões do economicismo marxista (que ainda era muito forte na universidade) – a concentração do excedente – e compreender a dinâmica social a partir da ótica do *Ensaio sobre a dádiva*, de Marcel Mauss: o *potlatch*, a destruição ritual do excedente na festa.

Desde que fui admitido por concurso na Universidade de Brasília para trabalhar com história da América Latina, continuo privilegiando as festas como objeto de pesquisa, e venho procurando contrapor à teia de representações sintetizadas pela expressão "veias abertas da América Latina" (de Eduardo Galeano) uma proposta de estudo, pesquisa e docência mais adequados ao nosso tempo atual e, sobretudo, ao futuro que podemos construir.

Observe-se que no seminário "Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas", bem como neste livro, esta é a única apresentação que se refere mais diretamente à Colômbia, cuja história venho estudando em especial desde janeiro de 1994. Não por acaso, trata-se de um dos dois únicos países do continente que ultrapassam o Brasil nas estatísticas de violência. Além disso – para o bem ou para o mal –, conserva um forte movimento guerrilheiro iniciado logo depois do *Bogotazo* de 1948, ano em que nasci. Desde que adotei a Colômbia como minha segunda pátria, eu me vejo como um dos filhos do *Bogotazo*.

Por tudo o que já expus até agora, eu seria um louco se tivesse ido à Colômbia para intervir diretamente na sua trágica história contemporânea. Mas é em função da cultura de violência, um tema crucial estudado pelos acadêmicos daquele país, que eu venho estudando as festas na governação de Popayán, desde a rebelião dos *comuneros*, em 1780, até a abolição da escravidão, em 1851.[2]

---

[2] Uma leitura atenta às datas indica que, à medida que vou envelhecendo, minha curiosidade se volta para épocas cada vez mais remotas: estudei a década de 1930 antes de completar os 30 anos; passei a focalizar a virada do século XIX para o XX antes de completar os 40 anos; agora, quase chegando aos 60 anos, estou pesquisando a longa transição do século XVIII para o XIX. Os "anos de chumbo" – que são uma referência central neste livro – já não estão mais tão próximos, mas ainda me recuso a abordá-los diretamente, esperando envelhecer mais e pensando em como descrevê-los para leitores nascidos num outro milênio. (Mas também, está claro, tentando evitar a reabertura das feridas, fugindo ao debate frontal com meus próprios demônios – dos alheios, nem sei o que dizer.)

O que tenho procurado é, lançando um olhar mais antropologizado sobre a história da Colômbia, que é hiperpolitizada, problematizar certos encadeamentos entre várias conjunturas e situações de violência que raiam a barbárie. Procuro evidenciar como a utilização ritual, exemplar e teatralizada da violência, para escarmentar os vencidos, provoca retaliações igualmente espetaculares, numa sucessão interminável de vinganças legitimadas pela cultura política de um rígido sistema bipartidário ainda quase oligárquico que apenas começa a ser superado.

Está claro que me disponho a intervir nesse meu segundo país desempenhando um papel de bombeiro, e não de incendiário. Não me parece correto, nem oportuno, estudar uma cultura de violência procurando heróis e bandidos. Aqui vão dois exemplos de como venho dialogando com meus colegas historiadores colombianos.

A árvore da liberdade e a forca

No dia 28 de abril de 1813, logo depois de proclamar a completa independência da província de Cundinamarca, os patriotas de Bogotá realizaram duas cerimônias, relatadas assim pelo cronista José Maria Espinosa:

> El mismo día que se plantaba solemnemente el árbol de la libertad en la plaza mayor de Santafé, salió el negrito al patíbulo: contraste elocuente y muy significativo, pues al mismo tiempo que se hacía una espléndida ovación a la Libertad que se acababa de conquistar, la Justicia ejercía un acto doloroso, pero ineludible, como para dar a entender que la Libertad y la Justicia deben reinar juntas, y que la una no puede existir sin la otra.[3]

O negrinho tinha assassinado o seu amo, um oficial francês que escapara do massacre dos brancos no Haiti e aderira à causa da independência. O motivo do crime: ele não compreendeu que os amigos do seu amo estavam brincando quando o aconselhavam a aproveitar a nova época da independência para conquistar pelas armas a sua própria liberdade.

Tomei esta cena ambígüa como o ponto de partida para um ensaio que intitulei “A árvore da liberdade e a forca”. Nele, examinei uma longa seqüên-

[3] Espinosa, 1971.

cia de práticas ritualizadas de violência entre os *criollos* e os negros, culminando com as duras batalhas travadas em Cali e em outras cidades do vale do rio Cauca pela abolição definitiva da escravidão. A abolição chegava a ser mais importante para os filhos livres dos escravos do que para os seus próprios pais, uma vez que os libertos em aplicação da lei do ventre livre eram forçados a trabalhar em troca do aprendizado de um ofício nas fazendas, casas e oficinas dos amos de seus pais. A escravidão e o regime de aprendizado foram extintos em 1851.

Encerrei o ensaio analisando um texto que foi redigido cerca de 15 anos após a abolição pelo general Joaquín Posada Gutiérrez,[4] um veterano chefe militar que tinha feito as guerras da independência e todas as guerras civis que vinham desde então ensangüentando o país. Trata-se de um capítulo com pretensões literárias, um *intermezzo* costumbrista que evoca nostalgicamente as festas de Nossa Senhora da Candelária em Cartagena de Índias antes da independência, procurando demostrar que o segredo da estabilidade da sociedade colonial tinha sido um inteligente sistema de estratificação social baseado nas diferenças de cor. Em contraste com a antiga estabilidade da época de sua infância, quando cada dia da festa era reservada para uma categoria de cor e todos respeitavam as regras, o general Posada Gutiérrez, que se tornava mais e mais conservador, descreveu desta forma a festa dos negros depois da abolição: "Tendo o liberalismo destruído o sentimento religioso e o respeito à lei e às autoridades, a violência se generaliza nas bacanais plebéias da costa do Caribe, da costa do Pacífico e das margens dos grandes rios no interior do país". O machete, que o general considera a arma dos covardes – pois na guerra se mata com o fuzil e o rifle –, agora se chama *pente*; esquartejar ou decapitar uma vítima agora se diz *pentear*. Naquelas festas negras que ele descreve com asco, as canções bárbaras celebram proezas de *cabeleireiros* e imitam a agonia das vítimas; de vez em quando, soa o refrão: *Viva a liberdade*! O general tem experiência de muitas guerras e lembra com horror a ação sistemática dos *macheteros* plebeus que completavam a obra dos soldados regulares nos campos de batalha. Diante da realidade irreversível, que é a conquista da liberdade pelos negros, e da sua presença incômoda nas terras quentes onde eles se recusam a trabalhar

---

[4] Posada Gutiérrez, 1971.

mais que o necessário à mera sobrevivência, o general Posada Gutiérrez só podia recomendar aos jovens *criollos*, que estavam agora começando a dançar a valsa européia nas cidades andinas, que rompessem uma tradição da época colonial, evitando o contato sexual com pessoas de cor.

No momento de encerrar esse ensaio repleto de cenas terríveis de violência do passado que, de alguma forma, continuam a se repetir até a atualidade, e não somente entre brancos e negros, procurei instintivamente um fecho, uma fórmula clara e concisa que mostrasse aos meus leitores colombianos para que poderia servir essa releitura de sua história nacional feita por um historiador brasileiro:

> Sintetizemos, interrompendo essa nova incursão nos meandros da memória política colombiana com uma conclusão provisória. No emaranhado de palavras que tecemos, as imagens da árvore da liberdade e da forca se entrelaçam a cada passo, num abraço agônico, como duas plantas a parasitar-se reciprocamente. (...) Mas, já que recorremos à metáfora vegetal, é preciso falar de flores... Observando com cuidado cada meandro em que a liberdade e a forca se entrelaçam, encontraremos delicados trabalhos de artesanato, até mesmo nos galhos arruinados onde a seiva de uma e da outra árvore mal circula ainda. Restos de ramas e de folhas mortas, recolhidos com paciência e com esperança, convertem-se em ninhos, e dentro deles há passarinhos recém-nascidos. Podemos ouvi-los, já que chegamos até aqui.[5]

A caixa de Pandora

Apresentei no XIII Congresso de História da Colômbia, em julho de 2006, o ensaio "Procurando por Santa Librada nos labirintos da memória colombiana".

O feriado nacional do 20 de julho, dia da independência daquele país, é o dia de Santa Librada, cuja imagem é muito pouco conhecida em nosso país e também na Colômbia atual.

---

[5] Almeida, 2003:99-100.

Uma imagem muito semelhante a esta, de uma jovem mulher crucificada, saiu em procissão pelo centro de Bogotá nos dias 20 de julho de 1813, 1814 e 1815, quando se comemoraram o terceiro, quarto e quinto aniversários da independência, enquanto os patriotas, divididos entre os projetos federalista e unitário, estavam em plena guerra civil, antes que chegassem as tropas espanholas em 1816. Depois da espetacular vitória das tropas patriotas comandadas por Bolívar na batalha de Boyacá, em 1817, e da reconquista de Bogotá, capital do vice-reino, as comemorações do dia 20 de julho deixaram de ser importantes e desapareceram as referências a Santa Librada; aliás, nos tempos de glória de Simón Bolívar, um novo santo ganhou muitos devotos e festejos: São Simão...

Entretanto, durante os anos quentes de 1848 a 1854, quando os antigos adversários políticos de Bolívar finalmente chegaram ao poder pelas eleições, a mesma imagem de Santa Librada voltou a passear pelo centro de Bogotá, carregada pelas Sociedades Democráticas que reuniam os trabalhadores em torno das

idéias igualitárias e românticas daquela época, e que lutavam pela abolição definitiva da escravidão, entre outras causas radicais. A escravidão foi abolida a partir de 1º de janeiro de 1851. À medida que iam sendo derrotados, os trabalhadores e militantes liberais radicais, bem como muitos ex-escravos, mestiços e índios, iam sendo deportados para os trabalhos forçados na construção da ferrovia do Panamá.

Ora, justamente ali, durante a chamada Guerra dos Mil Dias, a última do século XIX, quando os liberais panamenhos tentavam mais uma vez criar ali um Estado soberano e escapar ao centralismo de Bogotá, diz uma lenda que Santa Librada teria salvo a população da província de Los Santos de um massacre, impedindo o desembarque dos soldados conservadores trazidos por um navio de guerra.[6] A principal liderança liberal panamenha, naquele momento, era Belisario Porras, nascido em Las Tablas (na província de Los Santos), cuja família – segundo ele mesmo contou mais tarde, em suas memórias – estaria diretamente envolvida no episódio mítico do encontro da imagem de Santa Librada e na construção de sua capela, marco inicial do surgimento do povoado.

Por não concordar com a forma como se deu a independência do Panamá, Belisario Porras foi excluído da cidadania panamenha, que só lhe foi reconhecida em 1907. Foi três vezes presidente da República do Panamá (1912, 1918, 1920), cabendo-lhe o privilégio de presidir os festejos da inauguração do canal interoceânico, prejudicados pela eclosão da I Guerra Mundial, e destacou-se no esforço de modernizar o país, investindo sistematicamente na criação de um sistema de educação, por exemplo. Por outro lado, o médico e político liberal-progressista Sergio González Ruiz, também nascido em Las Tablas (em 1902), que recebeu o prêmio literário Ricardo Miró de 1950 pela publicação de *Veintiséis leyendas panameñas*, entre as quais a lenda da aparição de Santa Librada durante a Guerra dos Mil Dias, foi candidato à presidência da República em 1948 e ocupou esse cargo por alguns dias em julho de 1961 e em julho de 1962.

A imagem, a devoção e as festas de Santa Librada são, possivelmente, algo como a ponta de um *iceberg* e fazem-me pensar que há muito por pesquisar ainda, enfrentando várias camadas de esquecimento intencional – no caso colombiano – e contribuindo para a renovação dos estudos da história da Colômbia e do Panamá.

---

[6] González Ruiz, 1999.

Quando apresentei em Medellín, pela primeira vez na Colômbia, o que já tinha recolhido até então acerca da trajetória de Santa Librada, estávamos todos sob o impacto da rememoração dos 20 anos de um episódio traumático, que os colombianos chamam o Holocausto do Palácio de Justiça.

Em novembro de 1985, um comando do grupo guerrilheiro M-19 tomou de assalto a Suprema Corte de Justiça, no centro de Bogotá, com a intenção de denunciar os ataques contra suas bases rurais em meio a uma delicada negociação de paz com o governo. As Forças Armadas ignoraram totalmente a presidência da República, o Parlamento e a sociedade civil. Recuperaram o Palácio de Justiça com tanques de guerra e outras armas pesadas; o edifício incendiou-se, morreram dezenas de pessoas, entre elas a quase inteira elite do Poder Judiciário colombiano, quase todos, ou talvez todos os guerrilheiros, e uma multidão de pessoas que tinham sido tomadas por estes como reféns. Umas poucas pessoas, cerca de uma dúzia apenas, conseguiram sair vivas daquele inferno e foram, todas, escoltadas pelas tropas da repressão até uma casa da esquina. Nenhuma dessas pessoas, que foram vistas, fotografadas e filmadas enquanto saíam vivas do prédio em chamas, apareceu novamente desde então.

Vinte anos depois, a sociedade civil colombiana reclamava pelos seus desaparecidos. Somente em 2006 o governo reabriu o processo, autorizando a retomada do inquérito para descobrir a verdade, para confirmar se efetivamente, como todos acreditamos, aquelas pessoas foram mortas sob tortura, para devolver às famílias os seus restos mortais, a fim de que elas possam finalmente dar-lhes sepultura e completar o doloroso trabalho de luto que se abriu há 20 anos, e para punir os culpados.

Surpreendentemente, o lugar em que as vítimas dessa tragédia foram reunidas, e onde provavelmente já começaram a ser torturadas, é a Casa Museu do 20 de Julho, um dos mais importantes lugares da memória da independência da Colômbia. E é justamente ali, onde tudo começou, que se encontra a imagem de Santa Librada, aquela mesma que condensou todas as esperanças e utopias da época inicial da independência e da luta pela abolição da escravidão.

Conclusão

Faço agora um esforço para reavaliar o que foi dito em público durante o seminário internacional “Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas”, em novembro de 2006, e o que acabo de escrever em

fevereiro de 2007. O tema é o mesmo, o autor também; parte do público com quem dialoguei terá certamente acesso ao texto e, espero, perceberá que a mensagem permanece a mesma, apesar das diferenças normais entre a oralidade e a escrita.

Mas, ao escrever para este livro, estive muito mais empenhado num começo de comunicação com outros leitores, a quem não posso ainda encarar nos olhos. Percebo que, finalmente, começo a cumprir o voto que fiz na prisão, há mais de 30 anos: depois de aprender e testar com profissionalismo as ferramentas de trabalho dos historiadores, eu escreveria – para uma geração ainda não nascida – sobre a minha experiência de militância durante aqueles anos de chumbo. Mas não como professor...

Como vêem, ainda estou aprendendo a pesquisar e estudar/ensinar história. Não sei antecipar com que perspectiva poderei escrever sobre o que eu mesmo vivi quando julgava ter a história na mão. Haverá mesmo no futuro um público leitor à espera de umas memórias tão anunciadas quanto adiadas? Em todo o caso, para os leitores concretos deste livro, espero que este depoimento sirva, antes de tudo, como mais uma indicação de que: sim, é verdade, a ditadura existiu e vivemos tempos difíceis, mas acabou. Estamos aqui, no momento, cada um de nós à sua maneira, procurando construir algo que não conhecemos, a democracia.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jaime de. A árvore da liberdade e a forca. In: ______ et al. *Cenários caribenhos*. Brasília: Paralelo 15, 2003.

ESPINOSA, José María. *Memorias de un abanderado*: recuerdos de la Patria Boba, 1810-1819. [1. ed. 1876]. Bogotá: Banco Popular, 1971.

GONZÁLEZ RUIZ, Sergio. *Veintiséis leyendas panameñas*. Panamá: Autoridad del Canal, 1999.

POSADA GUTIÉRREZ, Joaquín. *Memorias histórico-políticas*. [1. ed 1881]. Medellín: Bedout, 1971.

13 Densidade democrática e instabilidade na redemocratização latino-americana

*Maria Celina D'Araujo**

Apresentação

O continente americano inclui países que experimentaram, em tempos recentes, governos autoritários, militares ou não, e passaram por processos de transição democrática diferenciados. Todos esses países são hoje democracias com pendências sérias, em especial no que toca aos direitos humanos, à pobreza e ao crescimento econômico.

Os trajetos dos experimentos democráticos que vêm ocorrendo em toda a América Latina têm variado na ênfase no personalismo e no populismo, em contraposição ao fortalecimento das instituições, mas de forma geral o saldo é positivo e inédito. Temos um continente de paz e de democracia, com eleições periódicas e um calendário eleitoral respeitado.

O objetivo deste texto é fazer um balanço dos avanços democráticos no continente, denotando que, apesar dos problemas sociais, militares e econômicos, temos o que comemorar. Avançou-se do ponto de vista da incorporação de novos atores sociais à política, dando maior densidade à democracia, e fortaleceram-se as regras interestatais de respeito aos procedimentos constitucionais.

O termo América Latina tem variado com o tempo e ainda remete a idéias diferentes. Desde a II Guerra Mundial, contudo, tem sido utilizado como uma

---

* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, Brasil.

expressão genérica para referir-se aos países mais pobres do hemisfério ocidental. Sob tal rubrica temos, portanto, México na América do Norte, sete países na América Central, 11 na América do Sul e 14 no Caribe. Tudo é nomeado como "latino" no hemisfério, à exceção do Canadá e dos Estados Unidos da América, apesar de haver países colonizados por ingleses, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses e de a região ter recebido correntes migratórias de diversas origens européia, africana e asiática.[1] Apesar de sua plasticidade, o termo será aqui usado visando a facilitar a identificação da área geográfica sobre a qual nos deteremos para examinar mudanças e avanços no processo democrático.

A região é alvo de grandes transformações a partir dos anos 1980. Caíram as ditaduras à exceção de Cuba, temos um calendário eleitoral em vigor e vive-se a emergência de novos movimentos sociais e de novos atores políticos, muitos vinculados a grupos étnicos. Em vários casos, esses movimentos apresentam perspectivas militaristas e nacionalistas radicais, criando novos espaços para incertezas, e, em outros, o crime organizado e a guerrilha geram apreensões inéditas. Os desafios são proporcionais à novidade democrática vivenciada pela maior parte dos países. Diante disso, algumas vozes, identificadas como de esquerda ou de direita, apontam a necessidade de novas políticas centralizadoras e autoritárias, como saída para manejar as incertezas da democracia ou como algo imprescindível para conter os movimentos populares e populistas.

A política em transição

Em praticamente todos os países da América Latina vivemos democracias emergentes, saídas de ditaduras militares ou caudilhescas, com exceções, como Colômbia, Venezuela, México e vários pequenos países da América Central. Em quase todos, também, verifica-se um processo de realinhamento partidário ainda sem contornos precisos. Mesmo um país como o México, que não passou por regimes militares, vive uma reestruturação partidária que tirou do Partido Revolucionário Institucional, o PRI, a hegemonia na política nacional depois de 80 anos.

No Uruguai e na Argentina, países que no passado tiveram duas das mais importantes democracias da América do Sul e que se caracterizaram por ter

[1] Sobre o conceito de América Latina, ver Oliveira, 2005.

estruturas partidárias sólidas, o sistema bipartidário está em transição. No Uruguai, durante quase um século, dois partidos dividiram o poder – *Colorados* e *Blancos* – até a eleição de Tabaré Vásquez pela Frente Ampla, em 2004. Na Argentina a Frente País Solidário, Frepaso, surpreendeu como alternativa a justicialistas e radicais, mas recentemente temos um governo praticamente de partido único, com uma oposição fragmentada. Dois países mostraram processos mais drásticos na reordenação partidária: no Peru, os partidos são hoje praticamente inexistentes como correntes de identificação política e, na Venezuela, a eleição de Hugo Chávez em 1998 pôs por terra o prestígio dos partidos tradicionais (Comité de Organización Política Electoral Independiente, Copei, e a Acción Democrática, AD) que governaram o país desde os anos 1950.

Na maior parte dos países, portanto, está em marcha um processo de intensa mudança no sistema partidário, com a emergência de novos partidos e de novos atores políticos, especialmente os grupos indígenas, a exemplo de Venezuela, Bolívia, Equador e Peru.[2] No caso do Brasil, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, representou simbolicamente a emergência dos trabalhadores no poder, fato notável se consideramos o elitismo e o conservadorismo da política brasileira.

A recente democratização no continente se faz acompanhar por frustrações com os governos "populares" e por um profundo questionamento das instituições representativas. Partidos e Legislativo, imprescindíveis aos governos democráticos, estão sob a mira da crítica em todo o mundo, mas o descrédito de que vêm sendo alvo na América Latina é preocupante.[3]

---

[2] Sobre a incorporação e ampliação desses grupos étnicos na política, há posições críticas e outras que as consideram um avanço da democracia. Neste último caso ver, por exemplo, Madrid, 2005. Para o primeiro caso, ver o artigo de L. E. G. Manrique. Disponível em <www.offnews.info/verArticulo.php?contenidoID=1475>.

[3] Os dados apresentados aqui foram extraídos dos relatórios do Pnud e do Latinobarometro (ver os respectivos sites), que levam em consideração 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Utilizaram-se também bancos de dados dos sites da Transparência Internacional, da Flacso, da OEA e de vários periódicos de diversos países. Ver ainda Avarena, 2005.

A grande novidade da América Latina é a democracia política que vem quebrando monopólios tradicionais de representação política, em um contexto de escassez de recursos econômicos. Os resultados desse intenso processo, com a incorporação de novos atores, precisam ser acompanhados com acuidade. A democratização da política ainda não se fez acompanhar da necessária democratização das relações entre Estado, governo e sociedade.

Democracia na América Latina, problemas e possibilidades

Nesses 30 anos de democracia emergente, temos partidos em gestação ou instáveis, representação política com baixa legitimidade, hipertrofia do Poder Executivo e baixa credibilidade do Judiciário (na média, apenas 31% da população da América Latina crêem que ele funciona bem). Ao lado disso, desigualdade, crescimento abaixo das necessidades e violência em níveis muito superiores aos que se observa no mundo: três vezes maior que a média mundial e 20 vezes maior do que na Europa ocidental, evidenciando a pouca eficácia dos sistemas de segurança. A América Latina continua sendo a região mais violenta do mundo.

Na maior parte dos países, apesar das grandes expectativas produzidas pelas eleições presidenciais e pelo fato de que vários dos eleitos provêem de setores não vinculados à política tradicional, o que significaria renovação, as frustrações têm sido enormes. Embora exista uma retomada do crescimento do PIB em toda a região, permanece uma insatisfação com o fato de a democracia não ter resolvido os problemas econômicos, em especial o desemprego. Mais da metade da população da região, segundo dados do Latinobarometro, concordaria com um governo autoritário, caso resolvesse essas questões.

Faltam também transparência e prestação rigorosa de contas na maior parte dos governos. Isso se associa diretamente a dois fatores: a corrupção na maior parte dos países, com exceções como Uruguai e Chile, e a baixa credibilidade dos tribunais. A Justiça não tem assegurado a garantia dos direitos civis. Cerca de 70% da população crêem que os funcionários públicos são corruptos e não confiam no destino dado aos impostos que pagam.

Apesar de todos os avanços nos mecanismos alternativos de resolução de conflitos e nas novas modalidades institucionais de acesso à Justiça – *defensorías de pueblo*, promotorias, defesa do consumidor, delegacias de mulheres etc. –, o Judiciário continua sendo entre nós o calcanhar-de-aquiles da democracia.

A maioria não acredita que os políticos defendam os interesses do país. De 63% das pessoas que apoiavam a democracia em 1997, passamos para 53% em 2004. Mas, destas, apenas 62% estão satisfeitas com ela. A legitimidade do estado de direito e do cumprimento da lei é questionada. A deslegitimidade dos governos, contudo, é maior do que a crise da democracia.

Há que mencionar a questão da juventude, em especial na América Central, mais especificamente em Honduras, El Salvador e Guatemala, e no sul do México, com o problema das *maras* ou *pandillas*, e a importância do narcotráfico para a economia e como fator de atração para os jovens. Também a baixa presença das mulheres, de indígenas e de negros na política, ou seja, a persistente distorção na representação de grupos tradicionalmente excluídos, embora haja maior consciência política a respeito das minorias. Por exemplo, as mulheres representam mais de 30% no Congresso na Argentina e no Chile, cerca de 20% no México, mas apenas 10% no Brasil. No Peru, os indígenas não chegam a 1% no Congresso, embora sejam 43% da população. No Brasil, os negros ocupam apenas 2,8% das cadeiras no Parlamento, embora sejam quase metade da população.[4]

Observa-se, contudo, na região um esforço das agências e tratados interestatais para fortalecer a governabilidade e a democracia. Aumenta o diálogo entre os países e acelera-se a fixação de protocolos internacionais, visando a fortalecer as regras democráticas do estado de direito. Temos um continente de paz, com poucos gastos militares, que não representa um foco de ameaça à ordem internacional e que vem empreendendo esforços continuados para fortalecer o multilateralismo e a cooperação regional.

Do ponto de vista político, temos mais estabilidade. Nos últimos 20 anos, 14 presidentes da República eleitos, em 10 dos 34 países, deixaram o poder mediante renúncia ou destituição: Argentina em 1989 e 2001; Brasil em 1992; Venezuela e Guatemala em 1993; República Dominicana em 1996; Equador em 1997, 2000 e 2003; Paraguai em 1999; Peru em 2000; Bolívia em 2003 e 2005; Haiti em 2004. Além disso, houve uma tentativa frustrada de golpe na Venezuela em 2002. Em nenhum caso, contudo, tivemos regimes de exceção. Mesmo com tentativas desviantes, como a de Alberto Fujimori no Peru e o golpe na Venezuela em 2002, a sucessão no poder tem sido feita pelas vias

[4] Ver Relatório da União Interparlamentar, fev. 2006.

institucionais. Países como Bolívia, Haiti e Equador, com problemas de governabilidade de longo prazo, acomodam-se às regras legais. O Equador teve sete presidentes entre 1997 e 2005 e a Bolívia, quatro entre 2001 e 2005. Em todos os casos, contudo, tem-se buscado resolver as questões de mando através de eleições e das vias constitucionais.

No ano de 2006, foram realizadas eleições presidenciais no Haiti, Costa Rica, Peru, Colômbia. República Dominicana, México, Equador, Brasil, Nicarágua e Venezuela. Além disso, houve, em novembro de 2005, eleição presidencial em Honduras, onde os principais candidatos eram de matriz conservadora, e eleições parlamentares na Venezuela em inícios de dezembro. Neste caso, a vitória foi do governo, apesar de uma abstenção de 75% dos eleitores. O Haiti realizou eleições presidenciais em clima confuso, mas com resultados legitimados pelas partes; o Chile elegeu uma presidente socialista em dezembro de 2005, mês em que a Bolívia também escolheu Evo Morales, um representante indígena. A região vem passando pelo que alguns analistas chamam de "carrossel eleitoral", ou seja, uma sucessão concentrada de eleições, livres e democráticas, com resultados assimiláveis pelas elites políticas locais e com apoio internacional, embora casos como os da Venezuela e da Bolívia tenham produzido alguma inquietação internacional.

Em praticamente todos os países, os indicadores de desenvolvimento eleitoral (IDE) estão contemplados: eleições livres e limpas, voto universal, eleição como principal critério de acesso a cargos públicos. A participação feminina no Parlamento, embora ainda muito baixa, cresceu de 10% para 15,5% em 10 anos, com grandes disparidades entre os países.

Do ponto de vista social, a mortalidade infantil caiu quase pela metade nos últimos 30 anos, diminuiu o analfabetismo e a desnutrição infantil, os direitos das minorias têm sido mais observados, a esperança de vida cresceu em 10 anos, o PIB *per capita* cresceu. Aumentou a liberdade de imprensa assim como o acesso à informação. Melhoraram condições de saneamento, indicadores de educação, de liberdade sindical, há mais atenção às questões do trabalho infantil e escravo e há mais consciência da pobreza e da desigualdade.

Podemos dizer que tudo melhora muito lentamente e muito menos do que o necessário. De toda forma, não vivemos um retrocesso social e econômico. Do ponto de vista político, a democracia é a grande novidade e é por meio dela que os países estão procurando superar seus problemas.

Compromisso multilateral com a democracia

A maior parte dos estudos sobre a América Latina refere-se ao paradoxo entre economia e política. A percepção de que a democracia não se faz acompanhar por desenvolvimento econômico e pela produção de bens públicos suficientes para conter a crise social gera o temor de que o eleitorado tenda a prestigiar lideranças carismáticas ou populistas, de direita ou de esquerda. Ou ainda, que venham a surgir crises de governabilidade mais graves.

No entanto, a região, com exceção de Cuba, não tem seguido modelos econômicos alternativos. Mesmo a Venezuela, apesar do discurso nacionalista, não reformatou sua economia de mercado. A dinâmica de integração e a crise fiscal têm levado a maior parte dos países a acatar maior responsabilidade fiscal. Há pouca divergência quanto à necessidade de se controlar a inflação e os gastos públicos. Os temores referem-se principalmente ao descumprimento de contratos e à possibilidade de políticas econômicas nacionalistas e protecionistas.

A partir da virada do século, o quadro econômico começou a ser revertido, as taxas de crescimento aumentam, mas o impacto sobre a qualidade de vida da população se faz sentir de forma muito lenta.

A percepção de que a democracia não se faz acompanhar por desenvolvimento econômico e pela produção de bens públicos destinados a todos tem ajudado a abrir espaços para o cidadão prestigiar lideranças carismáticas ou populistas, de vários matizes ideológicos. O cenário de crise econômica e social tem provocado vários tipos de preocupação em relação a problemas como: desordem social ou caos político e conseqüente crise de governabilidade; apoio a saídas autoritárias; emergência de um novo protagonismo militar; eleição de líderes populistas com pouca ou nenhuma experiência de poder; crescente influência do crime organizado sobre as instituições político-partidárias, entre outros.

No entanto, e paradoxalmente, nunca a região esteve tão comprometida com a manutenção da democracia. Os tratados de cooperação econômica, como o do Mercosul, e as decisões dos países-membros do Grupo do Rio, têm cláusulas estabelecendo a manutenção da democracia como requisito para a convivência regional.

Em julho de 1998, durante a tentativa de golpe no Paraguai, os países-membros do Mercosul, junto com Chile e Bolívia, membros associados, assinaram o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, dispondo que o

respeito à ordem constitucional e à democracia era condição imprescindível para a manutenção dos países nesse bloco regional. Ali se estabelecia que os seis países reconheciam que a vigência das instituições democráticas era indispensável ao processo de integração regional e que toda alteração na ordem democrática constituiria obstáculo inaceitável para a manutenção desse processo. Na mesma ocasião, foi lançado o documento intitulado Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz, através do qual os governos dos seis países se prontificavam a incentivar processos de cooperação regional em termos de defesa e segurança e a manter a paz como requisito para a existência do Mercosul.

A Carta Democrática Interamericana, assinada em Lima, em 11 de setembro de 2001, lembra que os chefes de Estado e de governo das Américas, reunidos em Quebec em abril do mesmo ano, haviam estabelecido que qualquer alteração ou ruptura da ordem democrática, qualquer violação às Constituições dos países-membros, constituiria um obstáculo "insuperável" para a participação do governo desse Estado nas *Cumbres de las Américas*. Deixa registrado também que o exercício efetivo da democracia representativa é a base dos regimes e do estado de direito para os países-membros da Organização dos Estados Americanos e que a democracia representativa tem, entre seus elementos essenciais, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, eleições periódicas livres e justas, e acesso ao poder mediante o respeito ao estado de direito. Dita ainda que deve haver a subordinação constitucional de todas as instituições do Estado à autoridade civil, legalmente constituída.

O art. 20 da Carta estabelece categoricamente que, em caso de um Estado-membro sofrer uma alteração da ordem constitucional que afete seriamente a ordem democrática, qualquer Estado-membro ou o secretário-geral da OEA pode solicitar a convocação imediata do Conselho Permanente para um exame coletivo da situação e adoção de medidas pertinentes.

Essas posições são reafirmadas, em abril de 2002, na Declaração do Grupo do Rio sobre a Situação na Venezuela, quando do golpe de Estado nesse país. Aqui se reafirma o direito dos povos à democracia, a obrigação dos governos em promovê-la e defendê-la, e se reconhece que a democracia representativa e o respeito à Constituição são indispensáveis para a paz e o desenvolvimento da região.

Importante também assinalar que esses documentos – tratados, acordos, declarações etc. – sempre enfatizam que a pobreza, os baixos índices de desenvolvimento humano e o analfabetismo têm repercussões negativas sobre a democracia. Nesse sentido, indica-se que os 34 países, membros da OEA, devem

promover medidas nacionais ou de cooperação regional, visando a promover renda e trabalho para o conjunto da população e a adotar medidas que favoreçam o desenvolvimento.[5] O art. 11 da Carta Democrática Interamericana diz literalmente que "democracia e desenvolvimento econômico e social são interdependentes e se reforçam mutuamente". Outros documentos de âmbito internacional na região, incluindo o Central American Free Trade Agreement (Cafta) e o Pacto Andino, insistem nesses princípios.

Os cinco encontros da Cúpula da Américas (Miami, 1994; Santiago do Chile, 1998; Quebec, 2001; Monterrey, 2004; Mar del Plata, 2005) reafirmaram uma agenda nessa mesma direção: desenvolvimento, democracia, integração econômica, direitos humanos, responsabilidade social, paz, medidas de confiança recíproca. O fato de a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) não ter sido implementada (em 1994 previa-se que isso ocorreria em 2005) é um sintoma de que, apesar da hegemonia econômica dos EUA, há espaços para a manifestação de outros interesses e para a redefinição de agendas.

Os esforços das agências internacionais são cada dia mais necessários, tendo em vista as recentes tendências nacionalistas, em especial no caso da Bolívia e da Venezuela, envolvendo questões de energia. A recente nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia pode incentivar outros países da região a rever contratos que envolvam suas riquezas naturais, ocasionando pontos de insegurança e vulnerabilidade para alguns países. O Paraguai também vem insistindo na revisão dos tratados de Itaipu. Assim, ao lado da crônica instabilidade política, dos problemas econômicos e da precária segurança regional, demandas nacionalistas, por mais legítimas que sejam, podem transformar-se em fator de controvérsias.

Na América Latina a democracia tornou-se moeda política e econômica. A OEA tem colaborado com a realização desses princípios, enviando observadores aos países cujas eleições se dão em ambiente de desconfiança. Se esses tratados continuarem, como tudo indica, sendo respeitados, as chances de um desenvolvimento democrático são grandes.

Ciclo revolucionário na região?

A eleição de Lula no Brasil, em 2002, deu margem à expressão "eixo do mal", uma alusão aos governos de Cuba, Venezuela e Brasil, que teriam, segun-

---

[5] O governo de Cuba é o único a não fazer parte da OEA.

do autoridades norte-americanas, objetivos contrários aos EUA. Para alguns analistas e militantes políticos, em 1998, com a eleição de Chávez, ter-se-ia iniciado um "ciclo revolucionário", que seguia com a eleição de Ricardo Lagos no Chile, de Lula no Brasil, de Tabaré Vásquez no Uruguai, de Evo Morales (Movimiento al Socialismo – MAS) na Bolívia e, em menor escala, com a de Michelle Bachelet no Chile. A eleição de Daniel Ortega na Nicarágua daria continuidade a esse processo. Todas essas pessoas, com exceção de Bachelet, evocada como uma vitória das mulheres, estariam identificadas com populações indígenas, com pobres e trabalhadores.

Há controvérsias quanto a esse possível "ciclo". A maior parte dos países, mesmo com afinidades ideológicas de centro-esquerda, tem-se pautado pelo pragmatismo econômico e pela ênfase na questão social, mesma postura adotada pelos chamados governos de direita ou conservadores. O Chile, por exemplo, tem uma política econômica que é praticamente apartidária. Além do mais, países como Colômbia, Honduras, Peru e México, por exemplo, têm eleito presidentes mais conservadores.

Reina na América Latina um sentimento mais antiamericano do que antimercado. O nacionalismo é parte constitutiva da identidade latino-americana e tem crescido nos últimos anos, como reação às privatizações. Mas, mesmo com as questões dos hidrocarbonetos na Bolívia, nenhum presidente pautou sua campanha pela estatização ou por um nacionalismo xenófobo.

A mobilização social em torno desses e de outros temas acontece prioritariamente em países com grande concentração de indígenas, como Venezuela, Equador e Bolívia. Os sindicatos, tradicionais meios de mobilização política do populismo, estão em baixa em toda a região. Os tradicionais partidos de esquerda não têm expressão eleitoral. Mas, apesar da baixa institucionalização política, os 30 anos de democracia têm permitido ajustes de rota nos casos em que a lei e a ordem foram desrespeitados.

Alguns analistas temem a possibilidade de um populismo nacionalista e étnico, levando em conta certos candidatos em países com populações indígenas expressivas. Vários países têm partidos e organizações políticas nesse sentido: na Bolívia, o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales; no Equador, a Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie) e o Movimento Indigenista Pachacutik do dirigente aimará Felipe Quispe (com propostas de um Estado independente e que também atua na Bolívia); na Colômbia, a Aliança Social Indígena (ASI); no Peru, o Movimento Etnocacerista (ME) dos irmãos

Ollanta e Antauro Humala, que em 2000 encabeçaram um movimento contra o presidente Fujimori.[6] Existem quase 400 grupos indígenas na América Latina, com quase 40 milhões de pessoas. São 9% da população da região, mas representam 27% da população rural que, em sua grande maioria, vive abaixo da linha da pobreza.

Esses grupos estão em processo de organização política, mas não o fazem pela via radical contrária à democracia. Embora sejam atores políticos emergentes, devem ser vistos como um importante avanço democrático. Sua incorporação ao sistema político fará melhorar a qualidade da democracia.

Militares e democracia

A possibilidade de que a pobreza possa converter-se em um obstáculo à estabilidade democrática tem sido fartamente enfatizada na região.[7] Essa preocupação esteve também explicitada nas diretrizes do governo brasileiro em seu primeiro documento dedicado à política de defesa, em 1996. Intitulado *Política de defesa nacional*, o texto dizia que a "implantação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de autoproteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática". Esse documento foi substituído, em 2005, por outro em que as questões do desenvolvimento econômico se transferem para o âmbito de preocupações com integração regional, mercados e globalização.[8]

Ao mesmo tempo que se reafirma a necessidade da paz e do desenvolvimento, discutem-se na região políticas de defesa e de segurança que explicitem claramente quais os papéis das instituições de coerção bruta, militares e polícias. Todos esses países, contudo, ressentem-se de uma discussão mais ampla e de mais estudos sobre a questão da defesa, o que nos faz chegar a outro paradoxo: enquanto a democracia se impõe, assim como a subordinação dos militares

---

[6] Ollanta Humala foi candidato a presidente da República do Peru em 2006.

[7] Vários relatórios do Banco Mundial têm-se dedicado ao tema.

[8] Ver *Política de defesa nacional*, no site <www.defesa.gov.br>.

ao controle civil democrático, não tem aumentado substancialmente, entre os civis e na academia, o interesse pelo assunto da defesa e da segurança. Permanecendo um tema militar, reforça-se a tradição de hegemonia do pensamento militar sobre o que sejam o interesse e os objetivos de defesa e segurança nacional de um país.

Dentro da região, o Brasil tem uma trajetória comparativamente mais bem-sucedida no que toca ao controle da crise econômica, à institucionalização de sua política, à manutenção de um padrão de estabilidade financeira. Mas, de outro lado, o tema da violência interna, assim como o da corrupção, deixa evidente a gravidade dos problemas que podem comprometer a segurança das instituições e a manutenção de um Estado democrático de direito. Da mesma forma, é contrastante a situação vivida por Colômbia e Venezuela em relação aos países do Cone Sul. Nenhum país do Cone Sul está afetado por guerrilha e grupos paramilitares, como a Colômbia, e nenhum vive uma situação de deslegitimação das antigas estruturas partidárias, como a Venezuela sob Chávez. Dito de outra forma, os países têm características diferentes, apesar de os resultados serem parecidos quando se examina a questão social e econômica. Também do ponto de vista militar, os resultados são distintos.

Pode-se dizer que o Brasil vive hoje um enorme problema de segurança interna, que enfrenta também graves dificuldades econômicas e financeiras, mas que não tem um problema militar. Como parte desse processo, lembramos não haver, desde 1985, qualquer pronunciamento político por parte das Forças Armadas no Brasil e muito menos notícias sobre facções militares como as que se verificaram em alguns países da América do Sul, a exemplo da Venezuela, Paraguai e Equador.[9] Mas no Brasil, assim como em outros países da América

---

[9] O resultado tem sido até surpreendente se pensarmos na tradição militarista da sociedade brasileira e na vertente intervencionista das Forças Armadas do Brasil. E quando examinam o *impeachment* do presidente Collor em 1992, praticamente todos os chefes militares da época lembram que, nesse momento, a intervenção não se fazia necessária porque o sistema político estava operando e, principalmente, porque a sociedade não demandou tal intervenção. A opinião pública estava contra o presidente e os militares optaram por ficar ao lado do povo. Ver, a esse respeito, D'Araujo e Castro, 2001. As informações sobre as mudanças no atual pensamento militar brasileiro são todas extraídas desse livro.

do Sul, há ainda espaços demais para um protagonismo militar e poucos espaços para o debate das questões de defesa. Não é coincidência que os temas de defesa tenham ficado por muito tempo em mãos militares e que sejam ainda eles a ter uma influência maior nessa temática.

Militares e democracia no caso brasileiro

Tudo indica uma presença menor dos militares no cenário político nacional e uma crescente aceitação, pelos militares, de um novo padrão nas relações civil-militares. Um dos principais fatores para essa mudança é o próprio funcionamento da democracia.[10] O que alguns analistas têm lembrado é a pouca importância que se dá no Brasil a uma maior direção política sobre as Forças Armadas para sua adequação à dinâmica democrática.[11] Lembremos que a idéia de que um controle civil e democrático esteja mesmo em vigor no Brasil ainda não parece consensual. Jorge Zaverucha,[12] por exemplo, caminha nessa direção, sustentando a tese de que prevalecem no Brasil "prerrogativas" militares, por ele definidas como áreas nas quais a instituição militar assume "ter adquirido o direito ou privilégio, formal ou informal, de governar tais áreas, de ter um papel em áreas extramilitares dentro do aparato de Estado, ou até mesmo de estruturar o relacionamento entre Estado e a sociedade política ou civil".[13] A essa situação, ele chama "democracia tutelada" ou "tutela amistosa", marcada pela autonomia institucional e política dos militares, que atuariam como "guardiães" da democracia. Nessa situação, os militares, através da ameaça, explícita ou não, de golpe, colocariam limites à liberdade de ação dos políticos. Zaverucha aponta a permanência de uma lista de 15 prerrogativas militares, praticamente inalteradas ao longo dos governos da Nova República iniciada em 1985, até 1998.[14]

---

[10] Hunter, 1997; Oliveira e Soares, 2000.

[11] Id. ibid.

[12] Zaverucha, 1994, 2000.

[13] Id., 1994:93.

[14] São elas: a) as Forças Armadas garantem os poderes constitucionais, a lei e a ordem; b) potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna; c) militares controlam as principais agências de inteligência, com parca fiscalização parlamentar; d) Polícia Militar e Bombeiros sob parcial controle das Forças Armadas;

Além da democracia, podemos evocar dois outros fatores importantes para explicar a queda da influência dos militares na política brasileira: a lei de profissionalização, elaborada pelos governos militares em 1967, e a criação do Ministério da Defesa em 1998.

A lei de carreira militar de 1967 introduziu mudanças significativas na corporação. Ela impede que um oficial permaneça no último posto da carreira por mais de 12 anos. Com isso, evita-se que a longevidade em um posto de prestígio signifique a formação de redes de lealdade e de "clientela" que comprometam o profissionalismo. Dito de forma mais simples, tentava-se evitar que as Forças Armadas produzissem seus caudilhos internos. Esse caudilhismo era tão mais fácil de ser gerado quando sabemos que aos militares era permitido acumular a carreira política com a militar. Assim, vários oficiais brasileiros permaneceram mais de 20, 30 anos nessa posição, enquanto exerciam cargos importantes na vida política, tais como os de governador de estado, ministro, deputado e senador. A liderança interna era associada a correntes e lealdades no campo político, gerando, em várias ocasiões, sérios problemas de indisciplina entre os militares. Evitar que o militar fizesse uma carreira paralela na vida política era uma forma de tirar a política dos quartéis. Outro dado importante da lei é que permitiria maior circulação nos postos da elite militar, evitando uma demanda concentrada na média oficialidade que se via, até então, limitada em sua capacidade de ascender. A lei fortaleceu a idéia de mérito e de oportunidades e obrigou os militares a se dedicarem integralmente à caserna. Quem optar por uma carreira política tem de deixar a farda.

---

e) alta possibilidade de civis serem julgados por tribunais militares, mesmo que cometam crimes comuns ou políticos; f) baixa possibilidade de militares federais da ativa serem julgados por tribunais comuns; g) falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos militares internos e de defesa nacional; h) ausência do Congresso na promoção de oficiais-generais; i) as Forças Armadas são as principais responsáveis pela segurança do presidente e vice-presidente da República; j) presença militar em áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação etc.); k) militares da ativa ou da reserva participam do gabinete governamental; l) inexistência do Ministério da Defesa; m) as Forças Armadas podem vender propriedade militar sem prestar contas totalmente ao Tesouro; n) política salarial do militar similar à existente durante o regime autoritário; o) militar com direito de prender civil ou militar sem mandado judicial e sem flagrante delito nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar (Zaverucha, 2000:37).

A geração de militares que ocupou e ocupa os cargos de direção em comandos militares no Brasil desde a redemocratização foi formada quando essa lei já estava em vigor e reflete uma nova forma de pensar menos intervencionista. É importante registrar, portanto, que a mudança de atitude desses novos chefes não se explica apenas pela questão geracional. Foi uma mudança institucional, exemplificada especialmente pela criação do Ministério da Defesa. Essa pasta foi criada por decisão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que a anunciara como um dos temas de sua agenda de governo durante a campanha de 1994. Foi uma decisão demorada, pois não era prioridade para qualquer das três forças, embora fosse uma iniciativa mais bem aceita pelo Exército, a maior das três forças.

Com idas e vindas, o Ministério da Defesa tenta conferir uma nova modelagem institucional às Forças Armadas do Brasil e, embora ainda seja uma instituição emergente, pode converter-se em suporte imprescindível para a consolidação da nova cultura militar no país. Ao contrário de outros países, é ainda uma instituição composta basicamente por militares com pouca presença e influência civil, o que dificulta a necessária partilha desses assuntos com os civis. Além do mais, não tem havido uma política linear ou coerente na forma como os presidentes da República têm lidado com o novo ministério.[15]

Da mesma forma, as relações do Congresso com as questões militares são precárias e erráticas. Aliás, em toda a região são tímidos os trabalhos das comissões parlamentares na definição de orçamentos e planos de defesa.[16] A publicação de "livros brancos" de defesa tem sido uma tentativa de começar a socializar o debate, mas esses livros se ativeram principalmente aos problemas das relações civil-militares e da defesa em momentos de transição política. Falta ainda um esforço sistemático de repensar a defesa e o papel das Forças Armadas em situações democráticas de longo prazo.[17]

Os militares são ainda atores políticos importante em muitos países (Equador, Paraguai, Venezuela, por exemplo) ou vêm mantendo uma posição de

---

[15] A respeito do Ministério da Defesa, ver Oliveira, 2005.

[16] A Resdal vem fazendo um esforço grande no sentido de criar conhecimento a esse respeito. Ver o site <www.resdal.org.ar>.

[17] Os limites desses estudos e a necessidade de uma revisão em parâmetros para além das transições são examinados de forma pioneira por Raza, 2004.

superioridade institucional (tutela ou autonomia) em outros. Em poucos pode-se dizer que há, efetivamente, uma subordinação dos militares ao poder civil e democrático. Esse é um processo em construção. Prerrogativas militares existem no Chile e no Uruguai, as mais fortes democracias da região. Isso não quer dizer que estejamos em processo de novo protagonismo militar. Há na região certa convergência no sentido de que os militares não devem voltar ao poder. Nem há da parte da instituição militar, em geral, projeto para ocupar diretamente as funções de governo. Ao que tudo indica, se a América do Sul enveredar por um novo autoritarismo, este não deve vir acompanhado pelas velhas fórmulas do protagonismo político dos militares.

Conclusões

Na América Latina, estamos aprendendo a fazer política democrática sem ter tradições democráticas, tendo contra nós ainda uma história de exclusões e desigualdades. Por isso, avanços e retrocessos. Falta-nos o pano de fundo da igualdade e a tradição de bons governos articulados com a sociedade civil.

A região não tem sido prioridade para os EUA e deles não receberá tratamento especial, a não ser em questões de narcotráfico, de terrorismo ou em caso de as nacionalizações se intensificarem. Na questão militar, os Estados Unidos têm-se limitado a insistir que as Forças Armadas cumpram funções de polícia, sejam braços auxiliares da polícia norte-americana. Esta é uma demanda delicada pois, dependendo de como fosse efetuada essa intervenção, poderíamos dar poderes inusitados a uma instituição que faz hoje esforços para se profissionalizar, mas que tem sido historicamente fator de instabilidade para a democracia na América do Sul.

Na América do Sul, quatro países são classificados como de alto risco político: Colômbia, pela guerrilha das Farc; Venezuela, Bolívia e Equador, devido a problemas de natureza popular e ideológica. São países que têm passado por confrontos de rua e protestos sociais. Em relação a eles, há expectativas variadas quanto às escolhas políticas que venham a fazer e quanto às reações internas que as oposições possam ter. São zonas de incerteza, embora cada um tenha presente os custos políticos e econômicos de uma ruptura inconstitucional. Os tratados internacionais de cooperação, em suas cláusulas democráticas, têm engessado os golpistas.

O Equador vive uma crise entre os três poderes, pautada pelo debate em torno das reformas políticas que o país deve empreender, entre elas a reforma constitucional. A Bolívia, com a eleição de Morales, surpreende pela alta mobilização de seu povo, pelas manifestações nacionalistas e pela ameaça do separatismo da região mais rica. Para alguns, passa por um processo de empate catastrófico entre antigas e novas lideranças.

Na Venezuela, as eleições legislativas de dezembro de 2005 ocorreram sob boicote da oposição, que alegou falta de garantias. A vitória foi do governo, que conquistou para o partido oficial, Movimento V República (MVR), 114 das 167 cadeiras da Assembléia Nacional (a Venezuela é unicameral). Dos 14,5 milhões de eleitores, 75% se abstiveram, contra 44% nas eleições legislativas de 2000 e 69% nas eleições municipais de 2004. Ao que tudo indica, cresce no país a tendência "*ni-ni*": *ni gobierno, ni oposición*. Mas a reeleição de Chávez em 2006 demonstrou o prestígio desse líder personalista.

Pode-se dizer que, depois de tantas decepções com governos eleitos, o cidadão da América Latina esteja vivendo um momento de fadiga eleitoral, com menos expectativas em promessas salvacionistas. Nada indica que estejamos em uma marcha para a esquerda ou para a direita. As propostas mais conservadoras de hoje encampam reformas progressistas na área social e os governos de esquerda têm sido pragmáticos. Os governos que não se pautarem pelo pluralismo político terão mais problemas de governabilidade.

Outro dado inovador é o da economia. Na maior parte dos países, os indicadores melhoram, o crescimento do PIB vem aumentando, embora persistam a miséria e distorções graves na distribuição da renda.

Referências bibliográficas

ALCANTARA, Manuel. *Políticos y política en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina/Siglo XXI, 2006.

______; PARAMIO, Ludolfo; FREIDENBERG, Flavia; DÉNIZ, José. *Reformas económicas y consolidación democrática*. Madrid: Síntesis Editorial, 2006.

AVARENA, Francisco Rojas. *La governalidad en América Latina, balance reciente y tendencias a futuro*. Santiago: Flacso, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

HUNTER, Wendy. *Eroding military influence in Brazil*: politicians against soldiers. Chapel Hill: University of North Carolina, 1997.

LATINOBAROMETRO. Disponível em: <latinobarometro.org>.

MADRID, Raul L. Indigenous parties and democracy in Latin América. *Latin American Politics & Society*, v. 47, n. 4, p. 161-179, 2005.

MANRIQUE, Luis Esteban González. El "etnonacionalismo": las nuevas tensiones interétnicas en América Latina. Disponível em: <www.offnews.info/verArticulo.php?contenidoID=1475>.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e defesa nacional*: a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. São Paulo: Manole, 2005.

______; SOARES, Samuel A. Forças Armadas, direção política e formato institucional. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 98-124.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Diálogos intermitentes, relações entre Brasil e América Latina. *Sociologias*, ano 7, n. 14, p. 110-129, jul./dez. 2005.

PNUD. *Relatórios*. Disponível em: <www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>.

POLÍTICA de defesa nacional. Disponível em: <www.defesa.gov.br>.

RAZA, Salvador G. Para além dos livros brancos de defesa. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício (Orgs.). *Terrorismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

REDE DE SEGURANÇA E DEFESA DA AMÉRICA LATINA (Resdal). Disponível em: <www.resdal.org.ar>.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP). Relatório, fev. 2006. Disponível em: <www.copa.qc.ca/Portugais/Femmes_port/banque%20documentaire/uipPOR.html>.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres*: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Ática, 1994.

______. *Frágil democracia*: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Parte VI

Direitos humanos e comissões de justiça e verdade

14 La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial*

*Elizabeth Jelin***

Prólogo cultural: sobre la idea de justicia en la sociedad argentina

Las teorías de la democracia se nutren de conceptos básicos, como justicia, libertad, derecho y derechos, igualdad, equidad, legitimidad, legalidad y representación. Estas nociones y conceptos están también presentes en la vida social. La gente, en su día a día, **vive** en relaciones sociales que dan cuerpo, materialidad y significado a estos conceptos. Sabemos que las distancias entre las nociones teóricas abstractas, las definiciones normativas, legales o institucionalizadas, por un lado; y las prácticas y sentidos en lo concreto de la cotidianidad por el otro, son enormes. Lo que sucede es que en la vida cotidiana se despliegan acciones ligadas a estas nociones; pero con un sentido que responde a interpretaciones colectivas ("sentido común") actualizadas en prácticas sociales, a menudo muy alejadas de las nociones enraizadas en el derecho y las instituciones.

---

* Trabajo publicado en *Tribuna Americana,* nº 6, primer semestre de 2006. Este artículo fue elaborado durante mi estancia como la *Marsha Lilien Gladstein Visiting Professor of Human Rights* en el Human Rights Institute, University of Connecticut. Una versión preliminar fue presentada en la Conferencia Internacional de la Latin American Studies Association, San Juan, Puerto Rico, marzo de 2006.

** Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Instituto de Desarrollo Económico y Social, Argentina.

Estos sentidos se van construyendo históricamente, con momentos de más fluidez y ambigüedad y otros más cristalizados. Para adelantar una idea que recorre este trabajo, sostendremos aquí que la transición post dictatorial en Argentina, con la enorme visibilidad del proceso de sustanciación de los juicios a los ex comandantes de las juntas militares, produjo un cambio cultural central en la manera en que los diversos sectores sociales se vinculan con la institucionalidad judicial y con la propia noción de justicia. Este cambio cultural tendría consecuencias sociales y culturales polifacéticas de largo plazo. Propongo seguir, de manera esquemática y simplificada, esta trayectoria.

Hay que recordar que la manera de ver a **la justicia** en la Argentina durante la segunda mitad del siglo XX estuvo teñida por una dualidad profunda entre las ideas de **justicia social** y **justicia formal.** La noción de justicia elaborada por el peronismo a mediados del siglo XX (el partido se llamó y se llama "justicialista") estaba basada en un énfasis en la noción de justicia social. La extensión de los derechos sociales, la expansión del mercado interno y del consumo de masas, junto a la operación discursiva de nombrar e interpelar al "pueblo" – operación que articulaba la identidad popular con la identidad nacional y le otorgaba, al mismo tiempo, **dignidad** – fueron los mecanismos de incorporación de las clases subalternas.[1]

Esta identidad se conformó apelando a símbolos de participación social en una sociedad más igualitaria, especialmente a la expansión de derechos laborales y del consumo, antes que a raíces ancestrales comunitarias, a identidades históricas comunes cuyo mandato impone solidaridades supra-familiares o a la expansión de una ideología centrada en los valores democráticos de la justicia y el derecho. En suma, el peronismo anhcló el éxito de su apelación en la expansión de un sentido sustantivo de la noción de justicia, ligándola a un sentido de afirmación de la *dignidad* y a la adhesión personalizada al líder.

Quedaban fuera de esta imagen cultural hegemónica del peronismo diversos sectores sociales, englobados en el antiperonismo – los "gorilas" –. En ese bando, había desde "constitucionalistas", apegados al funcionamiento de las instituciones y normas del derecho, hasta "oligarcas", cuyo modelo de funcionamiento social se basaba en la aceptación de una profunda desigualdad

[1] Sobre la conformación de la relación entre Perón, la clase obrera y el sindicalismo, ver especialmente James, 1990; Torre, 1989 y 1990; Torre y Pastoriza, 2002; Jelin, 1996.

social y aún en la deshumanización – en el sentido de no tener "dignidad humana" – de las clases populares.

La polarización resultante marcó profundamente a la cultura política argentina en las décadas siguientes, manifiesta en la coexistencia conflictiva de nociones antagónicas de **justicia**, con un fuerte anclaje de clase: por un lado, una noción originada en la interpretación liberal de la democracia – la justicia "formal" – por otro, una visión centrada en la incorporación, en clave populista, de las clases subalternas – la justicia "social".

En las décadas de 1960 y 1970, el funcionamiento de las instituciones estatales se fue deteriorando de tal manera que poco iba quedando de cualquier noción de justicia – social o formal. El altísimo nivel de conflictividad política y la opción por la lucha armada de comienzos de los setenta son indicaciones claras de la falta de legitimidad y efectividad de las instancias institucionales. Al llegarle el turno, la dictadura militar instaurada en 1976 implantó la arbitrariedad y la clandestinidad en su modalidad represiva, eliminando de raíz cualquier funcionamiento de las instituciones que pudiera aludir a ideas de justicia, ya fueran formales o sociales.

En el marco de esta historia anterior, la transición política en Argentina tuvo la peculiaridad de poner el tema de la "justicia" en el foco. Como es bien sabido, uno de los ejes de ese proceso político fue la manera en que el nuevo gobierno democrático iría a encarar las demandas por violaciones a los derechos humanos durante la dictadura. A diferencia de otras transiciones en la región y en el mundo, el reclamo por **Justicia** y la intervención del aparato judicial se convirtieron en instancias clave de la transición. Esto fue una novedad histórica, ya que el Poder Judicial nunca había tenido una presencia política propia, y menos todavía en relación a la sociedad.[2]

En este nuevo contexto, cabía preguntar cómo la sociedad argentina iba a incorporar a la instancia judicial en su cotidianidad. ¿Se definiría de manera

[2] El espacio físico es un buen indicador de ese cambio. Recordemos que tradicionalmente, en Buenos Aires las movilizaciones de protesta y demanda social se dirigían a la Casa Rosada, sede del Ejecutivo, y/o al Congreso. En las postrimerías de la dictadura, las movilizaciones populares por los derechos humanos comenzaron a incluir al Palacio de Justicia, sede del Poder Judicial, en su recorrido – triangulación espacial que simbolizaba la demanda social de acción judicial autónoma de los otros poderes; pero que también era expresión de un vínculo más directo entre la sociedad y la Justicia.

novedosa como espacio institucional al cual se podía acceder?; ¿cómo había que vincularse con ella? A medio plazo, la pregunta era si esta transición desembocaría en la construcción de un nuevo sentido de justicia y de derechos, superador de la antinomia histórica entre "justicia social" y "justicia formal", tan enraizada en tradiciones culturales de clase – clases populares vs. sectores medios urbanos – y en identidades políticas – peronismo/antiperonismo .

Obviamente, los procesos de transformación de imágenes y sentidos no son rápidos ni lineales. Antes de esta transición, la instancia judicial se había instalado como parte del horizonte de derechos de los sectores populares sólo en relación a los derechos laborales. Su limitada presencia en términos de derechos civiles y derechos humanos había sido borrada por la dictadura. Con la transición y los juicios a los ex-comandantes, fue adquiriendo visibilidad y presencia una *potencialidad* de ser efectiva o de brindar garantías y protección a los sectores sociales más desprotegidos frente a los embates del poder arbitrario. Pero era sólo una potencialidad.

Juicios y justicia en la transición

En el contexto de la violencia política reinante en la Argentina a mediados de los años setenta, que culminó con el golpe de Estado de 1976 y la violación masiva y sistemática de derechos humanos durante el gobierno militar, se fue conformando un nuevo actor colectivo: el movimiento de derechos humanos. De manera casi invisible y encubierta en sus comienzos, fue ganando paulatinamente mayor visibilidad y centralidad política.

Durante la dictadura militar (1976-83), el movimiento desarrolló una variedad de tareas: la denuncia y la protesta abierta; la contención a víctimas y familiares; la difusión de la información sobre la magnitud de las violaciones; la organización de la solidaridad; y la promoción del tema a nivel internacional. Las tareas más urgentes e inmediatas eran intentar parar los secuestros, la tortura y las desapariciones, así como liberar a los detenidos.[3]

Durante la última etapa del régimen militar (1982/83), la información comenzó a circular de manera más pública, en la medida en que los testimonios de víctimas sobrevivientes fueron publicados y diseminados. Con la disminución

[3] Jelin, 2005.

del miedo, aumentaba la indignación moral; las acciones colectivas orientadas a denunciar y demandar se expandieron, incluyendo marchas callejeras de decenas de miles de personas.

En este contexto de creciente visibilidad pública, las acciones del movimiento de derechos humanos durante la campaña electoral de 1983 estuvieron dirigidas a asegurar alguna forma de "justicia" para los responsables de la represión. Los activistas y organizaciones sentían la urgencia de conocer y hacer pública la naturaleza de las violaciones masivas y sistemáticas a los derechos humanos durante la dictadura militar – la demanda de "verdad" – y de asegurar que los culpables fueran castigados – la demanda de "justicia".

Sin embargo, en 1983 no resultaba claro qué tipo de castigo podía o debía ser aplicado. La demanda de justicia no tenía un mecanismo institucional claro. Durante el período post Malvinas y preelectoral de fines de 1982 y 1983, las consignas del movimiento estuvieron en el centro de la atención pública. La "Marcha por la Vida" del 5 de octubre de 1982 tuvo carácter nacional; idea retomada luego en la campaña electoral de Raúl Alfonsín con el lema "Somos la vida". Al mismo tiempo, las demandas de "Aparición con vida" y "Juicio y castigo a los culpables" galvanizaban la atención social.[4]

La conjunción de la lucha por los derechos humanos con una demanda de justicia no fue inmediata ni automática. Toda demanda de justicia consiste en la exigencia de la restitución de un equilibrio dañado. Requiere tener información de la dimensión del daño para saber cuál es la medida del esfuerzo a realizar para repararlo. La desaparición es efectivamente un daño. Implica tanto el secuestro de un cuerpo como la sustracción de un saber.

Hallamos aquí una de las particularidades del fenómeno del movimiento de derechos humanos: respondiendo a un daño incierto, desarrolla entonces una demanda de justicia indeterminada. Todo lo que en principio puede decirse es que *algo* ha ocurrido. Una de las primeras tareas del movimiento era establecer, con algún grado de certeza, qué había pasado, o sea, la demanda de "verdad".

---

[4] Si para afuera la consigna tuvo un efecto movilizador, presentando la imagen de un movimiento de derechos humanos sólido y unificado, internamente provocó una creciente fragmentación, hasta el punto de que algunos organismos quedaron en posiciones de difícil reconciliación. Algunos veían en las demandas de "Juicio y castigo" y "Aparición con vida" consignas sin salida posible, y muchos en el movimiento de derechos humanos no querían acorralar al nuevo gobierno de manera tan cruda.

La definición de la violencia en términos de "violaciones a los derechos humanos" fue el paso que permitió introducir la dimensión jurídica en el conflicto político. En un momento en que no existía un marco de referencia interno que permitiera establecer una noción de estado de derecho, la noción internacional de derechos humanos se tornó especialmente significativa.

El reclamo de justicia aparece por primera en el informe de la CIDH (Comisión Interamericana de Derechos Humanos de la Organización de Estados Americanos) en 1979, recomendando "enjuiciar a los responsables". A partir de 1980 y 1981, la demanda de justicia comienza a incorporarse al discurso del movimiento en consignas y solicitadas, convirtiéndose en tema de controversia. Así, en ocasión de la primera "Semana del Detenido-desaparecido" (septiembre de 1981), hubo un intenso debate entre organismos sobre el tenor de la convocatoria.

Para algunos (la Liga por los Derechos del Hombre), había que dar prioridad al reclamo por la paz, la apertura democrática y la verdad. Pedir más era visto como demasiado duro y quizás irresponsable. Para otros (el Serpaj, las Madres y los Familiares), el reclamo debía vincular la paz con la justicia y la verdad. En esa ocasión, como en otras, la falta de acuerdo entre organismos llevó a que la convocatoria fuera hecha en dos solicitadas diferentes.

Es a partir de la derrota en la Guerra de las Malvinas que el "*Juicio y Castigo a Todos los Culpables*" se fue convirtiendo en una demanda hegemónica dentro del movimiento. Por un lado, la justicia aparecía como una respuesta institucional plausible. Por otro, la lucha política dentro del movimiento se fue resolviendo en favor de las propuestas más opositoras y confrontadas con el gobierno militar.

Durante 1983, las acciones del movimiento se encaminaron a promover alguna forma de juicio y castigo para un conjunto de "culpables" con límites borrosos. Necesariamente debía incluir a los miembros de las Fuerzas Armadas encargados de la represión, a quienes habían tomado parte de las juntas militares y a quienes los testimonios recogidos sindicaban como responsables de las detenciones ilegales y las torturas en los centros de detención.

Fue un período de convergencia con otras organizaciones, incluyendo a la CGT (Confederación General del Trabajo) y los partidos políticos. Lo que el movimiento de derechos humanos intentaba evitar, por todos los medios posibles, era una salida negociada que, a cambio de la entrega del poder, otorgara impunidad a los represores. Con el mismo objetivo, el movimiento multiplicó su presencia

en las calles, organizando actos y movilizaciones para reclamar la aparición con vida de los desaparecidos y repudiar la sanción de la Ley de Autoamnistía y la emisión del "Informe Final" efectivizadas por la última Junta Militar durante 1983.

En 1983 no resultaba claro en qué podía consistir el castigo por las violaciones. Tampoco en qué *debía* consistir ese castigo. Junto con el temor a que los partidos o los sindicatos negociasen la impunidad para los militares, existía la duda con relación a la posibilidad de probar los delitos cometidos, aunque el gobierno que asumiera después de las elecciones tuviera la voluntad de juzgarlos.

Se elaboró entonces una estrategia múltiple. Por un lado, apareció el reclamo de una condena "*política*" para las violaciones a los derechos humanos, que se debía impulsar a través de la creación de una comisión bicameral del Congreso. Además de su valor intrínseco, esta condena política también podía resultar una alternativa ante la incertidumbre respecto de la eficiencia de la justicia ordinaria y de la capacidad de acumular una prueba suficiente para producir una condena judicial. Por otro lado, no se abandonaba la idea de recurrir a los estrados judiciales, y de ahí la urgencia de apoyar y reforzar la labor que debían desarrollar los juzgados federales en el período de implantación del régimen constitucional.

Memoria, verdad y justicia: los derechos humanos en la transición (1983-90)

La transición a la democracia significó un desafío importante para el movimiento de derechos humanos. El "*Somos la vida*" de la campaña electoral del Partido Radical no fue una consigna ajena al movimiento. La elección de Raúl Alfonsín, vicepresidente de la APDH (Asamblea Permanente por los Derechos Humanos), implicaba que el nuevo régimen se inauguraba aceptando y haciendo suyos las demandas y valores expresados por el movimiento, comprometiéndolos como fundamentos éticos del Estado. Mucho más que en otras transiciones en América Latina, los derechos humanos fueron un elemento fundacional de la naciente democracia política.

La labor a encarar en el momento de la transición era multifacética, abarcando distintos planos, sentidos y alcances temporales. Estaban las demandas vinculadas con el pasado y las que se dirigían al futuro, las demandas judiciales,

las políticas, las culturales y las sociales. Las reacciones frente a las desapariciones sistemáticas tardaron no poco tiempo en ser reconocidas como *lucha en defensa de los derechos humanos*, y esta interpretación logró consenso en el movimiento. Con la justicia ocurría algo distinto. La coincidencia entre los integrantes del movimiento (que no es ni fue absoluta) puede resumirse en una consigna que no ha conseguido diluir su ambigüedad a pesar de su resonancia categórica e imperativa: "*Juicio y Castigo a (Todos) los Culpables*". ¿Qué "juicio"?; ¿qué tipo de "castigo"?; ¿para qué "culpables"?

Las implicaciones de pedir justicia y vigencia de derechos eran muy amplias. Por un lado, era necesario actuar frente a las víctimas de violaciones, cuyos derechos debían ser restituidos y los daños reparados. Esto incluía a los directamente afectados y a sus familiares; prioritaria, pero no exclusivamente, a los niños. Por otro lado, la transición implicaba la construcción de una nueva institucionalidad que debía proteger cabalmente los derechos humanos. ¿Cómo asegurarlos en el futuro?; ¿qué transformaciones institucionales se requerían? A lo cual se agregaba otra línea de preguntas: ¿cuál es el contenido de los derechos que deben ser garantizados? En este punto, las propuestas y las demandas del movimiento de derechos humanos se conjugaban con la lucha histórica por la ampliación de la ciudadanía.

Un segundo plano era más estrictamente político. En la transición, la cuestión de las relaciones entre civiles y militares se ubicaba en el campo más amplio de la lucha política, que incluía otros temas urgentes (económicos, institucionales, políticos). La agenda política era sin duda nutrida y, para algunos de los actores relevantes, los temas planteados por las diversas corrientes de los derechos humanos eran sólo una *parte de* un listado mucho más amplio y heterogéneo. Para muchos, además, estos temas no eran vistos como prioritarios o urgentes: estaban quienes estaban dispuestos a postergar la cuestión; quienes no se preocupaban por el tema; los que impulsaban el olvido; y los que reivindicaban la "guerra sucia", justificando las violaciones. En este escenario, los que querían castigar a los culpables eran una voz entre muchas otras.

En el plano de la ética, los valores y la cultura, los derechos humanos se convertían en un elemento clave de la propuesta de construcción de una cultura democrática, humanista, tolerante y pluralista. Si la acción en los planos anteriores pasaba necesaria y casi exclusivamente por el Estado, la tarea cultural implicaba más directamente a la sociedad, aún cuando resulta difícil imaginar su concreción sin el apoyo y la acción conjunta con el aparato estatal. En

este campo, la transición marcó un momento en que la acción del movimiento de derechos humanos comenzó a tener efectos multiplicadores significativos en el campo de la producción cultural, en la opinión pública y en diversas organizaciones gremiales, profesionales, estudiantiles y barriales.

Al asumir Alfonsín, el gobierno hizo suyos algunos principios y demandas del movimiento, pero no todos ni de manera cabal. La política de derechos humanos de Alfonsín se inspiró en su compromiso de llevar adelante juicios a los militares; pero también en la necesidad de limitar su alcance como parte de su estrategia de negociación con los integrantes de las Fuerzas Armadas.

Si bien en el momento inicial el problema se formulaba en términos de esclarecer "las violaciones a los derechos humanos", paulatinamente se fue transformando en "la cuestión militar". Esto no es obviamente sólo un cambio de palabras, sino que expresa una inversión de las prioridades iniciales del gobierno: de la necesidad de resolver el problema ético a la de mantener una relación armónica con el actor militar. En buena medida, esta inversión se produjo por la presión ejercida por los mismos militares, aunque actores y analistas coinciden en señalar que en el momento de la transición (fines de 1983 y durante 1984) había espacio político para proceder con mayor audacia, dada la debilidad de los militares.[5]

En este contexto, el 12 de diciembre de 1983, fueron promulgados los decretos que disponían el enjuiciamiento de las tres primeras juntas militares y se envió un proyecto de reforma del Código de Justicia Militar para su urgente tratamiento en el Parlamento. A su vez, el Congreso anuló la Ley de Autoamnistía que los militares habían promulgado meses antes.[6] Como medida inicial, el presidente Alfonsín también anunció la formación de la *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas (Conadep)*, que sería la encargada de realizar la

---

[5] Acuña y Smulovitz, 1995.

[6] La Ley de Reforma del Código Militar daba al Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas la jurisdicción para el procesamiento del personal militar. Sin embargo, la oposición logró incluir un mecanismo de apelación automática en cortes civiles para las decisiones de las cortes militares, así como una definición de "delitos atroces y aberrantes" que no podían ser protegidos por los principios de autoridad y obediencia debida. Este mecanismo permitió meses después que, frente a la inacción de las cortes militares, la Cámara Federal de Buenos Aires tomara en sus manos el procesamiento de los miembros de las Juntas Militares. Durante buena parte de 1985, se llevó a cabo el histórico juicio a los ex comandantes.

investigación de los crímenes cometidos durante la dictadura. Estas dos decisiones iniciales fueron lo que desde el gobierno se presentó como políticas de “verdad” y “justicia”.

Desde el movimiento de derechos humanos, se manifestó entonces la enorme *heterogeneidad* interna, expresada en la diversidad de estrategias, tácticas, modalidades de acción y estilos organizativos de sus componentes. Desde esta perspectiva, una lectura estructural del movimiento de derechos humanos indica que, en la medida en que se enfrentaba a un oponente unificado y visible, su accionar resultaba coherente y unitario. La diversidad de metas y estrategias permitía avanzar en varios frentes simultáneamente. Sin suponer que respondieran a una decisión estratégica y racional, las diferencias resultaban ser eficientes en términos de acción colectiva.[7]

Las investigaciones entraron en una nueva etapa luego de la entrega del informe de la Conadep. La actividad de la comisión permitió la sistematización de una carga de prueba que iría a tener peso decisivo para la etapa civil del juicio a las juntas. Tuvo también el enorme impacto sobre la opinión pública de la edición del libro *Nunca Más* y la emisión del programa televisivo homónimo. La inquietud entre los oficiales de las Fuerzas Armadas empezó a crecer exactamente por los mismos motivos.

Los distintos organismos integrantes del movimiento coincidieron en el apoyo al juicio iniciado contra los comandantes por la Cámara Federal, en abril de 1985. Este consenso general descansaba en la potencia simbólica de la imagen que ofrecían los nueve reos sentados frente a los miembros del tribunal. Sin

---

[7] En relación con la Conadep, organismos como Madres de Plaza de Mayo se mantuvieron en una cerrada crítica al gobierno, en especial al Poder Ejecutivo, y optaron por dirimir el conflicto en el terreno de la manifestación pública. Otros (APDH, MEDH, Cels) aprovecharon la oportunidad de participar del mecanismo de toma de decisiones y, desde allí, apelando a la movilización pública como recurso subsidiario, enfrentaron la estrategia del Ejecutivo en procura de objetivos que no diferían sustancialmente de los de los otros organismos. El resultado fue que lo concebido inicialmente como una reunión de notables encargados de garantizar la veracidad de un conjunto de informaciones se transformara en un tribunal de instrucción *sui generis* donde, con criterios jurídicos diseñados en largos años de experiencia de recopilación, exposición de testimonios y presentaciones judiciales, se sustanciara la prueba sobre la que luego irían a decidir los tribunales civiles. Para un análisis en profundidad de la Conadep y su impacto posterior, ver Crenzel, 2006.

embargo, representantes de todos los organismos coincidieron en expresar, aunque con distinto énfasis, que la realización de este juicio debía ser considerada sólo como la primera etapa de un proceso que debía alcanzar "hasta el último de los torturadores", según la expresión utilizada en varias oportunidades por las Madres de Plaza de Mayo.

El juicio desplazó el foco de atención y el escenario del conflicto del Poder Ejecutivo al Judicial. Sin duda, esos meses de 1985 constituyeron el momento de mayor impacto de la lucha por los derechos humanos en la Argentina. El despliegue del procedimiento jurídico, con todas las formalidades y los rituales, ponía al Poder Judicial en el centro de la escena institucional: las víctimas se transformaron en "testigos"; los represores se tornaron "acusados"; y los actores políticos debieron transformarse en "observadores" de la acción de jueces que se presentaban como autoridad "neutral". Esta última definía la situación según reglas legítimas preestablecidas.

Desde una perspectiva jurídica, la tarea era casi imposible, ya que se debía usar la legislación penal referida a homicidios para juzgar a personas que posiblemente no habían matado personalmente y que no habían dado órdenes de matar a personas específicas (con nombre y apellido), sino que habían organizado y ordenado secuestros masivos, tortura, muerte y desaparición de miles de personas. La estrategia de la fiscalía fue presentar evidencias que indicaban la existencia de un plan sistemático, llevado a cabo en todas las partes del país con el mismo método de detenciones ilegales, tortura y desaparición.

Después de cinco meses de declaraciones (hubo más de 800 testigos), testimonios de personas que se sobrepusieron al miedo y a la dificultad de revelar públicamente experiencias personales humillantes, la Cámara Federal condenó al gral. Jorge R. Videla y al almte. Emilio Massera a prisión perpetua; al gral. Roberto viola a 17 años de prisión; al almte. Armando Lambuschini a ocho años; y al brigadier Agosti a tres años y nueve meses. La Cámara sobreseyó (por falta de evidencia concluyente) a los miembros de la última junta militar (1979-83), gral. Galtieri, almte. Anaya y brigadieres Lami Dozo y Graffigna.

La construcción de la prueba jurídica no fue tarea sencilla. Se basó en el testimonio de las víctimas, ya que los registros y archivos militares no estaban disponibles. Esto implicó el reconocimiento de sus voces y de su derecho a hablar. El testimonio, sin embargo, debía ser presentado conforme a las reglas legales de la evidencia aceptable. Lo que no podía ser mostrado (el acto de agresión) debía ser narrado; pero en condiciones precisas y controladas, de modo

que lo que se denunciaba pudiera ser verificado. De hecho, lo aceptable como prueba jurídica es la herida corporal. Los sentimientos y el sufrimiento no pueden ser medidos o incluidos; tampoco las ideas o ideologías de los testigos – lo cual produjo una "despolitización" del conflicto social precedente.

Durante las sesiones de testimonios, tanto sentimientos como ideologías debían ser suspendidos. Cuando un/a testigo se veía envuelto/a en emociones, los jueces suspendían el testimonio hasta que la calma volviera. Este patrón intermitente tuvo un efecto muy especial: el mensaje oculto era que, en todo su detalle, en su totalidad, la experiencia no podía ser narrada; menos aún podía ser escuchada. El juicio fue grabado en video y la televisión transmitió cada día tres minutos de esa grabación, pero sin sonido.

El testimonio judicial es una narrativa personal de una experiencia vivida, pero el marco jurídico lo quiebra en pedazos y componentes: el requerimiento de identificación personal, el juramento de decir la verdad, la descripción detallada de las circunstancias de cada acontecimiento... El discurso del/a testigo tiene que desprenderse de la experiencia y transformarse en evidencia. Si la desaparición es una experiencia para la cual no hay ley y no hay norma, en la cual la víctima deja de existir como sujeto de derechos, el testimonio en la corte (de la propia víctima y de quienes han estado buscándola) se convierte en un acto que insiste en el reconocimiento y en la legitimación de su palabra.

Una vez producida la sentencia del juicio, los caminos de los organismos de derechos humanos y del Poder Ejecutivo se distanciaron aún más. Muchos protagonistas políticos de esta historia pensaban que, a partir de ese momento, el ánimo militar consideraría cualquier otro castigo como gratuito. De hecho, el veredicto del juicio abría la puerta para nuevos procesamientos y juicios. Esto provocó creciente inquietud y levantamientos militares (en 1986 y 1987), frente a los cuales el gobierno impulsó primero las Instrucciones a los Fiscales Militares (que no tuvieron el efecto deseado por la movilización de oposición que generó esta medida), y luego la Ley de Punto Final (1986).

La sanción de esta ley produjo el resultado paradójico de presentaciones judiciales masivas resueltas en la febril actividad de los primeros meses de 1987. Las delegaciones provinciales de los organismos de derechos humanos y la presión popular fueron factores importantes en esto. También, la imagen de seriedad y eficiencia presentada por la Cámara Federal de Buenos Aires durante el juicio sentaba un ejemplo difícil de ignorar.

El Poder Judicial, muchos de cuyos miembros habían sido señalados por sus orientaciones ideológicas antidemocráticas por los organismos – y, en no pocas ocasiones, con sobrados motivos – manifestaría ahora, fuese por convicción democrática, por un antialfonsinismo militante o por no quedar expuesto a la crítica social, una imprevisible velocidad en el esfuerzo por alcanzar con la citación a todos los miembros de las Fuerzas Armadas y de seguridad sobre los que se tuviera sospechas.

Frente a la inquietud militar, el gobierno promovió una Ley de Obediencia Debida (1987), que implicó una amnistía para la mayoría de los miembros de las Fuerzas Armadas. Hubo dos nuevas insurrecciones militares en 1988 y una última en diciembre de 1990, cuando Carlos Menem ya había asumido como presidente. Estas últimas rebeliones marcaron un viraje en este campo: si antes el descontento militar se vinculaba directamente con la política del tratamiento a las violaciones a los derechos humanos durante la dictadura, esta vez reflejaron en mayor medida conflictos internos dentro de la corporación militar.

La estrategia del presidente Menem fue clara: se trataba de separar estas dos dimensiones de la cuestión militar. Por un lado, en 1989 el presidente usó la prerrogativa presidencial del indulto para liberar a los militares condenados por violaciones a derechos humanos en dictadura, por su actuación en la Guerra de Malvinas y por haber estado involucrados en los levantamientos de 1986 y 1987. Un año después, completó su estrategia otorgando un indulto a quienes aún permanecían presos, incluyendo a los ex comandantes de las Juntas así como a algunos líderes de la guerrilla que estaban presos o procesados. Estos indultos no incluyeron a los militares *carapintadas,* que habían protagonizado el último levantamiento. Quedaba claro que la estrategia era perdonar por crímenes del pasado, pero castigar la desobediencia y el levantamiento presente y futuro.

Los resultados de este tramo de la historia son conocidos. La sanción de la Ley de Obediencia Debida y la posterior decisión presidencial de los indultos, a pesar de haber provocado movilizaciones masivas en su contra, fueron vividas como derrota por parte del movimiento de derechos humanos. Su repliegue, sin embargo, no eliminó el impacto social del *NUNCA MÁS* y del juicio, dos hitos que permitieron que gran parte de la sociedad vinculara la transición con una dimensión ética ligada al reconocimiento social de los derechos humanos como derechos básicos, y que el juicio mostrara la posibilidad del funcionamiento de un estado de derecho activo.

Del indulto a la anulación de la obediencia debida (1990-2001)

Los indultos de Menem significaron un golpe fuerte para el movimiento de derechos humanos. Después de las amplias y nutridas manifestaciones de protesta por los indultos, la actividad social ligada a las reivindicaciones por los derechos humanos entró en un cono de sombra.

Durante la primera mitad de los noventa, la presencia pública del movimiento fue mínima, con pocas movilizaciones y escasa presencia relativa en los medios y en el espacio público. Después de la hiperinflación de 1989, la esfera pública argentina estaba claramente dominada por las políticas económicas ligadas al control de la inflación y a la "convertibilidad". Las cuestiones ligadas a los derechos humanos tenían poca visibilidad. Sin embargo, esto fue sólo transitorio y superficial. Se podría decir que los primeros años de la década de los noventa fueron de "hibernación", un período en el que se estaban gestando nuevas modalidades de expresión social, por un lado, y de respuestas estatales, por el otro.

Una primera línea de políticas de derechos humanos implementada desde el gobierno de Menem fue la reparación económica de las víctimas de violaciones durante la dictadura. En términos de estrategia, se trataba de minimizar los costos políticos de haber recurrido a los indultos, medidas muy impopulares. Un primer decreto presidencial de 1991 beneficiaba con reparaciones económicas a todas las personas que habían sufrido detenciones ilegítimas o detenciones a disposición del Poder Ejecutivo. En 1994, se establecieron también las compensaciones económicas a ser recibidas por padres, hijos o herederos de los desaparecidos y muertos como consecuencia de la represión. A partir de 1999 hubo algunas iniciativas legislativas para cubrir también a exiliados, no concretadas.[8]

Las otras áreas de actividad permanente, aunque lenta y silenciosa durante gran parte del tiempo, estuvieron vinculadas a acciones de carácter judicial, tanto en el país como en cortes del extranjero. Esto resultó, en marzo de 1990, en una sentencia (*in absentia*) de cadena perpetua al ex-capitán Alfredo

[8] Se trató de una estrategia economicista e individualizadora, propia del clima neoliberal del período.

Astiz, culpable de la desaparición de dos religiosas francesas. En el país, las acciones más notorias fueron las ligadas a la recuperación de niños secuestrados o nacidos en cautiverio, impulsadas por la Agrupación Abuelas de Plaza de Mayo.

La búsqueda de los niños así como el seguimiento de pistas y denuncias, es una labor permanente y sorda, desarrollada por individuos y redes. La prueba de filiación y la restitución de la identidad son actos de carácter judicial, acompañados generalmente de considerable exposición en los medios de comunicación. La Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad (establecida en 1992) y el Banco de Datos Genéticos son instrumentos que actúan en cada uno de estos casos.

En 1995, año del décimo aniversario del juicio, la escena política y cultural de la Argentina se vio sacudida por la confesión de un marino acerca de cómo se llevaban a cabo las desapariciones: vuelos sobre el río de la Plata, en los cuales se tiraban al agua a prisioneros que aún estaban vivos, previa inyección de tranquilizantes. Si bien muchos sabían ya de la existencia de esta metodología de desaparición, era la primera vez que alguien que había participado directamente en la represión confesaba lo que se había hecho y cómo se había realizado. No había un tono de arrepentimiento; solamente una confesión para reconocer la verdad. La confesión llegó a los medios masivos, especialmente a la televisión, convirtiendo estos pedazos de información en parte de las noticias cotidianas.[9] Este revuelo mediático provocó una respuesta institucional a estas confesiones por parte del general Balza, comandante en jefe del Ejército, quien reconoció que el Ejército había cometido crímenes y pidió perdón a la población en abril de 1995.

Durante 1995, el décimo aniversario del juicio fue rememorado en el Congreso; la memoria social fue reavivada con la publicación de numerosos libros, películas, videos y exposiciones. También resulta significativo que ese año hizo su aparición pública un nuevo grupo de derechos humanos: H.I.J.O.S. *(Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio)*, la organización de los hijos de desaparecidos, compuesta en su mayoría por jóvenes de poco más de 20 años. Frente a los intentos Menemistas de cerrar la cuestión, los H.I.J.O.S. respondieron con su "si no hay justicia, hay escraches".[10]

---

[9] Verbitsky, 1995.

[10] Bonaldi, 2006.

En 1996 se cumplían 20 años del golpe militar en Argentina. A lo largo del año, y particularmente durante el mes de marzo, la esfera pública fue ocupada por múltiples conmemoraciones, con el impacto emocional de los relatos, la posibilidad de hablar lo callado, la sorpresa de escuchar lo desconocido, reconocer lo parcial o lo totalmente negado o corrido de la conciencia. Las iniciativas de conmemoración estuvieron lideradas por las organizaciones de derechos humanos, acompañadas por una amplia gama de otras organizaciones sociales, con muy escasa participación estatal.

A partir de ese momento, el tema de las violaciones a los derechos humanos durante la dictadura volvió a ocupar un lugar central en la atención pública, en distintos espacios y niveles. Las acciones judiciales en el país y en el exterior se multiplicaron:

- En abril de 1996, el juez español Baltasar Garzón comienza a procesar a militares argentinos que actuaron durante la última dictadura.[11] Los desarrollos posteriores en la justicia española se extendieron al caso chileno y llevaron a la detención de Augusto Pinochet en Londres en 1998.[12] Las actuaciones con relación a la Argentina se mantuvieron activas a lo largo de los años siguientes, creando conflictos entre la justicia española y el Estado argentino sobre cuestiones de jurisdicción territorial, ya que el Estado argentino se ha negado a extraditar a los imputados.
- En Italia, donde también se llevan adelante casos judiciales por las violaciones cometidas por los militares en los países del Cono Sur, hubo siete militares argentinos condenados (*in absentia*) en diciembre de 2000, cuatro a cadena perpetua y tres a 24 años de prisión. Hay también iniciativas de carácter judicial en otros países europeos.
- En diciembre de 1996, las Abuelas de Plaza de Mayo presentaron una querella criminal por el delito de sustracción de menores durante la dictadura militar. Esta presentación tuvo consecuencias importantes. En tanto el crimen de apropiación y falsificación de identidad no prescribe

[11] Anguita, 2001.

[12] Roht-Arriaza, 2005.

(porque se sigue cometiendo el crimen a lo largo de la vida del niño-adolescente-adulto víctima del secuestro), y en tanto estos crímenes no fueron juzgados en el juicio a los ex comandantes, se han podido llevar adelante causas judiciales que incriminan a los más altos jefes de la dictadura militar. Desde 1998, el ex general Videla, el ex almirante Massera y otros altos jefes están detenidos y procesados en relación con el secuestro de niños.

- A partir de varias presentaciones judiciales desarrolladas en años anteriores, en 1998 se iniciaron audiencias en los "Juicios por la verdad". La base para llevar adelante estos juicios, que también se sustanciaron en otras partes del país, es la norma (aceptada por la Corte Interamericana de Derechos Humanos) que garantiza el derecho de los familiares de las víctimas al esclarecimiento de la *verdad* sobre el destino de los desaparecidos y la ubicación de sus restos, aun en los casos en que no se pueda procesar o condenar a los responsables por estar cubiertos por indultos y amnistías.

El 6 de marzo de 2001, el juez federal Gabriel Cavallo declaró la "inconstitucionalidad e invalidez" de las leyes de Punto Final y de Obediencia Debida que entraron en vigor en 1986 y 1987. Estas normas eliminaban la posibilidad de procesar a los militares responsables de la represión durante la dictadura militar (con excepción del crimen de secuestro de niños). Tres años antes, en 1998, el Congreso había derogado estas leyes, pero sin carácter retroactivo. La sentencia del juez Cavallo, ratificada por la Cámara Federal en noviembre de 2001, se aplica a un caso particular. Confirmada por la Corte Suprema en 2005, significa la reapertura de cientos de expedientes judiciales de violaciones cometidas. Con todo esto, el lugar del aparato judicial en el tratamiento de los crímenes de la dictadura parece estar bien establecido.

¿Y la lucha contra las "otras" injusticias?

Sin duda, y a pesar de los vaivenes a lo largo de 20 años, hubo y hay una importante actuación judicial en relación con los crímenes de la dictadura. Hay también una clara conciencia social del lugar que el aparato judicial tiene en ese tema. La pregunta que se plantea, entonces, es en qué medida esta actuación se

extiende o difunde a un campo de actuación más amplio. Es claro que la trayectoria que estamos siguiendo no es unívoca ni lineal. ¿Cuál es el sentido construido de justicia e impunidad a 30 años del golpe militar?; ¿cuál ha sido la "apropiación social" de la idea y expectativa de justicia institucional en la Argentina de los años noventa?; ¿qué se ha retomado de los temas históricos de la "justicia social"?

En el campo de la institucionalidad judicial, la década Menemista de los noventa implicó un profundo retroceso, con la ampliación de la Corte Suprema a nueve miembros (asegurando una "mayoría automática") y designaciones arbitrarias de jueces. Esto provocó una actuación judicial ineficiente, así como corrupta e inmoral – que se puede ver, entre otros casos, en el fiasco de la actuación judicial en los atentados a la Amia y la Embajada de Israel.

Sin embargo, aunque con poco poder fáctico para revertir la situación, la denuncia social y mediática reflejó el descontento y la existencia de expectativas diferentes a las gubernamentales en el cuerpo social. En este aspecto, el camino encarado por el gobierno de Néstor Kirchner (inaugurado en 2003) es ambivalente: si las propuestas de cambios en la Corte Suprema apuntan a fortalecer la autonomía y transparencia en el Poder Judicial, los cambios en la composición del Consejo de la Magistratura se orientan a una mayor subordinación del mismo al Poder Ejecutivo. Sin duda, el Poder Judicial es un campo de disputa política y de debate en el seno de la sociedad.

Una vez incorporado al repertorio institucional disponible – a partir del juicio a los ex comandantes –, que llevó primero a el enjuiciamiento de numerosos conflictos,[13] el mal funcionamiento del aparato judicial durante los noventa produjo frustración en la sociedad y demandas de cambio. Una de las respuestas sociales fue buscar castigos fuera del aparato judicial, en la denuncia y el escándalo mediáticos, en "acciones por mano propia" y en la acción directa. Venganza y odio, palabras y acciones que no estuvieron presentes en el tratamiento de los crímenes de la dictadura, reaparecen en otros ámbitos donde la justicia institucional fracasa.

Pero además, hay otra cuestión, sin duda preocupante. La visibilidad y presencia (o reclamos por su ausencia) de la justicia "formal" deja un vacío y un desafío en la relación entre sociedad y justicia: ¿Qué pasó con la idea de justicia

[13] Smulovitz, 1995 y 2001.

social? El período que nos ocupa se caracterizó por una creciente desigualdad y polarización económica y social, por políticas estatales que producen exclusión y medidas asistencialistas pensadas como paliativo. Si bien la sociedad argentina no acató pasivamente estas medidas, con movimientos de protesta y reclamos de distinto tipo, hay una deuda social y política significativa: la urgencia por recomponer nuevas nociones de "justicia" que puedan combinar – más que contraponer – una visión igualitaria de la "justicia social" con una noción ciudadana de "justicia institucional". El horizonte de expectativas futuras, como parte del presente, lo reclama.

Referencias bibliográficas

ACUÑA, Carlos; SMULOVITZ, Catalina. Militares en la transición argentina: del gobierno a la subordinación constitucional. In: ______. et al. *Juicio, castigos y memorias:* derechos humanos y justicia en la política argentina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

ANGUITA, Eduardo. *Sano juicio:* Baltasar Garzón, algunos sobrevivientes y la lucha contra la impunidad en Latinoamérica. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

BONALDI, Pablo. Hijos de desaparecidos. Entre la construcción de la política y la construcción de la memoria. In: JELIN, Elizabeth; SEMPOL, Diego. *El pasado en el futuro:* los movimientos juveniles. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2006.

CRENZEL, Emilio. *Génesis, usos y resignificaciones del Nunca Más*: la memoria de las desapariciones en Argentina. Tesis (Doctoral) – Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 2006.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1990.

JELIN, Elizabeth. La matriz cultural argentina, el peronismo y la cotidianidad. In: ______. et al. *Vida cotidiana y control institucional en la Argentina de los '90*. Buenos Aires: Nuevohacer, 1996.

______. Los derechos humanos entre el Estado y la sociedad. In: SURIANO, Juan (Dir.). *Dictadura y democracia (1976-2001). Nueva historia argentina*, v. 10, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

ROHT-ARRIAZA, Naomi. *The Pinochet effect:* transnational justice in the age of human rights. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

SMULOVITZ, Catalina. Constitución y Poder Judicial en la nueva democracia argentina. La experiencia de las instituciones. In: ACUÑA, Carlos H. (Comp.). *La nueva matriz política argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1995.

______. Judicialización y accountability social en Argentina. In: INTERNATIONAL CONFERENCE DE LA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22. *Anales*... Washington DC, sept. 2001.

TORRE, Juan Carlos. Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo. *Desarrollo Económico*, v. 28, n. 112, 1989.

______. *La vieja guardia sindical y Perón. Sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1990.

______; PASTORIZA, Elisa. La democratización del bienestar. In: ______. (Dir.). *Los años peronistas (1943-1955). Nueva historia argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002. v. 8.

VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

15 A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina

*Samantha Viz Quadrat**

Aquellos que, por una u otra razón, conocen el horror del pasado tienen el deber de alzar su voz contra otro horror, muy presente, que se desarrolla a unos cientos kilómetros, incluso a unas pocas decenas de metros de sus hogares. Lejos de seguir siendo prisioneros del pasado, lo habremos puesto al servicio del presente, como la memoria – y el olvido – se han de poner al servicio de la justicia.[1]

Durante a realização da minha tese de doutorado sobre a colaboração entre as forças de repressão dos países sob ditadura do Cone Sul da América Latina, um ponto me chamou a atenção: o aparecimento da questão dos direitos humanos como uma bandeira de luta importante em face

* Professora adjunta de história da América contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) na mesma instituição.

Dedico este texto aos meus sobrinhos, Mariana e Felipe, com a esperança de que eles cresçam num mundo onde os direitos humanos não estejam apenas em documentos, mas no cotidiano de todos. Agradeço ao público e colegas do seminário internacional "Ditadura e democracia na América Latina" a sua disposição em debater comigo as idéias aqui apresentadas, enriquecendo assim as reflexões feitas até aquele momento.

[1] Todorov, 2000:59.

dos governos ditatoriais.[2] O tema "fugia" ao que poderia ser comumente classificado como "subversão" pelas doutrinas militares da época e conquistava destaque nos âmbitos nacional e internacional. Apesar da sua importância durante os períodos ditatoriais, ao longo dos processos de transição e consolidação da democracia os debates sobre os direitos humanos acabaram não se mantendo constantes e/ou não foram ampliados para além dos aspectos políticos em alguns desses países.

Como chama a atenção Paulo Sérgio Pinheiro, após as transições para a democracia nos países da América Latina, "as práticas autoritárias de seus governos não foram afetadas por mudanças políticas ou eleições: sob a democracia prevalece um sistema autoritário, incrustado em especial nos aparelhos de Estado de controle da violência e do crime".[3]

Este texto representa um esforço inicial de reflexão sobre a emergência do tema dos direitos humanos durante as ditaduras na América Latina e os desafios que a questão enfrenta no período democrático atual. Como afirma Norberto Bobbio:

> O reconhecimento e a proteção dos direitos humanos estão na base das Constituições democráticas modernas. A paz (...) é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no sistema internacional. (...) Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos.[4]

No caso brasileiro, os direitos humanos acabaram tomando um rumo ainda mais inesperado pois, apesar das ações de diferentes governos e organizações não-governamentais, o tema tornou-se polêmico diante do alto índice de violência que atinge as cidades brasileiras. A frase "direitos humanos no Brasil são para os bandidos" pode ser repetidamente ouvida nas ruas brasileiras, sobretudo quando ocorre algum crime que obtém maior destaque na imprensa e/ou deixa ainda mais estarrecida a população.

---

[2] Algumas das reflexões aqui realizadas fazem parte da minha tese de doutorado (Quadrat, 2005). Ao longo de todo o doutorado, contei com o auxílio do CNPq.

[3] Pinheiro, 2000:11.

[4] Bobbio, 2004:21.

Dessa maneira, como observou Teresa Caldeira, os grupos de direitos humanos que aos poucos abandonaram o eixo central da questão política (nem todos o fizeram) e se concentraram nos prisioneiros comuns de origem humilde, que continuam sendo torturados e vivem em condições degradantes, e nos doentes mentais, que vivem em condições inumanas nos hospitais públicos, foram estigmatizados pela população[5] – o que não ocorria quando a questão política dominava o cenário das demandas ao governo.

Corroborando a análise de Teresa Caldeira, Juan E. Méndez afirma que

> aqueles que defendiam os direitos humanos durante a ditadura ganharam legitimidade aos olhos da maioria de seus compatriotas, em especial durante a transição para a democracia. Quando eles persistem em suas mensagens nos dias de hoje, entretanto, tendem a ser desacreditados pela mídia e desprezados como líderes políticos. Se no passado as organizações de direitos humanos eram vistas como "defensoras de terroristas", agora são acusadas de defender criminosos.[6]

A experiência no magistério e a leitura de importantes trabalhos sobre os direitos humanos no Brasil revelaram que uma parcela da sociedade brasileira considera, em alguns casos, aceitáveis os "excessos" praticados pelo Estado porque geralmente "ninguém que é pego é inocente". A violência por parte do poder público esteve sempre tão presente na sociedade brasileira que é difícil associá-la apenas a um regime de exceção, embora as diferenças sejam grandes entre a sua utilização em períodos democrático e ditatorial.

O crescente uso da violência é uma preocupação na vida moderna e não apenas para os brasileiros. Como nos recordam Adorno e Peralta, a violência faz parte da agenda política do cidadão comum que lida com atos terroristas, genocídios e perseguições políticas, muitas delas de origem étnica ou religiosa.[7] Ou, ainda, com a violência do narcotráfico e ataques em função da orientação sexual, só para citar alguns exemplos de uma extensa lista.

---

[5] Caldeira, 1996:224-225.

[6] Méndez, 2000: 37.

[7] Adorno e Peralta, 1997:1.

Ainda que a violência tenha se transformado ao longo de todo o século XX, é possível estabelecer, mais precisamente após o término da II Guerra Mundial, o embate entre dois pólos distintos, a saber: o uso crescente da violência em contraste com a ascensão de políticas de valorização dos direitos humanos.

Antes de prosseguir, devo esclarecer que, quando falamos em direitos humanos, "estamos dizendo que o indivíduo como tal, como membro da humanidade, está autorizado a ter direitos que limitem o poder do Estado sobre ele, sejam quais forem as leis desse Estado".[8] Representam de forma indissociável os direitos políticos, civis, culturais, sociais e econômicos.

A trajetória dos direitos humanos no mundo contemporâneo

Comumente, a história dos direitos humanos é datada a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembléia Nacional francesa em 1789. Alguns autores, como Nicola Matteucci,[9] apontam que o documento francês teve como precursores a *Bill of Rights* inglesa, de 1689, e a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776.[10]

A declaração francesa, a exemplo da estadunidense, procurava assegurar que "os homens têm direitos naturais anteriores à formação da sociedade, direitos que o Estado deve reconhecer e garantir como direitos do cidadão".[11]

Ao longo de todo o século XIX até a primeira metade do século XX, as discussões sobre tais direitos estiveram voltadas prioritariamente para o tratamento de estrangeiros e, esporadicamente, de indivíduos que faziam parte de "minorias" étnicas ou de grupos religiosos.[12]

Somente com a traumática experiência da Segunda Guerra Mundial os direitos humanos tornaram-se um importante ponto de pauta na agenda mundial. Segundo

---

[8] Elias, 1994, apud Silva Catela, 2001a:36.

[9] Matteucci, 1997, v. 1, p. 353-355.

[10] Sobre o documento estadunidense, seu legado e influência, ver Driver, 2006.

[11] Matteucci, 1997:353. Para Celso Lafer, o documento francês assegurava direitos e não obrigações para os indivíduos, bem como era mais radical do que o documento estadunidense, porque este relacionou os direitos do indivíduo ao bem comum do todo. Ver Lafer, 2004:8.

[12] Mengozzi, 1997:355.

Alves, "a afirmação dos direitos humanos como tema internacional prioritário fundamenta-se, pois, do ponto de vista estratégico, na percepção de que violações maciças podem levar à guerra".[13] Em função disso, sob o respaldo da recém-criada Organização das Nações Unidas (1945), iniciaram-se as discussões para a elaboração de um documento internacional que assegurasse o respeito à vida humana e, por conseguinte, à paz mundial.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada em 10 de dezembro de 1948,[14] data transformada em dia internacional dos direitos humanos. O documento foi aprovado por uma ONU ainda em construção, com apenas 56 membros. Do grupo original, 48 países aprovaram os 39 artigos e demais partes do texto, enquanto oito países optaram pela abstenção. Foram eles: África do Sul, Arábia Saudita, Bielorrússia, Iugoslávia, Polônia, Tchecoslováquia, Ucrânia e União Soviética.[15]

A declaração, a exemplo de questões e documentos da época, também foi palco para as disputas da Guerra Fria. Enquanto a União Soviética sustentava que boas condições econômicas eram fundamentais na discussão dos direitos humanos, os Estados Unidos defendiam a supremacia dos direitos civis e políticos. Tal antagonismo acompanhou todas as discussões que visavam o estabelecimento de pactos e tratados internacionais relativos aos direitos humanos. Durante a bipolaridade da Guerra Fria, qualquer denúncia de violações dos direitos humanos era vista com uma única finalidade: desacreditar a imagem de um dos dois lados[16] – o que acabava por dificultar a sua apuração.

---

[13] Alves, 2003:3.

[14] Gostaria de ressaltar que o Chile integrou a comissão que redigiu a declaração, ao lado dos Estados Unidos, China (Nacionalista), Líbano, Austrália, França, Reino Unido e União Soviética. A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser consultada no site <www.onubrasil.org.br>.

[15] Muitos países registraram que a declaração representava uma tentativa de impor os costumes do mundo ocidental ao oriental.

[16] Um caso bastante peculiar dessas controvérsias diz respeito à proibição de propagandas que, ao incitar o ódio racial, nacional ou religioso, poderiam levar à guerra. Para a União Soviética, com o apoio de outros países como a França, essas propagandas deveriam ser proibidas. Contudo, para os Estados Unidos tal proibição feria a liberdade de expressão. Somente em 1953, com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, foi aprovada a proibição desse tipo de propaganda. O novo pacto só entrou em vigor em 1976.

Além do aspecto simbólico que a declaração conseguiu alcançar, a implementação de pactos complementares[17] conseguiu articular os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, dando início a um processo de internacionalização da luta em defesa dos direitos humanos que se prolonga até os dias atuais. Com isso, impôs a dimensão internacional sobre a regional (ainda que esse tema seja alvo de intensas discussões até os dias de hoje, em função do "relativismo cultural"), consolidou a idéia de que os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis e abriu espaço para a comunidade internacional, pois,

> ao participarem de uma dessas convenções, os Estados abdicam por livre-arbítrio de uma parcela da soberania, em sentido tradicional, obrigando-se a reconhecer o direito da comunidade internacional de observar e, conseqüentemente, opinar sobre sua atuação interna, sem contrapartida de vantagens concretas.[18]

A declaração de 1948 abriu espaço à promulgação de outros documentos nos âmbitos nacionais, regionais e mundiais. Apenas nas Nações Unidas foram adotadas mais de 60 novas declarações ou convenções.[19] Nesse sentido, no contexto internacional tivemos a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (adotada em 1948 e vigente desde 1951), Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (adotada em 1965 e vigente desde 1969), Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1975), Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (adotada em 1979 e vigente desde

[17] A Carta Internacional de Direitos Humanos é formada pela Declaração Universal e pelos dois pactos, um sobre direitos civis e políticos e outro sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Os pactos ficaram prontos em 1954, mas só foram aprovados pela Assembléia Geral em 1966 e passaram a vigorar a partir de 1976, quando alcançaram o número de ratificações necessárias.

[18] Alves, 2003:5.

[19] Id. ibid., p. 54. Segundo a ONU, convenções designam atos multilaterais, oriundos de conferências internacionais que abordem assuntos de interesse geral. Ver o site <www.onu-brasil.org.br>.

1981) e a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Punições Cruéis, Desumanas e Degradantes[20] (adotada em 1984 e vigente desde 1987).[21]

Nem o Vaticano ficou ao largo dessa discussão. Em 11 de abril de 1963, durante o curto papado de João XXIII, foi publicada a encíclica *Pacem in terris,* sobre a paz entre todos os povos. A nova carta indicava como condições essenciais para a paz: a verdade, a justiça, o amor e a liberdade. Para isso, eram incentivadas a defesa e a promoção dos direitos humanos.[22]

O fim da Guerra Fria alterou o cenário internacional dos direitos humanos. Em 17 de dezembro de 1990, a ONU fez a convocação para a realização de uma conferência mundial de direitos humanos. Segundo Alves, a conferência foi "fruto do grande entusiasmo – em momento de triunfalismo – do Ocidente com o fim da Guerra Fria".[23]

A conferência foi realizada três anos depois, entre os dias 14 e 25 de junho de 1993, na Áustria. Conhecida como a Conferência de Viena, foi o maior evento já visto até então voltado para a questão dos direitos humanos. Diferentemente da ocasião em que foi proclamada a Declaração Universal, a conferência recebeu o maior número de delegações oficiais, 171 no total, e contou também com a participação de 813 organizações não-governamentais, tidas como observadoras. O principal ponto do encontro foi a ampliação do debate sobre os direitos humanos, transformados doravante em tema global.[24]

---

[20] O Brasil só ratificou esse documento em 1989.

[21] Todas essas convenções estão disponíveis no site <www.onu-brasil.org.br>. Além disso, a ONU também subsidiou outras convenções, como a que versa sobre os direitos da criança (1989). Devemos observar que, segundo a Convenção contra a Tortura, quando se encontram pessoas suspeitas de tortura nos territórios dos Estados signatários, os governos estão obrigados a julgar os acusados em suas próprias cortes ou a extraditá-los para um Estado capaz e disposto a fazê-lo. Sobre o tema, ver Frechette, 2001.

[22] A encíclica foi consultada no site <www.multimedios.org/docs/d000322>, em 2 fev. 2005.

[23] Alves, 2003:21.

[24] Atualmente, alguns países ricos condicionam empréstimos aos países pobres à existência de políticas de promoção dos direitos humanos. Por sua vez, os países pobres alegam que os empréstimos funcionam como condição *sine qua non* para a promoção dos direitos humanos.

O resultado da conferência foi a Declaração de Viena, aprovada por todos os países presentes ao encontro, ainda que tenha sido discutida a idéia da imposição dos valores ocidentais ao restante do mundo. Trata-se do documento mais abrangente a proclamar os direitos humanos como universais, superando inclusive a declaração de 1948.

No entanto, cabe observar que, mesmo diante dos avanços representados pela Conferência de Viena, a idéia da criação de um tribunal penal internacional voltado para os crimes contra os direitos humanos não foi bem recebida pelas delegações presentes. Vários foram os motivos para que isso acontecesse. Além da já conhecida defesa da soberania, alguns países alegaram que as cortes regionais, por proximidade cultural, funcionariam melhor. Trata-se de uma contradição, visto que os direitos humanos foram encarados, como vimos anteriormente, como um tema global.

A moção para a criação de um tribunal penal internacional (TPI) já havia sido feita por Trinidad e Tobago, em 1989, na Assembléia Geral das Nações Unidas. No entanto, somente em 17 de julho de 1998 a Conferência Diplomática das Nações Unidas, em Roma, adotou o estatuto do TPI, que tem como missão julgar os crimes de genocídio, guerra, agressão e contra a humanidade. Uma instância a ser usada nos casos onde os tribunais nacionais não queiram ou não tenham condições de cumprir suas funções. Naquela ocasião, 120 países votaram a favor do texto e outros sete (China, Estados Unidos, Filipinas, Índia, Israel, Sri Lanka e Turquia) votaram contra o estatuto, tendo ocorrido ainda abstenções.[25] O documento entrou em vigor no dia 1º de julho de 2002, após 60 assinaturas ratificarem o texto, que não é retroativo, tornando os crimes acima identificados imprescritíveis a partir dessa data.

Ainda que extraordinariamente tenham sido criados tribunais para punir as violações dos direitos humanos em outros momentos da história, como em Nuremberg, Ruanda e ex-Iugoslávia, a força dos interesses políticos e econômicos e as disparidades entre os países ainda constituem obstáculos fundamentais para o fortalecimento do TPI. Para alguns especialistas em direitos humanos e organizações não-governamentais, a existência de um tribunal internacional, forte e consolidado, seria uma das principais maneiras de se

[25] O estatuto e as assinaturas de ratificação podem ser consultados no site oficial <www.un.org/law/icc/index.html>.

evitar a incidência dos crimes de violações dos direitos humanos ao redor do mundo.

A trajetória dos direitos humanos na América Latina contemporânea

Em 2 de maio de 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA) promulgou a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.[26] Ainda que tenha precedido o documento universal, a Declaração Americana sofreu a forte influência das discussões que aconteceram no âmbito internacional. No entanto, não era o primeiro documento americano sobre o tema. Em 1945, a OEA já havia celebrado o acordo de Proteção Internacional aos Direitos Essenciais do Homem. Nesse sentido, devemos observar que os países da América Latina têm uma reconhecida atuação internacional nas questões dos direitos humanos, apesar dos diversos problemas internos. Contudo, como destacou Frechette:

> Después de la guerra, varios Estados, especialmente en América Latina, promulgaron leyes que disponían jurisdicción universal bajo el derecho internacional sobre ciertos crímenes cometidos después de la segunda guerra mundial. Pocos países las ejercieron.[27]

Assim como a ONU, a OEA continuou a ampliar os debates sobre direitos humanos, ainda que muitos países estivessem sob ditadura na região. Entre esses documentos, podemos citar a Convenção Americana de Direitos Humanos[28] (aprovada em 1969, mas que só entrou em vigor em 1978), a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (aprovada em 1985, mas só entrou em vigor em 1987) e a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (1996).[29]

---

[26] A idéia de que, além de direitos, os homens têm deveres é oriunda de uma outra declaração francesa do ano de 1795, ainda durante o processo revolucionário.

[27] Frechette, 2001:66.

[28] A Convenção também é conhecida como o Pacto de São José.

[29] Essa convenção visa coibir o uso de uma prática repressiva bastante comum na América Latina que é o desaparecimento forçado de pessoas.

Em meio a uma série de governos ditatoriais, o preâmbulo da Convenção Americana afirmava que o documento tinha como propósito "consolidar neste continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem".[30]

No entanto, ao contrário da Declaração Universal, o documento da OEA favoreceu apenas os direitos civis e políticos. Os aspectos econômicos, sociais e culturais só foram contemplados com o comprometimento dos países em adotarem providências para conseguir progressivamente efetivá-los.[31] Na convenção foi prevista também a criação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com funções jurisdicional e consultiva, reunindo sete juízes dos países-membros da OEA. A corte funciona desde 3 de setembro de 1979, em São José, Costa Rica. Apesar de o primeiro regulamento só ter sido aprovado em julho de 1980, nem todos os países reconheceram a sua jurisprudência. É o caso dos Estados Unidos que sequer ratificou o Pacto de São José.

A partir dessa legislação, foi estabelecida a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A decisão foi tomada durante um encontro em Santiago do Chile, em 1959. No decorrer dos anos 1960, a CIDH teve atuações importantes *in loco* nos países que enfrentaram denúncias graves de violações dos direitos humanos. Foi assim na República Dominicana, em 1965/66, e também no conflito entre Honduras e El Salvador, em 1969. Do mesmo modo, na Argentina, em 1979, quando a comissão recebeu mais de 5 mil denúncias e condenou publicamente os desaparecimentos forçados naquele país.[32]

Como veremos na seção seguinte, ainda nos anos 1960 os debates sobre os direitos humanos nas Américas ultrapassaram a questão da promoção, alcan-

---

[30] Todos esses documentos estão disponíveis no site <www.oas.org/main/portuguese>.

[31] Como vimos anteriormente, a questão econômica na Declaração Universal foi incluída especialmente pelas pressões soviéticas. Sem a influência direta da União Soviética na região, o documento americano acabou por não contemplar esses aspectos. Além disso, a própria disparidade econômica da região também acabou servindo de motivo para essa exclusão.

[32] Sobre a visita da OEA à Argentina, é significativo o livro de Horacio Verbitsky (2005), que demonstra como, em 1979, a Igreja Católica liberou o lugar de descanso do cardeal arcebispo de Buenos Aires para que os militares escondessem os prisioneiros políticos da Esma, um dos principais centros clandestinos de repressão da ditadura argentina.

çando o nível de proteção aos mesmos.[33] No entanto, a questão dos direitos humanos permanece como um grande desafio para os países da região. Dessa maneira, as ditaduras civil-militares e as ações repressivas inspiraram o crescimento dos debates sobre os direitos humanos.

Direitos humanos, violência e ditaduras na América Latina

A existência de documentos que prescrevem uma série de valores morais não significou o fim de todos os crimes contra a humanidade, inclusive nos dias atuais. Ainda há um longo caminho a ser percorrido. Governos de todas as orientações políticas já foram acusados de desrespeitá-los.[34] As acusações atingem países pobres – como demonstram as ditaduras latino-americanas – e ricos – como explicitam as guerras de libertação, com destaque para a presença francesa na Indochina e na Argélia, e as atuais denúncias sobre o tratamento dado pelos estadunidenses aos presos em Guantanamo ou da guerra no Iraque. No entanto, como já ressaltamos no decorrer deste texto, a condenação mundial dessa violência também é acompanhada por interesses políticos e econômicos.

A segunda metade do século XX assistiu não apenas ao antagonismo estadunidense e soviético, mas também ao embate entre a violência política e os direitos humanos.

Especialmente nos anos 1960 e 1970, a violência atingiu o ápice. Idealizada pelas esquerdas revolucionárias e utilizada sem constrangimento pelos Estados, democráticos ou não, a violência foi transformada numa arma política para alcançar o poder ou nele se manter. Hannah Arendt foi uma das primeiras

[33] Gostaria de deixar claro que reconheço os esforços tanto da comissão da OEA como da ONU, mas também os seus problemas, como a lentidão com que tratam alguns casos, mesmo após inúmeras denúncias, e a diferença que fazem entre países pobres e ricos.

[34] Até o ano 2000, 31 países no mundo adotavam o castigo corporal como pena judicial, incluindo os seguintes países da América Latina e Caribe: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Bermudas (território ultramarino do Reino Unido), Granada, Guiana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lucia e Trinidad e Tobago. Em 1997, Jamaica e São Vicente e Granadinas aboliram ou declararam inconstitucionais as penas judiciais de castigo corporal (dados da Anistia Internacional).

pessoas a chamar a atenção para a importância que a violência estava adquirindo entre a Nova Esquerda.[35] Em *Sobre a violência*, Arendt aponta e critica a justificativa teórica do uso da violência, a "violência resposta", a "violência justa", por parte da Nova Esquerda norte-americana e européia.[36] Já para os militares latino-americanos, eles "apenas" responderam na "mesma medida" às ações das esquerdas. Essa visão correspondia ao novo pensamento militar implementado desde o início dos anos 1960.[37]

Por outro lado, dos anos 1950 até a década de 1970, é largamente perceptível o uso da tortura no mundo ocidental.[38] Para Eric Hobsbawm, esse aumento tem a ver com três fatores, a saber: a Guerra Fria, o confronto entre as tropas francesas e as forças de libertação nacional da Argélia e Indochina, e a Revolução Cubana e a radicalização do movimento estudantil.[39] Esses três aspectos influenciaram sobremaneira a violência no Cone Sul da América Latina. A Guerra Fria através das disputas do mundo bipolar e do fortalecimento do anticomunismo na região. As guerras de libertação nacional na Argélia e Indochina pela criação das novas técnicas usadas pela repressão francesa e importadas pelos militares latino-americanos. E a Revolução Cubana pelo fortalecimento do combate a possíveis focos guerrilheiros, com o intuito de evitar a "epidemia cubana". Ainda segundo Hobsbawm, a moral dos anos 1970 foi a de que a barbárie é mais eficaz que a civilização.[40]

Cabe esclarecer que a tortura não é uma criação do século XX. Foi usada pelos gregos na Antiguidade. Atravessou o período medieval e as transformações da Idade Moderna até a primeira metade do século XIX. Contudo, após uma breve pausa, no final do século XIX a tortura voltou à cena, chegando à segunda metade do século XX revestida por um novo formato. Na interpretação de Edward Peters, esse ressurgimento no século passado pode ser explicado a partir da

[35] Arendt, 1994.

[36] Id. ibid.

[37] Sobre o tema, ver Quadrat, 2005.

[38] Ao darmos ênfase à questão da tortura no mundo ocidental, não estamos, de maneira alguma, afirmando que ela estava presente apenas nessa região. Reconhecemos o uso da tortura em diversos países orientais que não são alvo deste trabalho.

[39] Hobsbawm, 1998:278.

[40] Id. ibid.

criação de polícias políticas, ainda que cronológica e institucionalmente tenha sido precedido pelas forças militares.[41] O uso da tortura por militares era voltado especialmente contra espiões e prisioneiros de guerra.[42]

A tortura era usada não apenas para obter informações mais rapidamente, como também para disseminar o terror entre familiares e companheiros mais próximos. Da mesma maneira, Yves Michaud afirma que "é preciso que as pessoas saibam que há centros de tortura, onde pessoas desaparecem – amiúde definitivamente –, que tal destino pode ser o de qualquer um".[43]

No caso em especial da tortura, o seu emprego nas batalhas argelinas foi fundamental para a sua disseminação no mundo ocidental. Assim como também foi imprescindível para o fortalecimento do debate sobre os direitos humanos. Através do caso argelino, ficou claro que a tortura, ao contrário do que se queria acreditar, não era uma prática restrita ao "outro", ao mundo oriental. Até mesmo o país considerado um dos precursores dos direitos humanos a estava utilizando.

As denúncias do uso da tortura no caso argelino começaram como rumores, até serem confirmadas pela própria imprensa francesa através do depoimento de pessoas que estavam retornando da Argélia. Entre 1954 e 1962, ano da independência argelina, o Exército francês e as forças policiais da colônia criaram novas formas violentas de atuação, disseminando o terror entre a população argelina. As ações francesas acabaram retratadas no filme *A batalha de Argel*, bastante difundido entre os militares latino-americanos. De denúncia, transformou-se em vídeo para ilustrar as aulas de tortura.[44]

Nesse sentido, Norberto Bobbio observa que não basta proclamar os direitos do homem; é necessário protegê-los.[45] Ainda segundo Norberto Bobbio,

---

[41] Peters, 1989:135.

[42] As Convenções de Genebra, de 1949, representam, entre outros aspectos, uma tentativa de extinguir essa prática.

[43] Michaud, 1989:57-58.

[44] Dirigido pelo italiano Gillo Pontecorvo e lançado em 1965, o filme baseou-se no livro *Lembranças da batalha de Argel*, do hoje senador e ex-líder da independência Saadi Yacef, que também produziu e atuou no longa, um dos clássicos do cinema internacional.

[45] Bobbio, 2004:56.

"o problema real que temos de enfrentar, contudo é o das medidas imaginadas e imagináveis para a efetiva proteção desses direitos".[46]

Dessa maneira, em função da Declaração de 1948, foi criada a Comissão dos Direitos Humanos (CDH) da ONU. De modo geral, a atuação da comissão pode ser compreendida a partir de três fases. A primeira, entre 1947 e 1954, voltada para a redação de normas gerais. A segunda, entre 1955 e 1966, marcada pela política de promoção dos valores através de cursos, seminários, publicações etc. A terceira, a partir de 1967, caracterizada por iniciativas para a proteção dos direitos humanos.[47] A virada em 1967 foi ocasionada pelas denúncias de violações dos direitos humanos feitas pelo Comitê Especial sobre a Situação Relativa à Implementação da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais. O Comitê da Descolonização começou a acionar a CDH a partir de 1965, quando recebeu informações sobre os crimes cometidos na África do Sul. Foi nesse momento que a CDH passou a ter em sua agenda o item violações e começou a discutir meios de conter tais crimes.

Primeiramente, as atenções estiveram voltadas para a própria África do Sul, para os países recém-independentes e para os territórios árabes ocupados por Israel. No entanto, foram as denúncias sobre a situação chilena após o golpe de 11 de setembro de 1973 que fizeram o quadro de fato ser alterado.

Em 27 de fevereiro de 1975, foi criado o Grupo de Trabalho Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos no Chile. As denúncias dos crimes cometidos pela ditadura *pinochetista* correram o mundo e chegaram à ONU.

O Grupo de Trabalho do Chile foi integrado por cinco representantes, que deveriam investigar a situação dos direitos humanos a partir do recolhimento de testemunhos orais e escritos, bem como fazer uma visita ao país. Contudo, no início o Chile se recusou a receber o grupo, que teve de buscar informações através dos exilados. Somente em julho de 1978, Augusto Pinochet abriu as portas do país para a investigação da ONU. O relatório final observou que, apesar de algumas melhorias com relação ao início da ditadura, crimes graves contra os direitos humanos ainda continuavam a ser praticados no país.

---

[46] Bobbio, 2004:56-57.

[47] Sobre essas fases, ver Alves, 2003, e Trindade, 2000.

A partir do caso chileno, foi criada a figura do relator especial, visto que o grupo de trabalho havia terminado a sua investigação, mas o Chile ainda precisava de acompanhamento. A decisão chilena foi impedir novas inspeções, reabrindo as suas portas apenas em 1985. No entanto, no início dos anos 1980, com o precedente chileno, havia relatores especiais designados para a Bolívia (1981), El Salvador (1981), Guatemala (1982), Irã (1984) e Afeganistão (1984).[48]

Além da figura do relator especial, o caso chileno abriu também o precedente para a criação, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários. O desaparecimento forçado, especialmente em função de motivações políticas, foi uma das principais práticas da repressão dos países latino-americanos na segunda metade do século XX. De acordo com a Anistia Internacional, as cifras alcançam o número de 90 mil pessoas desaparecidas. Desse número, ainda que não possamos precisar, uma boa parte pertence à Argentina. Não por outro motivo o país se posicionou contrário à criação do novo grupo de trabalho.

Organizado para atuar durante apenas um ano, em função de o desaparecimento ainda ser uma prática política em voga e por se tratar de um crime sem solução até que a pessoa ou seu corpo sejam encontrados e as condições de sua morte esclarecidas, o grupo existe até os dias atuais.[49]

Ainda no que diz respeito ao período das ditaduras civil-militares latino-americanas, cabe a curiosa observação de que o Brasil fez parte da CDH desde 1977, com o seu mandato sucessivamente renovado.

A entrada do Brasil na CDH ocorreu no ano seguinte à denúncia de que existiram no país sérias violações dos direitos humanos entre os anos de 1968 e 1972. O debate ocorreu de forma confidencial e o governo brasileiro alegou que as denúncias não tinham fundamento, pois, desde 1975, a CDH não recebia novas denúncias e o governo brasileiro teria progredido na melhoria da qualidade de vida no país. Basta lembrar que ainda estávamos no início do declínio do milagre econômico. Após esse caso e com o crescimento da luta a favor dos

[48] Alves, 2003:15.

[49] Em 1985, foi criada a figura do relator especial sobre tortura e, em 1989, o relator especial sobre execuções sumárias ou arbitrárias.

direitos humanos, levada adiante pelos exilados e também pela Casa Branca, com a chegada de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos, o Brasil optou pela candidatura à CDH.[50]

Não podemos encerrar o debate sobre a CDH sem mencionar que ela foi constantemente alvo de pressões de países ricos e/ou inimigos políticos. Da mesma maneira, dificilmente as pressões eram destinadas a países vizinhos dos integrantes da CDH e às questões internas nacionais, temas considerados de abordagem delicada.

Em 2006, a CDH fez a sua última reunião. Em 16 de março de 2007, a Assembléia Geral da ONU aprovou a criação do Conselho de Direitos Humanos, que "será responsable de promover el respeto universal por la protección de todos los derechos humanos y libertades fundamentales de todas las personas, sin distingo de ningún tipo y de una manera justa y equitativa".[51]

A alteração corresponde também às reformas feitas por Kofi Annan. Em sua opinião, ao extinguir a CDH, que passava por um período de questionamentos em função do crescimento das violações dos direitos humanos desde os anos 1990, e criar o Conselho de Direitos Humanos, a ONU teria dado ao tema um *status* ainda maior.[52] A criação do Conselho foi aprovada por 170 votos a favor, quatro contra (Estados Unidos, Israel, ilhas Marshall e Palau) e três abstenções (Irã, Bielorrússia e Venezuela). Desde o princípio, o Conselho recebeu duras críticas dos Estados Unidos, em função da ausência de algum tipo de mecanismo que controle a entrada de países acusados de violações dos direitos humanos nas suas cadeiras.

---

[50] Embora reconheça a importância do governo Carter para a questão dos direitos humanos, com declarações públicas e medidas políticas oriundas da Casa Branca, acredito que sua atuação tenha limites que precisam ser apontados na medida em que a CIA estava ciente da continuação das graves violações dos direitos humanos que não foram tornadas públicas naquele momento. É o caso do Plano Condor, o ápice das ações conjuntas entre as forças de repressão dos países do Cone Sul, amplamente documentado pelos agentes da CIA. Sobre o tema, ver Quadrat, 2005.

[51] Ver <www.cinu.org.mx/prensa/especiales/2006/consejo%20derechos%20humanos/index.htm>.

[52] No site da ONU, encontramos o quadro com as principais diferenças entre a CDH e o atual Conselho(www.cinu.org.mx/prensa/especiales/2006/consejo%20derechos%20humanos/cuadro.htm).

Não poderíamos deixar de mencionar que atualmente fazem parte do CDH países como China, Rússia, Gabão e Nigéria. Da América Latina, integram o conselho Argentina, Brasil, Cuba, Equador, Guatemala, México, Peru e Uruguai.[53]

Os direitos humanos como bandeira política ante os governos ditatoriais[54]

Durante a segunda metade do século XX, é possível observar que a promoção e a defesa dos direitos humanos não ficaram restritas às grandes organizações governamentais. Ao contrário, vimos surgir também organismos nacionais ou internacionais, de cunho privado ou intergovernamental, com o objetivo de defender e promover os direitos humanos.[55]

No âmbito internacional, entre outras organizações, podemos destacar a Anistia Internacional e a Human Rights Watch.

A Anistia Internacional foi criada após a publicação de um artigo no jornal londrino *The Observer*, em 28 de maio de 1961. Assinado pelo advogado Peter Benenson, o artigo lançava um apelo mundial aos governos para que libertassem as pessoas detidas por discordarem das opiniões oficiais, ou que pelo

[53] Em junho de 2007, Argentina e Equador deixam o Conselho para a entrada da Bolívia e Nicarágua.

[54] Pela limitação do texto, não foi possível analisar aqui todas as organizações de direitos humanos. Em função disso, selecionamos as que mais se têm destacado desde o período ditatorial ao retorno à democracia. Outro ponto que não será abordado nesta oportunidade diz respeito à "descoberta" feita pelos exilados latino-americanos da questão dos direitos humanos nos países que os receberam. Nesse sentido, no exterior foram articuladas campanhas de denúncia e pressão pelo fim das ditaduras, sempre consideradas pelos governos autoritários latino-americanos como campanhas que visavam difamar internacionalmente o país.

[55] Podemos citar: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Comissão Internacional de Juristas e Associação Médica Mundial. Na ONU, existem a Comissão de Direitos Humanos (1946) e o Fundo Voluntário para as Vítimas da Tortura (1981). Na Organização dos Estados Americanos, há a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. No Conselho da Europa, a Comissão Européia de Direitos Humanos e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Há ainda a Carta Africana de Direitos Humanos da Unidade Africana (OUA). Cf. Konder, 1988:30.

menos garantissem a elas um julgamento justo. A idéia surgiu a partir da condenação de dois jovens a sete anos de prisão por terem brindado à liberdade em Portugal, durante a ditadura salazarista. Com forte atuação até os dias atuais, a Anistia Internacional recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1977, constituindo-se numa das principais vozes de denúncia da violência política que ocorria no Cone Sul da América Latina nos anos 1970.

A Human Rights Watch (HRW) está sediada em Nova York e foi fundada em 1978.[56] Até os dias atuais, mantém um relatório anual sobre a situação dos direitos humanos, faz denúncias, incentiva filmes e documentários, promove políticas educacionais sobre direitos humanos etc.

Internamente, nos países da América Latina, como analisa Elizabeth Jelin,

> la incorporación de la clave “violaciones a los derechos humanos” fue (...) una verdadera revolución paradigmática. Esta definición implica concebir al ser humano como portador de derechos inalienables. Supone también la asignación de una responsabilidad central a las instituciones estatales de garantizar la vigencia y el cumplimiento de esos derechos.[57]

Na Argentina, as primeiras organizações de direitos humanos foram: a Liga Argentina por los Derechos Humanos, criada na década de 1930; o Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), com sede em outros países da região, criado em 1974, por Adolfo Perez Esquivel; a Assemblea Permanente por los Derechos Humanos, criada em 1975; e o Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos, criado pouco antes do golpe em 1976.[58] Segundo Ludmila Catela, tais organizações levam nomes que representam valores gerais e universais e vão atuar prioritariamente no âmbito das ações jurídicas durante a nova ditadura argentina, que teve início com o golpe de 24 de março de 1976.[59]

---

[56] O site do grupo pode ser consultado no endereço eletrônico <www.hrw.org>.

[57] Jelin, 2003:5.

[58] Devemos observar que a violência política na Argentina teve início antes mesmo do golpe de 24 de março de 1976 e que, nos anos anteriores, algumas dessas organizações foram criadas como resposta aos casos de mortes e desaparecimentos ocorridos nesse período.

[59] Catela, 2001b:205.

No período ditatorial argentino surgiram novas organizações, a saber: Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas, em 1976; Madres de Plaza de Mayo,[60] em 1977; Abuelas de Plaza de Mayo, também em 1977; e o Centro de Estudios Legales y Sociales (Cels), em 1979.[61]

Na análise de Ludmila Catela,

> o que caracteriza todos os grupos criados nos diversos "tempos da repressão" é a sua autodefinição como organismos de direitos humanos. Mas, à diferença do primeiro conjunto, os organismos que foram criados durante e depois da ditadura compartilham formas de denominação baseadas em categorias de *laços primordiais*.[62]

No Chile, os primeiros organismos de defesa dos direitos humanos foram criados imediatamente após o golpe de 11 de setembro de 1973. Nesse mesmo ano, foram criados o Comité de Cooperación para la Paz en Chile (Copachi) e o Comité Nacional de Ayuda a los Refugiados (Conar). A partir de laços de parentesco, em 1974, foram criadas a Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos (AFDD) e outras redes informais entre as famílias de presos políticos. Em 1975, foi criada a Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas (Fasic). No ano seguinte, 1976, o Copachi virou Vicaría de Solidariedad. Em 1977, o Serpaj abriu a sua seção no Chile. O Comité Pro Retorno (CPRE) e a Comisión Chilena de Derechos Humanos foram criados em 1978 e, por fim, em 1980, foi criado o Comité de Defensa de los Derechos del Pueblo (Codepu).[63]

No Brasil, no final dos anos 1970, vimos surgir as primeiras organizações de defesa dos direitos humanos. A campanha pela anistia movimentou diversos setores da sociedade brasileira e serviu também de pontapé inicial para a inserção política de uma nova geração.

---

[60] Em 1986, houve uma cisão e hoje temos dois grupos: Asociación Madres de Plaza de Mayo e Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora. Sobre o tema, ver Quadrat, 2002:111-122.

[61] O Cels pode ser apontado também como uma organização dos *padres*, pois foi fundado por homens que perderam seus filhos para a violência do Estado. Sobre esse tema, ver Vicente, 2006. Outra observação que devemos fazer é que no período democrático, ainda em função dos laços familiares, surgiram novos grupos, como Hijos (1995) e Hermanos (1999).

[62] Catela, 2001b:206.

[63] Hutchison, 1991:137.

No entanto, daremos destaque à atuação da Igreja Católica de São Paulo, sob o comando de Dom Paulo Evaristo Arns. Neste sentido, podemos apontar a importância da criação da Comissão Justiça e Paz e do grupo Clamor.

Em 1972 começaram as discussões para a criação da Comissão Justiça e Paz. Entre os seus primeiros integrantes, além do próprio Dom Paulo, estavam Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari e Mário de Passos Simas. Aos poucos, novos integrantes foram também convidados.[64]

A comissão, ao contrário do grupo Clamor, tinha duração por tempo indeterminado. Os objetivos traçados para a sua atuação eram, entre outros:

> analisar e interpretar as encíclicas e documentos conciliares relacionados com ideais de justiça e paz visando converter aquelas aspirações em conquista de cada homem e de cada nação; analisar e interpretar todos os documentos relacionados com os direitos humanos, com justiça e a paz, e com o progresso social dos povos.[65]

Embora incialmente voltada, majoritariamente, para questões relativas à ditadura, a comissão não estava restrita, desde esse momento, aos debates políticos e, com isso, mesmo com o retorno à democracia, continuou atuando na defesa e promoção dos direitos humanos, inclusive com projetos educacionais e contra a instituição da pena de morte no Brasil.

A criação do grupo Clamor em 1978, em função da chegada de centenas de refugiados políticos, alguns clandestinos, à Cúria da Igreja Católica de São Paulo. Algumas dessas pessoas chegavam ao Brasil no momento em que já se havia iniciado o processo de transição à democracia, apenas com a roupa do corpo, trazendo a família e o trauma da fuga e/ou dos centros de tortura dos outros países. Para atender essas pessoas, Luís Eduardo Greenhalgh, dom Paulo Evaristo Arns, Jaime Wrigth e a jornalista inglesa Jan Rocha formaram o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, que teve, como sigla, uma palavra de fácil compreensão em diferentes línguas: Clamor.

O Clamor estava vinculado à Igreja Católica através da Comissão Arquidiocesana da Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados, criada em 1976. Além de ajudar aos recém-chegados, o Clamor atuou em conjunto com outras organizações de direitos humanos latino-americanas, com países e orga-

---

[64] Fester, 2005:31.

[65] Ibid., p. 36.

nizações européias e organizações mundiais, buscando denunciar ao mundo o que estava acontecendo na América Latina. Quase ao mesmo tempo que vimos surgir o ápice da colaboração à perseguição política entre as forças de repressão dos países do Cone Sul – o Plano Condor –, foi possível assistir à criação de laços de solidariedade entre organizações de direitos humanos.[66]

Ainda no Brasil, no Rio Grande do Sul, área de fronteira com outros países e de muitas ações conjuntas das forças de repressão, foi criado, em 1979, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH).

O MJDH reuniu pessoas que já vinham trabalhando pelos direitos humanos no Rio Grande do Sul antes da sua fundação. Entre as suas primeiras atividades, destacam-se a ajuda para a retirada de estrangeiros que chegavam ao país, campanhas de denúncias de violações de direitos humanos e movimentos pela libertação de presos políticos, como, por exemplo, Flávio Koutzii (preso na Argentina) e Flávia Schilling (presa no Uruguai).

No contexto da transição à democracia, em 1981 foi criado, no Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), liderado por Herbert de Sousa, o Betinho. O Ibase é apontado por exilados argentinos no Brasil como uma referência importante no auxílio a esse grupo, no que diz respeito a conseguir trabalho ou intermediar bolsas de estudos financiadas por organizações européias.[67]

Em 1985, também no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro grupo Tortura: Nunca Mais, que no decorrer da década de 1990 teria outras sedes criadas em Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e São Paulo. No entanto, o grupo do Rio de Janeiro foi duramente criticado desde a sua fundação, por manter uma forte atuação a respeito da violência pós-ditadura e para além da questão política.

Ao contrário dos demais países, as organizações por laços familiares, como a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, só vieram a ocorrer no período de transição ou já na democracia e não estão formadas por papéis previamente identificados, como mãe, pai ou filho. O que não quer dizer que não houvesse troca de informações, ajuda mútua e redes informais antes da sua fundação.

---

[66] Quadrat, 2002.

[67] Sobre a questão, ver Quadrat, 2007.

A Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos criou, no Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, o importante Centro de Documentação Eremias Delizoicov, com documentos coletados pelos familiares ao longo dos anos.[68] Atualmente, além da luta pelo fim da impunidade aos crimes contra os direitos humanos, a Comissão é uma das principais lideranças do projeto Desarquivando o Brasil, que pede a abertura de todos os arquivos da ditadura.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que esses grupos constituíram importantes acervos para pesquisadores, familiares e para os processos judiciais que tramitam tanto em cortes nacionais quanto internacionais, reunindo documentos oficiais, testemunhos e todo tipo de dados que pudessem documentar a ação ilegal do Estado ditatorial.

Direitos humanos em tempos democráticos na América Latina

Como vimos, na Argentina, Brasil e Chile diversas organizações surgiram com a bandeira universal dos direitos humanos ante os governos ditatoriais da época, ou se articularam na transição e retorno à democracia para alcançar a punição dos envolvidos com os crimes políticos. Nesse sentido, algumas dessas organizações constituíram uma ativa oposição, articularam setores da sociedade civil e foram decisivas para o fim da ditadura. E ainda permanecem como as principais vozes contra o esquecimento e a impunidade.

Esses primeiros movimentos abriram espaço para o surgimento de outros grupos de direitos humanos não vinculados diretamente à temática da ditadura – como é o caso na Argentina da Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional (Correpi), fundada em 1992.[69]

No Brasil, desde meados dos anos 1970, já tivemos a movimentação em defesa dos direitos dos negros, mulheres, homossexuais, entre outros que buscavam integrar a questão dos direitos humanos às suas demandas e às suas organizações e/ou publicações. Apesar de surgirem diretamente ligados ao perío-

---

[68] Ver <www.desaparecidospoliticos.org.br>.

[69] Apesar de não ser o objetivo central deste texto, não podemos omitir que os governos democráticos também criaram comissões, secretarias, cartilhas e todo tipo de material sobre os direitos humanos. As ações dos governos e da sociedade pareciam caminhar para a efetivação de uma política contundente a favor dos direitos humanos.

do ditatorial no Brasil, os direitos humanos logo ganharam vôos próprios para outras questões que não as estritamente políticas. O mesmo não ocorreu na Argentina, como aponta Elizabeth Jelin:

> solo gradualmente y de manera muy marginal se fue ampliando la noción de "derechos humanos", para incluir dimensiones de género (la no discriminación de las mujeres y la libertad de opción sexual), étnicas y raciales, y socioeconómicas, ligadas a los derechos económicos y sociales.[70]

No Chile, segundo Elizabeth Lira e Brian Loverman, "derechos humanos es en la cultura política actual en Chile, casi un sinónimo de 'violaciones de derechos humanos'".[71] Poucas foram as organizações, como a Codepu, que ampliaram o leque das questões dos direitos humanos para além dos aspectos políticos.

Para Ligia Bolívar, houve uma "crise de identidade" da maior parte das organizações de direitos humanos com o retorno à democracia.[72] E mais, "decidir como lidar com as violações dos direitos humanos do passado sem ignorar os problemas endêmicos – e não necessariamente novos – dos direitos humanos hoje permanece um dos desafios mais importantes que as ONGs enfrentam".[73]

Como analisou Paulo Sérgio Pinheiro, "em muitos países na América Latina, após o retorno ao regime constitucional democrático, as relações entre os governos e as sociedades, em particular a maioria de pobres e miseráveis, têm sido marcadas por ilegalidade e poder arbitrário".[74]

Nesse sentido, a Anistia Internacional ressalta que, para conter a prática da tortura em todo o mundo, é necessário conseguir que a opinião pública se oponha a ela; caso contrário, se as ações forem recebidas com indiferença e até mesmo com legitimidade, os torturadores se sentirão livres para seguir em frente. A impunidade permite que o torturador pense ser livre para fazer o que quiser. Além disso, aponta a necessidade de que os argumentos contrários ao uso da tortura acompanhem as transformações da sociedade, da opinião pública. É

---

[70] Jelin, 2005:510.

[71] Lira e Loverman, s.d.:339.

[72] Bolívar, 2000:61.

[73] Id. ibid.

[74] Pinheiro, 2000:11.

necessário adotar uma postura de princípios contra a tortura e os maus-tratos, onde e quando eles se produzam,[75] pois

> un programa de educación en derechos humanos podría aumentar la conciencia pública y la apreciación por los derechos humanos. El conocimiento de los derechos humanos y las leyes y prácticas que los delimitan puede hacer que la comunidad oponga resistencia a los abusos. La educación en derechos humanos debería estar integrada en el programa educativo general, y debería ser parte de la formación de policías, funcionarios de prisiones, soldados, periodistas, abogados y profesionales de la medicina.[76]

É bastante comum relacionar as violações de direitos humanos ao período ditatorial dos anos 1960 e 1980, como o momento fundador desses crimes. As violações dos direitos humanos hoje são apontadas recorrentemente como herança das ditaduras. Não compartilho dessa visão. As violações de direitos humanos têm uma longa existência na América Latina que antecede os períodos das ditaduras. Não foram inventadas pelos ditadores da segunda metade do século XX, embora tais governos tenham largamente utilizado esses meios para combater a oposição política e disseminar o medo na população.

A impunidade desses crimes talvez possa ser apontada como uma herança da ditadura, junto com suas leis de anistias, atualmente questionadas, como no Chile, ou anuladas, como na Argentina. Nesse aspecto, o Brasil distancia-se e muito dos países vizinhos, pois não há na sociedade brasileira um amplo movimento pela revisão da lei de anistia de 1979, salvo pelas ações organizadas por alguns organismos de defesa dos direitos humanos tradicionalmente ligados às questões políticas, dos ex-presos e torturados e dos familiares dos mortos e desaparecidos. No mais, o fim da anistia é uma discussão que permanece à margem.

Ainda diferentemente do que acontece nos países vizinhos, há no Brasil um crescente mal-estar e duras críticas por parte da sociedade em geral às indenizações que têm sido pagas pelo governo. Numa das últimas indenizações noticiadas pela imprensa, foram postadas mensagens em *blogs* sobre política brasileira e na versão online do jornal *O Globo*, com comentários severos dirigidos a um grupo específico de beneficiados. Em sua grande maioria, as mensa-

[75] Amnistía Internacional, 2000:108-109.

[76] Amnistía Internacional, 2000.

gens se referiam aos processos como uma "fábrica de indenizações", comparando especialmente a quantia paga aos familiares de mortos e desaparecidos bem como dos que passaram por duras sessões de torturas ao que estão recebendo, por exemplo, ex-funcionários públicos e jornalistas, alguns que nem chegaram a ter a carreira interrompida. Na visão dos leitores, embora a luta política tenha sido uma opção, era "mais justo" que os integrantes do primeiro grupo recebessem um valor mais alto pois era um "direito" constituído e legítimo. Os demais beneficiados fariam parte, na visão dos mesmos leitores, da "indústria da indenização"; para eles, foram escritas frases e expressões como "vergonha", "sugadores da pátria", "bolsa-ditadura", "vou pedir indenização por ter acreditado nesses homens", "deveriam lutar pela moralização atual do país", "quem paga a indenização não é o torturador ou o general, mas o contribuinte brasileiro", "vão mamar nas tetas do governo" e por aí seguiam os comentários.

Não se discute que na maior parte dos casos a indenização é, de fato, um direito. Na verdade, a discussão envolve o argumento de alguns dos beneficiados criticados de que a indenização tem uma importância pedagógica – o que não deixa de ser verdadeiro e usual em várias partes do mundo. Contudo, a luta pela indenização com caráter pedagógico sem a luta contra a impunidade acaba deslegitimando, perante a sociedade, o discurso de alguns desses beneficiados que em momento algum exigem o fim da anistia, ao contrário dos familiares e organizações de direitos humanos. A luta contra a impunidade não seria mais pedagógica para o futuro?

Devemos observar que várias instituições políticas foram retomadas com a democracia, assim como constituições foram refeitas para dar conta do novo cenário. Entretanto, quais as mudanças efetivas ocorridas nas forças de segurança do Estado? Acreditou-se que a democracia por si só seria capaz de coibir as violações dos direitos humanos nos países da América Latina? O que significa para um governo democrático a nomeação do coronel da Polícia Militar Josias Quintal para a Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, na gestão do governador Anthony Garotinho (1999-2002)? Josias Quintal atuou no DOI-Codi durante o período da ditadura e declarou à imprensa que "foi um tempo muito bom para mim. Era um privilégio para qualquer oficial receber um convite como aquele (...) fazíamos basicamente o acompanhamento das atividades terroristas com base nos documentos das organizações de esquerda". Que tipo de política de segurança podemos esperar de homens que atuaram em quadros importantes da repressão política?

O inverso também é verdadeiro. Muitos dos homens envolvidos com a repressão política foram recrutados de grupos amplamente acusados de violações dos direitos humanos. É o caso de Sérgio Paranhos Fleury. Integrante do esquadrão da morte ou o chamado *policial de rua,* em 1969 Fleury foi convidado para a polícia política de São Paulo em função do aumento das ações dos grupos revolucionários. O policial, que levou a sua equipe do esquadrão da morte, já chegou alertando que não entendia nada de política e trataria tudo aquilo como um crime qualquer, inclusive tornou-se prática misturar corpos de presos comuns com os políticos.[77]

Nesse sentido, a análise de Paulo Sérgio Pinheiro é mais uma vez esclarecedora:

> Apesar de todos os avanços na sociedade civil e na governabilidade democrática, os pobres continuam a ser vítimas preferenciais da violência, da criminalidade e da violação dos direitos humanos. Em contraste, o Estado, na maior parte da América Latina, se mostrou incapaz – ou melhor, sem vontade – de erradicar a impunidade por crimes cometidos por seus agentes, na mesma extensão que tenta punir os crimes cometidos por criminosos comuns sem meios ou recursos de poder.[78]

Devemos observar que a grande maioria dos trabalhos acadêmicos sobre a repressão política na América Latina apenas aponta, mas não analisa as diferenças sociais entre as vítimas do Estado. Em grande parte, especialmente no Brasil, a maioria dos atingidos é comumente relacionada à classe média, setor que maçicamente teria resistido durante os 21 anos de ditadura no Brasil. Contudo, a memória da resistência se contradiz com a história pois, ao cruzarmos o momento do auge da repressão política com o de maior popularidade da ditadura, vimos que eles são exatamente os mesmos: os anos do governo de Médici, na primeira metade da década de 1970.[79]

Atualmente, é mais do que necessário voltar-se para esse aspecto, como fez Mariana Cavalcanti em seu artigo sobre o morro do Borel, no Rio de Janeiro.[80] Cavalcanti utiliza-se da idéia da *cidade partida*[81] para demonstrar que, para

---

[77] Souza, 2000:98.

[78] Pinheiro, 2000:14.

[79] Um trabalho importante sobre a questão é o de Fico, 1997.

[80] Cavalcanti, 2003:175-207.

[81] Sobre a expressão, ver Ventura, 1995.

além de uma distinção entre morro e asfalto pela ótica da violência, o que temos é uma *cidadania partida*, ao tornar evidentes os limites da democratização para as áreas pobres do Brasil. Ao entrevistar moradores do morro do Borel, Cavalcanti aponta que a temporalidade entre morro e asfalto/democracia e ditadura está muito além do período de 1964 a 1985. Em função dessas entrevistas, Cavalcanti afirma que "la descripción de la vida cotidiana de los moradores del Borel evoca un estado de excepcionalidad, autoritarismo, represión y violación de los derechos individuales propia de los regímenes dictatoriales".[82]

Para o caso brasileiro, em especial, é extremamente necessário a união da luta pelo fim da impunidade dos crimes de violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura à luta contra os crimes que presenciamos atualmente. Olhar do presente para o passado e para o futuro. A polícia brasileira é uma das que mais mata no mundo. Os números, ainda que muitas vezes maquiados pelas autoridades, são estarrecedores, bem como os relatórios das organizações internacionais sobre os direitos humanos no país.

A construção da democracia ainda está em curso, visto que somente os aspectos políticos foram assegurados, mas os aspectos sociais, civis e econômicos ainda têm um longo caminho a percorrer.

Além disso, como defende Ignácio Cano,

> embora exista um viés de classe muito forte, que faz com que as violações aconteçam fundamentalmente contra pessoas de classe baixa, não é menos verdade que mesmo as pessoas de classe média, ou média alta, também têm seus direitos violados de uma ou outra forma. Em conseqüência, é preciso fomentar alianças com essas classes médias em prol de mudanças profundas. Se nós tentarmos mudar só a partir das vítimas mais freqüentes, dos excluídos, não teremos o mesmo respaldo social. A morte de um favelado ocupa um pequeno espaço na mídia, salvo exceções. É estrategicamente crucial criar alianças, para que a plataforma pelas mudanças seja mais ampla do que é hoje em dia.[83]

A conscientização sobre a importância dos direitos humanos é extremamente necessária, visto que eles são apontados pelas forças de segurança como

[82] Cavalcanti, 2003:204.

[83] Cano, 2001:122.

imobilizadores, um obstáculo a ser superado no combate à violência. E setores importantes da sociedade brasileira concordam com essa idéia.

Segundo Kant de Lima,

> em qualquer lugar do mundo a polícia faz três coisas basicamente: ela é um braço armado do Estado para promover e manter a ordem pública, como a contenção de tumultos e manifestações etc.; é um braço armado do Estado para investigar infrações cometidas; e é uma função do Estado negociar a ordem pública. A nossa polícia ficou presa às duas primeiras vertentes. A vertente militar, que é essa de braço armado do Estado para combater o inimigo, porque o conflito naquela pirâmide é altamente indesejado, então é essa coisa de destruir, de erradicar os criminosos, erradicar o tráfico de drogas, erradicar o outro.[84]

Não tenho a intenção de fazer deste texto uma caça às bruxas em relação aos policiais brasileiros. Até porque, como já analisou Ignácio Cano, "às vezes parece que só o policial de ponta é o responsável. O delegado não tem culpa de nada, o promotor muito menos, e o juiz nem se fala".[85] E se formos mais longe: onde está sociedade nisso tudo?

Há no Brasil a construção de uma nova figura do *desaparecido*. Não é mais o desaparecido político, mas sim pessoas que *desaparecem* em função das ações do tráfico ou da polícia. Como afirma Juan E. Méndez, as vítimas agora são anônimas, "não são prisioneiros políticos conhecidos com os quais o restante do mundo imediatamente simpatiza, mas agora tendem a ser jovens de um bairro pobre cuja vitimização dificilmente merece uma notícia na imprensa".[86]

Além das aproximações nas formas de repressão, podemos apontar similaridades nas formas utilizadas para denunciar os novos casos.

No Rio de Janeiro, há o movimento conhecido como "mães do Rio". São mulheres que perderam os filhos para a violência. Em sua maioria são mulheres pobres, sem companheiros e únicas responsáveis pela criação dos seus filhos. Diante da falta de notícias sobre o destino dos filhos, sentem-se e são desamparadas pelo Estado. Não têm informações sobre o que aconteceu nem acesso à

---

[84] Lima, 2001:94 .

[85] Cano, 2001:119.

[86] Méndez, 2000:34.

Justiça. Além disso, têm outra preocupação que é a luta pela memória dos seus filhos, constantemente caracterizados como bandidos. Na análise de Márcia Pereira Leite, "para se contrapor ao discurso da polícia e das autoridades de segurança pública, sustentam – e procuram provar através de fotografias, diplomas, certificados e narrativas – que o morto era um bom filho, bom irmão, amigo, trabalhador, estudava, tinha um futuro".[87] A exposição desse material pode ocorrer em eventos específicos pelo fim da violência, ou semanalmente, nas escadarias da Câmara de Vereadores, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

São estratégias bem semelhantes às das Madres de Plaza de Mayo. Além disso, assim como as integrantes do movimento argentino, consideram o filho de cada uma delas o filho de todas e têm claramente a idéia da denúncia não só pela justiça, mas também para que o assassinato ou desaparecimento dos filhos de outras mulheres não venha a ocorrer. Um novo "nunca mais" para o período democrático.

As "mães do Rio", em seus diversos segmentos, unidas por um acontecimento comum que culminou com o desaparecimento ou assassinato dos seus filhos ou pela ação policial em geral, recebem auxílio (tanto financeiro como moral) de organismos estrangeiros, como a Anistia Internacional.[88] No entanto, são constantemente desafiadas pela indiferença do Estado e da sociedade. A mesma indiferença que podemos ver em outros países e cenários históricos diferentes, como na Alemanha nazista e nas próprias ditaduras discutidas neste texto.

Considerações finais

Luciano Oliveira inicia o seu livro *Do nunca mais ao eterno retorno*[89] chamando a nossa atenção para o fato de que, menos de 48 horas após a inauguração do monumento Tortura Nunca Mais, em 27 de agosto de 1993, na cidade de Recife, ocorreu a chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, que deixou o saldo de 21 mortos e fotos estarrecedoras publicadas nos principais jornais do país.

[87] Leite, 2004:176.

[88] Na Argentina existe uma experiência semelhante com o grupo Madres Del Dolor (www.madresdeldolor.org.ar).

[89] Oliveira, 1994.

Oliveira chama ainda a nossa atenção para o fato de que, em 23 de julho do mesmo ano, cerca de um mês antes da inauguração do monumento – uma figura humana suspensa num pau-de-arara estilizado –, já havia ocorrido a chacina da Candelária, quando sete adolescentes foram assassinados por policiais. Da Candelária, vimos surgir duas figuras ímpares: Wagner dos Santos, sobrevivente, testemunha e um exilado brasileiro em tempos democráticos, e Sandro, figura central no episódio do ônibus 174.[90] Continuando, Oliveira relembra que um ano antes acontecera, em 2 de outubro de 1992, o massacre do Carandiru, que deixou o saldo de 111 presos mortos. O coronel que liderou a invasão ao presídio, Ubiratan Guimarães, foi eleito deputado pela população de São Paulo. O coronel não se furtava ao seu ato, considerado por ele e seus eleitores como "heróico e justo", uma "limpeza necessária", e usava com orgulho o número de mortos (111) na sua campanha eleitoral.[91]

Contudo, como também observou Teresa Caldeira,[92] dias antes do massacre do Carandiru, a população brasileira havia acompanhado o *impeachment* de Fernando Collor de Mello da presidência da República. Primeiro presidente eleito

---

[90] O episódio conhecido como o "seqüestro do ônibus 174" ocorreu em 12 de junho de 2000, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O que era para ser um assalto a um ônibus acabou ganhando proporções inimagináveis. Sandro, sobrevivente da chacina da Calendária, acabou tomando alguns passageiros como reféns, diante do cerco policial. Após quatro horas e meia de uma negociação amplamente coberta pela imprensa (televisão, rádio e jornais) brasileira, Sandro desceu do ônibus usando uma refém, a professora Geisa Gonçalves, como proteção. Numa ação precipitada e inábil da polícia carioca, Sandro foi atacado por trás, tropeçou e tiros foram disparados. Geisa caiu ferida e chegou morta à ambulância que iria socorrê-la. Sandro foi colocado num carro policial e levado a um hospital, onde também chegou sem vida. A causa da morte foi apontada como asfixia mecânica. Sobre o tema, ver o documentário *Ônibus 174*, de José Padilha, lançado em 2002.

[91] O coronel Ubiratan Guimarães não foi o único envolvido com violações dos direitos humanos a receber o voto da população brasileira. Outros acusados de supostas violações de direitos humanos também o receberam e, entre eles, podemos destacar Newton Cruz e Romeu Tuma. No Rio de Janeiro, até bem pouco tempo atrás, o carnaval carioca, um dos maiores eventos da cidade, era comandado pelo capitão Guimarães, listado no projeto Brasil: nunca mais como torturador. Como representante da Liga Independente das Escolas de Samba, capitão Guimarães era recebido por prefeitos e governadores, agentes do governo e representantes dos meios de comunicação.

[92] Caldeira, 1996:213.

por voto direto após a ditadura, Collor de Mello foi acusado de uma série de atos de corrupção que levaram o Poder Legislativo a propor o seu afastamento do cargo. O *impeachment* foi votado no dia 29 de setembro e o massacre do Carandiru ocorreu no dia 2 de outubro. O primeiro foi visto como uma vitória da democracia. O segundo dividiu opiniões a favor e contra a ação da polícia.

Para todas essas ações, a palavra recorrente foi "excesso". A tropa teria praticado excessos na sua forma de agir. Excesso, palavra costumeiramente usada e largamente aceita por parcelas da sociedade para justificar as ações que resultam em mortes provocadas pelas forças de segurança.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, tenho me dedicado ao estudo da violência política. O interesse pelo tema dos direitos humanos acompanhou não apenas as pesquisas sobre as ditaduras na América Latina, mas também decorreu de um olhar mais pessoal, mais próximo. Viver no Rio de Janeiro é, ou pelo menos deveria ser, um motivo para pensar sobre o tema. Dar aulas nas chamadas "áreas de risco" também é outro motivo. Além disso, a experiência com a atualização de professores dos ensinos médio e fundamental demonstra o quanto a questão dos direitos humanos ainda representa um desafio até mesmo para os professores de história.[93]

Aprender com o passado e construir um futuro melhor é a utopia de grande parte das pessoas que trabalham com a história.

O retorno à democracia não significou o respeito à vida nos países da América Latina.[94] A democracia deve ser permanentemente aprimorada, inclusive em seu caráter socioeconômico. Sobre os crimes das ditaduras, apesar de algumas tentativas e ações nos países vizinhos, ainda não houve uma ação contundente do Estado democrático brasileiro para punir os envolvidos com os crimes de violações dos direitos humanos ocorridos naquela época. O mesmo ocorre em relação aos crimes cometidos nos dias atuais. As forças de segurança não foram reestruturadas e, como vimos, alguns dos principais torturadores não foram criados pelas ditaduras; já estavam em plena atuação, mas contra populações marginalizadas. A participação da sociedade no controle das forças de segurança, o investimento no Judiciário (sempre deixado bastante à margem no Brasil) e a educação são algumas das principais medidas que nos poderão garantir a concretização do ideal dos direitos humanos. Para todos.

---

[93] Sobre o tema, ver Araújo, 2006.

[94] Não podemos deixar de mencionar o caso do desaparecimento de Julio Jorge Lopez, na Argentina, em 2006. Lopez sobreviveu às ações da repressão durante a ditadura e transformou-se numa importante testemunha no processo contra Miguel Etchecolatz.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio; PERALTA, Angelina. Nota de apresentação. *Tempo Social*: revista de sociologia, São Paulo, USP, v. 9, n. 1, p. 1-4, maio 1997.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *¡Actúa Ya! Tortura, nunca más*. Madrid: Edai, 2000.

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. *Formando sujeitos*: as alianças entre o ensino de história e a educação em direitos humanos. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Moreira (Orgs.). *Um mural para a dor*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

______ et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1997. v. 1.

BOLÍVAR, Ligia. Comentários sobre Rodley. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça*: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CALDEIRA, Teresa. La delincuencia y los derechos individuales. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Orgs.). *Construir la democracia*: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

CANO, Ignácio. Nós e eles: direitos humanos, a polícia e a visão dicotômica da sociedade. In: NOVAES, Regina (Org.). *Direitos humanos*: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

CAVALCANTI, Mariana. Memoria y cotidianidad de la represión en el Morro del Borel. In: PINO, Ponciano del; JELIN, Elizabeth. *Luchas locales, comunidades e identidades*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. p. 175-207.

DRIVER, Stephanie S. *A Declaração de Independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FESTER, Antonio Carlos Ribeiro. *Justiça e paz*: memórias da comissão de São Paulo. São Paulo: Loyola, 2005.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FRECHETTE, Myles. Pinochet: historia de un juicio universal. In: ARAVENA, Francisco Rojas; STEFONI, Carolina (Eds.). *El "caso Pinochet"*: visiones hemisféricas de su detención en Londres. Santiago: Flacso, 2001.

GARCÉS, Mario; NICHOLLS, Nancy. *Para una historia de los DD.HH. en Chile*. Santiago: LOM, 2005.

HOBSBAWM, E. Barbárie: manual do usuário. In: ______. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUTCHISON, Elizabeth. El movimiento de derechos humanos en Chile bajo el régimen autoritario, 1973-1988. In: ORELLANA, Patrício; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago: Cepla, 1991.

JELIN, Elizabeth. *Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión*: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. Buenos Aires: Cuadernos del Ides, oct. 2003.

______. Los derechos humanos entre el Estado y la sociedad. In: SURIANO, Juan (Dir.). *Nueva historia argentina*: dictadura y democracia (1976-2001). Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

______; HERSHBERG, Eric (Org.). *Construir la democracia*: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

KONDER, Rodolfo. *Anistia Internacional*: uma porta para o futuro. Campinas: Unicamp, 1988.

LAFER, Celso. Apresentação. In: BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LEITE, Márcia Moreira. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Moreira (Orgs.). *Um mural para a dor*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LIMA, Roberto Kant de. Espaço público, sistemas de controle social e práticas policiais: o caso brasileiro em uma perspectiva comparada. In: NOVAES, Regina (Org.). *Direitos humanos*: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

LIRA, E.; LOVERMAN, B. Derechos humanos en la transición "modelo": Chile 1988-1999. In: DRAKE, Paul; JAKSIC, Ivan (Comps.). *El modelo chileno*. Santiago: LOM, [s.d.].

MATTEUCCI, N. Direitos humanos: Declaração dos Direitos Humanos e história constitucional. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1997. v. 1.

MÉNDEZ, Juan. Problemas da violência ilegal: introdução. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça*: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

______; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça*: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENGOZZI, Paolo. Direitos humanos: proteção internacional dos direitos humanos. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1997.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

NOVAES, Regina (Org.). *Direitos humanos*: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORELLANA, Patrício; HUTCHISON, Elizabeth. *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*. Santiago: Cepla, 1991.

PETERS, E. *Tortura*. São Paulo: Ática, 1989.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução: o Estado de direitos e os não-privilegiados na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça*: o não-estado de direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

QUADRAT, Samantha. Aparição com vida: as Madres de Plaza de Mayo e a luta por justiça. *Gênero*: Nuteg, Niterói: Eduff, v. 3, n. 1, p. 111-122, 2002.

______. *A repressão sem fronteiras*: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

______. Exiliados argentinos en Brasil: una delicada situación. In: YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina (Orgs.). *Exilios*: destinos y experiencias bajo la dictadura militar. México: Libros El Zorzal, 2007.

SILVA CATELA, Ludmila da. Antropologia e direitos humanos: registrando experiências. In: NOVAES, Regina (Org.). *Direitos humanos*: temas e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001a.

______. Desaparecidos e direitos humanos: entre um drama nacional e um dilema universal. In: NOVAES, Regina; LIMA, Roberto Kant de (Orgs.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: Eduff, 2001b. p. 203-266.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. São Paulo: Globo, 2000.

TODOROV, T. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A proteção dos direitos humanos e o Brasil*. Brasília: UnB, 2000.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VERBITSKY, Horacio. *El silencio*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

VICENTE, Néstor. *Augusto Conte*: padre de la plaza. Buenos Aires: Galerna, 2006.